



GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. nº 135/11

Prefeitura do Município de São Paulo

folha nº 01 do anexo —
do proc. nº 100.406
ADELINA C. BATTOCHIO

Assistente Parlamentar
São Paulo, 30 de setembro de 2011.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Acompanham o presente os seguintes anexos:

Volume I - Demonstrativos Gerais;

Volume II - Legislação e Atribuição;

Volume III A - Demonstrativos dos Órgãos;

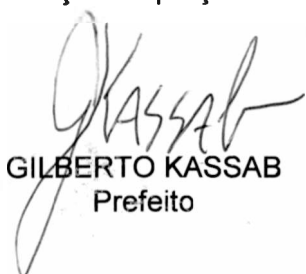
Volume III B - Demonstrativos dos Órgãos;

Volume IV - Demonstrativos das Subprefeituras;

Volume V - Demonstrativos dos Fundos, Autarquias, Fundações e Empresas;

Volume VI - Audiências Públicas.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores dessa Colenda Casa meus protestos de consideração e apreço.


GILBERTO KASSAB
Prefeito

Ao

Excelentíssimo Senhor

JOSÉ POLICE NETO

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/bam
LQA 2012 OF



Segue(ni) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº

2 a 09 e folha de informação
sob nº 10. 03110111

Ass: Adelina Cicone

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100 406



PROJETO DE LEI Nº 01 - PL
01- 00479/2011

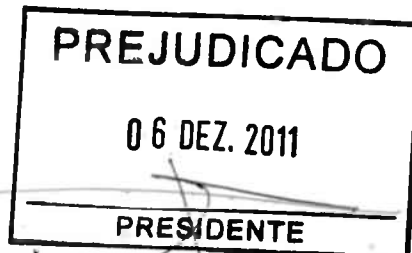
Folha nº 02 do anexo
do proc. nº 01-479 de 2011
ADELINA C. BATTOCHIO
Assistente Parlamentar
RF 100.406

A Comissão de Finanças e Orçamento
SP, 30/09/2011.

JOSE POLICE NETO
A Câmara Municipal de São Paulo

DECRETA:

Estima a receita e fixa a despesa do
Município de São Paulo para o exercício de
2012.



Art. 1º. Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012, compreendendo, nos termos do § 5º do artigo 137 da Lei Orgânica do Município de São Paulo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e de seus Fundos Especiais;

II - o Orçamento de Investimentos das Empresas.

Parágrafo único. As rubricas de receita e os créditos orçamentários constantes desta lei e dos quadros que a integram estão expressos em reais, a preços correntes de 2012.

Seção I

Do Orçamento Fiscal Consolidado

Art. 2º. O Orçamento Fiscal dos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, para o exercício de 2012, discriminado nos Anexos desta lei, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 38.042.598.114,00 (trinta e oito bilhões, quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cento e quatorze reais).

Art. 3º. A receita total do Orçamento Fiscal, a ser realizada de acordo com a legislação em vigor, está orçada segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS	Valor (R\$)
RECEITAS CORRENTES	33.925.929.075,00
Receita Tributária	16.358.288.801,00

CNPJ - 06.908.010/0001-91 - 30/09/2011 - 17:13 - 001675 - 1/1



Receita de Contribuições

Receita Patrimonial	536.648.044,00
Receita de Serviços	405.696.393,00
Transferências Correntes	13.718.201.649,00
Outras Receitas Correntes	2.169.564.943,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.384.358.805,00
Deduções de Transferências Correntes	(1.724.724.706,00)
RECEITAS DE CAPITAL	4.116.669.039,00
Operações de Crédito	109.058.209,00
Alienação de Bens	1.180.975.500,00
Amortização de Empréstimo	21.852.378,00
Transferências de Capital	1.666.097.021,00
Outras Receitas de Capital	1.134.514.602,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	4.171.329,00
TOTAL DA RECEITA	38.042.598.114,00

Art. 4º. A despesa do Orçamento Fiscal está fixada com a seguinte distribuição institucional:

Órgão/Descrição	Valor (R\$)
PODER LEGISLATIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
09 Câmara Municipal	472.053.643,00 ✓
10 Tribunal de Contas	234.259.968,00 ✓
PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
11 Secretaria do Governo Municipal	433.056.618,00 ✓
12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	696.250.662,00 ✓
13 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	188.726.403,00 ✓
14 Secretaria Municipal de Habitação	1.310.660.172,00
16 Secretaria Municipal de Educação	7.207.570.447,00
17 Secretaria Municipal de Finanças	322.998.784,00

Folha nº 03 do anexo —
do proc. nº 01.479 de 2011
ADELINA C. BATISTO
Assistente Parlamentar
RF 100.406
1.077.895.146,00



Folha nº 04 do Anexo -
do proc. nº 01-479 de 23/
ADELINA C. B. ROCHA
Assistente Parlamentar
R\$ 100.406
256.936.897,00

19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	
20 Secretaria Municipal de Transportes	1.180.581.540,00
21 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	184.710.777,00
22 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	1.004.365.955,00
23 Secretaria Municipal de Serviços	1.267.803.705,00
24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolv. Social	347.214.677,00
25 Secretaria Municipal de Cultura	274.199.342,00
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	231.222.814,00
28 Encargos Gerais do Município	6.933.724.149,00
30 Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e do Trabalho	102.331.856,00
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais	8.690.394,00
32 Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	3.376.633,00
34 Secretaria Municipal de Participação e Parceria	104.098.707,00
36 Secretaria Mun. da Pessoa com Defic. e Mobilidade Reduzida	12.118.878,00
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	221.963.073,00
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	371.821.909,00
41 Subprefeitura Perus	23.928.907,00
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	29.758.566,00
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	31.615.800,00
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	22.186.328,00
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	30.642.509,00
46 Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	25.986.422,00
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	27.207.608,00
48 Subprefeitura Lapa	31.263.430,00
49 Subprefeitura Sé	50.034.442,00
50 Subprefeitura Butantã	37.748.795,00
51 Subprefeitura Pinheiros	34.681.203,00
52 Subprefeitura Vila Mariana	33.176.466,00



53 Subprefeitura Ipiranga	35.536.033,00
54 Subprefeitura Santo Amaro	29.783.289,00
55 Subprefeitura Jabaquara	25.885.771,00
56 Subprefeitura Cidade Ademar	23.525.149,00
57 Subprefeitura Campo Limpo	40.079.840,00
58 Subprefeitura M'Boi Mirim	35.688.380,00
59 Subprefeitura Capela do Socorro	34.976.725,00
60 Subprefeitura Parelheiros	19.441.112,00
61 Subprefeitura Penha	39.833.771,00
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	23.844.081,00
63 Subprefeitura São Miguel	38.892.766,00
64 Subprefeitura Itaim Paulista	28.624.594,00
65 Subprefeitura Mooca	36.910.974,00
66 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	37.578.868,00
67 Subprefeitura Itaquera	36.741.136,00
68 Subprefeitura Guaianases	31.641.153,00
69 Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	34.039.043,00
70 Subprefeitura São Mateus	49.738.082,00
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	20.569.611,00
18 Secretaria Municipal da Saúde/ Fundo Municipal de Saúde	5.586.631.980,00
86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	606.502.156,00
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	832.561.746,00
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	550.000,00
89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	4.359.900,00
90 Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente	119.443.543,00
93 Fundo Municipal de Assistência Social	609.910.032,00
94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolv. Sustentável	81.685.554,00
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	5.729.000,00



96 Fundo Municipal de Turismo	480.000,00
97 Fundo de Proteção do Patrim. Cultural e Ambiental Paulistano	2.070.000,00
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	160.000.000,00
99 Fundo Municipal de Iluminação Pública	250.413.046,00
PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
01 Autarquia Hospitalar Municipal	916.102.758,00
02 Hospital do Servidor Público Municipal	185.003.674,00
03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	3.772.666.000,00
04 Serviço Funerário do Município de São Paulo	119.640.000,00
80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	9.486.506,00
81 Autoridade Muni de Limp. Urbana/Fundo Munic. de Limp. Urbana	8.000,00
83 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	149.560.440,00
91 Fundo Municipal de Habitação	68.357.558,00
85 Fundação Theatro Municipal de São Paulo	38.137.364,00
Reserva de Contingência	151.000.000,00
TOTAL	38.042.598.114,00

Seção II

Do Orçamento de Investimentos das Empresas

Art. 5º. A despesa total das empresas, nela incluída a de investimentos, com recursos próprios, de terceiros e do Tesouro Municipal, para o exercício de 2012, está fixada em R\$ 3.446.903.615,00 (três bilhões, quatrocentos e quarenta e seis milhões, novecentos e três mil, seiscentos e quinze reais), com a seguinte distribuição:

EMPRESAS	Valor (R\$)
Companhia de Engenharia de Tráfego – CET	839.368.731,00
Cia. São Paulo de Desenv. e Mobilização de Ativos – SPDA	601.000,00
Cia. São Paulo de Parcerias – SPP	8.000.000,00
Empresa de Tecn. da Informação e Comunicação – PRODAM	247.935.792,00



São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo

São Paulo Obras – SPObras

São Paulo Transporte S/A – SPTrans

São Paulo Turismo S/A – SPTuris

Cia. Paulistana de Securitização – SP Securitização

TOTAL

247.872.750,00

639.831.915,00

1.217.037.441,00

245.854.986,00

401.000,00

3.446.903.615,00

Folha nº 02 do anexo —
do proc. nº 01.479 de 2006
ADELINA C. DANTOCHIO
Assistente Parlamentar
RF 100.406

Seção III

Da Autorização para a Contratação de Operação de Crédito

Art. 6º. Nos termos do disposto no inciso III do § 1º do artigo 8º da Medida Provisória 2185-35, de 24 de agosto de 2001, na redação conferida pela Lei Federal nº 11.131, de 1º de julho de 2005, fica o Executivo autorizado a participar do projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz.

Seção IV

Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para a Administração Direta, Indireta e seus Fundos Municipais, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada no artigo 2º desta lei, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recurso dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

Art. 8º. Ficam excluídos do limite estabelecido no artigo 7º desta lei os créditos adicionais suplementares:

I - abertos com recursos da Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei Federal nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980;

II - destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes ao serviço da dívida pública;



III - destinados a suprir insuficiências nas dotações dos Fundos Especiais decorrentes do recebimento de recursos extraordinários;

IV - destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal, autorizada a redistribuição prevista no artigo 66, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - destinados à transposição de recursos entre dotações das funções Educação, Assistência Social, Saúde e Habitação.

§ 1º. A abertura de créditos adicionais suplementares será feita mediante a edição de decretos do Poder Executivo, devidamente justificados.

§ 2º. Os recursos destinados ao pagamento do grupo de natureza de despesa de pessoal poderão ser remanejados para outras despesas, no último quadrimestre do exercício, desde que os eventos que subsidiaram a previsão da despesa de pessoal não se concretizem.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, no âmbito de cada órgão, entre elementos do mesmo grupo de despesa e entre atividades, projetos e operações especiais de um mesmo programa, sem onerar o limite estabelecido no artigo 7º desta lei.

Parágrafo único. Fica a critério do Poder Executivo autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, mediante portaria dos respectivos Titulares dos Órgãos, exclusivamente para os casos em que o elemento de despesa a ser suplementado ou anulado seja da mesma modalidade de aplicação e fonte, devidamente justificado.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 11. Fica a Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, em especial o decreto de execução orçamentária e financeira, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizada a suplementar, mediante ato próprio, sem onerar o limite estabelecido no artigo 7º desta lei, as dotações do Órgão, desde que os recursos sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, conforme estabelece o inciso II do artigo 27 da Lei Orgânica do



Município de São Paulo, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto ou atividade.

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, ao órgão de que trata este artigo, as exclusões previstas no artigo 8º desta lei.

Art. 12. Ficam as entidades da Administração Indireta autorizadas, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares em suas dotações, respeitado o limite estabelecido no artigo 7º desta lei, calculado sobre o valor consignado, individualmente considerado, para cada Autarquia e Fundação, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

§ 1º. Aplicam-se, no que couber, a cada entidade, as exclusões previstas no artigo 8º desta lei.

§ 2º. Os pedidos de adequação orçamentária a que se refere o "caput" deste artigo deverão ser analisados pelas Secretarias às quais estejam vinculadas e ratificados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Seção V

Das Disposições Finais

Art. 13. Para efeito do disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão preservadas, prioritariamente, as dotações das áreas de Educação, Saúde, Habitação e Assistência Social.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação orçamentária para a implementação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, nos termos da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, e alterações posteriores.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a reestruturar o Orçamento da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, criando órgão, dotações, se necessário, com a finalidade de adequar às normas do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2012.

JAM/drs
LOA 2012 PL



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº10.....

do processo nº 01-479 de 2011 03.10.11 (a)Cd.....

Adelina Cicone Batocchio
Assistente Parlamentar
RF 100.406

À Comissão de Finanças e Orçamento

Para providências necessárias.

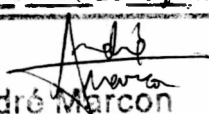
03/10/2011

JADER AUGUSTO PIMENTA

Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo
SGP.22

RECEBIDO NA COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO

03, 10, 11 às 17h00


André Marcon

Técnico Administrativo

RF 11.234



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº **11**

do processo n.º 01-0479 de 2011

03/10/11

Andre Marcon – RF 11264 – SGP.12

Certifico que esta página corresponde a documento anexado ao processo, constituído de CD contendo cópias digitalizadas da proposta orçamentária.

Andre Marcon

Técnico Legislativo – SGP.12

Ao Nobre Vereador / A Nobre Vereadora
M. LEITE
 Para relatar
 Sala da Comissão de Finanças e Orçamento
 Em: **5/10/2011**
 Presidente
 Obs: o prazo para manifestação é de 5 dias, nos
 termos do S. 2º, artigo 83 do R.

Segue 12 juntado 18 nesta data documento(s)
 e papel de informação rubricado 18 sob folha
 n.º 12 A 18

Em 05/10/11

André Marcon
 Técnico Administrativo
 RF 11.264



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FINANÇAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

SGD 1035114



CMSP

TID

8046999

Folha nº 12 do proc.
nº 01-479 de 20 11

André Marcon

RF 11204

São Paulo, 29 de agosto de 2011.

Ofício GABSF nº 288/2011

15 - DOCREC
15- 01991/2011

Senhor Presidente,

Em atendimento ao disposto no artigo 12, § 3º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), encaminho a Vossa Excelência a previsão de receitas da Prefeitura da Cidade de São Paulo para o exercício de 2012, incluindo a receita corrente líquida e os respectivos critérios utilizados nas estimativas.

Renovo, no ensejo, protestos de elevada consideração.



MAURO RICARDO MACHADO COSTA
Secretário Municipal de Finanças

Excelentíssimo Senhor
Doutor **JOSÉ POLICE NETO**
DD. Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
Nesta

ASPLA/SNR

Viaduto do Chá, 15 – 12º andar – CEP 01002-020 – Centro
Telefone 3113.9498 / 9510 / 9496 - FAX 3113.9516

RECEBIDO NA COMISSÃO DE
FINANÇAS E ORÇAMENTO

08/09/11 às 12 h 00

Vera Nice Rodrigues Ribeiro
Assistente Parlamentar
02-101.123

Proposta Orçamentária 2012 - Receita Consolidada

Folha nº 13 do proc. nº 01-479 de 2011

André Marcon
RF 11264

CÓDIGO	Especificação da Receita	R\$ Mil
		Proposta
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	34.127.040
1100.00.00	Receita Tributária	16.358.312
1110.00.00	Impostos	16.129.320
1120.00.00	Taxas	228.991
1130.00.00	Contribuição de Melhoria	1
1200.00.00	Receita de Contribuições	953.213
1210.00.00	Contribuições Sociais	706.500
1220.00.00	Contribuições Econômicas	246.713
1300.00.00	Receita Patrimonial	543.681
1500.00.00	Receita Industrial	0
1600.00.00	Receita de Serviços	400.901
1700.00.00	Transferências Correntes	13.720.872
1720.00.00	Transferências Intergovernamentais	13.453.182
1721.00.00	Transferências da União	2.082.606
1722.00.00	Transferências do Estado	8.424.100
1724.00.00	Transferências Multigovernamentais	2.946.476
1730.00.00	Transferências de Instituições Privadas	3.318
1740.00.00	Transferências do Exterior	0
1750.00.00	Transferências de Pessoas	110.000
1760.00.00	Transferências de Convênios	154.371
1761.00.00	Transferências de Convênios da União	83.944
1762.00.00	Transferências de Convênios do Estado	68.357
1764.00.00	Transferências de Convênios de Inst. Privadas	2.070
1765.00.00	Transferências de Convênios do Exterior	0
1770.00.00	Transferências para o Combate à Fome	0
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	2.150.062
1910.00.00	Multas e Juros de Mora	1.155.429
1911.00.00	Multas e Juros de Mora dos Tributos	141.230
1912.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	30
1913.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida At. dos Tributos	130.115
1918.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	2.807
1919.00.00	Multas de Outras Origens	881.037
1920.00.00	Indenizações e Restituições	120.460
1921.00.00	Indenizações	10
1922.00.00	Restituições	120.450
1930.00.00	Receita da Dívida Ativa	230.488
1931.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	205.443
1932.00.00	Receita da Dívida Ativa Não Tributária	25.045
1990.00.00	Receitas Diversas	643.685
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.502.343
2100.00.00	Operações de Crédito	105.556
2110.00.00	Operações de Crédito Internas	6.885
2120.00.00	Operações de Crédito Externas	98.671
2200.00.00	Alienação de Bens	4.130
2300.00.00	Amortização de Empréstimos	20.161
2400.00.00	Transferências de Capital	1.074.252
2420.00.00	Transferências Intergovernamentais	428.010
2421.00.00	Transferências da União	397.953
2422.00.00	Transferências do Estado	30.057
2430.00.00	Transferências de Instituições Privadas	48.142
2440.00.00	Transferências do Exterior	898
2450.00.00	Transferências de Pessoas	10
2470.00.00	Transferências de Convênios	597.191
2471.00.00	Transferências de Convênios da União	61.481
2472.00.00	Transferências de Convênios do Estado	534.561
2473.00.00	Transferências de Convênios dos Municípios	0
2475.00.00	Transferências de Convênios do Exterior	1.150
2500.00.00	Outras Receitas de Capital	1.298.244
7000.00.00	Receita Corrente Intra-Orçamentária	1.156.118
8000.00.00	Receita de Capital Intra-Orçamentária	15.000
9000.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.724.725
9700.00.00	Deduções de Transferências Correntes	-1.724.725
9720.00.00	Deduções de Transferências Intergovernamentais	-1.724.725
	TOTAL GERAL	36.075.777

Folha nº 14 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Mareon
RF 11/284

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - CONSOLIDADO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
ESTIMATIVA 2012

RREO - ANEXO III (LRF, Art. 53, Inciso I) - Previsão

R\$

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
RECEITAS CORRENTES (I)	34.127.040.396
Receita Tributária	16.358.311.732
IPTU	4.963.845.040
ISS	8.812.565.183
ITBI	1.252.894.671
IRRF	1.100.014.649
Outras Receitas Tributárias	228.992.188
Receita de Contribuições	953.213.046
Receita Patrimonial	543.680.950
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	400.900.891
Transferências Correntes	13.720.871.650
Cota-Parte do FPM	197.096.521
Cota-Parte do ICMS	6.432.487.305
Cota-Parte do IPVA	1.903.837.999
Cota-Parte do ITR	1.039.161
Transferências da LC 87/1996	35.178.331
Transferências da LC 61/1989	53.984.213
Transferências do FUNDEB	2.946.476.362
Outras Transferências Correntes	2.150.771.757
Outras Receitas Correntes ³	2.150.062.129
DEDUÇÕES (II)	2.502.024.706
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	706.500.000
Comp. Financ. entre Reg. Previd.	70.800.000
Dedução Rec. Formação FUNDEB	1.724.724.706
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	31.625.015.690

FONTE: Proposta Orçamentária 2012 - Receita Consolidada Geral (e_mail ASPLA em 19_08_2011)

Notas:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
2012

Folha nº 15 do proc.
nº 01-479 de 2011

André Marcon
RF 11224

CRITÉRIOS PARA A PROJEÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA PARA 2012

As receitas orçamentárias para o exercício de 2012 foram estimadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre do exercício corrente, que se apresentou abaixo das expectativas existentes quando da elaboração da peça orçamentária para 2011.

Foram também avaliadas as circunstâncias de ordem conjuntural que possam comprometer o desempenho de cada fonte de receita, a expectativa para o cenário macroeconômico, bem como os benefícios de natureza tributária tais como anistias, subsídios, créditos presumidos e isenções.

A tabela a seguir resume os principais indicadores econômicos utilizados na elaboração da Proposta Orçamentária para 2012. Os valores que constituem o cenário adotado basearam-se em dados do Banco Central (posição em 29/07/2011).

Variáveis Macroeconômicas	2012
PIB TOTAL	4,1%
PIB SERVIÇOS	4,1%
SELIC FIM DE PERÍODO	12,6%
SELIC MÉDIA	12,7%
TJLP MÉDIA (*)	6,3%
IPCA 2011 - anual	6,3%
IPCA - média contra média	5,5%
IGP-DI - anual	5,2%
INPC - anual	5,2%
Cotação do dolar fim do periodo em R\$	1,66
Cotação média do dólar em R\$	1,63
Cotação do euro fim do periodo em R\$ (*)	2,37
Cotação média do euro em R\$ (*)	2,33
Crescimento cadastro Imp. Predial Urbano (*)	2,4%
Crescimento cadastro Imp. Territorial Urbano (*)	1,4%
Inadimplência do Imposto Territorial Urbano (*)	19,3%
Inadimplência Imposto Predial(*)	10,5%
Imposto Predial Pagamento à Vista (*)	23,2%
Imposto Territorial Urbano Pagamento à Vista (*)	21,0%
Desconto para IPTU à Vista (*)	6,0%
Crescimento do Mercado Imobiliário (*)	5,0%
Crescimento do número de veículos licenciados (*)	3,4%

(*) Variáveis estimadas por SF



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
2012

Folha nº 16 do proc.
nº 01-779 de 20 11
André Marcon
RF 11/14

Destacam-se, a seguir, as categorias de receitas:

- **Receita Tributária:** abrange os impostos IPTU, ISS, ITBI e IRRF e as taxas pelo poder de polícia e pela prestação de serviços de competência do Município.
- **IPTU** – receita que se ajusta pela inflação passada, foi estimada utilizando-se o IPCA projetado para o exercício em curso, descontada a inadimplência de 12,5%.
- **ISS** – imposto que reflete o nível de atividade econômica teve como parâmetros para a estimativa da receita a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – Serviços e a taxa de inflação prevista para 2012.
- **ITBI** – foram utilizados na projeção da receita parâmetros de crescimento do PIB, da taxa de inflação média bem como do crescimento do mercado imobiliário.
- **Taxas** – de forma geral, adotou-se a inflação do período e a taxa de crescimento do PIB para a estimativa desta receita.
- **Receita de Contribuições** – compreende a receita proveniente da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP. A receita estimada levou em conta a arrecadação prevista para 2011, bem como o crescimento do cadastro de contribuintes imobiliários de 2,42%.
- **Receitas Patrimoniais** – a projeção deste grupo de receitas foi elaborada em função do fluxo de caixa para o exercício de 2011 e a taxa média de juros estimada para o próximo ano.
- **Receita de Serviços** – compreende as receitas provenientes da prestação de serviços de saúde, estimadas pela Secretaria da Saúde e a receita de serviços administrativos, cuja projeção refletiu o nível de atividade econômica e a inflação do exercício corrente.
- **Transferências Correntes** – compreendem os recursos transferidos ao Município procedentes do Estado, da União; de natureza constitucional, legal ou voluntária; e, dos convênios firmados com o Poder Público ou iniciativa privada e ainda as Transferências Intergovernamentais, do FUNDEB. Destacam-se neste grupo:
- **ICMS** – a estimativa da receita a ser arrecadada considerou o nível de atividade econômica, a inflação prevista, bem como o Índice de Participação do Município.

IPVA – para a estimativa desta receita além do PIB foi considerada a inflação média projetada para 2012, bem como o valor venal da frota atual (anunciada pelo Estado de S.Paulo) e a previsão de vendas de veículos novos (elaborada pela ANFAVEA – Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
2012

Folha nº 17 do proc.

nº. 01-477 de 2011

André Marcon
REU 24

- **FUNDEB** – a estimativa resultou da receita prevista para as transferências dos impostos que compõem sua base.
- **Demais transferências** – receitas resultantes das expectativas de formalização de convênios ou daqueles já em andamento, informadas pelas Secretarias que as gerenciam.
- **Outras Receitas Correntes** – as principais receitas deste grupo decorrem das multas de trânsito, da dívida ativa e dos programas de parcelamentos incentivados. Os critérios adotados para a estimativa da receita de multas considerou a implementação de ações relativas à fiscalização do trânsito, para a dívida ativa a projeção foi elaborada em função da arrecadação do exercício e do estoque da dívida e, para o PPI as adesões dos contribuintes aos programas de parcelamento.
- **Operações de Crédito** – referem-se a financiamentos para programas de investimento em andamento e a contratar. As previsões apresentadas levaram em consideração a expectativa dos órgãos contratantes.
- **Transferências de Capital** - receitas informadas pelas Secretarias que as gerenciam, substancialmente relativas a convênios firmados ou a serem concretizados.
- **Deduções da Receita para a Formação do FUNDEB** – representa a dedução legal de 20,00% das receitas das transferências de: FPM, ICMS, IPI sobre exportações e ICMS desoneração (L.C. 87/96), bem como das transferências de: ITR e IPVA.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 18 do proc.
nº 01-979 de 2011

Papel para informação, rubricado como folha nº

André Marcon

RE 1124

do processo nº de 20....., (a)

Ref: Protocolo Geral nº 154684

A Presidência

31/08/2011

Nelson

NELSON DAMASCENO BATISTA
Supervisor de Equipe de Protocolo e Autuação
SGA.6

A Comissão de **FINANÇAS**
Em **05.09.2011**
Imuniz
Jader Augusto Lima
Supervisor

Supra - Inteiro - partida desta circunstância
o papel de informação - sub folha
nº 19 A 109

Em 05, 12, 11
André Marcon **André**
Técnico Administrativo **marcon**
RF 11.264



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

15 - PAR
16- 01740/2011

Folha nº 19 do proc.
nº 01-479 de 20 11

André Marcondes
RF 11224

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 479/2011 (PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2012)**

I – INTRODUÇÃO:

De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei visa estimar a receita e fixar a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Enviada no prazo legal, a propositura foi imediatamente encaminhada a esta Comissão, com a distribuição de cópias aos Senhores Vereadores e a publicação em suplemento do Diário Oficial.

Foram realizadas audiências públicas, sendo 1 geral, 6 regionais e diversas temáticas com representantes de todos os órgãos orçamentários, da sociedade civil organizada e da população, para melhor instrução da matéria, sendo que a segunda audiência geral será realizada no dia 12 de dezembro próximo.

Como estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 335, parágrafo único, este parecer deve apreciar o aspecto formal e o mérito do projeto.

II - ASPECTO FORMAL:

Atendendo aos ditames da legislação pertinente, o projeto apresenta, de forma consolidada (em um único orçamento, portanto), a Administração Direta e a Indireta, no que tange às Fundações, Autarquias e Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Ademais, a propositura traz o orçamento de investimentos das empresas municipais.

Quanto ao aspecto formal, destarte, o projeto atende ao disposto nos artigos 165, § 5º, da Constituição Federal, 22 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e 138, § 5º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, além das determinações das Leis nº 15.089, de 29 de dezembro de 2009 (Plano Plurianual 2010-2013), e nº 15.415, de 22 de julho de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012).

Pela constitucionalidade e legalidade.

III - ASPECTOS DE MÉRITO:

III.1 – A Receita:

17 - RELCOM
17- 01802/2011



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 20 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcon

O projeto enviado prevê receita total de aproximadamente R\$ 38,0 bilhões. O panorama econômico nacional é de crescimento moderado, mesmo com eventuais problemas relacionados ao controle da inflação e à crise internacional.

Ressalte-se que os valores dos principais tributos municipais foram estimados há mais de três meses. Se, por um lado, houve um aumento nas incertezas, que se refletiu em uma deterioração nas expectativas, as medidas macroeconômicas tomadas pelo governo federal na semana passada trazem um novo alento à economia nacional. Com efeito, as reduções tributárias e os incentivos a uma maior oferta de crédito conduzem a uma visão mais otimista. O Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, na divulgação de tais providências, afirmou que "[t]emos como impedir a contaminação e preparamos um 2012 com crescimento em torno de 5%". Como a proposta orçamentária foi embasada em crescimento do PIB para 2012 de 4,1%, é possível a atualização de previsão dos itens de receita diretamente vinculados ao crescimento do produto interno bruto, quais sejam o ISS e a transferência de ICMS, em modelo econométrico que tem como parâmetros PIB e inflação e leva em consideração o comportamento da economia praticamente nos últimos 8 anos.

Desse modo, é possível haver uma reestimativa de ordem técnica, como permite o disposto no § 1º do art. 12 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), como, aliás, ocorreu no ano passado, quando esta Casa houve por bem aumentar quatro itens de receita (ISS, IPTU, ITBI e ICMS), medida que se mostrou acertada, eis que, faltando poucas semanas para o encerramento do exercício, as projeções dos órgãos técnicos tanto do Executivo como do Legislativo apontam o acerto da revisão a maior.

Outro item da receita que deve ser revisto é o referente à alienação de bens, eis que a conjuntura econômica é favorável à venda de bens imóveis.

Destarte, as alterações da receita podem ser resumidas conforme quadros a seguir (todos os valores em R\$):


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ISS	
Estimativa Lei	
Orçamentária 2011 (I)	7.863.728.453
Projeção 2011 (II)	8.079.590.996
(II) – (I)	215.862.543
IPCA 2012* (Var. %)	5,53%
PIB 2012 (Var. %)	5,00%
Proposta 2011 - conforme PL (III)	8.812.565.183
Reprojeção ISS 2012 (IV)	9.312.565.183
Aumento ISS (IV) – (III)	300.000.000

* IPCA 2012 - *Boletim Focus 25/11/11*

ICMS	
Estimativa Lei	
Orçamentária 2011 (I)	5.936.216.668
Projeção 2011 (II)	5.856.922.093
(II) – (I)	(79.294.575)
IPCA 2012* (Var. %)	5,53%
PIB 2012 (Var. %)	5,00%
Proposta 2011 - conforme PL (III)	6.432.487.305
Reprojeção ICMS 2012 (IV)	6.672.487.305
Aumento ICMS (IV) – (III)	240.000.000

* IPCA 2012 - *Boletim Focus 25/11/11*

VALORES DE AUMENTO	
ISS	300.000.000
ICMS	240.000.000
(-) Dedução FUNDEB	(48.000.000)
Alienação de Bens	200.000.000
AUMENTO TOTAL	692.000.000



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 22 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcon
RF 11284

III.2 – A Despesa:

Conforme determina a LDO/2012 foram realizadas, pelo Poder Executivo, 3 audiências em cada uma das 31 Subprefeituras, relativamente à saúde, educação e assuntos gerais.

As reuniões temáticas com representantes dos órgãos orçamentários mostraram os esforços da Administração para atendimento das inúmeras demandas sociais com os escassos recursos disponíveis. A alocação das receitas nas diversas ações públicas previstas aponta nesse sentido.

Como ocorreu no ano passado, os recursos adicionais acima descritos devem, portanto, ser utilizados nesse esforço público, essencialmente em áreas prioritárias, para atendimento das carências urbanísticas e de infraestrutura. Tendo em vista as mencionadas alterações de receita, as modificações de despesa ora propostas ocorrem na Secretaria de Infraestrutura Urbana (SIURB).

Outra alteração que traz este parecer é a que se refere à utilização de superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial no final deste ano, assim como os eventuais recursos arrecadados no próximo ano como excesso de arrecadação. A fim de garantir despesas importantes que não foram consideradas na proposta orçamentária, é incluído Anexo A e vinculados, em parágrafo único no art. 7º, tais recursos para serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares em 2012; somente após a suplementação de tais ações, nos valores indicados, é que se poderá utilizar tais fontes em outros projetos e atividades.

Por fim, deve-se ressaltar que, nos quadros anexos da proposta orçamentária referentes aos programas de trabalho, há divergência de especificação em algumas ações com relação aos quadros de detalhamento de despesa. Nesse sentido, é proposta a correção técnica de tais equívocos no substitutivo a seguir oferecido. Ademais, é ajustado o valor de Outras Despesas de Custeio da PRODAM para compatibilizar as fontes com os usos dessa empresa.

IV – Conclusão:

Destarte, este parecer é favorável, quanto ao mérito, e as mudanças e inclusões ora propostas são consubstanciadas no seguinte substitutivo, com as alterações nos Anexos do



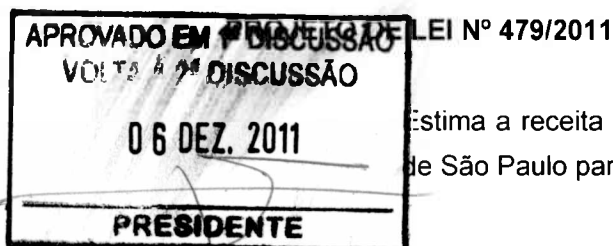
**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 23 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcon
RF 11.44

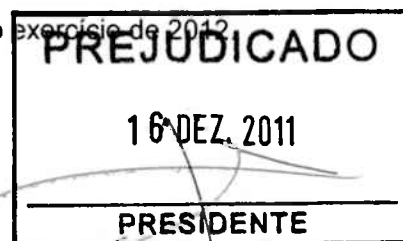
projeto, conforme Quadros "Diferenças entre Substitutivo e Original" e "Receita Por Categoria Econômica" integrantes deste parecer, modificando-se, igualmente, o que for referente a essas alterações, ficando mantido o que não estiver especificamente mencionado:

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 479/2011

I – redija-se, conforme segue, o texto do projeto de lei, e inclua-se o Anexo A:



Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012



A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012, compreendendo, nos termos do § 5º do artigo 137 da Lei Orgânica do Município de São Paulo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e de seus Fundos Especiais;

II - o Orçamento de Investimentos das Empresas.

Parágrafo único. As rubricas de receita e os créditos orçamentários constantes desta lei e dos quadros que a integram estão expressos em reais, a preços correntes de 2012.

**Seção I
Do Orçamento Fiscal Consolidado**

Art. 2º O Orçamento Fiscal dos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, para o exercício de 2012, discriminado nos Anexos desta lei, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 38.734.598.114,00 (trinta e oito

PREJUDICADO
19 DEZ 2011
PRESIDENTE

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
Votação de Discussão
08 DEZ 2011
PRESIDENTE


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

bilhões, setecentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa e oito mil, cento e quatorze reais).

Art. 3º A receita total do Orçamento Fiscal, a ser realizada de acordo com a legislação em vigor, está orçada segundo as seguintes estimativas:

RECEITAS	Valor (R\$)
RECEITAS CORRENTES	34.417.929.075,00
Receita Tributária	16.658.288.801,00
Receita de Contribuições	1.077.895.146,00
Receita Patrimonial	536.648.044,00
Receita de Serviços	405.696.393,00
Transferências Correntes	13.958.201.649,00
Outras Receitas Correntes	2.169.564.943,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.384.358.805,00
Deduções de Transferências Correntes	-1.772.724.706,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.316.669.039,00
Operações de Crédito	109.058.209,00
Alienação de Bens	1.380.975.500,00
Amortização de Empréstimo	21.852.378,00
Transferências de Capital	1.666.097.021,00
Outras Receitas de Capital	1.134.514.602,00
Receitas Intra-Orçamentárias de Capital	4.171.329,00
TOTAL DA RECEITA	38.734.598.114,00

Art. 4º A despesa do Orçamento Fiscal está fixada com a seguinte distribuição institucional:

Órgão/Descrição	Valor (R\$)
PODER LEGISLATIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
09 Câmara Municipal	472.053.643,00
10 Tribunal de Contas	234.259.968,00
PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
11 Secretaria do Governo Municipal	433.056.618,00
12 Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	781.261.662,00
13 Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	188.726.403,00

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

14 Secretaria Municipal de Habitação	1.337.080.896,00
16 Secretaria Municipal de Educação	7.308.571.447,00
17 Secretaria Municipal de Finanças	322.998.784,00
19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	296.937.897,00
20 Secretaria Municipal de Transportes	1.188.565.540,00
21 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	184.710.777,00
22 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	1.232.384.955,00
23 Secretaria Municipal de Serviços	1.267.803.705,00
24 Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolv. Social	367.214.677,00
25 Secretaria Municipal de Cultura	279.782.342,00
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	231.222.814,00
28 Encargos Gerais do Município	7.016.790.149,00
30 Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e do Trabalho	102.331.856,00
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais	8.690.394,00
32 Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	3.376.633,00
34 Secretaria Municipal de Participação e Parceria	114.190.707,00
36 Secretaria Mun. da Pessoa com Defic. e Mobilidade Reduzida	22.304.154,00
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	221.963.073,00
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	374.422.909,00
41 Subprefeitura Perus	26.928.907,00
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	31.758.566,00
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	33.615.800,00
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	24.186.328,00
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	32.642.509,00
46 Subprefeitura Jaconã/Tremembé	27.986.422,00
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	30.207.608,00
48 Subprefeitura Lapa	31.263.430,00
49 Subprefeitura Sé	50.034.442,00
50 Subprefeitura Butantã	40.748.795,00
51 Subprefeitura Pinheiros	34.681.203,00
52 Subprefeitura Vila Mariana	33.176.466,00
53 Subprefeitura Ipiranga	37.536.033,00
54 Subprefeitura Santo Amaro	30.783.289,00
55 Subprefeitura Jabaquara	27.885.771,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

56 Subprefeitura Cidade Ademar	23.525.149,00
57 Subprefeitura Campo Limpo	40.079.840,00
58 Subprefeitura M'Boi Mirim	35.702.380,00
59 Subprefeitura Capela do Socorro	34.976.725,00
60 Subprefeitura Parelheiros	19.441.112,00
61 Subprefeitura Penha	50.333.771,00
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	28.844.081,00
63 Subprefeitura São Miguel	43.892.766,00
64 Subprefeitura Itaim Paulista	33.624.594,00
65 Subprefeitura Mooca	42.410.974,00
66 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	43.078.868,00
67 Subprefeitura Itaquera	44.741.136,00
68 Subprefeitura Guaianases	36.641.153,00
69 Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	39.039.043,00
70 Subprefeitura São Mateus	54.738.082,00
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	23.569.611,00
18 Secretaria Municipal da Saúde/ Fundo Municipal de Saúde	5.586.631.980,00
86 Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	606.502.156,00
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	832.561.746,00
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	550.000,00
89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	4.359.900,00
90 Fundo Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente	120.643.543,00
93 Fundo Municipal de Assistência Social	615.312.032,00
94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvol. Sustentável	81.685.554,00
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	5.729.000,00
96 Fundo Municipal de Turismo	480.000,00
97 Fundo de Proteção do Patrim. Cultural e Ambiental Paulistano	2.070.000,00
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	160.000.000,00
99 Fundo Municipal de Iluminação Pública	250.413.046,00

PODER EXECUTIVO/ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

01 Autarquia Hospitalar Municipal	916.102.758,00
02 Hospital do Servidor Público Municipal	199.923.674,00


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha n° 27 do proc.
n° 01-479 de 2011
André Marcondes
RF 11234

03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	3.772.666.000,00
04 Serviço Funerário do Município de São Paulo	119.640.000,00
80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	9.486.506,00
81 Autoridade Muni de Limp. Urbana/Fundo Munic. de Limp. Urbana	8.000,00
83 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	149.560.440,00
91 Fundo Municipal de Habitação	68.357.558,00
85 Fundação Theatro Municipal de São Paulo	42.137.364,00
Reserva de Contingência	111.000.000,00
TOTAL	38.734.598.114,00

Seção II
Do Orçamento de Investimentos das Empresas

Art. 5º A despesa total das empresas, nela incluída a de investimentos, com recursos próprios, de terceiros e do Tesouro Municipal, para o exercício de 2012, está fixada em R\$ 3.507.791.861,00 (três bilhões, quinhentos e sete milhões, setecentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e um reais), com a seguinte distribuição:

EMPRESAS	Valor (R\$)
Companhia de Engenharia de Tráfego - CET	839.368.731,00
Cia. São Paulo de Desenv. e Mobilização de Ativos – SPDA	601.000,00
Cia. São Paulo de Parcerias - SPP	8.000.000,00
Empresa de Tecn. da Informação e Comunicação – PRODAM	251.824.038,00
São Paulo Urbanismo – SPUrbanismo	247.872.750,00
São Paulo Obras – SPObras	689.831.915,00
São Paulo Transporte S/A – SPTrans	1.224.037.441,00
São Paulo Turismo S/A – SPTuris	245.854.986,00
Cia. Paulistana de Securitização - SP Securitização	401.000,00
TOTAL	3.507.791.861,00

Seção III
Da Autorização para a Contratação de Operação de Crédito

Art. 6º Nos termos do disposto no inciso III do § 1º do artigo 8º da Medida Provisória 2185-35, de 24 de agosto de 2001, na redação conferida pela Lei Federal nº 11.131, de 1º de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 28 do prog.
nº 01479 de 2011
André Marco
RF 11234

julho de 2005, fica o Executivo autorizado a participar do projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz.

Seção IV

Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para a Administração Direta, Indireta e seus Fundos Municipais, até o limite de 15% (quinze por cento) do total da despesa fixada no artigo 2º desta lei, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recurso dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

Parágrafo único. A utilização de eventual superávit financeiro apurado nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 43.20/64, ou de excesso de arrecadação, na conformidade do disposto no inciso II do § 1º do art. 43 da mesma lei, somente ocorrerá para suplementação dos projetos e atividades que constam do Anexo A, integrante desta lei.

Art. 8º Ficam excluídos do limite estabelecido no artigo 7º desta lei os créditos adicionais suplementares:

I - abertos com recursos da Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei Federal nº 1.763, de 16 de janeiro de 1980;

II - destinados a suprir insuficiências nas dotações referentes ao serviço da dívida pública;

III - destinados a suprir insuficiências nas dotações dos Fundos Especiais decorrentes do recebimento de recursos extraordinários;

IV - destinados a suprir insuficiências nas dotações de pessoal, autorizada a redistribuição prevista no artigo 66, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - destinados à transposição de recursos entre dotações das funções Educação, Assistência Social, Saúde e Habitação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 29 do proc.
nº 11-479 de 2011
André Marcon
RF 112846

§ 1º A abertura de créditos adicionais suplementares será feita mediante a edição de decretos do Poder Executivo, devidamente justificados.

§ 2º Os recursos destinados ao pagamento do grupo de natureza de despesa de pessoal poderão ser remanejados para outras despesas, no último quadrimestre do exercício, desde que os eventos que subsidiaram a previsão da despesa de pessoal não se concretizem.

Art. 9º Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizado a remanejar recursos, no âmbito de cada órgão, entre elementos do mesmo grupo de despesa e entre atividades, projetos e operações especiais de um mesmo programa, sem onerar o limite estabelecido no artigo 7º desta lei.

Parágrafo único. Fica a critério do Poder Executivo autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares, mediante portaria dos respectivos Titulares dos Órgãos, exclusivamente para os casos em que o elemento de despesa a ser suplementado ou anulado seja da mesma modalidade de aplicação e fonte, devidamente justificado.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares à conta de excesso de arrecadação de receitas específicas e vinculadas a determinada finalidade, nos termos do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 11. Fica a Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, em especial o decreto de execução orçamentária e financeira, com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta lei, autorizada a suplementar, mediante ato próprio, sem onerar o limite estabelecido no artigo 7º desta lei, as dotações do Órgão, desde que os recursos sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias, conforme estabelece o inciso II do artigo 27 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto ou atividade.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 30
nº 01-479 de 2011
André Marcondes
RF 1130

Parágrafo único. Aplicam-se, no que couber, ao órgão de que trata este artigo, as exclusões previstas no artigo 8º desta lei.

Art. 12. Ficam as entidades da Administração Indireta autorizadas, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares em suas dotações, respeitado o limite estabelecido no artigo 7º desta lei, calculado sobre o valor consignado, individualmente considerado, para cada Autarquia e Fundação, criando, se necessário, elementos de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

§ 1º Aplicam-se, no que couber, a cada entidade, as exclusões previstas no artigo 8º desta lei.

§ 2º Os pedidos de adequação orçamentária a que se refere o "caput" deste artigo deverão ser analisados pelas Secretarias às quais estejam vinculadas e ratificados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

**Seção V
Das Disposições Finais**

Art. 13. Para efeito do disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão preservadas, prioritariamente, as dotações das áreas de Educação, Saúde, Habitação e Assistência Social.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a criar dotação orçamentária para a implementação da Autoridade Municipal de Limpeza Urbana, nos termos da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, e alterações posteriores.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a reestruturar o Orçamento da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, criando órgão, dotações, se necessário, com a finalidade de adequar às normas do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 16. Fica o Poder Executivo obrigado a publicar, até o último dia útil de janeiro de 2012, o superávit/déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de São Paulo, detalhado por fontes de recursos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 31 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcon
RF 11234

Parágrafo único. Será publicado como anexo aos balancetes patrimoniais mensais de 2012 demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado, detalhado por fontes de recursos.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2012.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 05-12-2011

Ver. Antonio Carlos Rodrigues
Presidente

Ver. Milton Leite
Relator

Ver. Antonio Donato
(continua)

Ver. Atilio Francisco

Ver. Celso Jatene

Ver. Francisco Chagas
(continua)

Ver. Anibal de Freitas

Ver. Ricardo Teixeira

Ver. Roberto Tripoli


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 32 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcondes
RF 11284

ANEXO A

Dotação	Descrição	Valor a Suplementar (R\$)
22.10.15.451.1263.5175.44906100.00	Prolongamento Radial Leste	500.000
22.10.15.451.1263.5177.44905100.00	Duplicação da Estrada do M'Boi Mirim	4.000.000
22.10.15.451.1263.5177.44906100.00	Duplicação da Estrada do M'Boi Mirim	1.000.000
22.10.15.451.1263.5066.44905100.00	Pavimentação de Ruas e Avenidas e Obras Complementares	80.000.000
22.10.15.451.1263.1087.44905100.00	Duplicação Avenida Dona Belmira Marin	2.999.000
22.10.15.451.1263.1087.44903900.00	Duplicação Avenida Dona Belmira Marin	999.000
22.10.15.451.1263.1089.44905100.00	Duplicação e continuação da Av. Carlos Caldeira Filho do Lado do Capão Redondo ao Terminal Jardim Angela	2.999.000
22.10.15.451.1263.1089.44903900.00	Duplicação e continuação da Av. Carlos Caldeira Filho do Lado do Capão Redondo ao Terminal Jardim Angela	999.000
22.10.15.451.1263.1091.44905100.00	Duplicação da Estrada do Guarapiranga - Da Guido Caloi até Estrada do Guavirituba.	4.999.000
22.10.15.451.1263.1091.44903900.00	Duplicação da Estrada do Guarapiranga - Da Guido Caloi até Estrada do Guavirituba.	999.000
22.10.15.451.1263.1093.44905100.00	Duplicação da Estrada do Guavirituba - Da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim	2.999.000
22.10.15.451.1263.1093.44903900.00	Duplicação da Estrada do Guavirituba - Da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim	999.000
22.10.15.451.1263.1095.44905100.00	Duplicação da Estrada da Baronesa - Da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim contemplando a duplicação da ponte de ligação ao Jardim Aracati.	4.999.000
22.10.15.451.1263.1095.44903900.00	Duplicação da Estrada da Baronesa - Da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim contemplando a duplicação da ponte de ligação ao Jardim Aracati.	999.000
22.10.15.451.1263.1097.44905100.00	Duplicação da Estrada da Riviera - Da Estrada do Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim.	1.999.000
22.10.15.451.1263.1097.44903900.00	Duplicação da Estrada da Riviera - Da Estrada do Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim.	999.000


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 33 do proc.
 nº 01-479 de 2011

 André Marcon
 RF 1128

22.10.15.451.1263.1099.44905100.00	Duplicação da Estrada do Alvarenga	2.999.000
22.10.15.451.1263.1099.44903900.00	Duplicação da Estrada do Alvarenga	999.000
22.10.15.451.1263.1107.44905100.00	Construção do Centro de Convivência da Terceira Idade Parque Edu Chaves, Contrato nº 226/2010, Processo nº 2002-0.071.617-0	1.749.000
22.10.17.451.1230.1083.44905100.00	Canalização do Córrego Forte Trindade Viela nº 41	499.000
22.10.17.451.1230.1084.44905100.00	Canalização do Córrego dos Freitas, entre as Ruas Antoni Ribeiro Pina com Canuto Luiz Nascimento	999.000
22.10.17.451.1230.1085.44905100.00	Canalização do Córrego Zavuvus, Cidade Ademar/Jabaquara	39.999.000
22.10.17.451.1230.1086.44905100.00	Canalização de Córrego da Av. Moenda Velha, Jardim Guarujá	999.000
22.10.17.451.1230.1106.44905100.00	Canalização do Córrego Pirajussara	2.000.000
14.10.08.244.1133.2006.33904800.00	Ampliação de Habitação para Idosos	999.000
14.10.08.244.1133.1011.44905100.00	Implantação de Unidades Habitacionais de Área Pública Municipal, Estrada Mº Boi Mirim nº 100	3.589.276
14.10.16.451.1131.1277.44905100.00	Urbanização de Favelas	150.000.000
14.10.16.482.1220.1254.44905100.00	Programa Mananciais	150.000.000
14.10.16.451.1131.1015.44905100.00	Urbanização de Favelas com Implantação de Área de Lazer - Jd Ipê - Vila Fundão	4.999.000
14.10.16.451.1131.1016.44905100.00	Urbanização de Favelas Implantação de Área de Lazer- Cohab Adventista Rua Sene do Reino	999.000
14.10.16.451.1131.1017.44905100.00	Urbanização de Favela Com Implantação de Área de Lazer - Pq Rondon - Rua da Moenda	999.000
14.10.16.451.1131.1018.44905100.00	Urbanização de Favela com Implantação de Área de Lazer - Pq Europa Jd Bandeirantes	999.000
14.10.16.451.1131.1019.44905100.00	Urbanização de Favela com Implantação de Área de Lazer - Jd Jangadeiro/Projeto Janga + Ação.	999.000
14.10.16.451.1131.1021.44905100.00	Urbanização de Favela com Implantação de Área de Lazer - Pq Maria Helena/Jd Antonieta.	999.000
12.10.15.452.1210.2004.33903600.00	Ampliação de Zeladores de Praças	149.000


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 34 do proc.
nº 01-479 de 2011

 André Marden
RF 11222

12.10.15.452.1460.1004.44905100.00	Melhoria das Calçadas	199.000
12.10.15.452.1460.1005.44905100.00	Melhoria na Iluminação nas Praças Teatros, Igrejas e Pontos de Ônibus	249.000
12.10.15.452.1460.2005.33903900.00	Implantação do Programa Bairro Amigo do Idoso nas Subprefeituras da Capital	299.000
12.10.15.451.1460.1006.44905100.00	Construção do Centro Comercial Popular em área localizada na Av. Sapopemba, altura do nº 14.000	1.499.000
12.13.20.122.2610.2300.33903000.00	Administração da Supervisão Geral de Operações	500.000
12.13.20.122.2610.2300.33903900.00	Administração da Supervisão Geral de Operações	2.500.000
12.13.20.306.2210.2301.33903900.00	Op. e Manut. do Conselho Municipal Seg. Alimentar e Nutricional	1.000.000
12.13.20.605.2210.7000.44903900.00	Ampliação e Reforma das Unidades de Abastecimento	1.000.000
12.13.20.605.2210.7000.44905100.00	Ampliação e Reforma das Unidades de Abastecimento	8.000.000
12.13.20.605.2210.1003.44905100.00	Reforma Mercado Municipal da Penha (Senador Emídio de Barros)	1.499.000
12.13.20.605.2210.1009.44905100.00	Construção do Mercado Municipal São Mateus	2.999.000
58.10.6.182.2130.2135.33903000.00	Manutenção Defesa Civil	19.000
58.10.6.182.2130.2136.33903900.00	Manutenção Defesa Civil	49.000
58.10.6.182.2130.2137.44905200.00	Manutenção Defesa Civil	49.000
58.10.08.243.1141.2157.33903900.00	Administração dos Conselhos Tutelares	400.000
58.10.13.392.2320.1166.44905100.00	Reforma do Sacolão das Artes Parque Santo Antonio	299.000
58.10.13.392.2320.2138.33903900.00	Potencializar as atividades culturais Sacolão das Artes Parque Santo Antonio	149.000
58.10.13.392.2320.2140.33903900.00	Apoio e incentivo as feiras de artes, artesanatos	49.000
58.10.13.392.2320.1168.44905100.00	Reforma da Casa de Cultura M' Boi Mirim	199.000
58.10.15.451.1460.1170.44903000.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	200.000


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 35 do proc.
nº 01-479 de 20 11

 André Marinho
RF 1128

58.10.15.451.1460.1170.44903900.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	400.000
58.10.15.451.1460.1170.44905100.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	5.500.000
58.10.15.451.1460.1170.44905200.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	10.000
58.10.15.451.1460.1174.44903900.00	Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos das Subprefeituras	200.000
58.10.15.451.1460.1174.44905100.00	Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos das Subprefeituras	350.000
58.10.15.122.2610.2336.33903900.00	Conservação de Imóveis Próprios e Locados das Subprefeituras	200.000
58.10.15.122.2610.2365.31901100.00	Administração da Subprefeitura	1.000.000
58.10.15.122.2610.2365.33903000.00	Administração da Subprefeitura	220.000
58.10.15.122.2610.2365.33903900.00	Administração da Subprefeitura	1.500.000
58.10.15.122.2610.2365.44905200.00	Administração da Subprefeitura	100.000
58.10.15.451.1460.1160.44905100.00	Requalificação urbana de área pública municipal de lazer do bairro Jardim Leticia Rua Nova do Tuparoquera	1.499.000
58.10.15.451.1460.1161.44905100.00	Requalificação urbana de área pública municipal de lazer do bairro Parque Santo Antonio Rua Valdomiro Pereira dos Santos	499.000
58.10.15.451.1460.1162.44905100.00	Requalificação urbana de área pública municipal canteiro de obras da Avenida Guido Calóí nº 990	1.499.000
58.10.15.451.1460.1163.44905100.00	Requalificação da área pública municipal de lazer do bairro Chácara Santana na praça Mário Saraiva de Andrade	299.000
58.10.15.451.1460.1164.44905100.00	Requalificação de área pública municipal de lazer do bairro Chácara Santana, Rua Bartolomeu dos Santos, 541	499.000
58.10.15.451.1460.1165.44905100.00	Requalificação de área pública municipal de lazer do bairro Parque Santo Antonio, Rua Sebastião Muniz de Souza, 122	1.999.000
58.10.15.451.1460.1167.44905100.00	Reforma da quadra de esportes Sacolão das Artes Parque Santo Antonio	149.000
57.10.15.451.1460.1170.44903900.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	500.000
57.10.15.451.1460.1170.44905100.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	14.500.000


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 36 do proc.
nº 01-479 de 2011

 André Marcon
RF 11224

59.10.15.451.1460.1170.44903900.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	500.000
59.10.15.451.1460.1170.44905100.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	14.500.000
60.10.15.451.1460.1170.44903900.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	500.000
60.10.15.451.1460.1170.44905100.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	9.500.000
56.10.15.451.1460.1170.44903900.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	500.000
56.10.15.451.1460.1170.44905100.00	Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros	4.500.000
19.10.27.812.1330.4502.33903000.00	Operação e Manutenção das Unidades Esportivas da SEME	2.500.000
19.10.27.812.1330.4512.33903000.00	Operação e Manutenção do Programa Clube Escola	2.500.000
19.10.27.812.1330.4512.33903900.00	Operação e Manutenção do Programa Clube Escola	22.500.000
19.10.27.812.1330.3511.44903900.00	Reformas de Equipamentos Esportivos	7.500.000
19.10.27.812.1330.3511.44905100.00	Reformas de Equipamentos Esportivos	10.000.000
19.10.27.813.1330.4501.33903900.00	Eventos de Lazer, Recreação e Promoções Esportivas	5.000.000
19.10.27.812.1330.1076.44905100.00	Centro Olímpico Regional Forte do Triunfo	4.999.000
14.10.16.451.1131.1277	Urbanização de favelas dos Córregos Ipiranga e Sapé - Processos 2010-0.046.942-1, 2010-0.046.896-4 e 2007-0.318.752-6	0


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 37
 nº 01-479 do PROJ.
 de 20 11

 André Marcondes
 RF 11234

II – alterem-se os anexos relativos às seguintes modificações:

Projeto, Atividade e Op. Especiais	Aplicação programada correta a constar no Programa de Trabalho
11.20.04.122.2610.2187	Administração da Galeria Prestes Maia
11.20.14.422.1160.2189	Atenção em Direitos Humanos para Grupos Vulneráveis
23.40.15.452.1240.6014	Serviços de Limpeza Urbana
28.17.99.999.9999.8999	Reserva de Contingência
18.10.10.302.1112.3100	Construção de Equipamentos de Saúde
18.10.10.302.1112.3101	Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde
85.10.13.392.2610.6431	Operação e Manutenção da Fundação do Teatro Municipal
85.10.13.392.2320.6432	Realização de Atividades da Fundação do Teatro Municipal
85.10.13.392.1320.6434	Remuneração de Prestadores de Serviços Artísticos das Escolas
85.10.13.392.2320.6435	Remuneração de Prestadores de Serviços Artísticos dos Corpos Estáveis
85.10.13.392.2320.6436	Remuneração de Bolsistas da Orquestra Experimental de Repertório
85.10.13.392.2320.6437	Orquestra Sinfônica Jovem Municipal
91.10.16.482.1310.1260	Ação Centro BID - Moradia na Área Central
91.10.16.482.1133.1261	FMH - Mutirões
91.10.16.482.1310.1263	Ação Centro BID - Recuperação de Cortiços
91.10.16.482.1132.1265	Jardim Miriam - Obras de Regularização
91.10.16.482.1133.1276	Projetos e Ações de Apoio Habitacional
91.10.16.482.1132.1281	Regularização Fundiária em Assentamentos
91.10.16.482.1133.2611	Administração da Carteira Imobiliária

III – altere-se o Orçamento de Investimentos 2012 da Empresa de Tecnologia da Informação do Município de São Paulo – PRODAM-SP S/A, conforme segue:

“3.2. USOS

Custeio

Outras Despesas

60.886.259

IV – alterem-se os quadros de receita e despesa, conforme relatórios a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			34.806.294.976
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		16.658.288.801	
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	16.429.319.544		
1.1.1.2.00.00.00.00	IMPOSTOS S/ O PATRIMÔNIO E A RENDA	7.316.754.361		
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	4.963.845.040		
1.1.1.2.02.01.00.00	Imposto s/ a Propriedade Predial	4.750.090.240		
1.1.1.2.02.02.00.00	Imposto s/ a Propriedade Territorial Urbana	213.754.800		
1.1.1.2.04.00.00.00	IMPOSTO S/ A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.100.014.650		
1.1.1.2.04.31.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ os Rendimentos do Trabalho	905.295.078		
1.1.1.2.04.33.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Remessa de Recursos ao Exterior	261.140		
1.1.1.2.04.34.00.00	Imposto de Renda Retido nas Fontes s/ Outros Rendimentos	194.458.432		
1.1.1.2.08.00.00.00	IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS - ITBI-IV	1.252.894.671		
1.1.1.2.08.01.00.00	IMPOSTO S/ TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS S/ IMÓVEIS - ITBI-IV	1.252.894.671		
1.1.1.3.00.00.00.00	IMPOSTO S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	9.112.565.183		
1.1.1.3.05.00.00.00	IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	9.112.565.183		
1.1.1.3.05.01.00.00	ISS	8.432.990.945		
1.1.1.3.05.02.00.00	ISS - Sistema Integrado - Simples	352.956		
1.1.1.3.05.04.00.00	ISS - Simples Nacional	679.221.282		
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	228.968.144		
1.1.2.1.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	214.320.739		
1.1.2.1.25.00.00.00	TAXA DE LICENÇA P/ FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS E PRESTADORA DE SERVIÇOS	97.964.665		
1.1.2.1.25.03.00.00	Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE	97.964.665		
1.1.2.1.26.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	15.313.738		
1.1.2.1.26.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Anúncios	15.313.738		
1.1.2.1.32.00.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	74.800.569		
1.1.2.1.32.01.00.00	Taxa p/ Exame e Verificação de Projetos e Construções	74.800.569		
1.1.2.1.34.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE APARELHOS DE TRANSPORTE	6.531.547		
1.1.2.1.34.01.00.00	Taxa de Vistoria de Aparelhos de Transporte Vertical e Horizontal	6.531.547		
1.1.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	19.710.220		
1.1.2.1.99.03.00.00	Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana - FISLURB	1.214.620		
1.1.2.1.99.04.00.00	Taxa de Remoção - CET	17.235.600		
1.1.2.1.99.05.00.00	Taxa de Fiscalização de Cemitérios	1.260.000		
1.1.2.2.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	14.647.405		

Folha nº 38 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcos
RF 112


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 39 do proc.
nº 01-779 de 2011

 André Marcon
RF 11234

1.1.2.2.90.00.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	14.052.541	
1.1.2.2.90.02.00.00	Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares - TRSD	2.275	
1.1.2.2.90.03.00.00	Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS	14.050.266	
1.1.2.2.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	594.864	
1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos	5.261	
1.1.2.2.99.02.00.00	Taxa de Estudos p/ Fixação de Diretrizes	541.571	
1.1.2.2.99.03.00.00	Taxa de Combate a Sinistros	48.032	
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.113	
1.1.3.0.00.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.113	
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.077.895.146
1.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	831.182.100	
1.2.1.0.29.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO	831.182.100	
1.2.1.0.29.01.00.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	1.500.000	
1.2.1.0.29.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - OUTROS	1.500.000	
1.2.1.0.29.07.00.00	Contribuição de Servidor Ativo Civil	696.682.100	
1.2.1.0.29.07.01.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO - PMSP	661.000.000	
1.2.1.0.29.07.02.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO - CMSP	12.772.100	
1.2.1.0.29.07.03.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO - TCMSP	13.805.000	
1.2.1.0.29.07.04.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO - HSPM	200.000	
1.2.1.0.29.07.05.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO - SFMSP	3.065.000	
1.2.1.0.29.07.11.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO - IPREM	915.000	
1.2.1.0.29.07.12.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO - OUTROS	800.000	
1.2.1.0.29.07.13.00	Contribuição do Servidor Ativo - Aut. Hosp.	4.125.000	
1.2.1.0.29.09.00.00	Contr. de Servidor Inativo Civil	120.000.000	
1.2.1.0.29.09.01.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO - PMSP	109.100.000	
1.2.1.0.29.09.02.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO - CMSP	7.000.000	
1.2.1.0.29.09.03.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO - TCMSP	3.000.000	
1.2.1.0.29.09.04.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO - SFMSP	400.000	
1.2.1.0.29.09.05.00	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO - IPREM	500.000	
1.2.1.0.29.11.00.00	Contr. de Pensionista Civil	13.000.000	
1.2.1.0.29.11.01.00	CONTRIBUIÇÃO PENSIONISTA CIVIL	13.000.000	
1.2.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	246.713.046	
1.2.2.0.29.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO P/ O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP/FUNDIP	246.713.046	
1.2.2.0.29.01.00.00	CONTRIBUIÇÃO P/ O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP/FUNDIP	246.713.046	
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		536.648.044
1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	9.082.270	
1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUÉIS	38.747	
1.3.1.1.99.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUÉIS	38.747	
1.3.1.9.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	9.043.523	
1.3.1.9.01.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	9.043.523	
1.3.1.9.01.01.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	9.043.523	


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 40 de proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcondes
RF 11204

1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	466.389.381
1.3.2.2.00.00.00.00	DIVIDENDOS	3.100
1.3.2.2.00.01.00.00	DIVIDENDOS	3.100
1.3.2.5.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	56.636.343
1.3.2.5.01.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	46.736.343
1.3.2.5.01.02.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB	21.881.743
1.3.2.5.01.03.00.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAÚDE (SMS/FMS)	24.827.000
1.3.2.5.01.03.10.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAÚDE (SMS/FMS)	24.510.000
1.3.2.5.01.03.10.01	Remuneração de Dep Banc de Rec Transf de União - FMS-bloco At Básica	5.950.000
1.3.2.5.01.03.10.02	Remuneração de Dep Banc de Rec Transf de União - FMS - bloco Vigilância em Saúde	1.665.000
1.3.2.5.01.03.10.03	Remuneração de Dep Banc de Rec Transf de União - FMS - bloco MAC	15.193.000
1.3.2.5.01.03.10.04	Remuneração de Dep Banc de Rec Transf de União - FMS - bloco INVESTIMENTO	150.000
1.3.2.5.01.03.10.05	Remuneração de Dep Banc de Rec Transf de União - FMS - bloco Assist Farmaceutica	1.339.000
1.3.2.5.01.03.10.06	Remuneração de Dep Banc de Rec Transf de União - FMS - bloco Gestão do SUS	141.000
1.3.2.5.01.03.10.07	Remuneração de Dep Banc de Rec Transf de União - FMS- convênios repassados pelo MS	72.000
1.3.2.5.01.03.20.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAÚDE (SMS/FMS)	301.000
1.3.2.5.01.03.20.01	Remuneração de Dep Banc de Rec repassados pelo Estado através do Fundo Estadual de Saúde-FMS	214.000
1.3.2.5.01.03.20.02	Remuneração de Dep Banc de Rec repassados pelo Estado através de convênio - FMS	87.000
1.3.2.5.01.03.30.00	RECEITA DE REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAÚDE (SMS/FMS)	16.000
1.3.2.5.01.03.30.01	Instituições Privadas X SMS - FMS	16.000
1.3.2.5.01.06.00.00	Receita de Remun.de Dep. Bancários de Rec. Vinculados - Fundo de Saúde (SMS/FMS)	27.600
1.3.2.5.02.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	9.900.000
1.3.2.5.02.01.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos de Poupança	9.900.000
1.3.2.6.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS	1.125.000
1.3.2.6.00.03.00.00	Convênio MTE/SPPE/CODEFAT	1.125.000
1.3.2.8.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO RPPS	1.000.000
1.3.2.8.10.00.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	1.000.000
1.3.2.8.10.01.00.00	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	1.000.000
1.3.2.9.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	407.624.938
1.3.2.9.01.00.00.00	FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA	389.588.484
1.3.2.9.01.01.00.00	PMSP	300.450.000
1.3.2.9.01.05.00.00	Operação Urbana Faria Lima	3.438.652



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 41 do proc.
nº 01-479 de 2011

André Marcondes
RF 1128

1.3.2.9.01.06.00.00	Operações Interligadas	8.303.176
1.3.2.9.01.08.00.00	Fundo Especial Operação Urbana Água Branca - FEAB	25.148
1.3.2.9.01.10.00.00	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/FNDE	3.508.704
1.3.2.9.01.12.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP/FUNDIP	3.600.000
1.3.2.9.01.25.00.00	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	3.000.000
1.3.2.9.01.31.00.00	FMAS - Projeto Restaurante Escola	16.326
1.3.2.9.01.36.00.00	Proteção Social Básica/FMAS	3.178.809
1.3.2.9.01.37.00.00	Proteção Social Especial/FMAS	2.958.036
1.3.2.9.01.40.00.00	Ministério do Esporte/CEF x SEME	3.800.000
1.3.2.9.01.41.00.00	PMSP/SAS/FMAS	5.189.676
1.3.2.9.01.53.00.00	FEPAC	25.000
1.3.2.9.01.54.00.00	FUMCAD	4.911.277
1.3.2.9.01.58.00.00	FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social	4.025.137
1.3.2.9.01.59.00.00	FEMA - Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	3.155.571
1.3.2.9.01.60.00.00	PETI-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - FNAS/FMAS	4.582.952
1.3.2.9.01.69.00.00	Convênio SENASP	1.847.016
1.3.2.9.01.70.00.00	Convênio CDHU x SEHAB	10.440.749
1.3.2.9.01.71.00.00	Convênio City Jaraguá	1.205.937
1.3.2.9.01.72.00.00	FUNCAP	20.000
1.3.2.9.01.74.00.00	Convênio SMADS - União Européia	16.543.197
1.3.2.9.01.75.00.00	PMSP/SMADS/FMAS - PAC II POP RUA	25.889
1.3.2.9.01.78.00.00	Rendimento de aplicações financeiras Adm Indireta	4.500.000
1.3.2.9.01.83.00.00	Construção da Biblioteca de Itaqueta/Savoy	15.000
1.3.2.9.01.84.00.00	FMDT	25.430
1.3.2.9.01.87.00.00	Convênio CMDH x União	19.694
1.3.2.9.01.88.00.00	Convênio SMC x Estado	20.000
1.3.2.9.01.89.00.00	Receita Financeira de Recursos Próprios - COHAB-SP	300.000
1.3.2.9.01.93.00.00	Operação Urbana Água Espraiada	429.967
1.3.2.9.01.98.00.00	Fundo Mun Habitac-Outorga Onerosa-Lei 13.876/2004	27.141
1.3.2.9.02.00.00.00	FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - RENDA FIXA	18.036.454
1.3.2.9.02.01.00.00	Transferências do Salário Educação - Lei 10.832/03	17.936.454
1.3.2.9.02.02.00.00	Convênios MINC/SMC	100.000
1.3.3.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	52.844.578
1.3.3.9.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	52.844.578
1.3.3.9.01.00.00.00	Retribuição pelo uso de Unidades Habitacionais	6.204
1.3.3.9.01.01.00.00	Carteira - COHAB	6.204
1.3.3.9.02.00.00.00	Retribuição pelo uso de Unidades Comerciais	1.402.548
1.3.3.9.02.01.00.00	Carteira - COHAB	1.402.548
1.3.3.9.99.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	51.435.826
1.3.3.9.99.02.00.00	Rendas de Mercados, Feiras e Frigoríficos (ant. Mat.) - Sistema Novo	13.695.144
1.3.3.9.99.03.00.00	Estádio Municipal	4.100.000


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 42 do proc.
nº 01-479 de 20 11
André Marlon
RF 11224

1.3.3.9.99.06.00.00	Centros Esportivos - Unidades Educacionais e Esportivas	229.900	
1.3.3.9.99.08.00.00	Centros Culturais - Teatros/FEPA	144.000	
1.3.3.9.99.10.00.00	Tarifa de Pedágio p/ Ingresso nas Ruas de Pedestres	434.005	
1.3.3.9.99.12.00.00	Concessão para Exploração Comercial em Estacionamento Subterrâneo - SMT	110.917	
1.3.3.9.99.13.00.00	Implantação, Instalação e Passagem de Equipamentos Urbanos - CONVIAS	2.500.406	
1.3.3.9.99.15.00.00	Contratos de Concessão e Permissão dos Serviços de Limpeza Urbana - FMLU	30.191.454	
1.3.3.9.99.17.00.00	Unidades Esportivas da SEME	30.000	
1.3.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	8.331.815	
1.3.9.0.01.00.00.00	REMUNERAÇÕES DE RECEITAS	8.315.815	
1.3.9.0.01.01.00.00	Remunerações Diversas	8.315.815	
1.3.9.0.03.00.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS - FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO	16.000	
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		405.696.393
1.6.0.0.01.00.00.00	SERVIÇOS COMERCIAIS	700.000	
1.6.0.0.01.01.00.00	Serviços de Comercialização de Medicamentos	700.000	
1.6.0.0.02.00.00.00	SERVIÇOS FINANCEIROS	6.757.120	
1.6.0.0.02.01.00.00	Serviços de Juros de Empréstimos	2.175.120	
1.6.0.0.02.01.01.00	Financiamentos Habitacionais - Carteira COHAB-SP	2.175.120	
1.6.0.0.02.07.00.00	Serviços de Comissões pela Prestação de Serviços	132.000	
1.6.0.0.02.99.00.00	Outros Serviços Financeiros	4.450.000	
1.6.0.0.02.99.01.00	Juros de Emprést. Imobil. 1ª Série	50.000	
1.6.0.0.02.99.02.00	Juros de Emprést. Hipotec. Heliópolis	400.000	
1.6.0.0.02.99.03.00	Juros de Emprést. Imobil. Dec. 34.985/95	600.000	
1.6.0.0.02.99.04.00	Juros de Emprést. Hipotec. Res. 546/96	3.400.000	
1.6.0.0.03.00.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	18.458.000	
1.6.0.0.03.99.00.00	Outros Serviços de Transporte	18.458.000	
1.6.0.0.05.00.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	227.116.000	
1.6.0.0.05.01.00.00	Serviços Hospitalares - FMS	198.000.000	
1.6.0.0.05.03.00.00	Serviços Radiológicos e Laboratoriais - FMS	12.000.000	
1.6.0.0.05.10.00.00	Serviços Ambulatoriais - FMS	17.116.000	
1.6.0.0.13.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	28.460.065	
1.6.0.0.13.02.00.00	Serviços de Venda de Editais	6.081	
1.6.0.0.13.03.00.00	Serviços Administrativos	2.004.000	
1.6.0.0.13.04.00.00	Serviços de Expedição de Certificados	2.805.394	
1.6.0.0.13.07.00.00	Serviços de Fotocópias ou Cópias Heliográficas	875.299	
1.6.0.0.13.08.00.00	Serviços de Expedientes	912.783	
1.6.0.0.13.12.00.00	Remoção e Estadia - DSV	58.702	
1.6.0.0.13.13.00.00	Autuação de Processos - DAMSP	1.824.445	
1.6.0.0.13.14.00.00	Autuação de Processos - G. A. 99-T	402.706	
1.6.0.0.13.15.00.00	Análise de Estudos, Planos, Projetos e Relatórios - DECONT	621	
1.6.0.0.13.16.00.00	Desinterdição, Fiscalização e Vistoria - DECONT	15.612	
1.6.0.0.13.18.00.00	Serviços de Transporte do DTP	12.743.145	
1.6.0.0.13.19.00.00	Receita de Registros de Profissionais e Firmas	56.831	
1.6.0.0.13.20.00.00	Termo de Permissão de Uso - TPU	5.268.836	


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 43 do proc.
 nº 01-479 de 2011

 André Marcon
 RF 11284

1.6.0.0.13.23.00.00	Licença Especial de Trânsito de Produtos Perigosos - SMT	62.621	
1.6.0.0.13.25.00.00	Cadastramento de Ambulantes	2.764	
1.6.0.0.13.26.00.00	Termo de Permissão de Uso - CONVIAS	233.839	
1.6.0.0.13.27.00.00	Aprovação de Projetos - CONVIAS	379.186	
1.6.0.0.13.99.00.00	Outros Serviços Administrativos	807.200	
1.6.0.0.14.00.00.00	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.454.220	
1.6.0.0.14.01.00.00	SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.454.220	
1.6.0.0.19.00.00.00	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	2.350.000	
1.6.0.0.19.03.00.00	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS - FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL SÃO PAULO	2.350.000	
1.6.0.0.20.00.00.00	Serviço de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos	1.020	
1.6.0.0.20.01.00.00	Remuneração de Serviços Prestados - COHAB	1.020	
1.6.0.0.21.00.00.00	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	30.000	
1.6.0.0.21.01.00.00	Fornecimento de Refeições	30.000	
1.6.0.0.43.00.00.00	SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	7.304.012	
1.6.0.0.43.01.00.00	Coleta de Resíduos Sólidos - Saúde - LIMPURB	7.304.012	
1.6.0.0.99.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	112.065.956	
1.6.0.0.99.01.00.00	Concessões	10.000.000	
1.6.0.0.99.02.00.00	Outros Serviços de Cemitérios	3.540.000	
1.6.0.0.99.03.00.00	Comercialização de Urnas e Caixões	45.964.000	
1.6.0.0.99.04.00.00	Comercialização de urnas para cinzas de madeira e cobre	200.000	
1.6.0.0.99.05.00.00	Comercialização de artigos religiosos	920.000	
1.6.0.0.99.06.00.00	Comercialização de Flores	6.676.000	
1.6.0.0.99.07.00.00	Sepultamento	6.756.000	
1.6.0.0.99.08.00.00	Aluguel de Gaveta	780.000	
1.6.0.0.99.09.00.00	Aluguel Quadra Geral	1.150.000	
1.6.0.0.99.10.00.00	Columbário	50.000	
1.6.0.0.99.11.00.00	Velório	8.206.000	
1.6.0.0.99.12.00.00	Cremação	3.580.000	
1.6.0.0.99.13.00.00	Câmara Frigorífica	340.000	
1.6.0.0.99.14.00.00	Essa	2.400.000	
1.6.0.0.99.15.00.00	Ozona	4.000	
1.6.0.0.99.16.00.00	Mesa	450.000	
1.6.0.0.99.17.00.00	Comercialização de urnas para cinzas - frascueira	10.000	
1.6.0.0.99.18.00.00	Comercialização de Velas e Lampâdas	830.000	
1.6.0.0.99.19.00.00	OUTROS SERVIÇOS	18.368.636	
1.6.0.0.99.20.00.00	Receita de Floricultura	1.600.000	
1.6.0.0.99.21.00.00	Polo gerador de tráfego (FMDT)	180.000	
1.6.0.0.99.22.00.00	Remuneração de Serviços Prestados COHAB/PPP	61.320	
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		13.958.201.649
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.690.512.417	
1.7.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.079.936.085	
1.7.2.1.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	198.179.111	
1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos	197.096.521	


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

	Municípios		
1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imposto s/ a Propriedade Territorial Rural	1.039.161	
1.7.2.1.01.32.00.00	Cota-parte do Imposto s/ Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	43.429	
1.7.2.1.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	5.002.695	
1.7.2.1.22.11.00.00	Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	565.261	
1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compensação Financeira de Extração Mineral - CFEM	1.521.878	
1.7.2.1.22.30.00.00	Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7990/89	2.915.556	
1.7.2.1.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	1.397.100.000	
1.7.2.1.33.11.00.00	ATENÇÃO BÁSICA - FMS	394.839.000	
1.7.2.1.33.11.10.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo) - FMS	218.677.000	
1.7.2.1.33.11.30.00	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - VARIÁVEL (PAB VARIÁVEL) - FMS	176.162.000	
1.7.2.1.33.11.30.01	Saúde da Família -FMS	80.383.000	
1.7.2.1.33.11.30.02	Agentes Comunitários de Saúde -FMS	64.891.000	
1.7.2.1.33.11.30.03	Saúde Bucal -FMS	6.514.000	
1.7.2.1.33.11.30.05	Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas -FMS	476.000	
1.7.2.1.33.11.30.06	Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário - FMS	2.000	
1.7.2.1.33.11.30.08	Outros programas Financ Por Transf Fundo a Fundo - ATB- FMS	23.896.000	
1.7.2.1.33.12.00.00	ATENÇÃO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR - FMS	785.367.000	
1.7.2.1.33.12.10.00	Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar - FMS	489.367.000	
1.7.2.1.33.12.10.01	Teto Financeiro - FMS	421.000.000	
1.7.2.1.33.12.10.02	SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - FMS	50.720.000	
1.7.2.1.33.12.10.03	CEO - Centro Espec Odontológica - FMS	4.716.000	
1.7.2.1.33.12.10.04	CAPS -Centro de Atenção Psicossocial - FMS	84.000	
1.7.2.1.33.12.10.05	CEREST - Centro de Ref Em Saúde do Trabalhador	11.285.000	
1.7.2.1.33.12.10.06	Outros programas Financ Por Transf Fundo a Fundo - MAC- FMS	1.562.000	
1.7.2.1.33.12.20.00	FUNDO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E COMPENSAÇÃO - FAEC - FMS	267.010.000	
1.7.2.1.33.12.20.01	CNRAC -Centro Nacional Regulação de Alta Complex -FMS	10.000	
1.7.2.1.33.12.20.02	Terapia Renal Substitutiva - FMS	167.000.000	
1.7.2.1.33.12.20.08	Transplantes - Outros - FMS	100.000.000	
1.7.2.1.33.12.90.00	OUTROS PROG. FINANC. POR TRANSF. FUNDO A FUNDO/ FAEC - FMS	28.990.000	
1.7.2.1.33.12.90.01	Outros Programs Financ. por Transf. Fundo a Fundo-FAEC-FMS	28.990.000	
1.7.2.1.33.13.00.00	VIGILÂNCIA EM SAÚDE - FMS	108.839.000	
1.7.2.1.33.13.10.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde - FMS	84.367.000	
1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária - FMS	14.580.000	


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 45 do proc.
nº 01-479 de 2011

 André Marcon
RF 11294

1.7.2.1.33.13.30.00	Outros programas Financ Por Transf Fundo a Fundo - VS- FMS	9.892.000
1.7.2.1.33.14.00.00	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - FMS	89.132.000
1.7.2.1.33.14.10.00	Componente Básico da Assistência Farmacêutica - FMS	75.292.000
1.7.2.1.33.14.50.00	Outros programas Financ Por Transf Fundo a Fundo - Assist Farm- FMS	13.840.000
1.7.2.1.33.15.00.00	GESTÃO SUS - FMS	9.099.000
1.7.2.1.33.15.10.00	Qualificação da Gestão do SUS - FMS	400.000
1.7.2.1.33.15.20.00	Implantação de Ações e Serviços de Saúde - FMS	2.274.000
1.7.2.1.33.15.30.00	Outros programas Financ Por Transf Fundo a Fundo - Gestão- FMS	6.425.000
1.7.2.1.33.16.00.00	INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE - FMS	9.824.000
1.7.2.1.33.16.30.00	Programas Financiados por transferências Fundo a Fundo - Bloco Investimento - FMS	9.824.000
1.7.2.1.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS	17.356.640
1.7.2.1.34.04.00.00	Programa Sentinela - FNAS/FMAS	780.000
1.7.2.1.34.08.00.00	PMSP/SAS/FMAS	16.336.640
1.7.2.1.34.09.00.00	PMSP/SMADS/FMAS - PAC II POP RUA	240.000
1.7.2.1.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE	427.119.308
1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação(Lei nº10832/03)	325.009.308
1.7.2.1.35.02.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	17.000.000
1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	85.000.000
1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	110.000
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - LC Nº 87/96	35.178.331
1.7.2.1.36.01.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - LC Nº 87/96	35.178.331
1.7.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	8.664.099.971
1.7.2.2.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	8.649.736.971
1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	6.672.487.305
1.7.2.2.01.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.903.837.999
1.7.2.2.01.04.00.00	Cota-Parte do IPI s/ Exportação	53.984.213
1.7.2.2.01.13.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE)	19.427.454
1.7.2.2.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	14.363.000
1.7.2.2.99.04.00.00	FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos	210.000
1.7.2.2.99.10.00.00	Transferência do Fundo Estadual de Saúde - FMS	14.153.000
1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.946.476.361
1.7.2.4.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	2.946.476.361
1.7.2.4.01.01.00.00	Da União	229.151.938


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

1.7.2.4.01.02.00.00	Do Estado	2.717.324.423
1.7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.318.000
1.7.3.0.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.574.000
1.7.3.0.01.03.00.00	Instituições Privadas x SMPP	2.574.000
1.7.3.0.10.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS P/ PROG. SAÚDE	744.000
1.7.3.0.10.01.00.00	Transferências de Instituições Privadas p/ Programas de Saúde	744.000
1.7.5.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	110.000.000
1.7.5.0.01.00.00.00	FUMCAD - Imposto de Renda	110.000.000
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	154.371.232
1.7.6.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	83.944.379
1.7.6.1.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO P/ O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	2.747.000
1.7.6.1.01.10.00.00	CONVENIO COM MINISTÉRIO DA SAÚDE - FMS	2.747.000
1.7.6.1.01.10.14.00	Outros convênios da União para a área da Saúde	2.747.000
1.7.6.1.02.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	2.000.000
1.7.6.1.02.02.00.00	Convênio MEC/FNDE - Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais	2.000.000
1.7.6.1.03.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.202.000
1.7.6.1.03.01.00.00	PMSP/SAS/FMAS	2.202.000
1.7.6.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	76.995.379
1.7.6.1.99.09.00.00	Convênio Ministério do Turismo	2.604.456
1.7.6.1.99.12.00.00	Convênio Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP	34.379.270
1.7.6.1.99.19.00.00	Convênio PMSP/SMPP x UNIÃO	14.487.224
1.7.6.1.99.20.00.00	Convênio MTE/SPPE/CODEFAT	17.500.000
1.7.6.1.99.22.00.00	Convênio CMDH - União	1.914.429
1.7.6.1.99.23.00.00	Hospital Sentinela	110.000
1.7.6.1.99.25.00.00	CONVÊNIO SGM X UNIÃO	3.000.000
1.7.6.1.99.26.00.00	CONVÊNIO SEMDET X UNIÃO	3.000.000
1.7.6.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	68.356.853
1.7.6.2.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS P/ O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	731.000
1.7.6.2.01.01.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde	731.000
1.7.6.2.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	67.625.853
1.7.6.2.99.10.00.00	Proteção Social Básica/FMAS	23.167.507
1.7.6.2.99.11.00.00	Proteção Social Especial/FMAS	41.458.346
1.7.6.2.99.15.00.00	Convênio SGM - Estado	3.000.000
1.7.6.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.070.000
1.7.6.4.05.00.00.00	Convênio SPPI x Instituições Privadas	70.000
1.7.6.4.06.00.00.00	CONVÊNIO SGM X INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.000.000



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.169.564.943
1.9.1.0.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	1.156.988.879
1.9.1.0.01.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	210.000
1.9.1.0.01.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	210.000
1.9.1.1.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	141.229.557
1.9.1.1.02.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	686
1.9.1.1.02.03.00.00	Multas e Juros de Mora do Imposto s/ a Renda Retido nas Fontes	686
1.9.1.1.38.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	44.629.477
1.9.1.1.38.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	44.629.477
1.9.1.1.39.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S/ A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITBI	15.996.195
1.9.1.1.39.01.00.00	Multas e Juros de Mora do Imposto s/a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	15.996.195
1.9.1.1.40.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	72.716.257
1.9.1.1.40.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	63.472.625
1.9.1.1.40.02.00.00	Multas e Juros de Mora do Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS SIMPLES NACIONAL	9.243.632
1.9.1.1.98.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	612
1.9.1.1.98.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	612
1.9.1.1.99.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	7.886.330
1.9.1.1.99.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	7.886.330
1.9.1.2.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	30.000
1.9.1.2.29.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O RPPS	30.000
1.9.1.2.29.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal	20.000
1.9.1.2.29.02.00.00	Multas e Juros de Mora da Contribuição do Servidor	10.000
1.9.1.3.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	130.114.866
1.9.1.3.11.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/ A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	94.370.983
1.9.1.3.11.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto s/a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	94.370.983
1.9.1.3.12.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/ A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITBI	281.710
1.9.1.3.12.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto s/a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI	281.710
1.9.1.3.13.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	16.888.029
1.9.1.3.13.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	16.888.029


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 48 do proc.
nº 01-479 de 20 11

 André Marcondes
RF 1124

1.9.1.3.98.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	167.216
1.9.1.3.98.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	167.216
1.9.1.3.99.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	18.406.928
1.9.1.3.99.02.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	18.406.928
1.9.1.8.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	4.367.384
1.9.1.8.99.00.00.00	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	4.367.384
1.9.1.8.99.01.00.00	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	1.610.000
1.9.1.8.99.02.00.00	Juros Moratórios Permissionárias de Unidades Habitacionais	2.100
1.9.1.8.99.02.01.00	Retribuição de Uso - Carteira COHAB-SP	2.100
1.9.1.8.99.03.00.00	Juros Moratórios Permissionárias de Unidades Comerciais	1.550.004
1.9.1.8.99.03.01.00	Retribuição de Uso Carteira COHAB-SP	1.550.004
1.9.1.8.99.04.00.00	Carteira COHAB-SP	1.205.280
1.9.1.8.99.04.01.00	Juros Moratórios de Financiamentos Habitacionais	1.167.444
1.9.1.8.99.04.02.00	Juros Moratórios de Poupança de Renegociação de Dívidas	37.836
1.9.1.9.00.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	881.037.072
1.9.1.9.10.00.00.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	1.440.000
1.9.1.9.10.02.00.00	Multas Previstas na Legislação Sanitária - FMS	1.440.000
1.9.1.9.11.00.00.00	MULTAS DIVERSAS	20.647.714
1.9.1.9.11.02.00.00	Multas SMSP - Sistema Novo	20.647.714
1.9.1.9.15.00.00.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	832.356.316
1.9.1.9.15.01.00.00	Multas de Trânsito - DSV	812.154.316
1.9.1.9.15.02.00.00	Multas de Trânsito Veículos de Outros Municípios	2.000
1.9.1.9.15.03.00.00	Multas p/ Transporte de Produtos Perigosos - DSV	200.000
1.9.1.9.15.04.00.00	Multas de Trânsito de Veículos de Outros Estados - RENAINF	20.000.000
1.9.1.9.27.00.00.00	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	12.934.879
1.9.1.9.27.02.00.00	Multas e Juros/ Contratos PMSP	12.130.879
1.9.1.9.27.03.00.00	Multas e Juros - Contratos Serviço Funerário	60.000
1.9.1.9.27.04.00.00	Multas e Juros - Contratos Autarquias	744.000
1.9.1.9.35.00.00.00	MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	11.712.000
1.9.1.9.35.02.00.00	FEMA	912.000
1.9.1.9.35.03.00.00	Multas por falta de Inspeção Veicular - FEMA	10.800.000
1.9.1.9.50.00.00.00	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	805.000
1.9.1.9.50.02.00.00	Multas por Auto de Infração - FUNCAP	800.000
1.9.1.9.50.03.00.00	Multas Auto de Infração Serviço Funerário	5.000
1.9.1.9.99.00.00.00	OUTRAS MULTAS	1.141.163
1.9.1.9.99.01.00.00	Multas e Juros Diversos - PMSP	1.141.163
1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	129.294.206
1.9.2.1.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	15.016
1.9.2.1.06.00.00.00	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	15.016
1.9.2.1.06.02.00.00	Indenizações de Companhias Seguradoras	10.000


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 49 do proc.
nº 01-479 de 20 11

 André Marcondes
RF 112444

1.9.2.1.06.03.00.00	Indenização Danos Fisicos: Unidades Habitacionais FMH - Particip. Carteira COHAB/SP	5.016
1.9.2.2.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	129.279.190
1.9.2.2.10.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O RGPS E O RPPS	80.000.000
1.9.2.2.10.01.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O RGPS E O RPPS	80.000.000
1.9.2.2.99.00.00.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	49.279.190
1.9.2.2.99.01.00.00	Restituições Diversas	48.911.809
1.9.2.2.99.02.00.00	Reembolsos de Salário Família	293.381
1.9.2.2.99.03.00.00	Restituições Diversas - FMS	74.000
1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	235.087.544
1.9.3.1.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	205.442.544
1.9.3.1.11.00.00.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto s/a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	167.661.691
1.9.3.1.12.00.00.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto s/a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI - IV	288.582
1.9.3.1.13.00.00.00	Receita da Dívida Ativa do Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	26.317.103
1.9.3.1.98.00.00.00	Receita da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria	140.670
1.9.3.1.99.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	11.034.498
1.9.3.1.99.01.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Principal - PMSP	11.033.842
1.9.3.1.99.03.00.00	FISC	656
1.9.3.2.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	29.645.000
1.9.3.2.99.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA DE OUTRAS RECEITAS	29.645.000
1.9.3.2.99.01.00.00	Receita da Div. Ativa Não Trib. De Outras Receitas	5.520.000
1.9.3.2.99.01.01.00	PRESTAÇÃO DE COBRANÇA DUVIDOSA	250.000
1.9.3.2.99.01.02.00	CRÉDITOS EM EXECUÇÃO	4.700.000
1.9.3.2.99.01.03.00	CRÉDITOS A RECEBER DE PENSÕES	300.000
1.9.3.2.99.01.05.00	REC. DÍVIDA ATIVA DE CONTRIBUIÇÕES AO RPPS	170.000
1.9.3.2.99.01.06.00	Rec. Dívida Ativa de Contribuições ao RPPS - Outro	100.000
1.9.3.2.99.02.00.00	Receita da Dívida Ativa - Adm. Indireta	125.000
1.9.3.2.99.06.00.00	JUD	24.000.000
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	648.194.314
1.9.9.0.01.00.00.00	RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL - OUTRAS RECEITAS	485.013.974
1.9.9.0.01.01.00.00	REFIS	210.864
1.9.9.0.01.02.00.00	Programa de Parcelamento Incentivado - PPI	70.504.946
1.9.9.0.01.03.00.00	Programa de Parcelamento Incentivado - PPI - Decreto nº 48260/2007	30.463.469
1.9.9.0.01.04.00.00	Parcelamento Especial para Ingresso no Simples Nacional - PISN	333.973
1.9.9.0.01.05.00.00	Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários - PAT	48.374.829
1.9.9.0.01.06.00.00	Programa de Parcelamento Incentivado PPI 2008	26.081.469
1.9.9.0.01.07.00.00	Programa de Parcelamento Incentivado - PPI 2009	33.279.984
1.9.9.0.01.08.00.00	Programa de Parcelamento Incentivado - PPI	89.890.956


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

	2010		
1.9.9.0.01.14.00.00	Programa de Parcelamento Incentivado - PPI 2011	185.873.484	
1.9.9.0.02.00.00.00	RECEITA DE ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS	54.689.932	
1.9.9.0.02.01.00.00	Receita de Honorários de Advogados	54.677.382	
1.9.9.0.02.02.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência	12.550	
1.9.9.0.98.00.00.00	OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	60.000	
1.9.9.0.98.02.00.00	RECEITAS EVENTUAIS - FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO	60.000	
1.9.9.0.99.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	108.430.408	
1.9.9.0.99.01.00.00	FEPAC	600.000	
1.9.9.0.99.08.00.00	FEMA	10.356.343	
1.9.9.0.99.09.00.00	Saldo não Utilizado do Adiantamento	144.000	
1.9.9.0.99.11.00.00	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	1.500.000	
1.9.9.0.99.13.00.00	Outras Receitas	893.000	
1.9.9.0.99.22.00.00	Eventuais Diversos - PMSP	86.686.144	
1.9.9.0.99.23.00.00	Leilões - DSV/SPTRANS/CET	1.000	
1.9.9.0.99.24.00.00	Leilões - DTP	1.000	
1.9.9.0.99.27.00.00	Leilões - FUNDIP	100.000	
1.9.9.0.99.30.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado - PMSP	1.459.289	
1.9.9.0.99.31.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado - IPREM	2.807.832	
1.9.9.0.99.35.00.00	Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado - Fundação	22.800	
1.9.9.0.99.36.00.00	Fundo Especial de Despesas do TCM	2.949.000	
1.9.9.0.99.70.00.00	Atualização Monetária	230.000	
1.9.9.0.99.74.00.00	Outros Créditos	600.000	
1.9.9.0.99.80.00.00	Subpermissão de Lanchonetes	80.000	
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		4.312.497.710
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		109.058.209
2.1.1.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	6.885.000	
2.1.1.4.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	6.885.000	
2.1.1.4.05.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS P/ PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6.885.000	
2.1.1.4.05.01.00.00	Programa de Modernização da Administração Tributária - PMAT/BNDES	6.885.000	
2.1.2.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	102.173.209	
2.1.2.3.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	102.173.209	
2.1.2.3.99.00.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - CONTRATUAIS	102.173.209	
2.1.2.3.99.01.00.00	PROCENTRO - BID	59.426.509	
2.1.2.3.99.03.00.00	PNAFM	42.746.700	
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		1.380.975.500
2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	530.000	
2.2.1.0.01.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	530.000	
2.2.1.9.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	1.035.000.000	
2.2.1.9.00.03.00.00	Cessão de Direitos Creditórios - PPI	500.000.000	
2.2.1.9.00.04.00.00	Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	300.000.000	


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 51 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcondes
RF 1125

2.2.1.9.00.05.00.00	Cessão do Sistema de Bilhetagem Eletrônica	235.000.000	
2.2.2.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	345.445.500	
2.2.2.9.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	345.445.500	
2.2.2.9.00.01.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	345.445.500	
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		21.852.378
2.3.0.0.99.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	21.852.378	
2.3.0.0.99.01.00.00	Amortização das Dívidas com INSS - ANHEMBI	1.477.526	
2.3.0.0.99.02.00.00	Amortização das Dívidas com INSS - CET	306.683	
2.3.0.0.99.04.00.00	Amortização das Dívidas com INSS - PRODAM	514.866	
2.3.0.0.99.05.00.00	Amortização das Dívidas com INSS - SPTRANS	4.898.274	
2.3.0.0.99.06.00.00	Amortização das Dívidas com INSS - EMURB	243.644	
2.3.0.0.99.08.00.00	Emprest. Hipot. - Dec. 34985/95	1.200.000	
2.3.0.0.99.09.00.00	Emprest. Hipot. - Resol. 546/96	5.600.000	
2.3.0.0.99.10.00.00	Carteira COHAB-SP	7.611.385	
2.3.0.0.99.10.01.00	Amortização - Financiamentos Habitacionais - COHAB-SP	1.894.812	
2.3.0.0.99.10.02.00	Amortização - Poupança Prévia COHAB - SP	1.272.372	
2.3.0.0.99.10.03.00	Amortizações Voluntárias - Financiamentos Habitacionais/COHAB-SP	1.044.216	
2.3.0.0.99.10.04.00	Amortizações FCVS	6.000	
2.3.0.0.99.10.05.00	Amortizações por Sinistros - Financiamentos Habitacionais/COHAB-SP	673.404	
2.3.0.0.99.10.06.00	Indenizações de Danos Físicos - Unidades Habitacionais/COHAB-SP	29.232	
2.3.0.0.99.10.07.00	Amortização - Financiamento Habitacional/FMH - Participação Carteira COHAB-SP	2.566.938	
2.3.0.0.99.10.08.00	Amortização - Poupança Prévia FMH - Participação Carteira COHAB-SP	5.760	
2.3.0.0.99.10.09.00	Amortização - Sinistros FMH - Participação Carteira COHAB-SP	118.651	
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.666.097.021
2.4.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	429.412.607	
2.4.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	399.355.607	
2.4.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	399.355.607	
2.4.2.1.99.01.00.00	Fundo Especial Lei 7525/86 - Petrobrás	2.255.498	
2.4.2.1.99.09.00.00	Programa Brasil Potência Esportiva	16.000.000	
2.4.2.1.99.20.00.00	SEHAB - CT CEF/Min. Cidades / PAC (Heliópolis / Pq.Fernanda / Cidade Azul)	150.000.000	
2.4.2.1.99.21.00.00	PMSP/SIURB x MIN. CIDADES/CEF/PAC - Bacia do Córrego Cordeiro	35.849.207	
2.4.2.1.99.22.00.00	PMSP/SIURB x MIN. CIDADES/CEF/PAC - Córrego Pirajussara	38.729.833	
2.4.2.1.99.23.00.00	SES - CT CEF/ Min. Cidades	5.310.161	
2.4.2.1.99.24.00.00	SGM - CT CEF/Min. do Turismo	3.900.000	
2.4.2.1.99.25.00.00	SIURB x Ministério das Cidades	46.015.169	
2.4.2.1.99.27.00.00	SMT/SPTrans x União	11.662.184	
2.4.2.1.99.28.00.00	SEHAB x Ministério das Cidades/ PAC 2 - Paraisópolis	60.000.000	
2.4.2.1.99.29.00.00	SEHAB x Ministério das Cidades/PAC 2 - São Francisco	29.633.555	
2.4.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	30.057.000	
2.4.2.2.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	5.057.000	


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

 Folha nº 52 do proc.
nº 01-479 de 2011

 André Marcondes
RF 11294

2.4.2.2.01.01.00.00	Secretaria de Estado da Saúde - SMS/FMS	5.057.000
2.4.2.2.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	25.000.000
2.4.2.2.99.02.00.00	Projeto Parque Tecnológico de São Paulo - Zona Leste	25.000.000
2.4.4.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	898.175
2.4.4.0.07.00.00.00	Programa Ile de France	293.561
2.4.4.0.10.00.00.00	PMSP x IDF/ BIRD	604.614
2.4.5.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS	10.000
2.4.5.0.02.00.00.00	Desapropriação/ Alienação com Recursos de Terceiros - COHAB-SP	10.000
2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.235.776.239
2.4.7.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	192.176.297
2.4.7.1.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO P/ O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	3.377.000
2.4.7.1.01.10.00.00	Convênios com o Ministério da Saúde -FMS	3.377.000
2.4.7.1.02.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DA UNIÃO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	100.000
2.4.7.1.02.01.00.00	Convênio MEC/FNDE - Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais	100.000
2.4.7.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO	188.699.297
2.4.7.1.99.07.00.00	Convênio Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP	13.353.000
2.4.7.1.99.11.00.00	Convênios MINC/SMC	7.249.593
2.4.7.1.99.12.00.00	Convênio SEME - UNIÃO	5.100.000
2.4.7.1.99.16.00.00	Convênio MTE/SPPE/CODEFAT	1.250.000
2.4.7.1.99.18.00.00	Hospital Sentinela	51.000
2.4.7.1.99.19.00.00	Convênio Ministério do Turismo - Marca da Cidade de São Paulo	6.000.000
2.4.7.1.99.21.00.00	Convênio SMSP - União	80.000.000
2.4.7.1.99.22.00.00	CONVÊNIO SGM X UNIÃO	50.000.000
2.4.7.1.99.23.00.00	CONVÊNIO COHAB-SP X UNIÃO	12.530.000
2.4.7.1.99.24.00.00	CONVÊNIO FMH X UNIÃO	13.165.704
2.4.7.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	1.043.199.942
2.4.7.2.02.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIO DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	40.000.000
2.4.7.2.02.01.00.00	Convênio SME X ESTADO	40.000.000
2.4.7.2.03.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DOS ESTADOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO	327.802.144
2.4.7.2.03.01.00.00	Convênio SEHAB x Estado	12.000.000
2.4.7.2.03.02.00.00	Convênio PMSP x SABESP - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	306.502.156
2.4.7.2.03.04.00.00	Convênio PMSP x SABESP	9.299.988
2.4.7.2.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DOS ESTADOS	675.397.798
2.4.7.2.99.05.00.00	Convênio CDHU x SEHAB	263.000.000
2.4.7.2.99.06.00.00	Convênio SEME - Estado	19.799.270
2.4.7.2.99.07.00.00	CT / CEF / SEHAB / Min. Cidades / PAC Estadual / Mananciais Lotes I a VIII	278.600.000
2.4.7.2.99.10.00.00	Convênio SEHAB x Estado	6.000.000


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 53 do proc.
nº 01-479 de 20 11
André Marcondes
RF 11244

2.4.7.2.99.11.00.00	Convênio SMSP x Estado	15.699.280	
2.4.7.2.99.13.00.00	Convênio PMSP/SNJ x Estado	30.000.000	
2.4.7.2.99.14.00.00	Convênio SMC x Estado	1.800.000	
2.4.7.2.99.15.00.00	Convênio COHAB-SP/ FMH e CDHU	11.356.416	
2.4.7.2.99.16.00.00	Convênio FMH X ESTADO	26.430.000	
2.4.7.2.99.17.00.00	Convênio COHAB-SP X CPTM	11.356.416	
2.4.7.2.99.18.00.00	Convênio COHAB-SP X DERSA	11.356.416	
2.4.7.5.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DO EXTERIOR	400.000	
2.4.7.5.07.00.00.00	Convênio SVMA x Exterior	400.000	
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		1.134.514.602
2.5.6.0.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	1.200.000	
2.5.6.0.01.00.00.00	RESTITUIÇÕES DIVERSAS	1.200.000	
2.5.6.0.01.01.00.00	RESTITUIÇÕES DIVERSAS	1.200.000	
2.5.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	1.133.314.602	
2.5.9.0.01.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.133.314.602	
2.5.9.0.01.04.00.00	Operação Urbana Faria Lima	157.800.348	
2.5.9.0.01.08.00.00	Fundo Especial Operação Urbana Água Branca - FEAB	68.205.852	
2.5.9.0.01.13.00.00	Outorga Onerosa - Plano Diretor	160.000.000	
2.5.9.0.01.14.00.00	Outorga Onerosa - Lei de Anistia	4.171.329	
2.5.9.0.01.16.00.00	Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	50.000	
2.5.9.0.01.19.00.00	FUNPATRI	550.000	
2.5.9.0.01.20.00.00	FEMA - Crédito de Carbono	26.461.640	
2.5.9.0.01.21.00.00	Construção Biblioteca de Itaquera/Savoy	450.000	
2.5.9.0.01.22.00.00	Serviço Funerário do Município de São Paulo	10.000	
2.5.9.0.01.24.00.00	Operação Urbana Água Espraiada	575.066.033	
2.5.9.0.01.27.00.00	Fundo Especial de Despesas do TCM	1.000	
2.5.9.0.01.30.00.00	PMSP - SEHAB/Gestão de Crédito - COHAB/HABI	13.067.024	
2.5.9.0.01.32.00.00	Operação Urbana Vila Sonia	1.100.000	
2.5.9.0.01.33.00.00	Operação Urbana Centro	1.150.000	
2.5.9.0.01.34.00.00	Carteira FMH - Recursos Habitacionais - COHAB/SP	2.896.391	
2.5.9.0.01.35.00.00	Carteira FMH - Outras Receitas	60.000	
2.5.9.0.01.36.00.00	Carteira COHAB SP	4.537.056	
2.5.9.0.01.37.00.00	PMSP - FUNCAP - SMC/TAC - Pavilhão das Culturas Brasileiras	1.250.000	
2.5.9.0.01.38.00.00	Direitos Creditórios - PMSP/COHAB	27.587.929	
2.5.9.0.01.39.00.00	FEMA - COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS	30.000.000	
2.5.9.0.01.40.00.00	IPREM	200.000	
2.5.9.0.01.40.05.00	EMPRÉSTIMO - INDENIZAÇÃO A RECEBER	160.000	
2.5.9.0.01.40.07.00	RSR - LEI 403/86	20.000	
2.5.9.0.01.40.08.00	RSR - DEC. 34.985/95	20.000	
2.5.9.0.01.41.00.00	Carteira FMH - Recursos Habitacionais - TPU	7.200.000	
2.5.9.0.01.42.00.00	Carteira FMH - Permissionários com ou sem opção de compra	1.500.000	
2.5.9.0.01.43.00.00	Depósito Judicial	50.000.000	
7.0.0.0.00.00.00.00	RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTE		1.384.358.805
7.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.372.091.160
7.2.1.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-	1.372.091.160	


**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 54
nº 01-479
11
André da Silva

	ORÇAMENTÁRIAS		
7.2.1.0.29.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS INTRA ORÇAMENTÁRIA	1.372.091.160	
7.2.1.0.29.01.00.00	Contribuição Patronal Ativo Civil PMSP	1.372.091.160	
7.2.1.0.29.01.01.00	PATRONAL CIVIL ATIVO - PMSP	1.302.326.955	
7.2.1.0.29.01.02.00	PATRONAL CIVIL ATIVO - IPREM	1.830.000	
7.2.1.0.29.01.03.00	PATRONAL CIVIL ATIVO - SFMSP	6.130.000	
7.2.1.0.29.01.04.00	PATRONAL CIVIL ATIVO - HSPM	400.000	
7.2.1.0.29.01.10.00	PATRONAL CIVIL ATIVO - TCMSP	27.610.000	
7.2.1.0.29.01.11.00	PATRONAL CIVIL ATIVO - CMSP	25.544.205	
7.2.1.0.29.01.12.00	Patronal Civil Ativo - AUTARQUIAS HOSPITALARES	8.250.000	
7.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIA		477.141
7.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	450.000	
7.3.1.1.00.00.00.00	Aluguéis	450.000	
7.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	27.141	
7.3.2.9.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS - INTRA	27.141	
7.3.2.9.01.00.00.00	FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA - Intra	27.141	
7.3.2.9.01.98.00.00	Outorga Onerosa - Lei de Anistia Lei 11.522/94	27.141	
7.6.0.0.00.00.00.00	Receitas de Serviços - Intra-Orçamentária		11.790.504
7.6.0.0.99.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.790.504	
7.6.0.0.99.08.00.00	Receitas de Prestação de Serviços - COHAB-SP Agente Operador	11.790.504	
7.6.0.0.99.08.02.00	Carteira FMH	7.950.504	
7.6.0.0.99.08.03.00	Contrato COHAB-SP/SEHAB	3.840.000	
8.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL		4.171.329
8.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIA		4.171.329
8.5.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS - INTRA	4.171.329	
8.5.9.0.01.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS - INTRA	4.171.329	
8.5.9.0.01.14.00.00	Outorga Onerosa - Lei de Anistia - Lei 13.558/03	4.171.329	
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		(1.772.724.706)
9.7.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		(1.772.724.706)
9.7.2.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	(1.772.724.706)	
9.7.2.1.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	(46.662.802)	
9.7.2.1.01.00.00.00	DEDUÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	(39.627.136)	
9.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita do FPM - FUNDEB e Redutor Financeiro (corresp. 1721.01.02 cota parte do FPM)	(39.419.304)	
9.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ITR (corresp. 1721.01.05 cota parte do ITR)	(207.832)	
9.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - Lei Complementar 87/96 (corresp. 1721.36.00 Transf. Financ. ICMS Desoneração).	(7.035.666)	
9.7.2.2.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	(1.726.061.904)	
9.7.2.2.01.00.00.00	DEDUÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS	(1.726.061.904)	





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 55 do proc.
nº 01479 de 20 11
André Medeiros
R. P.

9.7.2.2.01.01.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - ICMS (corresp. 1722.01.01 cota parte do ICMS)	(1.334.497.461)
9.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPVA (corresp. 1722.01.02 cota parte do IPVA - mais Dedução para Averbação)	(380.767.600)
9.7.2.2.01.04.00.00	Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB - IPI - Exportação (corresp. 1722.01.04 cota parte do IPI)	(10.796.843)
Total Geral		

38.734.598.114



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
02 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 4103	4.4.90.52.00	00	02 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 4103	4.4.90.52.00	00	R\$ 2.000.000	R\$ 2.720.000	R\$ 4.720.000
Oper./Manut. Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento			Oper./Manut. Unidades Hospitalares, Pronto Socorros e Pronto Atendimento					
02 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 3112	4.4.90.39.00	00	02 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 3112	4.4.90.39.00	00	R\$ 500.000	R\$ 12.200.000	R\$ 12.700.000
Ampliação e Reforma do Hospital do Servidor Público Municipal			Ampliação e Reforma do Hospital do Servidor Público Municipal					
12 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1002	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Pavimentação da Rua Manoel Rosa, Bairro Morro Doce								
12 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1006	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Construção do Centro Comercial Popular em área localizada na Av. Sapopemba, altura do nº 14.000								
12 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1192	4.4.90.51.00	00	12 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1192	4.4.90.51.00	00	R\$ 20.000.000	R\$ 25.000.000	R\$ 45.000.000
Pavimentação de Vias			Pavimentação de Vias					

Folha nº 56
nº 01-477
2011



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
12 . 10 . 15 . 452 . 1210 . 2002 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Autorização de Plantio e Conservação de Vegetação de Porte Arbóreo Realizada pelo Poder Público para Cumprimento da Lei nº 15.470/11								
12 . 10 . 15 . 452 . 1210 . 2004 3.3.90.36.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Ampliação de Zeladores de Praças								
12 . 10 . 15 . 452 . 1460 . 1004 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Melhoria das Calçadas								
12 . 10 . 15 . 452 . 1460 . 1005 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Melhoria na Iluminação nas Praças, Teatros, Igrejas e Pontos de Ônibus								
12 . 10 . 15 . 452 . 1460 . 1137 4.4.90.51.00 . 00			12 . 10 . 15 . 452 . 1460 . 1137 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 120.000.000	R\$ 60.000.000	R\$ 180.000.000
Recapeamento			Recapeamento					



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
12 . 10 . 15 . 452 . 1460 . 2005 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação do Programa Bairro Amigo do Idoso nas Subprefeituras da Capital								
12 . 13 . 20 . 605 . 2210 . 1003 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Reforma Mercado Municipal da Penha (Senador Emídio de Barros)								
12 . 13 . 20 . 605 . 2210 . 1007 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Construção e Ampliação do Mercado Municipal de Itaquera								
12 . 13 . 20 . 605 . 2210 . 1008 . 4.4.90.61.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Desapropriação dos Imóveis Situados na Área de Construção do Mercado Municipal de Itaquera								
12 . 13 . 20 . 605 . 2210 . 1009 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Construção do Mercado Municipal de São Mateus								

Folha nº 58
nº 01479 de 2011
do proc.
André Marcom
RF 11.1.1



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
14 . 10 . 08 . 244 . 1133 . 1011	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 26.410.724	R\$ 26.410.724
Implantação de Unidades Habitacionais de Área Pública Municipal, Estrada M' Boi Mirim nº 100								
14 . 10 . 08 . 244 . 1133 . 2006	3.3.90.48.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Ampliação de Habitação para Idosos								
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1012	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Execução das Obras Habitacionais no Bairro Jardim Edith, Distrito de Pinheiros								
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1015	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Urbanização de Favelas com Implantação de Área de Lazer -Jd Ipê - Vila Fundão								
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1016	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Urbanização de Favelas com Implantação de Área de Lazer-Cohab Adventista, Rua Sene do Reino								

André Marcon
RE 1124

Folha nº 59
nº 01-479 de 2011



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1017	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Urbanização de Favela com Implantação de Área de Lazer - Pq Rondon - Rua da Moenda								
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1018	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Urbanização de Favela com Implantação de Área de Lazer - Pq Europa, Jd Bandeirantes								
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1019	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Urbanização de Favela com Implantação de Área de Lazer - Jd Jangadeiro/Projeto Janga + Ação								
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1021	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Urbanização de Favela com Implantação de Área de Lazer - Pq Maria Helena/Jd Antonieta								
14 . 10 . 16 . 451 . 1131 . 1025	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Execução das Obras Habitacionais da Favela Zavuvus, Distrito de Pedreira								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo				Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte		Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
14 . 10 . 16 . 451 . 1132 . 1010	4.4.90.51.00 .	00	Regularização Fundiária do Bairro Papai Noel	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
16 . 10 . 12 . 122 . 1124 . 1189	4.4.90.51.00 .	00	Construção do CEU - Jd Aracati	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 5.000.000	R\$ 5.000.000
16 . 10 . 12 . 122 . 1124 . 1190	4.4.90.51.00 .	00	Construção do CEU - Jd Novo Santo Amaro/Três Marias	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 5.000.000	R\$ 5.000.000
16 . 10 . 12 . 122 . 1124 . 1191	4.4.90.51.00 .	00	Construção do CEU - Jd Ângela	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 5.000.000	R\$ 5.000.000
16 . 10 . 12 . 122 . 1124 . 1195	4.4.90.51.00 .	00	Construção do CEU - Vila Calu	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 5.000.000	R\$ 5.000.000



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
16 . 10 . 12 . 122 . 1124 . 1196	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 5.000.000	R\$ 5.000.000
Construção do CEU - Pq Santo Antonio								
16 . 10 . 12 . 361 . 1123 . 2176	3.3.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Execução do Programa Federal PROJOVEM Urbano								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1197	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Vila Calu								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1198	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Chácara Bananal								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1199	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Capela								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1200	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Pq Cerejeiras								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1201	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Aracati								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1202	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Vila Gilda								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1203	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Cidade Paiva								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1204	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Pq Bologne								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1205	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Novo Sto Amaro								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1206	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Guarujá								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1207	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Nakamura								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1208	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Morro do Índio								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1209	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Jangadeiro								

Folha nº 64 do proc.
nº 01-47-9 de 20 11
Andre Marco
RF 112-11



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1210	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Caiçara								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1211	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Jd Santa Zélia								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1212	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Vila Remo								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1213	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Pq Santo Antonio								
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 1214	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 4.000.000	R\$ 4.000.000
Construção de CEI - Vaz de Lima								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 2837	3.3.90.39.00	00	16 . 10 . 12 . 365 . 1121 . 2837	3.3.90.39.00	00	R\$ 70.440.029	R\$ 4.000.000	R\$ 74.440.029
Operação e Manutenção de Escolas Municipais de Educação Infantil			Operação e Manutenção de Escolas Municipais de Educação Infantil					
18 . 10 . 08 . 241 . 1142 . 2039	3.3.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 350.000	R\$ 350.000
Implantação do Programa de Orientação para Prevenção de Quedas do Idoso								
18 . 10 . 10 . 122 . 1112 . 1047	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 2.500.000	R\$ 2.500.000
Implantação do Centro de Inclusão e Reabilitação de M'Boi Mirim - na Rua Ignácio Lima, s/n (Jardim Herculano)								
18 . 10 . 10 . 122 . 1112 . 1048	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação de Centros de Referência para o Autista de Caráter Multidisciplinar								
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 1061	4.4.50.52.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000.000	R\$ 1.000.000
Implantação da AMA no Bairro do Cambuci								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 1064	4.4.50.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação de uma AMA com PSF no Largo da Batata								
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 1065	4.4.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Ampliação da Unidade de Tratamento de Álcool e Drogas de Pinheiros -CAPS-AD								
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 1066	4.4.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação de Unidade de Uso Sócio-Educacional e Cultural e de Saúde Pública na Rua Horácio Lafer								
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 1283	3.3.50.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 700.000	R\$ 700.000
Implantação de Casas Dia para Tratamento de Saúde Mental para Idosos								
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 2037	3.3.50.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Elaboração de Termos de Convênios com Entidades Sem Fins Lucrativos, Entidades Médicas para Prestação de Serviço de Saúde por Médicos Aposentados								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 2041	4.4.50.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Implantação de Programa de Saúde Bucal para Idosos								
18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 4123	3.3.50.39.00	00	18 . 10 . 10 . 301 . 1111 . 4123	3.3.50.39.00	00	R\$ 367.329.928	-R\$ 62.114.000	R\$ 305.215.928
Implantação e Manutenção da Assistência Médica Ambulatorial - AMA			Implantação e Manutenção da Assistência Médica Ambulatorial - AMA					
18 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 1072	4.4.50.42.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 5.000.000	R\$ 5.000.000
Aquisição de Equipamento para Reativação do Hospital Sorocabana								
18 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 2036	4.4.50.42.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 14.200.000	R\$ 14.200.000
Manutenção do Instituto do Câncer Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho								
18 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 2038	3.3.90.30.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Aparelhos Auditivos Internos com Tecnologia Moderna para Idosos nas UBS's e AMA's								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 2040	3.3.50.43.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Implantação do Programa de Prevenção à AIDS na Terceira Idade								
18 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 2042	3.3.50.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Abertura de Rubrica para Cumprimento da Lei Nº 15.250/2010 que Dispõe sobre a Reserva de Ala Específica para Atendimento de Dependentes Químicos nos Hospitais Municipais de Saúde								
18 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 4127	3.3.50.39.00	00	18 . 10 . 10 . 302 . 1111 . 4127	3.3.50.39.00	00	R\$ 11.913.523	R\$ 500.000	R\$ 12.413.523
Operação e Manutenção do PROHDOM - Programa Hospital Domiciliar			Operação e Manutenção do PROHDOM - Programa Hospital Domiciliar					
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1046	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 800.000	R\$ 800.000
Reforma do Hospital Júlio Tupi - Rua Serra da Queimada, 800, Parque Guaianases								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1049	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação de Unidade Básica Jardim Brasília (Distrito de Brasilândia, Zona Norte)								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1050	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Implantação da UBS Parque Santo Antonio II								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1051	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 400.000	R\$ 400.000
Implantação do Centro de Oftalmologia M'Boi Mirim								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1052	4.4.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 800.000	R\$ 800.000
Ampliação e Reforma da Ama Jardim Ângela								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1053	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 400.000	R\$ 400.000
Reforma e Ampliação da UBS Parque do Lago								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1054	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Reforma e Ampliação da UBS Parque Figueira Grande								

Folha n° 70
n° 01-479 de 20 11
André Marbón
RF 1120



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1055	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 400.000	R\$ 400.000
Reforma e Ampliação do AMA Parque Novo Santo Amaro								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1056	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 2.000.000	R\$ 2.000.000
Construção da UBS Jardim Vera Cruz								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1057	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000.000	R\$ 1.000.000
Construção do AMA Jardim Capela								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1058	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 400.000	R\$ 400.000
Ampliação e Reforma da AMA Parque Santo Antonio								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1059	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 400.000	R\$ 400.000
Ampliação e Reforma da AMA de Especialidades Jardim Ibirapuera								

André Marlon
RF 4287

Folha nº 71
de 01-479 de 2011
do proc.



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo				Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte		Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1060	4.4.90.39.00	00	Ampliação e Reforma da UBS Jardim Guarujá		Dotação Nova		R\$ 0	R\$ 800.000	R\$ 800.000
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1062	4.4.90.51.00	00	Construção de uma UBS na Lapa de Baixo		Dotação Nova		R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1063	4.4.90.51.00	00	Reforma e Ampliação do Pronto Socorro Municipal da Lapa		Dotação Nova		R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1067	4.4.90.51.00	00	Implantação de uma UBS na Vila Beatriz		Dotação Nova		R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1068	4.4.90.51.00	00	Construção de UBS na Vila Leopoldina		Dotação Nova		R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000

Folha nº 72 de 72
nº 01-919 de 2011
André Marçal
RF 1124



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1069	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Reforma do Telhado da UBS Manoel J. Pera								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1070	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Construção da UBS Jardim Julieta - Vila Maria								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1071	4.4.90.52.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 10.000.000	R\$ 10.000.000
Reforma e Adequação e Reativação do Hospital Sorocabana								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1073	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.200.000	R\$ 1.200.000
Construção da UBS - Jd Damaceno								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1074	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.200.000	R\$ 1.200.000
Construção da UBS - Elisa Maria								

Folha nº 73 do proc.
nº 01-4729 de 20/11
André Marco
RF 11244



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1275	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.200.000	R\$ 1.200.000
Construção da UBS - Jd Paulistano Dois								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1279	4.4.90.52.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Reforma e Ampliação do Hospital Sorocabana na Lapa								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1280	4.4.50.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000.000	R\$ 1.000.000
Implantação do AMA Hospitalar (Hospital do Campo Limpo)								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1284	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 2.000.000	R\$ 2.000.000
Ampliação das URSIS - Unidade Referência Saúde do Idoso								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1285	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 2.000.000	R\$ 2.000.000
Construção de Unidade Referência Saúde do Idoso em cada Região das 31 Subprefeituras								

Folha nº 74
nº 01-479 de 2011
do proc.
André Marcondes
RF 11264



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 1286 . 4.4.50.42.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 450.000	R\$ 450.000
Implantação de Equipamentos para Ginástica de Idosos nos Próprios Municipais e nas Unidades Básica de Saúde - UBS								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 2035 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Implantação do Serviço de Odontologia na UBS Jardim Caiçara								
18 . 10 . 10 . 302 . 1112 . 2043 . 4.4.90.52.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Reabertura da UBS Bosque da Saúde - Distrito da Saúde, Incluindo duas Equipes de PSF								
18 . 10 . 10 . 304 . 1112 . 1282 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 10.000.000	R\$ 10.000.000
Construção de Hospital para Proteção de Cães e Gatos								
19 . 10 . 27 . 812 . 1330 . 1075 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 40.000.000	R\$ 40.000.000
Requalificação Urbana de Área de Lazer com Implantação de Grama Sintética em Campo e Iluminação								

Folha nº 75 ao proc.
nº 01-479 de 2011
André Marçan
RF 1122



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
19 . 10 . 27 . 812 . 1330 . 1076 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Centro Olimpico Regional Forte do Triunfo								
20 . 10 . 26 . 122 . 1261 . 1077 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Conselho Municipal de Trânsito e Transportes								
20 . 10 . 26 . 122 . 2610 . 2067 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 400.000	R\$ 400.000
Cursos de Treinamento para Motoristas e Cobradores para Melhor Atendimento aos Idosos dentro dos Coletivos Municipais								
20 . 10 . 26 . 453 . 1262 . 1078 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Melhoramentos na Acessibilidade dos Terminais de Ônibus da Cidade								
20 . 10 . 26 . 453 . 1262 . 1079 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 150.000	R\$ 150.000
Melhoria da Sinalização em Função da Mobilidade do Idoso								

Política nº 76 do proc.
nº 01-477 de 2011
Assinatura: [assinatura]



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
20 . 10 . 26 . 453 . 1262 . 2066	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 230.000	R\$ 230.000
Disponibilização de Ônibus Municipais para Passeio do Idoso a Parques, Jardins, Museus, Teatros e Pontos Turísticos da Cidade								
20 . 10 . 26 . 453 . 1262 . 2068	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Implantação de Transporte Especial (ATENDE) para Idosos com Dificuldade de Locomoção								
20 . 10 . 26 . 453 . 1262 . 4705	3.3.90.41.00 .	00	20 . 10 . 26 . 453 . 1262 . 4705	3.3.90.41.00 .	00	R\$ 38.119.200	R\$ 7.000.000	R\$ 45.119.200
Transporte de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais			Transporte de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais					
20 . 10 . 26 . 782 . 1263 . 3741	4.4.30.42.00 .	00	20 . 10 . 26 . 782 . 1263 . 3741	4.4.30.42.00 .	00	R\$ 1.000	R\$ 1.000	R\$ 2.000
Rodoanel			Rodoanel					
20 . 10 . 26 . 783 . 1262 . 3742	4.5.30.65.00 .	00	20 . 10 . 26 . 783 . 1262 . 3742	4.5.30.65.00 .	00	R\$ 1.000	R\$ 1.000	R\$ 2.000
Metrô			Metrô					

Folha nº 77
nº 01-479 de 2011
André Maçon
RF 1483



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1082	4.4.90.61.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 50.000.000	R\$ 50.000.000
Desapropriação Obra Córrego Ponte Baixa								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1087	4.4.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação Avenida Dona Belmira Marin								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1087	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação Avenida Dona Belmira Marin								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1089	4.4.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação e Continuação da Av. Carlos Caldeira Filho do Lado do Capão Redondo ao Terminal Jardim Ângela								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1089	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação e Continuação da Av. Carlos Caldeira Filho do Lado do Capão Redondo ao Terminal Jardim Ângela								

Folha nº 78 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcom
RF 1128



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1091	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada do Guarapiranga - da Guido Caloi até Estrada do Guaviritiba								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1091	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada do Guarapiranga - da Guido Caloi até Estrada do Guaviritiba								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1093	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada do Guaviritiba - da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1093	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada do Guaviritiba - da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1095	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
"Duplicação da Estrada da Baronesa - da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim, Contemplando a Duplicação da Ponte de Ligação ao Jardim Aracati"								

Folha nº 79
nº 01-429 de 2011
do proc.
André Marcon
pe



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1095	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
"Duplicação da Estrada da Baronesa - da Av. Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim, Contemplando a Duplicação da Ponte de Ligação ao Jardim Aracati"								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1097	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada da Riviera - da Estrada do Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1097	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada da Riviera - da Estrada do Guarapiranga até Estrada do M'Boi Mirim								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1099	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada do Alvarenga								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1099	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Duplicação da Estrada do Alvarenga								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1104	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 20.000.000	R\$ 20.000.000
Perimetral Paraisópolis								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 1107	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Construção do Centro de Convivência da Terceira Idade Parque Edu Chaves, Contrato nº 226/2010, Processo nº 2002-0.071.617-0								
22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 5175	4.4.90.51.00 .	00	22 . 10 . 15 . 451 . 1263 . 5175	4.4.90.51.00 .	00	R\$ 5.900.000	R\$ 50.000.000	R\$ 55.900.000
Prolongamento Radial Leste			Prolongamento Radial Leste					
22 . 10 . 17 . 451 . 1230 . 1081	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 80.000.000	R\$ 80.000.000
Canalização do Córrego Ponte Baixa								
22 . 10 . 17 . 451 . 1230 . 1083	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Canalização do Córrego Forte Trindade Viela nº 41								

Folha nº 61 do proc.
nº 01-477 de 2011
André Marcondes
RF 11200



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
22 . 10 . 17 . 451 . 1230 . 1084	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Canalização do Córrego dos Freitas, entre as Ruas Antoni Ribeiro Pina com Canuto Luiz Nascimento								
22 . 10 . 17 . 451 . 1230 . 1085	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Canalização do Córrego Zavuvus, Cidade Ademar/Jabaquara								
22 . 10 . 17 . 451 . 1230 . 1086	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Canalização de Córrego da Av. Moenda Velha, Jardim Guarujá								
22 . 10 . 17 . 451 . 1230 . 1106	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 28.000.000	R\$ 28.000.000
Canalização do Córrego Pirajussara								
24 . 10 . 08 . 122 . 2610 . 5836	4.4.90.39.00 .	00	24 . 10 . 08 . 122 . 2610 . 5836	4.4.90.39.00 .	00	R\$ 450.000	R\$ 15.000.000	R\$ 15.450.000
Reforma e Adaptação de Equipamentos da SMADS			Reforma e Adaptação de Equipamentos da SMADS					



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
24 . 10 . 08 . 122 . 2610 . 5836 . 4.4.90.52.00 . 00			24 . 10 . 08 . 122 . 2610 . 5836 . 4.4.90.52.00 . 00			R\$ 150.000	R\$ 5.000.000	R\$ 5.150.000
Reforma e Adaptação de Equipamentos da SMADS			Reforma e Adaptação de Equipamentos da SMADS					
25 . 10 . 13 . 391 . 2320 . 1121 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Criação do Museu do Rádio e da Televisão e Novas Mídias de acordo com a Lei 14.756/2008.								
25 . 10 . 13 . 392 . 1320 . 6424 . 3.3.90.39.00 . 00			25 . 10 . 13 . 392 . 1320 . 6424 . 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 5.904.000	R\$ 3.000.000	R\$ 8.904.000
Programa Municipal de Fomento à Dança - Lei 14.071/05			Programa Municipal de Fomento à Dança - Lei 14.071/05					
25 . 10 . 13 . 392 . 1320 . 6426 . 3.3.90.39.00 . 00			25 . 10 . 13 . 392 . 1320 . 6426 . 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 7.840.000	R\$ 1.560.000	R\$ 9.400.000
Fomento ao Cinema			Fomento ao Cinema					
25 . 10 . 13 . 392 . 2320 . 1120 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Construção do Teatro no Distrito da Freguesia do Ó								

Folha nº 83
do proc.
nº 01-477 de 20 11
André Marco
RF 11264



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
25 . 10 . 13 . 392 . 2320 . 6377 3.3.90.39.00 . 00			25 . 10 . 13 . 392 . 2320 . 6377 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 3.826.188	R\$ 700.000	R\$ 4.526.188
Realização de Atividades da Fundação Teatro Municipal-Transição			Realização de Atividades da Fundação Teatro Municipal-Transição					
25 . 11 . 13 . 392 . 2320 . 1122 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Conclusão dos Anexos de Periódicos da Biblioteca Mário de Andrade								
25 . 70 . 13 . 392 . 2320 . 2101 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 320.000	R\$ 320.000
Implantação e Infraestrutura para Incentivo à Cultura para Desenvolvimento Artístico dos Idosos nas Casas de Cultura								
27 . 10 . 18 . 541 . 1210 . 2102 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Melhoria de Manutenção das Praças e CDM								
27 . 10 . 18 . 541 . 1210 . 2103 3.3.90.36.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 150.000	R\$ 150.000
Ampliação de Zeladores de Praças								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
27 . 10 . 18 . 542 . 1250 . 6661 . 3.3.90.39.00 . 00			27 . 10 . 18 . 542 . 1250 . 6661 . 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 2.738.665	-R\$ 450.000	R\$ 2.288.665
Inspeção Ambiental Veicular			Inspeção Ambiental Veicular					
28 . 17 . 28 . 841 . 0000 . 0008 . 4.6.90.71.00 . 00			28 . 17 . 28 . 841 . 0000 . 0008 . 4.6.90.71.00 . 00			R\$ 765.614.866	R\$ 65.520.000	R\$ 831.134.866
Serviço da Dívida Pública Interna - Refinanciamento			Serviço da Dívida Pública Interna - Refinanciamento					
28 . 17 . 99 . 999 . 9999 . 8999 . 9.9.99.99.99 . 00			28 . 17 . 99 . 999 . 9999 . 8999 . 9.9.99.99.99 . 00			R\$ 151.000.000	-R\$ 40.000.000	R\$ 111.000.000
Reserva de Contingência			Reserva de Contingência					
28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0012 . 3.1.90.91.00 . 00			28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0012 . 3.1.90.91.00 . 00			R\$ 10.000.000	R\$ 152.937	R\$ 10.152.937
Condenações Judiciais - Créditos de Pequeno Valor			Condenações Judiciais - Créditos de Pequeno Valor					
28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0012 . 3.3.90.91.00 . 00			28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0012 . 3.3.90.91.00 . 00			R\$ 2.200.000	R\$ 33.646	R\$ 2.233.646
Condenações Judiciais - Créditos de Pequeno Valor			Condenações Judiciais - Créditos de Pequeno Valor					

Folha n.º 85 do proc.
n.º 01-479 de 20 11
André Marinho
RF 1124



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0012	4.4.90.91.00	00	28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0012	4.4.90.91.00	00	R\$ 1.700.000	R\$ 25.999	R\$ 1.725.999
Condenações Judiciais - Créditos de Pequeno Valor			Condenações Judiciais - Créditos de Pequeno Valor					
28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0034	3.1.90.91.00	00	28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0034	3.1.90.91.00	00	R\$ 403.218.951	R\$ 6.166.709	R\$ 409.385.660
Condenações Judiciais-Créditos de Natureza Alimentar			Condenações Judiciais-Créditos de Natureza Alimentar					
28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0035	4.4.90.91.00	00	28 . 21 . 28 . 062 . 0000 . 0035	4.4.90.91.00	00	R\$ 403.218.951	R\$ 6.166.709	R\$ 409.385.660
Condenações Judiciais-Outras Espécies			Condenações Judiciais-Outras Espécies					
28 . 23 . 06 . 182 . 2130 . 5601	4.4.90.39.00	00	28 . 23 . 06 . 182 . 2130 . 5601	4.4.90.39.00	00	R\$ 2.598.000	R\$ 1.000.000	R\$ 3.598.000
Constr./Reforma de Postos para o Corpo de Bombeiros			Constr./Reforma de Postos para o Corpo de Bombeiros					
28 . 23 . 06 . 182 . 2130 . 5601	4.4.90.51.00	00	28 . 23 . 06 . 182 . 2130 . 5601	4.4.90.51.00	00	R\$ 402.000	R\$ 4.000.000	R\$ 4.402.000
Constr./Reforma de Postos para o Corpo de Bombeiros			Constr./Reforma de Postos para o Corpo de Bombeiros					

Folha nº 86
nº 01-479 de 2011
DO INOC.
André Marçh
RF 11284



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
30 . 10 . 11 . 334 . 1410 . 2214 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Programa Começar de Novo								
30 . 10 . 11 . 334 . 1410 . 2215 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Implantação de Programa para Geração de Empregos Decentes para Idosos								
30 . 10 . 12 . 366 . 1410 . 8083 . 3.3.90.48.00 . 00			30 . 10 . 12 . 366 . 1410 . 8083 . 3.3.90.48.00 . 00			R\$ 5.095.022	-R\$ 201.000	R\$ 4.894.022
Bolsa-Trabalho			Bolsa-Trabalho					
34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 8404 . 4.4.90.52.00 . 00			34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 8404 . 4.4.90.52.00 . 00			R\$ 2.750.000	R\$ 2.000.000	R\$ 4.750.000
Operação e Manutenção de Telecentros			Operação e Manutenção de Telecentros					
34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 9307 . 4.4.90.39.00 . 00			34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 9307 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 700.000	R\$ 2.000.000	R\$ 2.700.000
Implantação e Reforma de Telecentros			Implantação e Reforma de Telecentros					



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 9307	4.4.90.51.00	00	34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 9307	4.4.90.51.00	00	R\$ 700.000	R\$ 3.000.000	R\$ 3.700.000
Implantação e Reforma de Telecentros			Implantação e Reforma de Telecentros					
34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 9307	4.4.90.52.00	00	34 . 10 . 12 . 126 . 1320 . 9307	4.4.90.52.00	00	R\$ 600.000	R\$ 2.000.000	R\$ 2.600.000
Implantação e Reforma de Telecentros			Implantação e Reforma de Telecentros					
34 . 10 . 14 . 126 . 1320 . 2177	3.3.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 150.000	R\$ 150.000
Inclusão Digital Preferencial para Idosos								
34 . 10 . 14 . 422 . 1160 . 1217	3.3.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação de Orçamento Participativo								
34 . 10 . 14 . 422 . 1160 . 1218	3.3.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Grande Conselho Municipal do Idoso								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
34 . 10 . 14 . 422 . 1160 . 1219	3.3.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 80.000	R\$ 80.000
Jogos Municipais para Idosos								
34 . 10 . 14 . 422 . 1160 . 1220	3.3.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 60.000	R\$ 60.000
Confecção do Estatuto do Idoso								
34 . 10 . 14 . 422 . 1160 . 1576	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 800.000	R\$ 800.000
Construção do Centro de Referência da Mulher em Guaianases								
36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421	3.1.90.11.00	00	36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421	3.1.90.11.00	00	R\$ 3.402.863	R\$ 1.046.844	R\$ 4.449.707
Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida			Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida					
36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421	3.3.90.30.00	00	36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421	3.3.90.30.00	00	R\$ 251.000	R\$ 70.000	R\$ 321.000
Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida			Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida					



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421 . 3.3.90.39.00 . 00			36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421 . 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 2.237.172	R\$ 454.877	R\$ 2.692.049
Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida			Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida					
36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421 . 3.3.90.46.00 . 00			36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421 . 3.3.90.46.00 . 00			R\$ 204.388	R\$ 232.930	R\$ 437.318
Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida			Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida					
36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421 . 3.3.90.49.00 . 00			36 . 10 . 14 . 122 . 2610 . 8421 . 3.3.90.49.00 . 00			R\$ 75.612	R\$ 86.172	R\$ 161.784
Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida			Adm. da Secretaria Municipal da Pessoa c/Deficiência e Mobilidade Reduzida					
36 . 10 . 14 . 126 . 2620 . 2171 . 3.3.90.39.00 . 00			36 . 10 . 14 . 126 . 2620 . 2171 . 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 1.181.139	R\$ 3.888.246	R\$ 5.069.385
Implantação e Operação de Sistemas de Informação e Comunicação			Implantação e Operação de Sistemas de Informação e Comunicação					
36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 1222 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Elaboração do CENSO Municipal para Identificar a Quantidade e Mobilidade dos Idosos na Cidade de São Paulo								

André Maccon
Rc 14/11

Folha nº 90
nº 01479 de 2011
ao proc.



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 8423 3.3.90.39.00 . 00			36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 8423 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 319.000	R\$ 23.015	R\$ 342.015
Administração do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD			Administração do Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD					
36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 8425 3.3.90.39.00 . 00			36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 8425 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 95.000	R\$ 38.000	R\$ 133.000
Manutenção da Central de Interpretação de Libras à Distância			Manutenção da Central de Interpretação de Libras à Distância					
36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9312 4.4.90.39.00 . 00			36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9312 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 1.498.000	R\$ 832.560	R\$ 2.330.560
Ações de Acessibilidade			Ações de Acessibilidade					
36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9318 4.4.90.30.00 . 00			36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9318 4.4.90.30.00 . 00			R\$ 100.000	R\$ 200.000	R\$ 300.000
Implantação da Central de Interpretação de Libras à Distância			Implantação da Central de Interpretação de Libras à Distância					
36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9318 4.4.90.39.00 . 00			36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9318 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 656.968	R\$ 2.401.032	R\$ 3.058.000
Implantação da Central de Interpretação de Libras à Distância			Implantação da Central de Interpretação de Libras à Distância					

Folha nº 91 do proc.
nº 21.479 de 2011
André Marinho
RF 11.12.11



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9318	4.4.90.47.00 .	00	36 . 10 . 14 . 242 . 1150 . 9318	4.4.90.47.00 .	00	R\$ 200.000	R\$ 411.600	R\$ 611.600
Implantação da Central de Interpretação de Libras à Distância			Implantação da Central de Interpretação de Libras à Distância					
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1156	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Reforma e Ampliação da Base I.R. M' Boi Mirim								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1157	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Reforma e Ampliação da Base I.R. Campo Limpo								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1158	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Reforma e Ampliação da Base I.R. Capela do Socorro								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1159	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Reforma e Ampliação da Base I.R. Parelheiros								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1171	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 150.000	R\$ 150.000
Compra de Equipamentos para Base I.R. M' Boi Mirim								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1173	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Compra de Equipamentos para Base I.R. Campo Limpo								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1176	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Compra de Equipamentos para Base I.R. Capela do Socorro								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1178	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Compra de Equipamentos para Base I.R. Parelheiros								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1180	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 100.000	R\$ 100.000
Compra de Equipamentos para Base I.R. Cidade Ademar								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 1575	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 300.000	R\$ 300.000
Reforma e Ampliação da Base I.R. Cidade Ademar								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 2144	3.3.90.30.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Compra de Material de Consumo (Uniformes) para Base I.R. M' Boi Mirim								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 2147	3.3.90.30.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Compra de Material de Consumo (Uniformes) para Base I.R. Campo Limpo								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 2149	3.3.90.30.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Compra de Material de Consumo (Uniformes) para Base I.R. Socorro								
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 2150	3.3.90.30.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Compra de Material de Consumo (Uniformes) para Base I.R. Parelheiros								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
38 . 10 . 06 . 181 . 1170 . 2151 . 3.3.90.30.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Compra de Material de Consumo (Uniformes) para Base Cidade Ademar								
38 . 10 . 06 . 182 . 2130 . 2001 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Programa de Prevenção de Incêndios das Favelas do Município para Cumprimento da Lei nº 15.022/09								
41 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			41 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 500.000	R\$ 510.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
41 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			41 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 2.500.000	R\$ 2.580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
42 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			42 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 500.000	R\$ 580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
42 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			42 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 15.000	R\$ 1.500.000	R\$ 1.515.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
43 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			43 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 500.000	R\$ 580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
43 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			43 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 15.000	R\$ 1.500.000	R\$ 1.515.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
44 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			44 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 500.000	R\$ 580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
44 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			44 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 1.500.000	R\$ 1.510.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					

Folha nº 96 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marçal
RF 112



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
45 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			45 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 500.000	R\$ 580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
45 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			45 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 1.500.000	R\$ 1.510.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
46 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			46 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 500.000	R\$ 510.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
46 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			46 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 1.500.000	R\$ 1.580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
47 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			47 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 15.000	R\$ 500.000	R\$ 515.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					

Folha nº 97 do proc
nº 01-979 de 2011
André Maciel
RF 1001



Diferenças entre Substitutivo e Original

98
97
n.º 01-479 de 2011
no proc.
André Marchi
RF 11267



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo						Dotação no Original						Diferenças								
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ						Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ						Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto		
54 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.39.00 .	00	54 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.39.00 .	00	R\$ 80.000	R\$ 200.000	R\$ 280.000		
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros						Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros														
54 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.51.00 .	00	54 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.51.00 .	00	R\$ 20.000	R\$ 800.000	R\$ 820.000		
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros						Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros														
55 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.39.00 .	00	55 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.39.00 .	00	R\$ 10.000	R\$ 500.000	R\$ 510.000		
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros						Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros														
55 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.51.00 .	00	55 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170						4.4.90.51.00 .	00	R\$ 80.000	R\$ 1.500.000	R\$ 1.580.000		
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros						Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros														
58 . 10 . 06 . 182 . 2130 . 2135						3.3.90.30.00 .	00	Dotação Nova								R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000		
Manutenção Defesa Civil																				



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
58 . 10 . 06 . 182 . 2130 . 2135	3.3.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Manutenção Defesa Civil								
58 . 10 . 06 . 182 . 2130 . 2135	4.4.90.52.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Manutenção Defesa Civil								
58 . 10 . 13 . 392 . 2320 . 1166	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Reforma do Sacolão das Artes Parque Santo Antonio								
58 . 10 . 13 . 392 . 2320 . 1168	4.4.90.51.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Reforma da Casa de Cultura M' Boi Mirim								
58 . 10 . 13 . 392 . 2320 . 2138	3.3.90.39.00 .	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Potencialização das Atividades Culturais Sacolão das Artes Parque Santo Antonio								

100
99
FOLHA N.º 99
de 100
n.º 01.479 de 2011
André Marcol
PEF 1128



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
58 . 10 . 13 . 392 . 2320 . 2140 . 3.3.90.39.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Apoio e Incentivo às Feiras de Artes e Artesanatos								
58 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1160 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Requalificação Urbana de Área Pública Municipal de Lazer do Bairro Jardim Leticia, Rua Nova do Tuparoquera								
58 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1161 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Requalificação Urbana de Área Pública Municipal de Lazer do Bairro Parque Santo Antonio Rua Valdomiro Pereira dos Santos								
58 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1162 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Requalificação Urbana de Área Pública Municipal, Canteiro de Obras da Avenida Guido Caló n° 990								
58 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1163 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Requalificação da Área Pública Municipal de Lazer do Bairro Chácara Santana na Praça Mário Saraiva de Andrade								

Folha n° 9400
101
01-479 de 2011
Arquivo Municipal
PPF 11201



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
58 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1164 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Requalificação de Área Pública Municipal de Lazer do Bairro Chácara Santana, Rua Bartolomeu dos Santos, 541								
58 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1165 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Requalificação de Área Pública Municipal de Lazer do Bairro Parque Santo Antonio, Rua Sebastião Muniz de Souza, 122								
58 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1167 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Reforma da Quadra de Esportes Sacolão das Artes Parque Santo Antonio								
61 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			61 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 90.000	R\$ 500.000	R\$ 590.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
61 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			61 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 10.000.000	R\$ 10.010.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					

André Marcon
RF 1124



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
62 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			62 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 15.000	R\$ 500.000	R\$ 515.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
62 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			62 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 4.500.000	R\$ 4.580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
63 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			63 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 19.000	R\$ 500.000	R\$ 519.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
63 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			63 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 4.500.000	R\$ 4.580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
64 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			64 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 500.000	R\$ 510.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
64 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			64 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 4.500.000	R\$ 4.580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
65 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			65 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 500.000	R\$ 580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
65 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			65 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 5.000.000	R\$ 5.010.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
66 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			66 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 80.000	R\$ 500.000	R\$ 580.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
66 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			66 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 10.000	R\$ 5.000.000	R\$ 5.010.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
67 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			67 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 70.000	R\$ 500.000	R\$ 570.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
67 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			67 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 20.000	R\$ 7.500.000	R\$ 7.520.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
68 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			68 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 20.000	R\$ 500.000	R\$ 520.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
68 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			68 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 70.000	R\$ 4.500.000	R\$ 4.570.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
69 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			69 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 70.000	R\$ 500.000	R\$ 570.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					

Folha n.º 105
n.º 01-779 de 2011
André Maciel
SF 1124



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
69 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			69 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 20.000	R\$ 4.500.000	R\$ 4.520.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
70 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			70 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 20.000	R\$ 500.000	R\$ 520.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
70 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			70 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 70.000	R\$ 4.500.000	R\$ 4.570.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
71 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			71 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.39.00 . 00			R\$ 70.000	R\$ 500.000	R\$ 570.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					
71 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			71 . 10 . 15 . 451 . 1460 . 1170 . 4.4.90.51.00 . 00			R\$ 20.000	R\$ 2.500.000	R\$ 2.520.000
Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros			Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros					

André Malicon
RF 1170

Folha n.º 405
n.º 01479
de 2011
00 PROC.

706



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Org.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
85 . 10 . 13 . 392 . 2610 . 6431 . 3.3.90.39.00 . 00			85 . 10 . 13 . 392 . 2610 . 6431 . 3.3.90.39.00 . 00			R\$ 7.000.000	R\$ 4.000.000	R\$ 11.000.000
Operação e Manutenção da Fundação do Teatro Municipal			Operação e Manutenção da Fundação do Teatro Municipal					
90 . 10 . 08 . 243 . 1141 . 6152 . 3.3.90.14.00 . 00			90 . 10 . 08 . 243 . 1141 . 6152 . 3.3.90.14.00 . 00			R\$ 72.700	R\$ 1.200.000	R\$ 1.272.700
Adm. do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente			Adm. do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente					
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 1112 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Criação e Ampliação das Unidades de Centros de Convivências para Idosos								
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 1118 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Construção do Centro de Referência do Idoso no Bairro de Itaquera								
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 1119 . 4.4.90.51.00 . 00			Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000.000	R\$ 1.000.000
Centro de Convivência do Idoso no Bairro São Mateus								



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg.Unid.Func.SubFunc.Prog.Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Varição	Valor Proposto
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 1216	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação do Centro de Referência do Idoso - no Distrito de Itaquera								
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 1278	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.200.000	R\$ 1.200.000
Construção do Centro de Convivência - Freguesia/Brasilândia								
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 2096	3.3.90.36.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Ampliação das Equipes de Apoio Sócio-Alimentar a Idosos								
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 2097	3.3.90.36.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Ampliação de Equipes de Acompanhantes de Idosos								
93 . 10 . 08 . 241 . 1141 . 2098	3.3.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 200.000	R\$ 200.000
Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa								

Folha nº 107 do proc.
nº 01-479 de 2011
André Marcondes
RF 11244
108



Câmara Municipal de São Paulo

Proposta Orçamentária 2012 - Consolidado

Diferenças entre Substitutivo e Original

Dotação Proposta no Substitutivo			Dotação no Original			Diferenças		
Órg. Unid. Func. SubFunc. Prog. Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Órg. Unid. Func. SubFunc. Prog. Proj/Ativ	Despesa	Fonte	Valor Original	Variação	Valor Proposto
93 . 10 . 08 . 241 . 1142 . 1110	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Ampliação das Instituições de Longa Permanência - ILPS								
93 . 10 . 08 . 241 . 1142 . 1113	4.4.90.51.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 500.000	R\$ 500.000
Implantação de Centros de Acolhida para Idosos em Situação de Rua								
93 . 10 . 08 . 244 . 1141 . 1215	4.4.90.39.00	00	Dotação Nova			R\$ 0	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Implantação de um CRAS e CREAS - no Distrito Raposo Tavares								
							R\$ 692.000.000	

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

DE 06, 12, 11

Pág. 95 Col. 01

Conteúdo

André Marcon

André Marcon
Técnico Administrativo
RF 11.264

Segue — juntado — nesta data documento(s)

e papel de informação rubricado — sob folhas

n.º 110 A 131

Em 06, 12, 11

André Marcon
Técnico Administrativo,
RF 11.264.



Folha nº 110

Do processo nº 01-479/2011

Andre Marcon

RF 11.264 – SGP.12

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA GERAL SOBRE O ORÇAMENTO PARA 2012

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 25 DE OUTUBRO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli - PV) – Bom dia a todos. Sou o Vereador Roberto Tripoli, membro da douta Comissão de Finanças e Orçamento e Líder do Governo na Casa. Damos início à audiência pública do Orçamento do Município, para o ano de 2012.

Informo que esta reunião está sendo transmitida na internet pelo portal da Câmara: www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-line.

Com a presença do relator do Orçamento o Vereador Milton Leite, do Secretário de Planejamento Rubens Chammas e toda sua assessoria, chefe de gabinete de Finanças, sociedade civil, por meio da qual cumprimento o Fábio.

Passo a palavra ao relator Vereador Milton Leite e, em seguida, as autoridades presentes.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, Sr. Secretário, gostaria de fazer algumas considerações sobre o Orçamento, antes de entrar no debate do Secretário e ouvir a sociedade como um todo.

Quem desejar formular questões, deve inscrever-se na secretaria.

Peço o Secretário que faça uma breve explanação, para em seguida prosseguir com o debate. Abriremos 15 minutos para que o senhor possa fazer a sua explanação.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Boa tarde a todos, agradeço aos Vereadores Roberto Tripoli e Milton Leite, da Comissão de Finanças e Orçamento, da Câmara Municipal de São Paulo.

Faremos uma apresentação simples, bem resumida, para depois abrir a palavra aos Vereadores e aos representantes da sociedade.

É uma breve cronologia, na verdade a discussão da Peça Orçamentária não começa agora, mas no mês de abril, como prega a regulamentação, em 15 de abril entregamos a esta Casa um projeto de lei, com a Lei de Diretrizes Orçamentária, encabeçado pela Secretaria de Planejamento e pela Secretaria de Finanças.

Foi aprovado nesta Casa no início de julho, redundando na Lei 15.415/11. Na sequência, com a aprovação do Projeto de Lei da LDO, publicamos uma Portaria intersecretarial, também das referidas Secretarias, para dar as orientações iniciais para a elaboração da Peça Orçamentária. São montados os grupos de planejamento em cada secretaria e em cada unidade orçamentária. Fizemos duas grandes reuniões, como fazemos todos os anos, com mais de 200 técnicos para dar as orientações gerais, as condições necessárias para a implantação e alimentação do sistema de execução orçamentária, para a proposta de 2012.

Estabelecemos uma data em que as unidades orçamentárias tinham como limite para entregar as suas propostas, que foi o dia 20 de agosto. Feito isso, começa um trabalho basicamente interativo entre a Secretaria de Planejamento e a de Finanças.

Lembro que a Peça Orçamentária estima receita e fixa despesas, portanto um trabalho interativo, com uma previsão inicial de receita dada pela Secretaria de Finanças à de Planejamento que, com as demandas vindas das outras secretarias, começa a fazer seus ajustes para a proposta orçamentária.

Isso foi feito ao longo de dois meses e meio, final de julho, agosto e setembro, com várias reuniões com os técnicos, entre as áreas fins das secretarias, com as Secretarias de Coordenação, Finanças, Governo e Planejamento. Na data de 30 de setembro, como reza o Regimento, entregamos a proposta orçamentária que está na Casa para discussão.

Quero de antemão parabenizar a Comissão de Finanças e Orçamento pela sequência de audiências públicas que estabeleceu para este ano. Esclarecendo, são cinco audiências locais, já ocorreram duas uma na zona Leste e outra na Sul. Em seguida, acontecerão as outras locais, as gerais, esta é uma delas e a última terminando em 12 de dezembro e, no meio tempo, as audiências temáticas com todas as secretarias. Creio que houve um equilíbrio em mesclar as audiências temáticas com as locais.

Dou ênfase a esse item porque aqui sim é feita a discussão. O que o Poder Executivo encaminhou a esta Casa é uma proposta, a mais elaborada e consensual que sofrerá análises, debates, críticas e ser aperfeiçoada até quando for possível, para que possamos, até o final do ano, ter a melhor proposta orçamentária para o ano de 2012, realizarmos a sua execução.

Daremos alguns dados, permiti entrar num assunto da Secretaria de Finanças, o Secretário Adjunto está presente, também poderá dar esclarecimentos. São dois slides muito simples sobre como compõe a receita, onde vemos todas as fontes de receita. Passarei rapidamente.

Não podemos esquecer, é claro que o Orçamento, como todos verão, tem o número de R\$38.042.598.114,00, mas o mais importante será sabermos a sua origem. Essa é a despesa fixada, mas não podemos analisa-lo de uma forma global, mas de forma fatiada.

O Orçamento é composto do orçamento vindo da receita do Tesouro, que são receitas próprias do Município e de outras fontes, que são as transferências estaduais, as federais, os recursos dos fundos, que são fontes do Tesouro, mas têm vínculo, deve ser analisado de forma apartada e o Fundeb, que é uma fonte específica para a Educação.

É algo natural nos equivoquemos em fazer essa análise de forma global. O Orçamento da Prefeitura é de 38 bi, sim. A proposta encaminhada é de 38 bilhões, mas a análise mais detalhada tem de ser feita na abertura por fontes, que vamos amostrar agora.

- Orador passa a referir-se à imagem de projeção.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Este é um quadro muito importante, no qual separamos os cinco grandes itens da proposta orçamentária. É claro que poderíamos dividir o Orçamento por função, por secretaria, como é dividido, mas essa agregação é muito estratégica, porque damos os cinco grandes grupos.

O primeiro grupo de Pessoal, é o gasto direto com o pessoal da Prefeitura. Vemos que o previsto, para o ano de 2012, é o montante de 9.807 bilhões.

O segundo grupo, que vem atrelado ao do Pessoal, é o gasto com auxílios: Vale Transporte, Vale Refeição, Auxílio Alimentação, perfazendo um total de um pouco menos de 716 milhões de reais.

Vemos que nesses dois primeiros grupos o montante é de 10,5 bilhões. É claro que depois poderei discorrer um pouco mais sobre o que compõem esse gasto de pessoal e quais são os eventos previstos para este ano.

Se os Vereadores permitirem, vou deixar para discussão mais detalhada na sequência. Um terceiro grupo é o das operações especiais. É um grupo importante onde está contemplada a dívida que temos com a União e os gastos com precatórios. Vimos, para a surpresa de alguns que não estão acostumados com este montante, que 4,7 bilhões de um Orçamento de 38 bilhões está previsto para ser destinado com dívida e precatórios. Lembrando que eles compõem 2,55% da receita com a dívida. Daí vem os dois grupos finais que são o dia a dia da Prefeitura, que é o grupo de atividades: é o custeio da Prefeitura, da máquina, são as contratações, a manutenção da cidade, zeladoria, gastos com limpeza urbana, com os contratos. Estamos falando em algo em torno de 18 bilhões, lembrando que neste grande item também estão inseridos os gastos com aposentadoria. Algo em torno de 3 bilhões e 200 milhões. Estamos falando em 15 bilhões, mais 3 bilhões e 200 milhões em aposentadorias. Perfazendo 18 bilhões e 200 milhões no grupo atividades.

O último é o que denominamos projetos, que é o investimento propriamente dito. Estamos falando em algo em torno de 4 bilhões e 600 milhões. Este quadro é o mesmo daquele só que não aberto por aqueles grandes grupos, mas aberto pela fonte e claro que cada fonte tem de estar casada. A informação que a Secretaria dá é que a arrecadação na fonte Tesouro com os tributos municipais tem de ser compatível com o gasto do Tesouro. A fonte Tesouro está sendo contemplada com 25,8 bilhões, a fonte que chamamos de 01 são as operações de crédito, basicamente, é o empréstimo com o BID, 109 milhões; transferências federais, 2.9 bilhões; transferências estaduais 1.1 bilhão; Fundeb, que é fonte 04, quase 3 bilhões.

Outras fontes basicamente são as operações urbanas, um pouco mais de 940 milhões, recursos próprios de administração são as autarquias, algo em torno de 2.3 bilhões. Os recursos vinculados que são basicamente os fundos, 1.7 bilhão e a última fonte que são recursos próprios de empresas dependentes da Prefeitura, que é a Cohab, que são quase 28 milhões.

Nós demos só uma abertura, na penúltima linha de projetos, esses 4 bilhões e 600 milhões... essa é a abertura fonte por fonte e nos grandes grupos. Na verdade este quadro é o mesmo dos anteriores, só que cada um mostrando um item. Vou dar um exemplo, na fonte 02 são as transferências federais e temos previsto 2 bilhões e 200 milhões para atividades, basicamente da área de saúde; 44 milhões para pessoal e 641 milhões para projetos. Aqui temos projetos para a área de saúde, mas também tem na área de habitação e na área de drenagem, são

recursos vindos do PAC.

Na fonte 03 são recursos vindos de transferências estaduais: 93 milhões previstos para atividades e 1 bilhão para projetos, basicamente, também para a área de saneamento, habitação e infraestrutura, e assim por diante. Na verdade, estas três tabelas são as mesmas só que cada uma com uma amostra específica. Fizemos aqui só uma abertura deste último item que é a fonte 08, esse total de 1 bilhão e 700 milhões. Então, fizemos uma abertura para discorrer um pouco mais detalhadamente e dizer onde estão previstos os investimentos na fonte vinculada ao tesouro.

O que é a fonte vinculada do Tesouro? A arrecadação municipal é composta de vários tributos, além disso, existem algumas arrecadações que são vinculadas, ou seja, são perfeitamente encaixadas, direcionadas especificamente para alguns fundos que possuem uma legislação própria e uma arrecadação própria, portanto, um gasto próprio, só pode gastar em determinadas ações e realizações aprovadas por seus conselhos gestores. Eu daria alguns destaques: o Fundo da Habitação; Câmara Municipal e Tribunal de Contas têm seus fundos também; o Fundo da Saúde; Fundo de Saneamento, que foi recentemente criado com o convênio com a Sabesp; o Fundo Municipal de Trânsito; Fundurb e o Fundo de Iluminação Pública, que também é um fundo importante, cuja receita vem da Cosipe. Cada um destes fundos possui uma legislação própria, legislação tanto na sua receita, como também na sua despesa. Sua despesa é controlada pelos conselhos gestores, então, esta é a previsão de arrecadação dos fundos para o ano de 2012.

Não estão inseridos nesta peça orçamentária possíveis saldos financeiros destes fundos ou de outros. Por exemplo, das operações urbanas que poderão ser utilizados o ano que vem. Esses saldos só serão apurados no final deste exercício, essa é uma peça, no caso dos fundos especificamente, que está prevista arrecadação para o exercício de 2012.

Na verdade, é uma leitura um pouco diferente, que não é por Secretaria, mas por função. Eu diria que é a leitura mais nobre da peça orçamentária que no dia a dia a gente pouco utiliza, mas é importante resgatarmos isso. Claro que a peça orçamentária é encaminhada com as despesas por unidade orçamentária, mas a despesa por função dá uma noção muito clara do que se está se propondo.

Por exemplo, a função drenagem que está espalhada em mais de quatro Secretarias. Existem ações na Secretaria de infraestrutura urbana, na Secretaria de Habitação, na Secretaria de Subprefeituras, na própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente, então, é uma função que está contemplada em várias Secretarias e que, se fizermos uma análise, particularmente, de cada Secretaria, pode não ter esta visão conjunta.

É uma amostra do gráfico por função o que está sendo proposto. Aqui a mesma análise, só que para grandes grupos, despesas correntes, investimentos, amortizações de dívidas, pessoal e encargos e juros e encargos da dívida. Esta é uma amostra muito rápida, eu não quis entrar em detalhes para deixar o tempo disponível para as questões dos Vereadores e do público também.

O SR. MILTON LEITE – Vamos começar tirando umas dúvidas em relação ao exercício de 2011 para depois falar de 2012. V.Sa. fez uma transferência recente da Operação Urbana Água Espaiada que nós votamos e o saldo baixou. Foram destinados em torno de 300 milhões para desapropriação e em torno de 300 milhões para habitação. Eu queria entender esta operação, o que houve neste exercício, restando para operação urbana na Roberto Marinho apenas 70 milhões para execução da obra. São 300 milhões para habitação e 360, se não me engano, para a desapropriação.

Temos tudo isso contratado e desapropriações para serem pagas, Secretário? Porque o senhor transferiu já do... Baixou, tanto que não consta mais no setor de pagamentos. Queria entender primeiro o que houve com esse dinheiro, essa modificação. Por que houve essa transferência de recursos dessa monta? É muito significativo.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Acho que esse ponto que o Vereador levantou é muito importante. Até o ano retrasado os recursos das operações urbanas estavam em contas específicas da empresa que faz o gerenciamento das operações urbanas que era Emurb, atualmente denominada São Paulo Urbanismo. De uma forma acertada e até para darmos

mais transparência à execução das operações urbanas, a orientação do Prefeito é de que a partir do ano passado, 2010-2011, transferíssemos recursos das operações urbanas para a Conta Tesouro. A gestão dos recursos permanece estritamente com a SP Urbanismo, ou seja, a partir de então os recursos das operações urbanas passaram a circular por dentro do orçamento. Então, antes era uma receita extra orçamentária e uma despesa extra orçamentária. Passaram a ser agora despesas e receitas orçamentárias. Esses recursos estão em contas do Tesouro e não mais da empresa e na peça orçamentária temos hoje quatro Secretarias que têm, não vou dizer direito, mas tem proposta de gastos com recursos da operação urbana: a Secretaria da Habitação, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e – desculpa, três - a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Adaptação por conta das obras de habitação nas operações urbanas, tanto na Água Espraiada quanto na Faria Lima quanto na Água Branca; a de Infraestrutura Urbana nas obras nas obras propriamente ditas e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano na contratação de projetos e planos.

Recentemente, com a aprovação do projeto de lei aqui nesta Casa sobre o novo desenho do perímetro e da lei de melhoramentos viários da Operação Urbana Água Espraiada foi dado o *start* a um processo que já estava em andamento na Siurb, mas foi dada a Ordem de Serviço para o início das desapropriações e, conseqüentemente, o início das obras, se Deus quiser, no começo do ano que vem. A Secretaria de Infraestrutura Urbana solicitou ao gestor da operação urbana um montante de recursos para as desapropriações que já estavam em curso com suas plantas proprietárias, avaliações e a Secretaria da Habitação solicitou outro montante também para obras em curso. Queria destacar na Operação Urbana Faria Lima a obra da habitação da Favela Real Parque já na sua fase quase final tendo uma perspectiva de até o meio do ano que vem ter terminado. Na Operação Urbana Água Espraiada, o destaque é...

O SR. MILTON LEITE – A propósito, Secretário, só um parênteses, qual é a previsão de custo para a obra do Real Parque? Quanto nós vamos gastar na obra do Real Parque? Está destinado à Operação Urbana para o empreendimento habitacional da...

R – Da obra de habitação? Então, o gasto deste ano e o do ano que vem deverá ser algo em torno de 130 milhões de reais.

P – O deste ano quanto?

R – Eu não tenho separado só o deste ano, mas é algo em torno de 80 milhões.

P – Baixou da conta?

R – Já está.

P – Baixou inclusive a do ano que vem?

R – Não, não. Do ano que vem não.

P – Eu não entendi, então, onde é que foram os 300 milhões para a habitação que o senhor... Foram 300, 360. Duas modificações que fizeram. Não ficou claro para mim e parece que para os presentes onde foi o dinheiro, para onde está destinado. Desapropriação, já temos isso ou foi só solicitação? O senhor já deu baixa?

R – Não. É só solicitação. Isso foi a transferência de unidade orçamentária. Está agora na Sehab e na Siurb para sua execução, mas não foi executado ainda.

P – Então, ele não aparece mais no caixa para investimento e aplicação financeira? Ele abaixa o saldo de caixa, na outra ponta?

R – Não necessariamente abaixa. Essa informação não tem que ele abaixou. Ele continua no saldo de caixa.

P – Eu sei, mas as aplicações financeiras ele baixa também?

R – Sim, sim. Porque isso já está comprometido.

P – Entendi, Secretário.

R – Agora, o montante de desapropriações na Água Espraiada é algo em torno de 250 milhões. São desapropriações prévias ao início de execução da obra já licitada do túnel e da Via Parque e das Habitações Sociais.

P – Ficou claro já. Baixou nas duas pontas. Entendi, Secretário. O senhor quando falou dos recursos das operações urbanas, o senhor previu aqui operações urbanas novos recursos, 945 milhões. O senhor está considerando os projetos de operações urbanas sendo aprovados, ou dentro das cinco operações urbanas que esta Casa deve apreciar, ou quais são as operações

urbanas que o senhor fala que nós teremos 945 milhões novos, ou nesses 945 milhões estão considerados saldos que vamos arrestar do ano seguinte? De onde vem os 945 milhões? Qual a composição deles? O senhor disse 945 milhões. Eu não estou discutindo, só querendo saber de onde eles vêm, a formação dele, a composição dele.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Hoje, só para colocar a informação para todos, nós temos cinco operações urbanas em andamento na cidade: Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, Operação Urbana Faria Lima, Operação Urbana Água Branca, Operação Urbana Centro e Operação Urbana Rio Verde-Jacu. Vou começar pela última, que ainda não está ainda em operação. A Secretaria de Desenvolvimento Urbana está contratando o EIA-Rima, que é condição necessária para que ela entre em operação. Então estamos falando de quatro operações urbanas. As quatro operações urbanas, o que está previsto na peça orçamentária é a previsão de receitas para o ano de 2012. Não estão sendo contemplados possíveis saldos financeiros dos caixas dessas quatro operações urbanas.

O SR. MILTON LEITE – Ou seja, nós teremos um saldo, provavelmente vamos gastar em dois meses cerca de 700 milhões, essas duas desapropriações e habitação. Não vejo como construir e pagar 360 milhões em dois meses, não vejo como pagar, então teremos mais esse dinheiro. Provavelmente teremos mais dinheiro. É isso, Secretário?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Sim, sim. Isso.

O SR. MILTON LEITE – Só nessa rubrica, se confirmados os 945, mais, por volta de 600 milhões de operações urbanas diversas. É esse o raciocínio?

O SR. RUBENS CHAMMAS - Lembrando que os 945... De onde é essa previsão de receitas? Na Operação Urbana Centro e na Operação Urbana Água Branca ainda temos o modelo antigo de arrecadação, não é o título CEPAC, é com o pagamento de outorga onerosa especialmente para o pagamento do fundo da operação urbana. Nas outras duas, Água Espraiada e Faria Lima é através da emissão de títulos CEPACs. Então a Prefeitura colocando os títulos no mercado tem uma previsão de arrecadação disso. Somados a um saldo financeiro, que será apurado no final do exercício, descontado o que já foi apropriado nos últimos dois meses e meio do ano, nós teremos esse montante para serem aplicados no ano que vem na operação urbana.

O SR. MILTON LEITE – O Executivo tem intenção de mandar novas operações urbanas a esta Casa para execução no final deste ano e no ano seguinte, Sr. Secretário?

O SR. RUBENS CHAMMAS – A Secretaria de Desenvolvimento Urbano está estudando duas novas operações urbanas, uma denominada Lapa-Brás e outra Mooca-Vila Carioca. São duas operações urbanas que estão com seus contratos, as licitações de projetos em andamento, deveremos ter empresas iniciando seus projetos no começo do ano que vem, mas acho muito difícil termos a formatação da operação urbana ao longo do ano que vem. Mesmo que o Executivo consiga remeter a esta Casa os projetos de lei estruturando as operações urbanas no ano que vem, dificilmente elas estarão em operação, porque não só a discussão será feita aqui, no âmbito do Legislativo, como depois teremos que ter todas as tramitações junto com a CVM, lembrando que a operação urbana coloca um título no mercado para arrecadação. Então essa é uma operação que tem que ser aprovada junto à CVM, por isso dificilmente teremos condições de ter ingressos de recursos das novas operações urbanas, mesmo que elas sejam aprovadas no ano que vem nesta Casa.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, no Fundo Sabesp, muito bem defendido por mim nesta Casa para que fosse aprovado e retirado da Sabesp os recursos aplicados na cidade, o senhor previu 300 milhões. Eu indago de V.Sa., quanto foi arrecadado até o presente momento do Fundo Sabesp neste ano. Quais as referências que foram pagas? Quais as parcelas já liquidadas pela Sabesp no exercício de 2011, os valores liquidados até 2011, porque acho que 300 milhões está subestimado, Sr. Secretário. Observado melhor o balanço da Sabesp, que ela coloca no mercado, porque ela tem ações na bolsa, me parece, pela conta de 7,5 dá um pouco mais de valor e está um contra-senso. Observado em função do balanço e da arrecadação, o que eles tem colocado em função das ações, está subestimado, Sr. Secretário. Parece-me que há um valor diferencial um pouco a maior. Eu entendo que o fundo está um pouco menor do que deveria ser para 2012. Sei que as pessoas não vão gastar mais água, vai diminuir a

continha aqui da Cidade de São Paulo. Mas o balanço da Sabesp, se observarmos o gráfico do comportamento dele, vem subindo e tem uma arrecadação que comporta. Estima-se, sete e meio, mas maior valor, do que o senhor apresentou aqui na Peça Orçamentária.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Apenas para prestar um esclarecimento, primeiro com o contrato com a Sabesp ficou acordado que sete e meio por cento da receita da Sabesp no Município de São Paulo, destinado a esse fundo. Para o ano de 2011, devemos estar com uma projeção de 320. São parcelas pagas trimestralmente, da ordem de 78 milhões. A última parcela trimestral deverá ser creditada agora no mês de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já teremos em 2011, 320. O senhor colocou 300...

O SR. RUBENS CHAMMAS - Vou esclarecer. Não é 300. Esse é 2011...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aqui em 2012, a previsão o senhor lançou 300.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não. 300 é outro assunto que vou falar na sequência. Para 2012, temos duas indicações do funcionamento: uma na fonte 03, que é uma transferência estadual de 306 milhões de previsão e a outra uma previsão na fonte 08, outras fontes vinculadas de 300 milhões, de uma possível antecipação de recursos dos recebíveis da Sabesp.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Entendi Secretário. Mas são duas questões: o aro que o senhor vai fazer na Sabesp é uma história esse é o valor. Antecipando o exercício estaríamos falando de 2013.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Esses são os 300 milhões. A arrecadação prevista para o exercício, 306 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A esses 300 que o senhor se refere aqui é o aro?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Antecipação da receita da Sabesp?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aro Sabesp. E o previsto para o orçamento?

O SR. RUBENS CHAMMAS – 306.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas é menor do que 320 que o senhor já arrecado em 2011? A previsão é de 320...

O SR. RUBENS CHAMMAS – Mas a previsão de 306 é bem conservadora que é algo em torno 77 milhões a cada trimestre que estamos recebendo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O controle deve haver algum equívoco. Se o senhor pegar o balanço que é disponibilizado na Sabesp, do comportamento da arrecadação dele sete e meio dá mais que isso. Deve chegar, na minha opinião, por volta dos 380. Tem algo que não está sendo fiscalizado. Nos meus cálculos dá uma conta de 380. O senhor está falando em 306. São 74 milhões de diferença. Ou a Sabesp não está pagando a conta. Precisava observar bem balanço, o comportamento dele. É uma SA. Vamos ver os valores deles.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Na verdade essa preocupação do Vereador é uma preocupação nossa também. O conselho gestor do fundo de saneamento já orientou. Já tivemos três cenas ordinárias esse ano. Já orientou a Secretaria Executiva do funcionamento, fizesse gestões junto a Sabesp. É uma novidade esse fundo para nós...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Para pagar o que deve?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Para pagar o que deve e para fazermos, a questão não é auditoria, mas fazer uma checagem quase que on line do balanço que é recebido da Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Que recebe da Prefeitura do Município de São Paulo, o que ele recebe da Prefeitura do Município de São Paulo, é o que ele recebe na Cidade de São Paulo. A impressão que temos é o seguinte: essa casa aprovou, arrumou um recurso maravilhoso para a cidade. Agora em outras palavras, jargão popular, sendo chutado pela Sabesp, na conta. A impressão que tenho é essa. Estamos sendo chutado. O dinheiro é do contribuinte da cidade de São Paulo. Dinheiro do povo. Ele faz falta para investimento. É um dinheiro significativo que precisa ser observado. Enfim se quiser o fundo de gestor já está acolhendo, está acompanhando muito bem. Vamos prosseguir.

Na Peça Orçamentária de 2011 o senhor enviou para essa Casa, 19 – a previsão pelo menos

para essa Casa – visou para o orçamento de 2011, na fonte zero, zero, ou seja, TBI, IPTU, ISS, ISMS, o senhor enviou cerca de 18,37 bilhões reais até outubro. A Câmara Municipal de São Paulo elevou isso para 19,42. Não considerava que as transferências. O que a Câmara Municipal de São Paulo fez? Até para que possamos falar em nível de acerto ou erro. Aquilo que a Câmara Municipal de São Paulo mudou, se errou ou acertou. Por que estou fazendo isso? Porque no ano passado eu mexi no orçamento e elevei o orçamento, não elevei a receita de transferências. O que são as receitas de transferências? São os convênios a que o senhor se refere. Pela nossa previsão aqui, até outubro de 2011 nós devemos arrecadar 19 bilhões e 430 milhões, ou seja, a Câmara acertou em 100% a sua previsão na mutação que fez no orçamento de 2011. O que está gerando problemas são de IPVA, Fundep, SUS, FPMs e demais receitas que temos. Por exemplo, uma receita, Secretário, que preocupa a todos são as receitas para área de riscos geológicos. Esta Casa distribuiu, e consultado o Governo quando confeccionou as peças, o senhor enviou para esta Casa recursos para fonte 11.93, área de recursos geológicos, um valor de 110 milhões de reais. O que aconteceu nessa receita foi o seguinte, dos quais 80 milhões eram transferências federais. O que houve com esse convênio especificamente, que foi algo que chamou a atenção, nós não tivemos nenhum centavo desse dinheiro de transferências federais. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco, especificamente dessa receita porque estamos chegando no período de enchentes e da receita municipal, da fonte 00, do Tesouro, os valores orçados o senhor obviamente está cumprindo, está tem próximo do cumprimento. Agora, dos 110, 80 não entrou nem um real aqui. O que houve com esse convênio, Sr. Secretário, especificamente nessa área, que é uma área sensível a esta Casa e à sociedade. Por que estou falando isso? Porque ela se repete para 2012. Na medida que ela se repete e em 2011 não cumpriu, eu vou colocar para socorrer as pessoas que vão ficar em área de risco e podem morrer soterradas, o dinheiro que não vai acontecer me assusta. Nós temos que estudar alguma coisa para resolver esse problema.

Gostaria que o senhor falasse um pouquinho dessa receita, porque esta Casa seguramente, dentro das subprefeituras, das regiões mais carentes, das áreas de risco geológico da cidade, os senhores Vereadores vão me cobrar: "Sr. Relator, a proposta..."

Faço um parêntese para registrar a presença dos Srs. Vereadores Cláudio Prado, Jamil Murad, Donato, membro da Comissão de Finanças, Gilson Barreto, Floriano Pesaro. São os Vereadores que estão visualizando. Aqueles que desejarem fazer uso da Mesa estão convidados.

Secretário, eu gostaria que o senhor falasse dessa receita específica, porque chama atenção e será objeto de debate seguramente acalorado nesta Casa.

O SR. RUBENS CHAMMAS – A questão que o Vereador Milton Leite levantou é de fundamental importância. Para a peça orçamentária de 2011 estavam previstos 30 milhões de recursos da fonte Tesouro e 80 milhões de recursos de transferências federais. Até a presente data devemos ter uma execução orçamentária da fonte Tesouro de algo em torno de quase 70 milhões, ou seja, além dos 30 previstos inicialmente, o Tesouro remanejou...

O SR. MILTON LEITE – São 61.356, precisamente, Secretário.

O SR. RUBENS CHAMMAS – É que isso deve ser liquidado, mas a gente tem reservado um pouco mais do que isso. Então temos algo em torno de 70 milhões. Agora, o que aconteceu com os recursos da fonte Federal? Ele não está parado. Nós aderimos ao programa PAC-2, esse programa tinha várias linhas de frente, uma delas era contenção de encostas. Então no mês de julho do ano passado o Governo Federal abriu essa linha, nós fizemos nossas propostas num montante de 80 milhões. Tivemos todas elas aprovadas, tenho aqui a relação das intervenções que serão feitas. Como todos sabem, os recursos federais, esse, no caso, não tem contrapartida, são recursos financiados 100% com recursos da União. Ele sofre primeiro essa pré-aprovação, aí temos que fazer o encaminhamento à Caixa, que é a organizadora.

O SR. MILTON LEITE – Estamos praticamente em novembro e isso é para o final do início desse ano. A nossa preocupação é a seguinte... O que o senhor está dizendo é o seguinte: aportei recursos previstos originariamente de 30 milhões e o senhor elevou para 70. Já executou 61. Ou seja, na prática, estamos gastando 70 milhões, quando eram previstos,

originariamente, 30. Esses 40 milhões o senhor fará compensação ou vai aditar ao final? Como ficará esse recurso, se chegar do Governo Federal? E se não chegar? Vamos investir menos que o previsto?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não. O do Governo Federal vai chegar.

P – Quando?

R – Provavelmente não vai chegar neste ano.

P – Quando?

R – Uma parte já será para este ano. Tenho até a lista. Se V.Exa. me permite, vou listar as intervenções no Parque das Flores, Vila Nova Galvão, Fazenda da Juta, Núcleo João Canuto, Favela D'Andorinha dos Beirais, Favela Três Marias, Favela São Leandro e Favela Santa Madalena I estão contemplados com algo em torno de 80 milhões; projetos recentemente aprovados pela Caixa; projetos em fase final de tramitação. Provavelmente, alguns recursos – e isso foge um pouco de nossa governabilidade – vindo ainda neste ano e, provavelmente, o montante – quase a totalidade – vindo para o ano que vem.

Então, na peça orçamentária do ano que vem, repetimos a proposta deste ano – 30 milhões de recursos/Tesouro e 80 milhões de recursos federais que deverão ser contemplados com o PAC II.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, abrirei a palavra ao companheiro Donato. Em seguida, vou abrir para as pessoas inscritas e, logo após, retomarei para o encerramento da fala.

Tem a palavra o nobre Vereador Donato.

O SR. DONATO – Muito obrigado, nobre Vereador Milton Leite.

Boa tarde a todos. A primeira pergunta que gostaria de fazer é a seguinte: qual a previsão de fechamento da arrecadação, neste ano, da Secretaria de Planejamento?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Boa tarde, nobre Vereador Donato. Queria aproveitar a presença do Secretário-Adjunto de Finanças, George Tormin. As informações de receitas são consolidadas pela Secretaria de Finanças, que nos informa. Então, o Secretário George Tormin é a pessoa mais abalizada para dar essa informação. Se V.Exa. permite.

O SR. DONATO – Tendo a informação correta.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – George Tormin, Secretário-Adjunto de Finanças.

Boa tarde, Sr. Vereador Relator do Orçamento do Município de São Paulo, Milton Leite, Vereador Donato, senhoras e senhores.

Com relação à receita projetada para este exercício de 2011, como bem disse o nobre Vereador Milton Leite, houve uma ampliação. Na proposta orçamentária de 2011, esta Casa estimou uma receita até superior à originalmente encaminhada pelo Executivo. Em função de algumas medidas adotadas pela Secretaria de Finanças e também em função do cenário macroeconômico do país, está sendo possível alcançarmos as metas, os números previstos no orçamento de 2011, e essa é a nossa expectativa.

Então, respondendo objetivamente a pergunta, a receita projetada para o ano de 2011 aproxima-se aos 32 bilhões de reais, mais precisamente 31.974, com os números que temos até o mês de setembro deste ano e com a receita estimada para o último trimestre de 2011. Isso é comparativamente com a proposta orçamentária que está sendo apresentada para 2012, a expectativa é de que haja uma ampliação de 19% na receita arrecadada para o próximo exercício.

O SR. DONATO – Bom, dito isso, 19%, gostaria que justificasse porque vai crescer tanto a arrecadação de um ano para o outro. Gostaria de entender onde se baseia esse crescimento.

O SR. MILTON LEITE – Só para aditar a pergunta do nobre Vereador Donato. Quando o senhor respondeu que estamos cumprindo..., as fontes que a Câmara mexeu não houve diferenças.

O orçamento originário era de 35 bilhões. O senhor está falando em 32, redondo.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Isso.

O SR. MILTON LEITE – Essa diferença onde se deu? Por que ela ocorreu a menor e novamente o senhor está elevando ela? E o que o senhor majorou? Para que o Presidente possa entender, na fonte 00 o que o senhor majorou?

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Aqui houve uma frustração bastante significativa, nas Receitas de Operações Urbanas, que havia uma expectativa de arrecadação de um bilhão e 200 e que não..., pelos números até agora apresentados, não conseguiremos atingir esse número.

Também havia, foi projetada, no orçamento, a alienação de bens imóveis no montante de quase 700 milhões de reais que, até o presente momento, não foi possível alcançar esse número. Os números são bastante modestos até o presente momento, embora haja ações para que possamos atingir – ainda neste exercício – números mais significativos.

Há, também, transferências do PAC, como dito já pelo Secretário de Planejamento. Havia uma previsão original de quase 800 milhões de reais de recursos do Governo Federal para o PAC e recebemos algo em torno de 170 milhões de reais.

Então, as receitas próprias do Município, até ultrapassamos. Se considerarmos o ISS, o ICMS, o IPTU, havia, no orçamento de 2011, uma previsão de 22 e 700 e a nossa receita projetada para 2011 é de 23 e 60. Então, há, aqui, até uma ampliação – algo em torno de 300 milhões, 400 milhões de reais nas receitas próprias arrecadadas pela Prefeitura.

Portanto, a maior parte da receita de 2011 advém, basicamente, de transferências federais e, também, de receitas específicas, no caso de alienação de bens imóveis e de operações urbanas.

O SR. DONATO – O senhor explicou porque não atingimos a meta no ano passado, ainda que as receitas correntes tenham atingido a meta.

Para o ano que vem, o que autoriza a sermos tão otimistas, se houve uma dificuldade real de venda de terrenos? Aprovamos aqui, com nosso voto contrário, mais a venda de vários terrenos. Mas, até onde foi divulgado, esses terrenos serão trocados por creches. Não serão incorporados no Tesouro Municipal, no orçamento, se eles conseguirem ser leiloados. Só para dar um número, por volta de 700 milhões era para o ano passado. Para este ano, não sei qual a previsão de alienação de imóveis.

Enfim, onde crescerá a receita para chegar em 38 bilhões?

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Bem, basicamente, a nossa expectativa... Recentemente foi lançado o Programa de Parcelamento Incentivado, aprovado por esta Casa. É um projeto que, em sua quarta edição, apresentou resultados bastante significativos. Em termos de adesão, até este presente momento, já temos cerca de 2 bilhões de reais de adesões, de recursos que entrarão no caixa do Governo para os próximos anos. Somente para este ano, temos a expectativa de entrada de cerca de 500 milhões de reais, tanto para pagamento a vista, quanto para parcelas vincendas até o mês de dezembro deste ano, e isso se junta para os próximos exercícios, em especial para o ano que vem, com as parcelas oriundas dos parcelamentos anteriores. Então o PPI, no caso específico da fonte (ininteligível), ele tem um significado importante.

Há também três novas operações que estamos estruturando e, caso todas tenham sucesso, temos expectativa de algo em torno de um bilhão de reais. São elas: alienação dos direitos creditórios do Programa de Parcelamento Incentivado, a exemplo de uma operação similar levada a cabo pelo Governo do Estado de São Paulo, que seria a contratação de um agente financeiro para estruturar a emissão de debêntures e captação de recursos. Uma outra, já citada aqui pelo Vereador Milton Leite, que seria a antecipação de recebíveis do Fundo Municipal de Saneamento da ordem de 300 milhões de reais. Não chega a ser, como disse o Vereador Milton Leite, uma ARO. Não é bem isso, mas é uma antecipação de recebíveis.

O SR. DONATO – Pela oportunidade, Secretário. Existe parecer da CGM autorizando?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Já, já existe. Até tiver oportunidade, hoje pela manhã, de conversar com o Procurador Geral do Município e a informação... Eu já havia conversado com ele e não há problemas. É uma operação que pode ser feita. Lá no Estado de São Paulo foi feita recentemente, no ano passado, com recebíveis do DER. Essa operação inclusive foi aprovada tanto pela Comissão de Valores Mobiliários como pela Secretaria do Tesouro Nacional; a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional...

- Falas sobrepostas.

O SR. DONATO - Esse parecer está formalizado?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Está formalizado.

O SR. DONATO – O senhor pode nos enviar?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Posso enviar tão logo o receba. Então não há nenhum problema com relação à operação em si. Há vedações com relação a operações, quando é ARO não pode ser feita, quando é alienação, endividamento. Não é o caso, não se caracteriza como operação de crédito. Existe uma série de características diferentes que permitem esse tipo de operação.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, não se trata de antecipação de receita. Ela é orçamentária, mas é um desconto de fatura na verdade, de vencimento futuro. Ele implicaria no orçamento do exercício seguinte. Não haveria necessidade de autorização do Legislativo específica?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Não no caso desses recebíveis, que esse é alienação de bens móveis. Alienação de bens móveis, é Lei Orgânica do Município, não há necessidade para isso.

O SR. MILTON LEITE – Deixa eu debater um pouco essa questão com o senhor. Permite aparte, Vereador Donato? Nós estamos falando de recebimento futuro. Vamos imaginar que aconteça o seguinte: a Sabesp não tenha um bom desempenho nas contas, haja uma crise e ela caia pela metade. Como é que nós vamos fazer se nós antecipamos e descontamos a fatura? Por isso que eu estou chamando de desconto de duplicata. Descontamos o cheque futuro da Sabesp em 300 milhões. Sei lá, cortou o... cai lá uma desgraça, o povo não paga a conta e nós vamos ficar com a metade. Como é que nós ficamos orçamentariamente como esse buraco, Sr. Secretário? Por isso que eu estou dizendo que nessa perspectiva é que o senhor precisa de autorização legislativa, porque na verdade o senhor está, em tese, comprometendo o orçamento futuro sem garantias exatas de receita. É uma expectativa de receita, ela não se configurou em fato ainda. Acho que o senhor precisa de uma autorização específica para esse caso. É uma opinião pessoal minha, Secretário. Gostaria que o senhor falasse a respeito.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Muito bem, vamos lá. Peço desculpas porque é uma discussão um pouco técnica. Na verdade o Fundo Municipal de Saneamento, na discussão que tivemos lá, foi aprovada uma captação de 300 milhões de reais. Esse número de 300 milhões de reais, que equivale a aproximadamente um ano de arrecadação corrente normal, ela foi até delimitada pelo próprio Conselho exatamente para não comprometer em demasia os orçamentos futuros. Quando você coloca os 300 milhões da arrecadação corrente, mais 300 milhões de antecipação de recebíveis, isso significa que você está antecipando obras, você está antecipando investimentos, está colocando essas obras, esses investimentos à disposição da população no momento presente e não num momento futuro. Então há vantagens em você antecipar esses recursos.

Por que é utilizado o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, que é um mecanismo já consagrado no mercado financeiro e aprovado pela CVM e aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional? Há inclusive instruções normativas próprias da CVM que regulam a emissão desse tipo de papel pelos poderes públicos. Você faz isso exatamente para não caracterizar operação de crédito. Ou seja, quando o poder público aloca o fluxo financeiro de um determinado recebível que está vinculado a um determinado contrato, como é o caso da Sabesp, ele aloca esse recurso e não assume nenhum compromisso de performance. Ou seja, caso aconteça isso que o senhor está dizendo, o Fundo é devedor dele próprio, não há nenhum compromisso de o governo aportar novos recursos ali, então não há comprometimento novo de recursos naquele Fundo. Até essa é uma característica que descaracteriza como operação de crédito, que operação de crédito é se houvesse uma garantia do poder público de reposição desse fundo. Como não há essa garantia, então ela não se caracteriza como operação de crédito.

O risco do papel, o risco do Fundo, das cotas é... sênior e subordinadas – aí é uma questão mais técnica, ela é totalmente do adquirente desse papel. Obviamente quando o mercado compra essas cotas, existe lá uma escritura de colocação dessas cotas, desse FIDC, em que

os investidores que vão comprar essas cotas analisam o perfil, qual é o contrato, qual é o fluxo financeiro que está dando suporte àquelas emissões, verificam obviamente o risco Sabesp. Só que a Sabesp é uma S.A. e consagrada emissora de papéis no mercado. A Sabesp se financia muito com a emissão de debêntures e captação no mercado. Então a Sabesp tem um nome no mercado, é um papel de ótima qualidade. Com certeza tem um *rating* muito bom desse tipo de operação. Quanto melhor o *rating*, menor a taxa de juros que a gente paga. Então a possibilidade de entrar em *default* esse tipo de papel é mínima.

O SR. MILTON LEITE – (Ininteligível) de não haver liquidação, não haver o dinheiro e haver o calote. E aí como é que fica?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Não. O risco... Qualquer fundo de direitos, qualquer fundo, qualquer pessoa aqui que aplique num fundo de investimentos em qualquer banco corre esse risco. Esse é um risco de mercado.

O SR. MILTON LEITE – Está bom, mas e vai ficar com o papel, a Prefeitura então estaria dando o calote?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Se o fluxo financeiro da Sabesp não cobrir, é um risco de mercado.

O SR. MILTON LEITE – O sujeito que comprou perdeu?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Sim, como qualquer fundo em que se aplique no mercado. Não tem nenhuma diferença em relação a qualquer outro fundo existente no mercado. Só que como é um papel Sabesp, é um fluxo Sabesp, a arrecadação da Sabesp é conhecida no Município, é uma empresa de S.A., então é absolutamente improvável que essa situação que o senhor está citando aconteça.

O SR. MILTON LEITE – O senhor compraria (ininteligível)?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Tranqüilamente, tranqüilamente.

O SR. MILTON LEITE – Então está bom. Donato.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – É um papel Sabesp. Um papel Sabesp é um papel bom, é um bom papel, é um bom ativo.

O SR. DONATO – Secretário, voltando a minha pergunta inicial. Nós vamos fechar o ano em 32 e nós precisamos chegar em 38. Se nós colocarmos a inflação e o PIB chegaria em 35,4. Eu queria entender como nós chegamos em 38. O senhor apresentou aí 800 milhões até agora, 500 milhões do PPI e 300 da Sabesp. Faltam um e oitocentos.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – A estimativa para a proposta de 2012, de receitas de operações urbanas de 800 milhões de reais, receitas do PAC de mais 700 milhões de reais, operações de crédito como essa que eu citei aos senhores, e alienação de bens de mais de 1,3 bilhão. Todas essas receitas, quando elas são receitas de capital em especial, elas são vinculadas a investimentos. Obviamente os investimentos são vinculados, dependem da arrecadação dessas receitas.

O SR. DONATO – Aproveitando uma questão. Os senhores apresentaram uma receita do PPI, a antecipação do PPI como receita de capital.

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Isso.

O SR. DONATO – Não é um conceito equivocado? Porque a origem dessa receita não é imposto e o fato de ser receita de capital não incidem as vinculações da saúde e da educação, não é isso?

O SR. SECRETÁRIO (George Hermann Rodolfo Tormin) – Bem, vamos lá. Outra operação que precisa... No caso podemos avançar aqui, mas ela é detalhada e tem as suas nuances. De fato, é uma receita de capital. No ingresso desses 500 milhões que estimamos, ela entra como receita de capital. O que estamos alienando não é o crédito tributário, estamos alienando o fluxo. Então, isso quer dizer o fluxo financeiro, então, o crédito é um papel, o título, ele continua sendo uma receita tributária e continua sendo cobrado pela Prefeitura quer seja na esfera administrativa pela Secretaria de Finanças, quer seja em juízo pela Procuradoria Geral do Município. Ele não perde a característica de crédito tributário. Por essa natureza, ele continua sendo recolhido pelos contribuintes, pelos devedores, normalmente.

Na medida em que essa receita é realizada, ou seja, que os contribuintes vão pagando seus (ininteligível), mês a mês, na sua arrecadação, quando ele começa a fazer o pagamento, aí sim

é contabilizada para efeito de todas as vinculações.

Então, existe toda uma estrutura contábil para que se caracterize os 500 milhões no momento zero, como receita de capital. Depois, a medida que essa receita vai entrando, algo em torno de 40 milhões por mês, é contabilizada como receita corrente, fazendo todas as vinculações necessárias.

Não há qualquer prejuízo às vinculações. Essa é uma preocupação. Quando estávamos no Estado, fizemos uma operação idêntica a essa. Existe uma norma interna, que terá de ser editada no Município também, de contabilização dessa operação de tal sorte que não haja qualquer prejuízo às vinculações constitucionalmente estabelecidas quer seja pela Educação ou pela Saúde.

Essa operação é muito detalhada.

O SR. DONATO – Não quero tomar tempo da audiência com uma questão que é técnica, mas também é política no fundo.

Secretário Chammas, V.Exa. espera terminar este ano com quanto de superávit?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa é uma informação que remeterei também ao Sr. Secretário de Finanças.

O SR. DONATO – Mas Finanças arrecada e sempre planeja os gastos, até onde entendi.

V.Exa. gastará tudo o que arrecadou ou sobrar alguma coisa?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não, devemos estar executando todo o orçamento.

O SR. DONATO – Mas tem seis bilhões e meio em caixa hoje.

Faltam dois meses somente.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Já tive a oportunidade nesta Mesa de trazer alguns esclarecimentos. Por isso aquele *slide* mostrando o que é Tesouro e o que é recurso vinculado, é fundamental. O Secretário-Adjunto Jorge falou com muita propriedade das Operações Urbanas. Então, hoje, desses – não sei se são seis bilhões, mas o Secretário de Finanças depois confirma ou não -, mas uma parte dos recursos em caixa é vinculada, ou seja, tem destino específico. Hoje, por volta de 1,3 bilhão é para a Operação Urbana, inclusive, uma parcela apartada para o Metrô, que só irá ao Metrô quando houver o gasto na Linha 17 – Ouro. Outros recursos, os fundos. Então, devemos terminar o ano com algum superávit financeiro nos fundos. Não faz a execução exata do fundo. É um superávit financeiro.

Portanto, uma boa parte são recursos vinculados; outra parte são restos a pagar que ficam para os compromissos no início do ano. Então, não podemos analisar como um todo, temos de analisar de forma segmentada.

Só esclarecendo e complementando a resposta do Secretário Jorge, basicamente, Operações Urbanas e Recursos PAC temos algo em torno de dois bilhões. Por que estamos otimistas desses recursos serem gasto no ano que vem? O PAC – tomo a liberdade de fazer uma breve listagem – tem já aprovados: recurso para encostas, 80 milhões; recursos para drenagem, o Córrego Ponte Baixa, 145 milhões mais 45 do Minha Casa Minha Vida, quase 190 milhões; recurso de mobilidade, 304 milhões, o Corredor Inajar, Rio Branco e o Corredor Capão Redondo - Campo Limpo; 60 milhões para a Fábrica do Samba junto ao Ministério do Turismo. Então, estamos falando algo em torno de 641 milhões previstos de ingresso ano que vem de transferência federal para projetos. Por que o otimismo do ano que vem entrar e este ano ocorreu muito pouco? Porque foi a tramitação dos projetos, a Caixa tem o seu ritmo de aprovação, as suas burocracias junto ao Ministério das Cidades e estamos confiantes de que esses recursos, principalmente do PAC, investimentos em drenagem, habitação e mobilidade devam ingressar aliados aos recursos da Operação Urbana.

Os Srs. Vereadores acompanharam. Tínhamos quase que uma trava para prosseguir as obras, a licitação da obra da Operação Urbana Água Espraiada em função do projeto de lei aprovado nesta Casa. Agora, com o projeto aprovado, as obras estão em curso.

O SR. DONATO – Sr. Secretário, voltando à pergunta. Qual será o superávit no final do ano? O ano passado foi 3.1.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Mas o 3.1, de todas as fontes do Tesouro, basicamente, zerado. Temos de tomar esse cuidado. Não podemos ter um superávit...o superávit global existente, não sei se foi 3.1...

O SR. DONATO – Mas tenho certeza de que, no final do ano que vem, o superávit será menor.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Não tenho essa....

O SR. DONATO – Uma coisa que pode explicar esse Orçamento com um crescimento de quase 20% é espaço orçamentário para poder utilizar um pouco do superávit, um pouco ou tudo, não sei. Não sei o ritmo da administração no ano que vem.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Temos de fazer duas análises.

O SR. DONATO – Historicamente, vimos que em 2008 houve uma aceleração do gasto na Prefeitura de São Paulo. O superávit que foi feito em três anos foi consumido no ano da eleição. Imagino que, pelo desenho, está parecendo que será o mesmo ritmo: três anos, poupa-se; gasta-se, no último.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Três anos não poupamos, tanto que no ano passado executamos integralmente, tanto que o superávit do Tesouro foi basicamente zero. O superávit das outras fontes são, entre aspas, imexíveis.

Uma coisa é comparar 38 bi, com 32 que é a execução. Outra coisa é 38 com 35 que é a proposta deste ano. Quando fizemos a proposta para 2011 prevíamos 700 milhões do PAC, 1,3 bilhão da Operação Urbana que por n razões não se confirmaram, mas estão em andamento. O ano que vem temos a expectativa da realização desses gastos, principalmente, das fontes vinculadas.

O SR. DONATO – Apesar do crescimento do Orçamento, vemos que – ontem tivemos uma audiência pública na zona Sul que foi a reação das pessoas e dos Subprefeitos foi, no mínimo, de decepção – temos uma diminuição do Orçamento das Subprefeituras de 1,160 bilhão para um bilhão de reais, ou seja, 160 milhões a menos. O mais grave: Subprefeituras com o maior IDH, como Pinheiros e Vila Mariana, têm crescimento; e as Subprefeituras mais pobres, como Parelheiros, M'Boi Mirim, Capela do Socorro, Campo Limpo, Cidade Ademar, tiveram queda no Orçamento.

Explique-nos a razão, até porque o Orçamento da Secretaria de Subprefeituras se mantém igual, não teve nem sequer uma suposta centralização para a Secretaria. Houve, de fato, uma diminuição das Subprefeituras, a meu ver, inexplicável.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa observação é extremamente importante para esclarecermos. Temos de olhar o Orçamento de forma ampla. Vamos separar o que é zeladoria, o que é investimento, gasto com pessoal e administração.

Temos também de fazer uma segunda análise. Uma, é o Orçamento aprovado por esta Casa; outra, o Orçamento hoje. Temos, ao longo do ano, ajuste orçamentário, suplementações com necessidades de uma subprefeitura em detrimento da outra.

Então, falarei sobre o item zeladoria de todas as Subprefeituras. Nós temos, hoje, um Orçamento atualizado de 448 milhões de reais. Houve uma suplementação de mais 1,700 milhão de reais e temos quase 450 milhões de reais para zeladoria em todas as Subprefeituras. O Orçamento previsto na proposta orçamentária é de 517 milhões de reais. Ou seja, no item zeladoria, em todas as Subprefeituras, houve um acréscimo de 14,9%.

Por que é importante separar? É claro que a média de itens distintos pode sofrer redução, como o item pessoal, em algumas Subprefeituras, os itens auxílios e projetos. O que acontece com o item projetos? Nós estipulamos, como no ano passado, um número idêntico para todas as Subprefeituras de 150 mil reais. Está na proposta orçamentária. Por que isso? Sabemos que no item reserva de contingência, temos 150 milhões, provavelmente, que serão utilizados por esta Casa para fazer alguma proposta de emendas que, muitas delas, irão compor os projetos das Subprefeituras. Então, comparar a proposta orçamentária de 2012 com o Orçamento, hoje, vigente, no item projetos já vai ter uma disparidade bem significativa, são 150 mil versus algo em torno de um milhão.

O SR. DONATO – Eu imaginava que fosse isso, mas essa lógica é perversa, porque a emenda que o Vereador faz, na sua cota, é de caráter pontual. Tem uma estratégia de política pública do Governo e da administração, em linhas gerais, que deveriam estar contempladas. O que acontece hoje é que se dá 150 mil reais para a Subprefeitura que não reforma uma praça, só faz um escadão e uma pracinha e fica a responsabilidade sobre cada Vereador. E a Subprefeitura que, por qualquer contingência, não tem um Vereador que destine emendas? A

emenda tem de ser considerada à parte do Orçamento da Subprefeitura, ela não pode ser incorporada, ainda que possa ter uma lógica contábil. Não é correto, porque se inverteu a lógica. Hoje, quando se vai para falar com o Subprefeito para aplicar os recursos da Subprefeitura, ele inverte a lógica e pede emenda. É o contrário. O cidadão tem o direito de ser atendido, independente do Vereador destinar ou não emenda. A emenda é um complemento para algum tipo de ação pontual, não como uma política pública geral, no caso, das Subprefeituras ou de outras áreas. Considero essa lógica errada na construção do Orçamento.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Voltando à análise da zeladoria, que é um item importante. Para não mentir, uma Subprefeitura teve um decréscimo. Tivemos aumentos em zeladoria de 26%. O que engloba a zeladoria? Locação de veículos pesados, manutenção de vias, limpeza manual de córregos, limpeza mecânica de córregos, bocas de lobo, manutenção de piscinão, conservação de áreas verdes e manutenção de galerias.

Todas as dotações solicitadas pelas Subprefeituras foram contempladas integralmente no Orçamento. Ou seja, nós tivemos o cuidado de, fazendo análise com gasto retroativo a 2009, 2010 e 2011, contemplar para todas as Subprefeituras, no item zeladoria, a solicitação cheia. Essa análise de que houve um decréscimo nos gastos nas Subprefeituras precisa ser mais detalhada.

O item áreas de risco não está nas Subprefeituras. Os 110 milhões de reais que o Vereador Milton Leite mencionou, 30 milhões do Tesouro e 80 milhões de recursos federais, estão na Secretaria de Coordenação.

O item casas de cultura não está nas Subprefeituras, então, temos de fazer uma apropriação. Ao longo da execução orçamentária, esses itens saem da Coordenação e vão sendo migrados para as Subprefeituras. Por isso que comparar o Orçamento hoje, dia 25 de outubro de 2011, com a proposta orçamentária, estamos comparando bases distintas, porque aqui você já teve migrações do órgão central para o órgão descentralizado.

O SR. DONATO – Tudo bem, nós podemos fazer isso, mas, de qualquer forma, o Orçamento de 2011 era de 1 bilhão 161 milhões para as subprefeituras. O Orçamento atualizado, que o senhor cita, é de 1 bilhão e 98 milhões. Muda pouco, e caiu de para 1 bilhão e 1 milhão. De toda forma, mesmo considerado o Orçamento atualizado, com as transferências que já existiram, há uma perda de 97 milhões no orçamento das Subprefeituras.

O SR. RUBENS CHAMMAS - Não podemos esquecer que as subprefeituras também fazem uso de outras fontes. Por exemplo, o Fundurb. Este ano tivemos uma arrecadação forte no Fundurb, e uma das suas dotações orçamentárias é para execução de calçadas nas subprefeituras. Então, para compor o que está sendo gasto nas subprefeituras, teríamos não só o orçamento dela, mas também o que, por exemplo, está nos fundos e teria de ser apropriado a elas.

P – Secretário, em relação ao Plano de Metas. Verificamos, por várias dotações, que as metas não serão cumpridas. O senhor pode nos dizer quais metas não serão cumpridas, já que é o senhor que coordena o Plano de Metas?

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, nós somos cobrados diariamente a respeito dos três hospitais. Queria que o senhor se manifestasse a respeito aos três hospitais nos quais colocamos recursos todos os anos. A Cidade está extremamente preocupada com esses hospitais. O que vai, efetivamente, acontecer com os hospitais. A cobrança é muito grande, não pela promessa do Prefeito, mas pela demanda da sociedade. Se S.Exa. tivesse prometido e não houvesse demanda, não haveria problema, mas há demanda da sociedade em função da necessidade. Esse é o nosso problema. Não é a promessa de qualquer executivo, é por que a sociedade clama. Como S.Exa. prometeu aquilo que a sociedade cobra, e muito de nós somos cobrados diariamente, gostaria que V.Exa. se manifestasse.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa questão é extremamente pertinente, e temos de fazer uma reflexão. Existe um instrumento hoje formal, legal, em andamento, um instrumento inédito, que está sendo aperfeiçoado. Se olharmos as 223 metas - e claro que pode se perguntar se o número de metas é exato, se poderia ser mais, menos -, elas foram estabelecidas naquele momento, naquela época. Elencaram 223 metas. Uma série de metas são rotineiras da Prefeitura, como treinamento de pessoal, melhorias em alguns procedimentos internos. E tenho

certeza de que todas essas metas – que chegam a quase 40% - serão cumpridas. São atividades rotineiras, estão no dia a dia de cada secretaria.

Uma outra parte das metas são pontuais, como reformar o Theatro Municipal, reformar a Praça Roosevelt; outras, um pouco mais genéricas: implantar “x” parques municipais, implantar tantos viveiros. Estamos perseguindo, de forma rotineira, e com todas as forças, o cumprimento de 100% de todas as metas.

É claro que temos de ter criatividade e inventividade. Vimos aqui que os compromissos da Cidade com recursos vinculados é muito forte. Dessa arrecadação, 31% são destinados para a Educação; 15% é o mínimo constitucional, estamos executando algo em torno de 19 a 20% para a Saúde; 13% da receita líquida para pagamento da dívida; 2.55 com precatórios. Pasp. Isso faz com que o nosso grau de investimento fonte-tesouro fique muito reduzido. Por isso as outras fontes ganham uma importância – e não é de hoje – muito forte.

Vou dar o exemplo do Fundo de Trânsito. Já temos uma lista das obras de transporte que serão feitas com recurso do Fundo de Trânsito. Projetos do Inajar, Binário Santo Amaro, M'Boi Mirim, Radial, projetos já concluídos, com proposta de início de obra para o final desse ano.

O Fundo de Saneamento, com ações na área de habitação, infraestrutura e saneamento.

O Fundurb, com ações pontuais na área da Cultura.

Então, destaco a importância desses fundos, que são recursos do Tesouro. Recursos vinculados fazem com que possamos ter essa flexibilidade e poder chegar ao final de 2012 almejando 100% das metas concluídas.

Tenho certeza de que hoje temos quase 50 metas já concluídas. Todas as metas rotineiras serão concluídas, pois fazem parte do dia a dia da Prefeitura. E dou sempre o exemplo das Viradas, tanto a Esportiva quanto a Cultural, que só serão concluídas ano que vem, porque é uma por ano.

Mas várias obras, como a da Praça das Artes, a da Praça da República, a do anexo da Biblioteca e a de drenagem estão em andamento, e com certeza serão concluídas no começo do ano que vem.

As obras de habitação, com um ritmo muito forte. Muitas delas já estão com quase 100% da sua execução. Então, seria leviano da minha parte dizer que tais ações não serão concluídas. Estamos perseguindo e faremos todo o esforço orçamentário, principalmente dos recursos vinculados, para que possamos concluir essas obras pontuais de infraestrutura e de equipamentos.

O SR. DONATO – Bom, Secretário, vamos ser mais práticos. No programa de metas fala-se que 300 milhões de reais serão destinados para o Rodoanel. Não existe dotação orçamentária, tem uma dotação simbólica. Como interpretamos isso? A meta será cumprida ou não?

O SR. RUBENS CHAMMAS – Essa é uma meta que está sendo revista.

P – O que significa isso? Não será cumprida?

R – Ao longo de...

P – “Tucanaram” o não cumprimento da meta?

R – Não, estamos revendo essa meta. Seria muito fácil para qualquer administração, ao longo do Programa de Metas, ir excluindo metas. Então, eu não vou cumprir, vou tirar. O Prefeito Gilberto Kassab não tem adotado adota essa postura e tem nos orientado; estamos fazendo pequenos aperfeiçoamentos. É muito simples excluir metas. Seria fácil excluir. Chegaria em 100% nem em dezembro, em junho. Vou excluir todas as que não vou cumprir. Não é essa a orientação. As que não forem cumpridas, se isso ocorrer, serão explicadas. Essa do Rodoanel é uma meta que está sendo revista, até porque ela foi indicada em um momento em que a Prefeitura tinha todo o ajuste para investir recursos no Rodoanel. Hoje essa prioridade pode não estar sendo ratificada. Essa está sendo revista.

P – Secretário, no Programa de Metas há 66 quilômetros de corredores de ônibus, mas nas duas dotações nós temos apenas 48 milhões de reais. E praticamente não foi feito nada de corredor de ônibus. Essa meta também será revista?

R – Não, essa não. Como listei agora, os corredores Inajar, Binário Santo Amaro, M'Boi, Radial já estão com seus projetos prontos e obras previstas com recursos do Fundo Municipal de

Trânsito.

O SR. MILTON LEITE – Quando o senhor vai licitar?

R – A licitação da Secretaria de Transportes deve ser iniciada no final desse ano. Com recursos previstos do Fundo de Trânsito.

Este ano estamos alcançando no Fundo de Trânsito uma receita de 740 milhões até o momento, já superior ao orçamento estimado, que era por volta de 640. Para o ano que vem a previsão é de 832 milhões. Então, por isso ratifico a posição de termos essa leitura sempre da dotação orçamentária da Secretaria com as dotações dos recursos vinculados. E, no caso, do Fundo de Trânsito.

O SR. DONATO – Se o Orçamento for transparente, fica mais fácil entender isso. Acho que temos de avançar nesse sentido. Temos, reiteradamente, solicitado a regionalização do Orçamento, porque acho que facilita a análise e acompanhamento de todos nós.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Uma outra boa notícia. Desde o começo de setembro nós temos num link da página de nossa Secretaria, todos os fundos municipais, dada a importância dos fundos, dada a magnitude dos fundos. Todos os fundos municipais com seu detalhamento de despesas e receitas mês a mês.

O SR. DONATO – Uma última questão. O senhor falou do Metrô, uma dotação simbólica. Falta um bilhão ainda para o metrô. Esse um bilhão será destinado a partir da Operação Urbana Água Espreiada, é isso?

O SR. RUBENS CHAMMAS - Não, não. No Metrô poderíamos ter recurso da Operação Urbana Água Espreiada ou da Operação Urbana Faria Lima. Só lembrando que na Água Espreiada nós firmamos um convênio com o Metrô num aporte de 334.5 milhões de reais do Município. Já foi integralmente feito. Na verdade o recurso ainda não está com o Metrô mas está em conta apartada. Quando o Metrô iniciar – e já está iniciando – o projeto da Linha 17 esse recurso será passado. A proposta é que esse um bilhão pode até vir um pouco da Operação Urbana Água Espreiada, mas o montante mais significativo é da Operação Urbana Faria Lima. Só para dar uma informação para ficar o conhecimento homogêneo, a Operação Urbana Faria Lima atualmente tem quase 500 mil m² de estoque disponível tanto no uso residencial quanto no uso comercial, mas não tem um instrumento para que o empreendedor adquira esse potencial adicional, que é o Cepac. Então, o Executivo encaminhou a esta Casa um projeto de lei solicitando autorização para a ampliação do número de Cepacs da operação urbana. Não mexemos no estoque da operação urbana, não mexemos em mobilidade e em nenhum comprometimento da operação urbana mas sim um instrumento necessário para que o empreendedor possa fazer uso desse estoque adicional. Com esta perspectiva de um milhão a mais de Cepacs isso provavelmente deverá fazer frente aos gastos previstos para com o metrô de um bilhão.

O SR. DONATO – Secretário, uma última questão, teria outras para fazer mas é importante ouvir a população também. No fundo de trânsito que o senhor citou que será a dotação de construção de corredores temos apenas 33 milhões para a implantação de corredores. Não sei quanto é o quilômetro do corredor de ônibus mas 33 milhões, certamente, não são muitos quilômetros. Juntando os 33 milhões daqui mais os 48 do Orçamento teremos 80 milhões de reais mais ou menos, para a implantação de corredores, que é um número bastante aquém do necessário para chegar à meta.

O SR. RUBENS CHAMMAS Um esclarecimento: o primeiro corredor que eu tinha dado desta lista ao Inajar, tem recursos de 104 milhões aprovados no PAC. Os recursos indicados na Peça Orçamentária são recursos previstos de arrecadação para o ano que vem.

O SR. DONATO – Eu sei, ele está no PAC mas tem de entrar em alguma dotação. Qual é a dotação que ele vai entrar?

O SR. RUBENS CHAMMAS Está como transferências federais, preciso checar. Vou checar.

O SR. DONATO – Por favor. São essas as questões que tinha para a primeira rodada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou passar às pessoas. Normalmente dou o tempo de três minutos mas o Sr. Secretário será convidado para uma extraordinária, além da formal que virá de fechamento, faremos uma extraordinária para que possamos discutir mais alguns temas. Só um ponto: no plano de metas do Rodoanel os 300 milhões temos de cumprir e a

razão é simples. Não é bem essa que o senhor falou. Na execução do Rodoanel eles causaram um dano à região de Parelheiros da ordem de mais de 300 milhões de reais. Pagar um e não receber o outro é melhor cancelar os dois e a Prefeitura fazer o investimento direto naquela região. Na construção as empresas arrebentaram a infraestrutura viária da região, comprometeram mais de 300 milhões de reais e não refizeram as obras como prometido. Não tem de pagar mesmo. Em vez de pagar esse dinheiro para o Rodoanel paga e manda refazer as obras da região que foi totalmente danificada.

Passamos a ouvir as seguintes pessoas inscritas para falar. Pelo tempo não superior ao dois minutos improrrogáveis. Dois minutos porque queremos ouvir a todos. Maria do Socorro, em seguida Fábio, em seguida a Dalci, em seguida a Marlene, em seguida Eduardo Merje, José Roberto, Dora Lima e Jefferson. Impreterivelmente dois minutos. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso, sou da região de Itaquera. Em princípio quero saber da distinta mesa, fui para a audiência pública de Itaquera, do Orçamento, no começo e nada foi falado de Itaquera. Eu acho assim: por que o representante do povo fica lá se ele não tem pulso, se não tem capacidade, se não pode determinar, se ele é um zelador? Do meu conhecimento zelado é a pessoa que tem menos capacidade para resolver o problema da comunidade. Certo? Moro em uma região – todo mundo sabe – que é o Conjunto Habitacional Águia de Haia, na Cidade AE Carvalho, região de Itaquera. Há três anos que nada foi feito. Todo ano estou aqui, todo o ano, todo o ano! Tem um terreno Itaquera F2 que está largado e abandonado, está sendo depósito de lixo onde tem rato, já tentaram invadir duas vezes, tem o HM, é uma companhia que é do Governo, é terceirizado, que fica lá no alojamento. Agora, pergunto: que papel estou fazendo aqui? Eu sou do Grande Conselho, procurei saber, fui lá pela segunda vez lá e falei sobre o idoso. Sou atuante, participo de tudo que é conferência e audiência, solicitamos um terreno que foi destinado para fazer o Centro de Referência do Idoso, lá em Itaquera, na Borges Carlos Bassau com Salvador Nobelli. Depois que eu pedi, levei os documentos em todo o órgão público o próprio funcionário, a coordenadoria da Saúde disse que iria fazer um centro de referência dos trabalhadores. É piada isso, não é? Pergunto: e a habitação? O pessoal está na área de risco e só se fala em Itaquera do Corinthians. E a população, como vocês falaram, de onde está vindo as coisas? Onde está desenvolvendo? Não temos nada. Não temos área de lazer, as crianças estão entrando na droga, os idosos estão morrendo, a saúde está precária, o PSF não atende à população e quando eu procuro saber o número da procuração quero saber, finalmente, o que vão contribuir, por direito, por lei e o que vão fazer para o idoso. Cadê o Orçamento? Cadê a verba que não estou vendo nada até agora! Estou olhando de ponta cabeça. Cadê a verba? Qual é o projeto? O que vocês têm para o idoso? Aqui, dentro da Câmara Municipal como na Assembleia Legislativa. É a mesma besteira. Eu ia dizer uma besteira mas não digo. Por educação. Era o que quero dizer.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Secretário anota e vai responder, ao final, todas as perguntas. Fábio.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde. Sou munícipe do Distrito Sé, participante do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo de São Paulo. Saúdo a mesa e os presentes. Realmente, pela 11ª vez o movimento de Resistência, o Conselho do Orçamento Participativo se orgulha de estar aqui, iniciando com uma brilhante colocação da Conselheira Maria do Socorro, de Itaquera, que esteve em São Miguel Paulista no sábado, colocando questões importantes. É a realidade da população. Esses números mostrados não apresentam a realidade social da população. Mostram um fracasso de sete anos da gestão José Serra – Gilberto Kassab. Um vexame mostrado pelo não investimento na área social. Aonde estão os três hospitais? O Secretário não respondeu sobre os três hospitais, Hospital Vila Brasilândia, Hospital Vila Matilde e Hospital Parelheiros. Não houve resposta. Pela quarta vez foi adiada a parceria público privada. Quer dizer, não usa o dinheiro da Saúde e entrega para as empresas privadas.

E as reformas dos hospitais de São Miguel, Ermelino e Itaquera? Há anos aguardamos essas reformas. Há anos as pessoas morrem nos hospitais e nada acontece. Ainda fazem privatização, parceria público privada. Que vergonha. OS, Novo PAS, aonde está a Saúde de

São Paulo?

Tudo isso é uma grande vergonha e uma denúncia. E não é só Saúde. Caiu a verba nas áreas de Cultura, Esporte e Lazer e Trabalho. Sumiram 500 milhões de reais da Siurb para o orçamento de 2012. Comparada a proposta orçamentária de 30/09/2010 para 30/09/11, caiu a verba.

Quer dizer, o orçamento aumenta em 10% e cai a verba para as secretarias sociais. Qual a explicação disso? E fora o que foi complementado pelos Vereadores no final do ano passado, o aumento é muito maior. Na verdade, o aumento para áreas não prioritárias e redução para áreas sociais.

Esse orçamento tem de ser denunciado. Pela primeira vez, a SPTrans tem maior orçamento do que a própria Secretaria de Transportes. Ou seja, aonde vai parar todo esse orçamento?

Concluindo, falaram sobre a questão das audiências públicas e não entendo porque tanto destaque, prometeram fazer 31 e vão fazer cinco. Fizeram duas em Santo Amaro e São Miguel Paulista, quer dizer, no ano passado foi Penha e este ano é em São Miguel; no ano passado foi em M'Boi Mirim e este ano em Santo Amaro. E Jaraguá, vai para Jaçanã ou Pinheiros?

É uma vergonha e a Câmara também tem responsabilidade nisso. Tem de fazer, no mínimo, uma para cada subprefeitura. A Câmara tem esse dever, porque tem de discutir regionalmente o orçamento. E Jaraguá, Taipas, Perus, Pirituba e Freguesia do Ó, por exemplo, não tiveram audiências públicas.

Concluo dizendo que o orçamento de 2012 aumentou para 38 bilhões e o fechamento são 32. Faltam seis bilhões. Repudiamos esse orçamento de 2012 e espero que a Câmara faça as alterações necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Alcides.

O SR. ALCIDES – Boa tarde, Vereadores Milton Leite e Donato. Estivemos, no sábado, na audiência pública de São Miguel e estavam presentes onze subprefeituras. E fazendo umas continhas, porque não sou economista, a zona leste tem dez por cento da população do Estado e um terço da Cidade. E é dez por cento do orçamento das onze subprefeituras. Contando a Cidade inteira, as 31, dá 26% do orçamento. Só que o investimento fica pulverizado.

Peço aos Vereadores Milton Leite, Donato e para as pessoas que cuidam do orçamento da Cidade, porque quem paga a conta é o povo. Nos últimos 20 anos, o orçamento de São Paulo aumentou quase 70% e o serviço público piorou. A Saúde, na nossa região, quando procuramos essas autarquias, somos recebidos pelo Guarda. É o Guarda que decide se você entra ou não.

A Virada Cultural é uma vergonha, porque é feita no Centro da Cidade e é para quem pode pagar. Para os pobres, o dinheiro da Cultura tem de ser investido nas periferias, que levem happy, forró, MPB, o que quiserem.

A questão da Educação, vamos falar da creche à universidade. Gente, temos um déficit de 147 mil crianças, que não tem acesso à creche. É uma vergonha e o Prefeito, no plano de metas, disse que ia zerar as creches. Não é possível, precisamos mudar, investir e priorizar políticas públicas.

Quero me solidarizar com o Vereador Milton Leite, que é de uma região tão carente como a nossa, a zona Leste, e no entanto, foi dado de isenção para Itaquerá 420 milhões, o que dá para fazer 420 creches e seis mil moradias. É uma vergonha.

Não quero só ficar discutindo orçamento, mas que aconteçam as políticas públicas na ponta. Precisamos priorizar o transporte público, como colocou o Donato, a questão dos corredores, porque não é possível priorizar só para os carros. Acho que o transporte público deveria ser gratuito, para incentivar as pessoas a deixarem o carro em casa.

Para a Habitação foi destinado um bilhão. Vocês são 55 Vereadores e 31 subprefeituras, gostaria que cada Vereador adotasse uma subprefeitura e tentasse discutir esse orçamento. Por exemplo, quanto vai ser destinado para São Miguel e quanto para Tiradentes. Para a Penha tem quase 40 milhões, quando chega na Cidade Tiradentes tem 20 milhões, que é a região pior, onde precisa de melhor infraestrutura.

Então precisamos melhorar a questão do serviço público. Muito obrigado.

O SR. MILTON LEITE – Tem a palavra a Sra. Marlene.

A SRA. MARLENE – Boa tarde a todos. Sou do Parque Continental, distrito do Jaguaré, e represento a comunidade do nosso residencial.

A questão da Ponte Politécnica que estava prevista no orçamento de 2011 e não temos notícia dela. Na região: Jaguaré, Parque Continental, Município de Osasco, São Francisco, Rio Pequeno, Politécnica, que traz o trânsito da Raposo Tavares, que cai na Corifeu de Azevedo Marques, e a única maneira de sair da região é a Ponte Jaguaré. Quer dizer, um trânsito totalmente estrangulado, especulação imobiliária absurda, então a nossa necessidade, demanda, urgência é a Ponte Politécnica. Mais uma ponte, para que se possa transpor na altura da USP, Unip, enfim, várias universidades, para que possamos ter como sair da região.

Muito obrigada.

O SR. MILTON LEITE – Tem a palavra o Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO – Saudações a todos, Vereadores, Secretaria, acho que o Donato tocou num ponto interessante: a Subprefeitura de Vila Mariana.

Neste primeiro debate, gostaria de colocar a coisa num aspecto mais geral do passado, de onde surgiram todas essas propostas do plano diretor, planos regionais. Diria que esta Cidade é e não é uma metrópole ao mesmo tempo. Os planos diretores foram detonados pelos planos regionais, que não ouviram nem os planos de bairros. E a conclusão disso é o que vemos agora.

O orçamento, no meu entender, para que ele seja realmente democrático e legítimo, tem de ser distrital. Moro no distrito de Saúde, há o distrito de Moema e o distrito de Vila Mariana. Só que o distrito de Moema está com um consórcio gastando 48 milhões, para abrir poços, um mecanismo não destrutivo de esgoto em ruas totalmente estouradas. Quer dizer, como fazer mecanismo não destrutivo naquilo que está destruído e precisa ser refeito. Um consórcio de 48 milhões, e o orçamento total da Subprefeitura de Vila Mariana é de 33 milhões.

Represento a Associação de Usuários do Parque do Ibirapuera e aqueles lagos que estão ao lado da República do Líbano estão fétidos, só tem pato, marreco, não tem mais peixe, não tem borboleta, não tem mais nada, por falta d'água. A água cercada na Professor Ascendino Reis pelo próprio Tribunal de Contas do Município, que faz um pôlder que está no orçamento. Cadê a drenagem? Que é zero na Vila Mariana? Uma bacia totalmente impermeável, uma água limpa que podia chegar aos lagos, para dar-lhes profundidade, que é um espelho d'água, todo assoriado. Cadê essas águas? Ou o meio ambiente fica só no *blá, blá, blá*.

Gostaria de ter o orçamento distrital na minha Cidade. Água Espraiada está gastando 578 milhões de reais, para jogar o povo para fora e vender prédio em potencial construtivo! (Palmas)

A SRA. DORA – Boa tarde a todos. Sou Dora Lima, da Subprefeitura da Sé. Parabéns aos Vereadores. Mas, em primeiro lugar, desejo fazer um apelo aos 55 Vereadores desta Câmara. Gostaria muito que os 55 Vereadores contribuíssem com a população nas audiências regionais.

Faço um segundo apelo, no sentido de que, realmente, o orçamento seja regionalizado. Ficará muito mais fácil para a população acompanhar.

Outro desejo: se temos como plano de metas uma Cidade sustentável, a meta 71, 78, 79, 80 e 81. Onde estão localizadas no orçamento? Quero saber se serão cumpridas.

A próxima, também, é a meta 122. São quatro campanhas de Educação Ambiental para coleta seletiva na cidade de São Paulo. Como Educadora Ambiental, digo que estamos vivendo, realmente, um caos da coleta seletiva. No entanto, as metas estão previstas, e o Poder Público parece não estar interessado em cumpri-las. Novamente, sugiro e peço ajuda dos nossos representantes na Câmara, pois os Vereadores têm como função a de fiscalizar o Poder Executivo. Então, sugiro e peço, realmente, que os Vereadores nos ajudem a fazer com que o Executivo cumpra sua função.

Também quero saber onde está determinado o orçamento das obras de infraestrutura, com vistas à Copa do Mundo?

Por último, devo falar que, às vezes, fico imaginando para que existem as leis. Tivemos a primeira emenda no plano de metas na cidade de São Paulo, mas falta pouco tempo, e elas

não estão sendo cumpridas.

Então, reforço o pedido: que os Vereadores nos ajudem no que refere ao plano diretor, já que o Executivo não está nem aí. Se não temos planejamento, como posso acompanhar o orçamento?

É isso. (Palmas)

O SR. MILTON LEITE – Tem a palavra o Sr. Jeferson.

O SR. JEFERSON – Meu nome é Jeferson Eduardo Vasconcelos Santos, represento um grupo de aprovados no concurso de Procurador do Município, realizado em 2008. Saudamos a população paulistana, a quem pretendemos servir como funcionários, representada aqui pelos moradores de diversas regiões da Cidade, além dos representantes do Poder Legislativo, Executivo e dos Movimentos Sociais presentes. Marchamos ombro a ombro com os Movimentos Sociais que defendem a Advocacia Pública.

As carreiras públicas bem estruturadas são peças fundamentais nos Estados Democráticos, cujo império da vontade popular, vertida em lei, exige seu fiel cumprimento. A carreira de Procurador de Município exerce papel chave nesse quadro institucional, pois é treinado e habilitado em interpretar e implementar o quadro normativo existente. Viemos apontar o agudo quadro de carência de pessoal que essa carreira pública sofre hoje. Há 169 cargos vagos e uma carreira com 548 cargos criados por lei e que é responsável por nada menos do que toda a representação judicial e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal. E pior ainda, apesar de a Lei Municipal 13.682/2003, que prevê em cada Subprefeitura um cargo de Assessor Técnico a ser ocupado por Procurador do Município para assessoramento jurídico do órgão, apenas na Subprefeitura Mooca esse quadro encontra-se ocupado. Todas as demais Subprefeituras não dispõem desse recurso fundamental para a consecução de suas atividades diárias, entre elas as licitações para prestação de serviços e utilidades demandadas pela população.

Temos certeza de que o Governo Kassab, que já demonstrou seu veio democrático através de ações como o Portal de Transparência, não negará à população paulistana a recomposição dos quadros da Procuradoria do Município. Solicitamos a nomeação de 30 Procuradores e que eles sejam encaminhados a cada uma das Subprefeituras que carecem dessa mão de obra.

Estamos entregando à mesa um trabalho que documenta esses dados apresentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Secretário para dar as respostas e concluir os trabalhos.

O SR. GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN – Quanto à PPP da Saúde, a licitação está em curso. Foi adiada para ajustes, ainda no edital, com previsão de, nos próximos dias, ser publicada. Perseguimos a meta e a PPP é mais do que a construção dos três hospitais. Engloba também reforma de oito ou nove hospitais e implantação de cinco centros de diagnóstico.

A Sra. Maria do Socorro falou um pouco sobre questões referentes a idosos. Há dotações orçamentárias tanto na Secretaria Municipal de Assistência Social quanto na Secretaria Municipal de Participação e Parcerias. Nas reuniões temáticas, o Sr. Secretário poderá discorrer um pouquinho mais sobre essa política.

Sobre as questões nas periferias, a Virada Cultural realmente é um evento mais central. Há também a Virada Esportiva. Foi provado, no último mês de setembro, que ela é espalhada em toda a cidade, com uma tendência muito forte de ser implantada em regiões mais afastadas.

Em relação à ponte da zona Oeste, na questão da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, estamos resgatando um fato muito importante, pensar a cidade. Quando o Sr. Prefeito Gilberto Kassab criou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, colocou nelas um olhar específico de pensar a cidade. Analisando questões de transporte, de meio ambiente e de habitação, elas têm proposto situações e ideias para urbanização e requalificação de áreas na cidade. A região zona Oeste da cidade é circundada por várias propostas de operação urbana. Aliás, a proposta de Operação Urbana Vila Leopoldina, que está num estudo um pouco mais preliminar, vai abranger todos esses casos.

Em relação ao Orçamento – distrital ou não, para 2013 há uma determinação legal de o Orçamento ser regionalizado. Já estamos trabalhando nesse sentido. Nas audiências, temos relatados aos Srs. Vereadores que a Sempla já tem um embrião de trabalho de despesas regionalizadas de investimentos em cada distrito da cidade. Esse é um trabalho ainda embrionário, mas começa a ganhar força. Não temos ainda, no Orçamento de 2012, essa previsão, mas, com certeza, em 2013, por força legal, terá de haver essa indicação.

Em relação às ações para a Copa de 2014, as ações da Prefeitura não são de investimentos pontuais, investimentos em infraestrutura. Essas ficaram por conta do Estado. Temos um convênio com o Estado. As ações da Prefeitura ficarão com algumas desapropriações na região. Há ações da Secretaria Municipal da Habitação, ao longo do Rio Verde, ao lado do Polo Institucional de Itaquera. É uma ação da Secretaria Municipal da Habitação juntamente com a Secretaria Municipal do Verde. Não há ações específicas de investimentos de obras viárias, quer seja alargamento de avenidas ou pontilhões. Essas ações ficaram por conta do Governo do Estado.

Em relação aos Srs. Procuradores, recentemente, a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos solicitou e foram liberados, se não me engano, 19 Procuradores. Realmente, não sei se a locação deles foi para a Subprefeitura, mas isso é uma demanda. A PGM é vinculada à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, que tem a prerrogativa de indicar a locação dos funcionários.

Sobre a valorização do profissional, para o ano que vem, há um considerável aumento com gasto de pessoal, baseado, basicamente, na valorização de várias categorias. Para a Saúde, há projeto de lei que já está nesta Casa, sobre reajuste para o quadro de profissionais da Saúde, com percentual de 11 a 23%. Há o PPD da Saúde. Para a Educação, há o PDE, o reajuste de 10 e 29%, o abono complementar, a reconfiguração da carreira de agente escolar. Para a Guarda Civil Metropolitana, há a gratificação de motorista, o prêmio de desempenho, o reajuste da Guarda em 9,88% e, para os níveis básico e médio, há a gratificação de atividade. Para a Escola Municipal de Educação Artística, há a gratificação de desempenho ou de atividade cultural esportiva.

Assinamos, recentemente, um protocolo de intenções, depois de uma campanha salarial que foi extremamente profissional, com mais de dez reuniões com os sindicatos. Inclusive, houve uma reunião com a presença do Sr. Prefeito. No protocolo, indicamos quatro grandes categorias de estudo para análise das carreiras para o início de 2012. Há as carreiras de Agentes Vistores, de Contabilistas, de Economistas, de Administradores Estatísticos e a de Engenheiros e os níveis Médio e Básico. Deveremos apresentar ao Sindicato, no começo do ano que vem, o resultado desses quatro estudos para essas carreiras. Isso mostra a preocupação com a valorização do profissional que move a máquina e é responsável por um gasto de quase 10 bilhões de reais do nosso orçamento para o ano de 2012. Inclusive, há um grupo de trabalho para a revisão salarial.

Quanto ao o Plano de Metas, várias ações foram citadas, por exemplo, a 71, de conclusão de obras das bacias dos Córregos Paraguai e das Éguas, ao lado daquela baixada, embaixo da Ascendino Reis. O projeto já está concluído, com licitação prevista pela Siurb para 2012.

Há outras ações na área ambiental, principalmente de ecopontos e centrais de ecopontos, previstas com recursos próprios da Secretaria Municipal de Serviços e recursos também do PAC 1.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário e Srs. Vereadores, impreterivelmente, somos obrigados a cumprir o Regimento Interno. Precisamente, às 15h, por força regimental, sou obrigado a encerrar a presente audiência pública. Agradeço a presença dos Srs. Secretários, dos demais membros do Executivo, dos Srs. Vereadores e dos senhores presentes.

A pauta dessa audiência pública encontra-se no site da Câmara Municipal, convidando as pessoas para as próximas audiências públicas.

Muito obrigado a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

A SGP-21

São Paulo, 06/12/11

Andre Wilson
Técnico Administrativo
RF 11.204

Segue(m), juntado(s) nesta data, documento(s)
e folha de informação rubricado(s) com
n.º 132 a 136
Em 7/12/11 a *[assinatura]*
Eva *[assinatura]* *[assinatura]*
Assistente Gerencial
SGP21
RF 102.453



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 132 do proc.
nº 01-479 de 2011
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RP 101/03

LIDO E APROVADO

06 DEZ. 2011

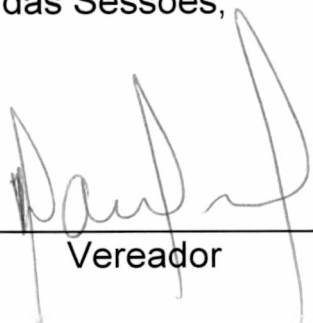
PRESIDENTE

REQUERIMENTO DE INVERSÃO

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, seja invertida a pauta da Ordem do Dia da presente Sessão, considerando-se como item(ns) de n.º(s) 01 o(s) atual(is) item(ns) de n.º(s) 02.

Sala das Sessões,

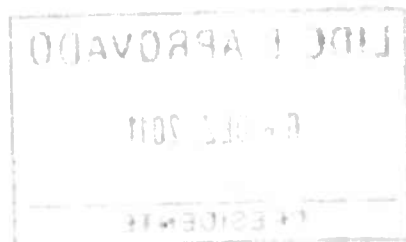


Vereador

**Secretaria de Registro
Parlamentar e Revisão**

07 DEZ 2011

SGP-4



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 133 do proc.
nº 01-479 de 2011
Eva Podolaki
Assistente Parlamentar
RF 100-03

Matéria : Inversão da pauta do PL479/2011 para o início da pauta
Autor : DALTON SILVANO

Ementa : Nominal Ver. Aurélio Miguel

Reunião : 267ª Sessão Extraordinária
Data : 06/12/2011 - 18:30:59

Nome do Parlamentar	Partido	Voto
ABOU ANNI	PV	Sim
ANIBAL DE FREITAS	PSDB	Sim
CARLOS APOLINÁRIO	DEM	Sim
CLAUDINHO DE SOUZA	PSDB	Sim
CLAUDIO FONSECA	PPS	Sim
CLAUDIO PRADO	PDT	Sim
DALTON SILVANO	PV	Sim
DAVID SOARES	PSD	Sim
DOMINGOS DISSEI	PSD	Sim
ELISEU GABRIEL	PSB	Sim
FLORIANO PESARO	PSDB	Sim
GILSON BARRETO	PSDB	Sim
GOULART	PSD	Sim
JAMIL MURAD	PCdoB	Sim
JOSÉ POLICE NETO	PSD	Sim
JO ROLIM	PSDB	Sim
JUSCELINO GADELHA	PSB	Sim
MARCO AURÉLIO CUNHA	PSD	Sim
MARTA COSTA	PSD	Sim
MILTON FERREIRA	PSD	Sim
MILTON LEITE	DEM	Sim
NATALINI	PV	Sim
NETINHO DE PAULA	PCdoB	Sim
NOEMI NONATO	PSB	Sim
PAULO FRANGE	PTB	Sim
RICARDO TEIXEIRA	PV	Sim
ROBERTO TRIPOLI	PV	Sim
SOUZA SANTOS	PSD	Sim
TONINHO PAIVA	PR	Sim
USHITARO KAMIA	PSD	Sim
WADIH MUTRAN	PP	Sim

Totais da Votação :

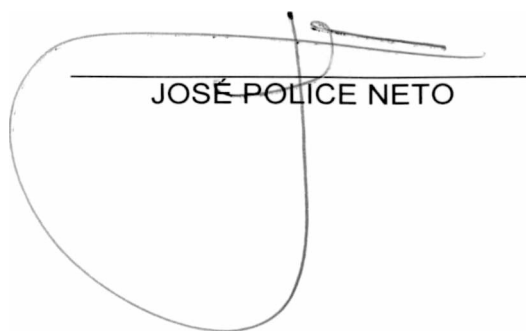
SIM
31

NÃO
0

TOTAL
31

Resultado da Votação :

Aprovado



JOSE POLICE NETO





CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

LIDO

06/12/2011

PRESIDENTE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeremos à Douta Mesa, na forma regimental, o
ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO do Projeto de Lei
n.º 479 / 2011, devendo o mesmo passar à fase de votação.

Sala das Sessões,

Vereador

Secretaria de Registro
Parlamentar e Revisão

07 DEZ 2011

SGP-4

Folha n.º 139 do proc.
n.º 01-479 de 2011
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF nº 473

CNEP - SGP-21 - 06/12/2011 - 20:56 - 000119 - 1/1



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

N.º VEREADORES

- 1 ABOU ANNI
- 2 ADILSON AMADEU
- 3 ADOLFO QUINTAS
- 4 AGNALDO TIMÓTEO
- 5 ALFREDINHO
- 6 ANÍBAL DE FREITAS
- 7 ANTONIO CARLOS RODRIGUES
- 8 ARSELINO TATTO
- 9 ATILIO FRANCISCO
- 10 ATILA RUSSOMANNO
- 11 AURÉLIO MIGUEL
- 12 AURÉLIO NOMURA
- 13 CARLOS APOLINÁRIO
- 14 CARLOS NEDER
- 15 CELSO JATENE
- 16 CHICO MACENA
- 17 CLAUDINHO DE SOUZA
- 18 CLAUDIO FONSECA
- 19 CLÁUDIO PRADO
- 20 DALTON SILVANO
- 21 DAVID SOARES
- 22 DOMINGOS DISSEI
- 23 DONATO
- 24 EDIR SALES
- 25 ELISEU GABRIEL
- 26 FLORIANO PESARO
- 27 FRANCISCO CHAGAS
- 28 GILSON BARRETO

N.º VEREADORES

- 29 GOULART
- 30 ITALO CARDOSO
- 31 JAMIL MURAD
- 32 JOSÉ AMÉRICO
- 33 JOSÉ FERREIRA (ZELÃO)
- 34 JOSÉ POLICE NETO
- 35 JOSÉ ROLIM
- 36 JULIANA CARDOSO
- 37 JUSCELINO GADELHA
- 38 MARCO AURÉLIO CUNHA
- 39 MARTA COSTA
- 40 MILTON FERREIRA
- 41 MILTON LEITE
- 42 NATALINI
- 43 NETINHO DE PAULA
- 44 NOEMI NONATO
- 45 PAULO FRANGE
- 46 QUITO FORMIGA
- 47 RICARDO TEIXEIRA
- 48 ROBERTO TRIPOLI
- 49 SANDRA TADEU
- 50 SENIVAL MOURA
- 51 SOUZA SANTOS
- 52 TIÃO FARIAS
- 53 TONINHO PAIVA
- 54 USHITARO KAMIA
- 55 WADIH MUTRAN

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 135 de proc.
00-1977 de 2011
Eva Podgórski
Assistente Parlamentar
RF 120433

Matéria : Encerramento da discussão ao PL 479/2011, do Executivo
Autor : ROBERTO TRIPOLI

Ementa : Nominal Ver. Aurélio Miguel

Reunião : 268ª Sessão Extraordinária
Data : 06/12/2011 - 21:46:35

Nome do Parlamentar	Partido	Voto
ABOU ANNI	PV	Sim
ADILSON AMADEU	PTB	Nao
ADOLFO QUINTAS	PSDB	Sim
AGNALDO TIMÓTEO	PR	Sim
ALFREDINHO	PT	Nao
ANIBAL DE FREITAS	PSDB	Sim
ATÍLIO FRANCISCO	PRB	Sim
ATTILA RUSSOMANNO	PP	Nao
AURÉLIO MIGUEL	PR	Nao
AURÉLIO NOMURA	PSDB	Sim
CARLOS APOLINÁRIO	DEM	Sim
CARLOS NEDER	PT	Nao
CELSO JATENE	PTB	Sim
CHICO MACENA	PT	Nao
CLAUDINHO DE SOUZA	PSDB	Sim
CLAUDIO FONSECA	PPS	Sim
DALTON SILVANO	PV	Sim
DONATO	PT	Nao
EDIR SALES	PSD	Sim
ELISEU GABRIEL	PSB	Sim
FLORIANO PESARO	PSDB	Sim
FRANCISCO CHAGAS	PT	Nao
GILSON BARRETO	PSDB	Sim
GOULART	PSD	Sim
ÍTALO CARDOSO	PT	Nao
JAMIL MURAD	PCdoB	Sim
JOSÉ AMÉRICO	PT	Nao
JOSÉ POLICE NETO	PSD	Sim
JOSÉ ROLIM	PSDB	Sim
JULIANA CARDOSO	PT	Nao
JUSCELINO GADELHA	PSB	Sim
MARCO AURÉLIO CUNHA	PSD	Sim
MARTA COSTA	PSD	Sim
MILTON FERREIRA	PSD	Sim
MILTON LEITE	DEM	Sim
NATALINI	PV	Sim
NETINHO DE PAULA	PCdoB	Sim
NOEMI NONATO	PSB	Sim
PAULO FRANGE	PTB	Sim
RICARDO TEIXEIRA	PV	Sim
ROBERTO TRIPOLI	PV	Sim
SANDRA TADEU	DEM	Sim
SENIVAL MOURA	PT	Nao
SOUZA SANTOS	PSD	Sim
TIÃO FARIAS	PSDB	Sim
USHITARO KAMIA	PSD	Sim
WADIH MUTRAN	PP	Sim

Totais da Votação :

SIM
35

NÃO
12

TOTAL
47

Resultado da Votação :

Aprovado

JOSÉ POLICE NETO

Secretaria de Registro
Parlamentar e Inovação

07 DEZ 2011

SGP-4

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 136 de proc.
nº 01-479 de 2011
Eva Peduzzi
Assistente Parlamentar
RF 100.443

Matéria : PL 479 /2011, DO EXECUTIVO

Autor : MESA

Ementa : Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2012.FASE DA DISCUSSÃO: 1º APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Reunião : 268ª Sessão Extraordinária

Data : 06/12/2011 - 21:50:56

Nome do Parlamentar	Partido	Voto
ABOU ANNI	PV	Sim
AC. RODRIGUES	PR	Sim
ADILSON AMADEU	PTB	Nao
ADOLFO QUINTAS	PSDB	Sim
AGNALDO TIMÓTEO	PR	Sim
ALFREDINHO	PT	Nao
ANIBAL DE FREITAS	PSDB	Sim
ATÍLIO FRANCISCO	PRB	Sim
ATTILA RUSSOMANNO	PP	Sim
AURÉLIO MIGUEL	PR	Nao
AURÉLIO NOMURA	PSDB	Sim
CARLOS APOLINÁRIO	DEM	Sim
CARLOS NEDER	PT	Nao
CELESTINO JATENE	PTB	Sim
CHICO MACENA	PT	Nao
CLAUDINHO DE SOUZA	PSDB	Sim
CLAUDIO FONSECA	PPS	Nao
CLAUDIO PRADO	PDT	Sim
DALTON SILVANO	PV	Sim
DONATO	PT	Nao
EDIR SALES	PSD	Sim
ELISEU GABRIEL	PSB	Sim
FLORIANO PESARO	PSDB	Sim
FRANCISCO CHAGAS	PT	Nao
GILSON BARRETO	PSDB	Sim
GOULART	PSD	Sim
ÍTALO CARDOSO	PT	Nao
JAMIL MURAD	PCdoB	Sim
JOSÉ AMÉRICO	PT	Nao
JOSÉ POLICE NETO	PSD	Sim
JOSÉ ROLIM	PSDB	Sim
JULIANA CARDOSO	PT	Nao
JUSCELINO GADELHA	PSB	Sim
MARCO AURÉLIO CUNHA	PSD	Sim
MARTA COSTA	PSD	Sim
MILTON FERREIRA	PSD	Sim
MILTON LEITE	DEM	Sim
NATÁLIA LIMA	PV	Sim
NETINHO DE PAULA	PCdoB	Sim
NOEMINONATO	PSB	Sim
PAULO FRANGE	PTB	Sim
QUITO FORMIGA	PR	Sim
RICARDO TEIXEIRA	PV	Sim
ROBERTO TRIPOLI	PV	Sim
SANDRA TADEU	DEM	Sim
SENIVAL MOURA	PT	Nao
SOUZA SANTOS	PSD	Sim
TIÃO FARIAS	PSDB	Sim
TONINHO PAIVA	PR	Sim
USHITARO KAMIA	PSD	Sim
WADIH MUTRAN	PP	Sim

Totais da Votação :

**SIM
39**

**NÃO
12**

Resultado da Votação :

Aprovado



**TOTAL
51**

JOSÉ POLICE NETO

Segue _____ juntado _____, neste data _____
Documento _____ e papel de informação _____
Rubricado _____ sob folha _____ nº 137, 181
Em 14, 12, 11

André Marcon
Técnico
RF 11.264



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

Folha nº 137
Do Processo nº 01-479/2011
Andre Marcon
RF 11.264 – SGP.12

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA GERAL SOBRE O ORÇAMENTO-2012

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12 de dezembro de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a permissão do meu Presidente Antonio Carlos Rodrigues, que se encontra presente e com a presença dos Srs. Vereadores Milton Leite, Roberto Tripoli, Atilio Francisco e demais Srs. Vereadores membros da Comissão de Finanças e Orçamento declaro aberto os trabalhos da 42ª audiência pública que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011, sendo a 2ª audiência pública temática geral do calendário elaborado para discutir o PL 479/2011 de autoria do Executivo que estima a receita e fixa as despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Foram convidados os Srs. Secretários Municipais Mauro Ricardo Machado Costa, de Finanças; Rubens Chammas, de Planejamento, Orçamento e Gestão; Miguel Luiz Bucalem, de Desenvolvimento Urbano e Marcos Cintra, de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Daremos início aos nossos trabalhos.

O Sr. Marcos Cintra não se encontra presente. A mesa vai suspender os trabalhos por alguns momentos, por ser essencial a sua presença. O Sr. Secretário remeteu a esta Casa assessores que sequer, querem subir à mesa para se manifestarem ou defenderem a sua pasta. Se o Sr. Secretário não vier, abrirei uma nova convocação para S.Exa., exclusivamente, para que venha falar aqui. Não será permitido o não comparecimento de nenhum Secretário, nesta audiência pública, para falar à população.

O Sr. Rubens Chammas ligou-me, disse que virá e pediu que mantivéssemos esta audiência, aguardando a sua presença.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A partir de agora, inscrições devem ser feitas à secretaria. A Mesa vai abrir, de imediato, a palavra para quem quiser formular questões ao Sr. Mauro Ricardo. Por quê? Porque o objetivo desta audiência pública é que perguntas sejam feitas pela população. Os parlamentares, que já fizeram perguntas por meio de emendas, também poderão se inscrever na mesa.

Então, Mauro Ricardo, às suas palavras iniciais. A Relatoria, eu insisto, tem perguntas, mas as fará por último, depois dos inscritos, como uma forma de respeitar a população presente, considerando também que o Sr. Secretário tem uma limitação de horário, além dos outros Secretários que também falarão a esta Comissão.

Bom dia, Secretário Mauro Ricardo, e obrigado pela compreensão no cumprimento do horário. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Primeiramente, eu gostaria de saudar o nobre Vereador Milton Leite, Relator do Orçamento 2012, na figura de quem cumprimento todos os demais Vereadores presentes. Cumprimento também os funcionários da Prefeitura, representantes da Secretaria de Desenvolvimento, Finanças e Planejamento, assim como os demais funcionários da Prefeitura e todos os senhores e senhoras presentes.

Quero dizer da satisfação de novamente estar aqui na Comissão de Finanças e Orçamento para debater a peça orçamentária, o que considero a peça mais importante debatida por esta Casa, porque é por meio dela que se apreciam as estimativas de receitas e a sua aplicação auferida pela Prefeitura. É um instrumento extremamente importante, e por isso temos várias audiências públicas, não só ordenadas pela Prefeitura, mas também por esta Casa, para que se possa escutar a população e para que, assim, se possa fazer uma proposta orçamentária que seja mais coerente em relação às demandas da nossa população.

Aqui estou pela Secretaria de Finanças para falar um pouco a respeito das estimativas de receita para o Orçamento de 2012. As estimativas de receitas que fizemos consideram algumas premissas que, infelizmente, já não estão mais no quadro econômico atual em face da crise econômica internacional. Prevíamos para 2012 um crescimento do PIB da ordem de 4,1%, mas, infelizmente, em face da crise econômica mundial, as estimativas econômicas atuais já levam a um crescimento do PIB bem menor do que o inicialmente previsto por nós, de 3,2% a 3,5% para o exercício de 2012.

Isso certamente terá impacto nas previsões orçamentárias para o exercício de 2012. Previmos

uma estimativa de receita com crescimento da economia de 4,1%, mas, se ela crescer menos do que essa previsão inicial, logicamente, haverá necessidade de se fazer um ajuste, não na proposta, mas já no Orçamento aprovado em 2012, de forma que ele seja mais coerente com o quadro econômico naquele exercício.

Enfim, estamos analisando isso melhor e a nossa proposta é que o Orçamento seja aprovado nas bases encaminhadas pela Prefeitura e, se houver necessidade, em 2012, faremos os ajustes necessários para que ela se adeque ao quadro econômico mundial, ao qual, logicamente, o Brasil não ficará imune.

Em números globais, as previsões para 2012 no que se refere ao Orçamento consolidado da Prefeitura, da Administração Direta e Indireta, montam em aproximadamente 38 bilhões de reais. Essa é a estimativa de receita que fizemos para o exercício de 2012, o que representa um crescimento da ordem de 6,8% em relação ao Orçamento atual, e, em relação ao Orçamento provável de execução para o exercício de 2011, o crescimento será da ordem de 19,3%, no momento em que não consideramos a execução plena do orçamento de 2011 em face também do quadro econômico atual *vis-à-vis* as estimativas de receita que foram feitas na proposta orçamentária para este exercício.

Estimamos que neste exercício a receita alcance a cifra de 31,9 bilhões de reais se comparado com 38 bilhões de reais da previsão orçamentária para o exercício de 2012. Representa um crescimento da ordem de 19%; um esforço grande que estamos fazendo para incrementar não só a receita tributária, mas a receita não tributária com operações de crédito relativo à antecipação de recebíveis do contrato de programa com a Sabesp e também relativo ao Programa de Parcelamento Incentivado, alienação desses recebíveis futuros para o orçamento de 2012 de tal forma que a gente possa antecipar investimentos importantes de serem feitos em diversas áreas da Prefeitura, na área de saneamento em especial e diversas outras áreas no que se refere à infraestrutura urbana.

Esse é o orçamento, a estimativa de receita apresentada consignada na proposta orçamentária que está sendo apreciada por esta Casa. São as breves palavras iniciais. Já tivemos a oportunidade de detalhar essa proposta orçamentária em ocasiões anteriores e me reservo aqui um tempo maior para responder eventuais perguntas em relação a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero cumprimentar o Secretário Rubens Chammas. Como se trata de uma audiência conjunta vou abrir a palavra para que o Sr. Rubens Chammas faça um breve relato.

Quero registrar a presença dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento com os Vereadores Donato e Aníbal de Freitas. O Vereador Antonio Carlos Rodrigues já esteve aqui.

O Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente está ávido por saber dos Srs. Secretários sobre as parcerias e assuntos futuros que estão sendo encaminhados. Seria fundamental hoje a presença do Secretário Marcos Cintra, pois precisamos saber o que está produzindo efetivamente para a Casa. A população quer saber o que está sendo produzido. Por exemplo, tem uma PPP dos hospitais essencial para a Cidade e precisamos saber como anda e como se desenrolará. As tantas outras parcerias a que ele se propõe, quem se habilitou, uma série de perguntas essenciais à Cidade. Vamos aguardar para que compareça em tempo para participar do debate. Enviou uma equipe, mas seria essencial que o Sr. Secretário respondesse às questões presentes.

As pessoas formularão depois as perguntas. As inscrições não estão encerradas. Só peço que respeitem os três minutos. Evitem discursos e façam as perguntas diretas ao Sr. Secretário para ele possa respondê-las objetivamente.

Tem a palavra o Sr. Rubens Chammas.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar o Vereador Milton Leite, Relator da Comissão de Finanças e Orçamento dessa proposta orçamentária para 2012. Cumprimento todos os Vereadores presentes, senhores e senhoras.

Primeiramente, parabenizo a Comissão de Finanças e Orçamento pela estratégia conduzida na discussão da peça orçamentária para 2012 com audiências temáticas.

Tivemos a oportunidade de vir aqui na primeira audiência pública; depois retornamos para falar um pouco da Secretaria de Planejamento, especificamente. Outros secretários tiveram a chance de vir expor seu orçamento, suas propostas para 2012, nas audiências regionais realizadas nas cinco regiões da Cidade. Isso mostra a dedicação desta Casa em discutir essa

proposta com a população para que venham subsídios, e também sugestões, para que possamos debater e esclarecer.

O Secretário Mauro Ricardo teve a chance de explanar um pouquinho sobre a composição da receita. E vou falar rapidamente – até para dar a oportunidade da palavra a todos – sobre os grandes itens de despesa da Prefeitura.

A proposta orçamentária encaminhada a esta Casa é da ordem de 38 bilhões. E é muito importante termos em mente que essas despesas têm uma classificação e são divididas em cinco grandes grupos.

O Grupo Atividades são todos os convênios, todo o custeio da máquina, todo o custeio da Prefeitura, o custeio dos equipamentos – mais de cinco mil e 500. Esse grupo perfaz um total de gastos indicados de 18,1 bilhões de reais.

É claro que não estamos falando qual a fonte que vai arcar com esse gasto; depois faremos um breve relato sobre isso.

O segundo grande grupo, na ordem do maior para o menor, é o de Pessoal, no qual a Prefeitura prevê gastar no ano que vem 9,8 bilhões de reais, incluindo todos os gastos existentes de pessoal.

Atrelado ao Grupo de Pessoal há o grupo chamado Auxílios, cuja proposta orçamentária contempla algo em torno de 715 milhões. Os auxílios são vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

O quarto grande grupo são as Operações Especiais: pagamento da dívida do Município com a União, assunto sobre o qual o Secretário Mauro Ricardo já teve a oportunidade de falar, e os precatórios. Para este grupo prevemos um gasto de 4,7 bilhões de reais para 2012.

O último grupo é o Projetos, que diz respeito aos investimentos indicados para o próximo ano. Para este, indicamos, na peça orçamentária, 4,6 bilhões de reais. Perfazendo esses cinco grupos, 38042 foi a proposta originalmente encaminhada.

É importante termos clareza sobre as fontes que dão origem a esse gasto. Darei um exemplo do Grupo Projetos, que são os investimentos.

Os investimentos de 4,6 bilhões de reais, o Tesouro, que nós chamamos de Fonte 00, que é nossa classificação interna, é responsável por 1,3 bilhões de reais nessa rubrica. Também temos investimentos federais e estaduais em projetos.

Os federais são da ordem de 642 milhões de reais, e são basicamente recursos que estão sendo pleiteados do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento: PAC Habitação, PAC Drenagem e PAC Mobilidade.

Recursos estaduais nós denominamos na nossa composição interna de Fonte 03, e são da ordem de 1 bilhão de reais – quase 1,1 bilhão de reais. São destinados, basicamente, às áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

Os recursos de operações urbanas, denominados por nós de Fonte 05, giram em torno de 820 milhões de reais. Refiro-me ao recurso de entrada previsto para o próximo ano; além dos recursos já existentes hoje em caixa.

Todos os senhores sabem que temos três operações urbanas em curso: Operação Urbana Água Espriada, Operação Urbana Faria Lima e Operação Urbana Água Branca, além da Operação Urbana Centro, que tem uma parcela muito pequena de contribuição na parte de investimentos.

Por fim, ainda na área de investimentos, os recursos que nós denominamos Fonte 08, que, na verdade, é também do Tesouro, só que o vinculado, e que abrange basicamente todos os fundos: fundo da habitação, fundo do saneamento, fundo de iluminação pública, fundo do trânsito, entre outros, os quais compõem investimentos da ordem de 670 milhões de reais.

E é claro que poderíamos abrir, fonte por fonte, todos os grandes grupos.

É muito importante ter a clareza de que as despesas são indicadas em cinco grandes grupos, e a fonte orçamentária para que possa se realizar é fonte Tesouro ou transferência estadual, transferência federal, fundos ou outras.

Então, com essa breve introdução, eu volto à palavra ao relator e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Anuncio a presença dos Vereadores Paulo Frange, Tripoli, Celso Jatene, Jamil Murad, Edir Sales e Marco Aurélio Cunha. Se houver mais Vereadores presentes que eu não anuncie, peço perdão, irei registrando.

Nosso critério de hoje, chamamos a audiência pública para ouvirmos o povo, depois os parlamentares fariam ao final da audiência. Os inscritos são, pela ordem, o ex-Vereador e sempre presente nas comissões, o qual de antemão cumprimento, Odilon Guedes; André Luzzi, Irene Batista e Leandro. A lista é enorme, mas ouvir primeiramente os três.

Insisto em que se respeite o tempo determinado, a Mesa será rigorosa porque há muitos inscritos, passa de 20. Peço então o controle rigoroso do tempo para que todos possam falar. Em respeito a todos, é preciso que o tempo seja contado rigorosamente.

Bom dia Odilon Guedes, tem a palavra. Seja bem vindo a esta Casa.

O SR. ODILON GUEDES – Obrigado. Cumprimento o Presidente dos trabalhos, o Secretário Chammas e o Secretário Mauro. Vou ser muito objetivo. Primeiro me reporto ao Secretário do Planejamento, já estive na primeira audiência pública e dei uma sugestão.

Na época da ex-Prefeita Luiza Erundina e Paulo Maluf os investimentos na cidade de São Paulo, nos equipamentos eram feitos definindo distrito. Por exemplo, este ano a proposta... Por exemplo, não. Estive na audiência com o Secretário de Transportes, e está lá: construir 38 quilômetros de corredores de ônibus. Pergunto: aonde vão ser? Ou a construção de dez escolas, pergunto: em quais locais? A sugestão que demos é que seja definido o distrito, se não a sociedade não pode acompanhar. Quando acompanhamos – e estou no Conselho Regional de Economia – detalhadamente a execução do Orçamento, a gente não sabe onde estão os investimentos. Fiz essa pergunta e ela dá uma resposta genérica. A sugestão é que o Orçamento defina por distritos os investimentos. Por que não acontece?

Segundo: estive na audiência pública com o Secretário de Transportes, no Plano Plurianual em 2010 está a construção de dois quilômetros de corredor de ônibus e definidos 60 milhões para o trecho. Foram retirados 59 milhões, sobrou um milhão. Para 2011, a proposta é a construção de oito quilômetros e para tanto definiram um milhão reais. Depois houve um aumento para três milhões. Veja, para construir dois quilômetros tinha 60 milhões; no outro ano para oito quilômetros tinha um milhão.

Finalmente, a proposta no Orçamento para 2012 são 38 quilômetros de corredor de ônibus, e está definido 34 milhões. Desculpe, mas não me parece planejado.

Perguntei ao Secretário de Planejamento algo que também quero perguntar ao senhor: o custo do quilômetro de corredor. Ele falou 30 milhões.

Se esse ano tem 38 quilômetros para ser construído, o Orçamento deveria ter um bilhão e 140 milhões, em lugar de 34 milhões. Quer dizer, é uma confusão que não dá para entender.

O senhor, como Secretário de Planejamento, logicamente conversa com todos os Secretários, então não precisa ter esse tipo de definição.

Finalmente, perguntei ao Secretário sobre o fato de não ter um tostão para fazer metrô. E o assessor dele, o Pedro, cujo sobrenome eu não sei, falou que dinheiro para metrô tem, o problema é que no Brasil não tem empresa que construa metrô.

Isso está gravado aqui, hein! Até alerto os Srs. Vereadores, porque é um negócio gravíssimo. O assessor do Secretário falou – está gravado – que tem dinheiro para fazer metrô, mas não tem empresa que faça.

Isso para o Secretário de Planejamento. Quanto ao Secretário de Finanças, nós, do Conselho, já convidamos várias vezes para falar sobre a dívida do Município. Infelizmente, por problema de agenda, o senhor não pôde comparecer.

Gostaria que o senhor colocasse claramente algo desconhecido em São Paulo.

O Prefeito Pitta, em 2000, renegociou a dívida do Município com o Governo Federal. Naquele período a dívida eram 11 bilhões e meio. O Município pagou, de 2000 a 2011, 16 bilhões e meio de juros. E a dívida hoje é de 46 bilhões e meio.

Só para os senhores terem uma noção: com 16 bilhões e meio de reais dá para construir 500 quilômetros de metrô, milhares de creches. O Município pagou 16 bilhões e meio de uma dívida impagável.

Inclusive, gostaria que o Secretário falasse sobre isso, porque é uma questão central para a Cidade. E os Vereadores têm que estar... É uma dívida que tem de ser renegociada.

Em 2030 em quanto a dívida vai estar?

Este ano vão ser pagos mais quatro bilhões – dinheiro que permitiria construir creches na Cidade inteira.

Finalmente, sobre a dívida ativa: devem para o Município cerca de 40 bilhões. A Prefeitura não

umenta, e tem arrecadado 200 milhões.

Por que não há um programa mais firme de recuperar essa dívida de quem deve para o Município?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donato) – Tem a palavra o Sr. André Luzzi.

O SR. ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS – Bom dia. Eu sou André Luzzi, da Ação da Cidadania. E aqui evoco Herbert de Souza, o Betinho, que dizia sobre a perversidade que é o orçamento, que realmente é para as pessoas não conhecerem, pela sua tecnicidade e por suas obscuridades.

Nas outras audiências já expus propositivamente uma série de temas e questões, mas o tempo se esgotou e não fui contemplado na Relatoria; aliás, sequer foram respondidos os ofícios e as solicitações por meio impresso, como prevê a Lei dos Processos Administrativos.

Então quero pontuar duas questões fundamentais.

A primeira é a política da Cidade para segurança alimentar e nutricional.

Existe uma legislação nacional, uma lei orgânica de segurança alimentar e nutricional, e a Cidade não tem uma política de segurança alimentar.

Apenas para que tenhamos noção: para a política de abastecimento estão previstos no documento seis milhões de reais para alimentar 12 bilhões de pessoas. Fora isso, há outras tantas rubricas que implica a questão da segurança alimentar, mas estão espalhadas em todas as secretarias. E essa é a principal reivindicação que apontamos para a Administração: como estudar, como observar, como acompanhar a implantação e a execução orçamentária quando não conseguimos ver no Orçamento as ações transversais, intersetoriais, que estão em todas as Secretarias. Nós, inclusive, pleiteamos uma audiência pública sobre segurança alimentar, que não foi viabilizada, porque não conseguimos perceber qual é o interesse da Administração em valorizar essa agenda – assim como o Governo Federal tem feito com os diversos programas na área de segurança alimentar e nutricional.

Outro aspecto que quero observar, e que não é possível ver garantido no Orçamento, talvez pelas conversas paralelas que ocorram – aí na Mesa, por exemplo – é o que está previsto para garantir a efetiva participação da população nos rumos da Cidade.

Todos os conselhos da Cidade hoje estão ao Deus dará, como espaços de simulacros da participação, não conseguem decidir as questões de fundo, as quais dão a tônica da Cidade e acabam, infelizmente, sendo espaço, apenas, para legitimar as decisões do Governo.

Como é possível observar no Orçamento, os espaços para fortalecer esses conselhos são pequenos. Vejam, por exemplo, que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar tem a módica quantia de mil reais. Só mil reais previstos para o conselho! Perguntamos ao Secretário Municipal de Subprefeituras: Como eles gastariam os R\$ 85,00 mensais? Como seriam aplicados esses R\$ 85,00 mensais?

E a resposta é, mais uma vez irônica, para a Cidade: "Venha tomar, comigo, um cafezinho e a gente conversa". Porém, não é essa a resposta que desejamos. Queremos uma resposta pública e políticas públicas para a Cidade. Depois, eu até procurei para tomar um cafezinho e, jamais, os leões de chácara deixaram a gente conversar com o Secretário. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Chamo a Sra. Irene Batista e, em seguida, o Sr. Leandro e, em seguida, o Sr. João D'Amaro.

A SRA. IRENE BATISTA – Bom dia a todos. Sou Irene, do Sindsep.

Antes de sermos servidores públicos, somos cidadãos da Cidade de São Paulo. Por isso, tudo que está sendo dito nos preocupa.

Mas, nesse momento, nós do Sindsep estamos preocupados sobre a colocação do Secretário Chammas ao elencar a destinação do orçamento no que tange ao 'grupo de pessoal'.

Nesse 'grupo de pessoal' está incluído o reajuste para o próximo período, de 2012? Foi pensado no reajuste? Ou teremos a continuidade do fatiamento da categoria, com reajustes para uns – não que não mereçam -, mas deixando outros de fora, quando todos merecem.

E ao falar 'todos', estamos mencionando dos trabalhadores ditos essenciais, principalmente, pois se é essencial é porque paga mal. (Palmas).

A SRA. IRENE BATISTA – E essa essencialidade ficou esquecida durante esse período todo.

É preciso que seja lembrada no próximo orçamento. Não dá para engolir mais que um sepultador tenha um piso salarial mínimo de R\$ 630,00 a partir de agora, mas que para chegar

nesses R\$ 630,00 ele não pode ganhar nada mais além do que esse valor mesmo. Se ele chegar aos R\$ 630,00 com seu quinquênio, com sua sexta parte, ele não terá mais nada. Então, como é isso: dar 11.23% para o QPS Saúde, ou seja, para os profissionais específicos da Saúde, sabendo que a Saúde não é composta só de profissionais específicos da Saúde. Ou os companheiros que abrem a porta para o paciente, ou mesmo os companheiros que fazem o registro do paciente ou os que orientam as pessoas nas Unidade de Saúde – mais de 500 no Município – não contribuem com a ação da Saúde no Sistema Único de Saúde? Eles também tem de ter reajuste.

E todos os outros trabalhadores de todos os outros setores - que não tiveram reajuste exorbitante, por conta dos cargos que ocupam -, tem de ter a extensão dos 11.23% e também de estar dentro desse conjunto de pessoal com relação à proposta de reajuste salarial para o próximo período.

Estamos hoje aqui para dizer que desejamos 11.23% para todo mundo, mas queremos as reposições das nossas perdas e não mais o fatiamento, transformando o setor do servidor público numa grande pizza, fatiando as pessoas.

Aproveitando a oportunidade, pois meu tempo deve estar se esgotando, nós, do Sindsep, vimos denunciar algo que vêm acontecendo na rede municipal: o assédio moral. O Sindsep está lançando a campanha de combate a essa prática, pois "fatiar" trabalhadores; colocar, no mesmo setor, no mesmo lugar, trabalhadores com salários muito diferenciados – alguns com salários altos e outros, com salários bem lá embaixo – é prática, sim, de assédio moral, e temos de combater isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Leandro.

O SR. LEANDRO – Cumprimento o Presidente desta audiência pública, os demais Vereadores, os Secretários Mauro Ricardo e Rubens Chammas e os demais presentes. Em primeiro lugar, quero lembrar, Sr. Secretário Rubens, que a Prefeitura não cumpre nem a lei salarial do Município. Em média, a Prefeitura tem gasto 29% com o funcionalismo. Essa é uma lei do tempo do Prefeito Maluf, uma lei de arrocho salarial. Em nossa campanha deste ano, colocamos dois pontos: primeiro, a reposição do índice – que era de 39%, agora está por volta de 47,56% -; e, segundo, a mudança da lei salarial. Essa lei precisa ser mudada! Enquanto essa lei não mudar (palmas), vamos viver sob o arrocho salarial. Sabemos que a política da Prefeitura tem sido a da terceirização por OSs, que combatemos. Nós, inclusive, comparando essa situação dos servidores com a política de reajuste dos Vereadores e do Prefeito, para cargos de primeiro e segundo escalão da Prefeitura e temos a dizer que quem toca efetivamente a máquina da Prefeitura são os trabalhadores que estão na ponta. (Palmas) Isso é importantíssimo.

O Secretário trouxe-nos um dado de 8,8 bilhões, uma receita que vem crescendo 19% com a lei de arrocho salarial. Quando é que vamos mudar isto: cresce a receita e o gasto com funcionalismo continua o mesmo? A companheira que me antecedeu falou sobre fatiamento, fragmentação, retaliação. Essa é uma política que, inclusive, não atinge os aposentados da Prefeitura, porque os servidores, depois que se aposentam, não têm política salarial. Nós, servidores da ativa hoje, seremos os servidores aposentados de amanhã.

Por último, Sr. Secretário, infelizmente a previsão de gastos com o funcionalismo para o ano que vem está muito aquém. Nossa reivindicação é que se apresente uma emenda para que se possa dar um aumento digno, que dê condições adequadas para os trabalhadores de todos os setores, e não fatiar-se, fragmentar-se, como tem sido a política da Prefeitura. Como esta é uma audiência pública importante, nós reconhecemos que temos um papel importante a desempenhar, trabalhando bem para a Prefeitura de São Paulo, e por isso fazemos essa reivindicação em nome do Sindicato dos Servidores e de todos os trabalhadores públicos do Município de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. João.

O SR. JOÃO – Bom dia, Srs. Vereadores, Srs. Secretários e demais presentes. Somos da Associação de Engenheiros e Arquitetos Municipais de São Paulo. Serei breve. Entregamos uma lauda à Mesa na qual consta um recurso extraordinário do Supremo Tribunal, em cujo relato do Ministro Marco Aurélio Mello é muito claro e contundente quando diz que todas as Administrações Públicas do País têm de repor, no mínimo, a inflação anual. (Palmas)

Esse relato está muito propenso a ser aprovado e ser for aprovado a ação inicial, o órgão inicial

vai ter de pagar com juros e correções monetárias todas as perdas salariais, dos últimos dez anos. Faço um apelo à Mesa, que é melhor prevenir que remediar e sendo aprovado, poderá acarretar, inclusive, um prejuízo maior para Prefeitura do Município de São Paulo que não queremos prejuízo da Prefeitura do Município de São Paulo, queremos um salário digno. A reivindicação é o seguinte: que se insira no orçamento do próximo ano a reposição das perdas, que podemos calcular, que hoje está girando em torno de 40%. Esse é um apelo que faço, isso é de justiça e para todo o funcionalismo em geral. Obrigado.

O SR. OSVALDO – Bom dia a todos. É com indignação e com espanto que nós trabalhadores da cultura e cidadãos dessa cidade, estamos mais uma vez nesta Casa, para nos posicionar contra o corte no orçamento da Secretaria Municipal de Cultura, assim como cortes em outras pastas. Momento em que a Prefeitura do Município de São Paulo teve um aumento de 10% na sua arrecadação, a Secretaria de Finanças propõe um corte no orçamento da Secretaria de Cultura para o ano de 2002, que chega a mais de 60 milhões. É um escândalo essa situação, já que a secretaria tem programas como fomentos ao teatro e dança, o vai vocacional entre outros que são exemplos de políticas pública de cultura em todo o País. a lógica mercantil que prefere aumentar em 200% salários dos subprefeitos da Cidade de São Paulo, assinar contratos com fortes suspeitas de fraudes, asfaltar cidade com material que resiste no máximo sete anos por exemplo, relegam a cultura e a educação um lugar secundário na vida da cidade. cultura não pode ser encarada como mercadoria e é obrigação do poder público possibilitar condições a sua produção e fruição. Por isso nos colocamos críticos a privatização da cultura por meio da transferência de verbas e de gestão as organizações privadas como OSs, fundações, OCIPs e ONGs. Nós que reivindicamos a clareza política de movimentos como arte contra barbárie, movimento 27 de março, a rede brasileira de teatro de rua, roda do fomento, mobiliza dança, cooperativa de dança, movimentos dos trabalhadores da cultura, que ocupou a Funarte, além do acúmulo de mais de 30 anos da cooperativa paulista de teatro não temos o direito de ser tímidos e por isso exigimos urgentemente o valor integral do programa municipal de fomento a dança, orçamento das atividades do centro cultural São Paulo, programa de iniciação artística, todos os itens orçamentários da área da cultura e reforma, já, do teatro Flávio Império, desde sempre tratado como patinho feio da Prefeitura do Município de São Paulo que está quase a uma década fechado e que finalmente depois da criação dos ultra projetos da Prefeitura/Estado, para atender as demandas celetistas da Copa, aparecem com uma proposta de reforma que já foi aprovada, no entanto, sem consulta com a população. pedimos, portanto uma reunião urgente com o Secretário de Cultura, com a comunidade local para escutar as demandas e as necessidades e reformular esse projeto. E para finalizar, qual a justificativa nos cortes.

A SRA, TELMA – Bom dia a todos. Sou Psicóloga concursada da Prefeitura do Município de São Paulo, trabalho no CAPs de Guainazes, para quem não conhece o CAPs é um serviço que atende pacientes com doenças mentais, e lá é um ambiente bastante complicado, o tipo de trabalho, não só pelo tipo de doença mas pelo contexto de problema. Problemas sociais, pobreza.

Então, quero dizer algo rápido sobre a felicidade: acho que para sermos felizes - não só o profissional de nível superior ou quem não tem - nesse mundo e nesse sistema capitalista, precisamos ter certo poder aquisitivo, a fim de manter a saúde, poder estudar, se realizar como profissional prestador de serviços.

Atualmente, o salário que, principalmente, os profissionais de nível superior estão ganhando - imaginem quem não tem a faculdade... mas não gosto de classificar em níveis, somos iguais e cada um de nós somos importantes nas nossas funções -, não conseguimos comprar um apartamento, o salário acaba antes do fim do mês, e não é bom pedir empréstimos em bancos porque é uma bola de neve, não conseguimos estudar, ter lazer, não conseguimos ser felizes. (Palmas)

Quando vocês aumentam só o salário de funcionários de primeiro e segundo escalão... Isso não existe. Todos nós, servidores, somos de primeiro escalão, porque servimos a população. (Palmas)

Gostaria de dizer aos senhores que não está sendo possível ser feliz.

Se tivermos um aumento de salário decente, que, realmente, dê para estudarmos, passearmos, descansarmos e sermos felizes... No que a minha felicidade vai interferir na felicidade de

vocês? E por que vocês não querem que sejamos felizes? Meu apelo é esse: por favor, queremos que sejam felizes na condição de vocês. Mas queremos ser felizes também, dependemos uns dos outros enquanto seres humanos.

Por favor, pensem com carinho no reajuste de salário para dar uma vida digna a todos nós. (Palmas)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO – Bom dia, Srs. Vereadores, Secretários, Cidadãos, Servidores Municipais, os Secretários trataram de alguns assuntos sobre o orçamento do ano que vem. Eles disseram que tem uma previsão de aumento de receita – não me lembro se falaram, mas foi noticiado na grande mídia -, uma reserva de 7 bilhões e sinalizaram uma preocupação com a crise mundial. Mas quero lembrá-los que o Brasil combateu a crise mundial de 2008 botando o dinheiro para circular e não guardando dinheiro. Foi assim que os trabalhadores superaram a crise no Brasil. (Palmas) Os especialistas dizem que foi com o aumento do salário-mínimo e com maior número de postos de trabalho que combatemos a crise. Não será injetando dinheiro no sistema financeiro que combateremos a crise. Dessa forma, só ajudaremos os bancos.

Os servidores municipais têm uma perda de 39,7% até dezembro de 2010; agora, temos o índice de 47,6%. (Palmas) Enquanto isso, temos um reajuste de 0,01% para uma grande parcela de servidores municipais, segundo Sempla, cerca de 25 mil trabalhadores; sendo que para mais de 27 mil da Saúde só está previsto 11,23%, conquistado a duras penas, em virtude de uma greve que fizemos durante este ano, com muita mobilização somente esse reajuste.

Ora, isso tem de ser extensivo aos 25 mil trabalhadores, que não têm os reajustes da Educação, da Guarda Civil, nem sequer previsto o reajuste de 0,01%, que também não nos interessa. (Palmas)

Onze vírgula vinte e três por cento é muito pouco, mas é bastante para começarmos a pensar em aquecer no ano que vem, e, inclusive, vir dinheiro para a própria receita do Município.

Outra coisa: 236% foi o reajuste dado ao segundo escalão, porque foi entendido que só pode haver um trabalhador de qualidade se você investir nesse trabalhador. Então, como é que você pode ter um serviço público de qualidade se não há investimento no servidor público municipal? (Aplausos)

Precatórios. Tem de estar previsto, em seu orçamento, o aumento dos precatórios. (Aplausos)

Mais uma coisa, Sr. Secretário Rubens Chammas, gostaria que o Sr. dissesse se é verdade ou não. Foi dito por alguns colegas, nesta Casa, que foi o Sr. Secretário Rubens Chammas que pediu para tirar do PL 332 a entrada dos Agentes de Apoio no quadro da Educação, o que estava previsto e anunciado publicamente, inclusive pelo Sr. Secretário Alexandre Schneider.

Portanto, gostaria de ouvir essa resposta, porque isso foi um prejuízo para essa categoria que já está, há muito tempo, trabalhando na Educação e sendo fatiada para o canto.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Fátima.

A SRA. FÁTIMA – Bom dia a todos.

Início dizendo ao Sr. Secretário Rubens Chammas que a política de meritocracia veio por terra, porque se fosse boa seria aplicada ao primeiro e segundo escalões, aos Vereadores. Então, cai por terra essa política. (Aplausos)

Porque o que não é bom para os Vereadores, para os Secretários, para os Subprefeitos, não pode ser bom para quem realmente produz: Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Obras, Combate a Endemias, e, por fim, sepultar - quando já não podemos mais pagar nossos impostos e morremos.

Esses companheiros da Funerária fizeram uma greve, porque o trabalhador não pede greve, mas, sim, reajuste salarial. A greve quem pede é o patrão que não atende às mínimas reivindicações. (Aplausos)

Também, estamos perdendo nossos Aposentados porque estamos há anos sem reajuste, justamente em uma fase delicada da vida, em que adoecemos, em que precisamos de medicamentos. Perdemos o Vale Alimentação e digo que o aposentado continua comendo. Então, precisamos urgentemente mudar essa situação. (Aplausos)

Os nossos Operacionais e Nível Médio também precisam de melhorias. Estão na Defesa Civil trabalhando aos finais de semana, enfrentando todo tipo de risco sem receber remuneração

decente, nem extra ou qualquer outra coisa que valha deixar a família no final de semana. Outra coisa, Secretário, será muito bom se o senhor puder nos ouvir, receber os sindicalistas, que são os legítimos representantes da categoria de trabalhadores. (Aplausos) Inclusive, nessa política de meritocracia os trabalhadores e trabalhadoras estão fora, porque a Prefeitura desconhece a existência deles. Então, em algum momento, solicitamos que o senhor nos receba. Não queremos atrapalhar o serviço público, a Cidade. Queremos ajudar. Queremos somar na solução de todos os problemas existentes. Enfim, espero e peço encarecidamente que sejamos atendidos. Muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se os senhores puderem concluir a fala em período menor que três minutos, isso ajudará os nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Neusa.

A SRA. NEUSA – Bom dia a todos.

Gostaria que vocês fossem os mais carinhosos possíveis em relação à questão do funcionalismo público, principalmente, da Saúde. Sou funcionária pública municipal com orgulho, mas hoje se o Prefeito Gilberto Kassab não estivesse no final de mandato, os médicos, técnicos, enfermeiros, auxiliares e pessoas de outros segmentos iriam pedir o impeachment do Prefeito.

- Manifestação na galeria. (Palmas)

A SRA. NEUSA – Encontrei com um médico hoje de manhã, que me disse: “Em toda minha vida, quase 30 anos de medicina, concursado, nunca vi um Prefeito tão ruim quanto esse Gilberto Kassab.” Um Prefeito que não respeita o médico, porque sem o médico não existe enfermeiro, técnico, auxiliar, ninguém, porque tudo é um conjunto e não estamos sendo respeitados.

Também peço que nos deem o nome de todos os Vereadores, porque queremos lembrar de deles no próximo ano, em que haverá eleição. Queremos saber quais deles serão a nosso favor.

Outra coisa, o respeito deveria englobar os precatórios de 85, que já estão caducando. Daqui a pouco passa para neto, bisneto e às vezes nem eles recebem.

O último Prefeito que lembrou do funcionalismo, de dar um aumento, foi a Erundina. De lá para cá acabou. Não sabemos em quem votar, porque prometem e nada cumprem.

Obrigada. Peço que pensem com carinho.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Informo que o Secretário Marcos Cintra estará presente às 15h, para responder as questões.

Tem a palavra a Sra. Iara.

A SRA. IARA – Bom dia a todos. Há 17 anos o servidor municipal não recebe aumento. É o servidor municipal de primeiríssimo escalão, não é de terceiro, porque sem esses funcionários não há abertura de processo, não há abertura de licitação, funcionários não são admitidos, porque o RH não pode funcionar, laudas não ficam prontas, então acredito que antes de qualquer coisa, o terceiro escalão, como foi supostamente chamado, o funcionalismo que não tem aumento em detrimento de outros que ganharam até 210%, esse pessoal é o que leva a Prefeitura a ter o orçamento que foi apresentado.

- Manifestação na galeria. (Palmas)

A SRA. IARA – Sem o trabalho do pessoal que está aqui, a Prefeitura não arrecadaria, porque as praças de atendimento não funcionariam e nenhum funcionário estaria trabalhando. Hoje a Prefeitura vai para frente porque os funcionários têm garra, só isso, porque o salário que o funcionário recebe é indecente.

Lembro também que o funcionário aposentado está sem reajuste e sem receber a sopa de letrinhas que vem sendo empurrada para os funcionários em detrimento do nosso Estatuto que prevê a gratificação de desempenho na qual incide a sexta parte, quinquênio e tudo mais.

O funcionário recebe a gratificação de desempenho como um prêmio a parte.

Obrigada.

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Natália.

A SRA. NATÁLIA – Gostaria de cumprimentar todos os trabalhadores incansáveis na luta e falar que este sistema simples e pequeno em que temos três minutos de fala e vocês falam o quanto quiserem, normalmente, sempre que venho aqui, retoricamente sem responder a nenhuma das nossas questões, reflete o sistema que vivemos hoje...

- Aplausos na galeria.

A SRA. NATÁLIA – ... do trabalho precarizado, da privatização e de tudo o que o Prefeito está tentando fazer apoiado por vocês que não estão indo contra.

Vim falar hoje como trabalhadora da Cultura, mas reforçando a briga de todos que falaram por que me senti muito contemplada, pois somos trabalhadores e a luta é a mesma.

Em 2009 viemos aqui e todos os anos temos de vir. Em 2009 tentaram cortar metade da verba destinada à Cultura. Viemos em massa e, de repente, tiraram da cartola 50 milhões de reais que foram investidos no ano de 2010.

Em 2011, novamente, estão querendo cortar a verba para a Cultura em 60 milhões de reais. Pelo visto não é só da Cultura em um ano em que a arrecadação do Município aumentou em 10%.

Sinto-me inútil de falar, pois parece que não adianta. Encerro faltando dois minutos para que vocês utilizem para responder qualquer uma das questões feitas aqui.

- Aplausos na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Vlamir. Em seguida o Sr. Fábio Siqueira e o Sandro.

O SR. VLAMIR – Bom dia a todos. Sou do Sindicato dos Servidores Municipais, servidor público a mais de 20 anos. Assistimos, este ano, indignados, os aumentos que esta Casa concedeu ao primeiro e segundo escalão. É impossível tratar o funcionalismo da maneira que esta Prefeitura o faz. Há dinheiro para conceder reajuste de 300%, 200% e assim por diante, enquanto aos servidores aplica-se 0,01%.

Este ano os servidores fizeram uma paralisação e um setor está sendo penalizado porque está indignado em continuar recebendo o salário de 440 reais.

- Aplausos na galeria.

O SR. VLAMIR – O Orçamento aumentará para 38 bilhões de reais, mas os trabalhadores continuarão a receber menos do que um salário mínimo nesta Prefeitura. Nós, trabalhadores, não consideramos gratificações, abonos – que excluem vários trabalhadores e aposentados -, então, não dá para manter esta política salarial. É necessário mudar.

Para mudar tem de começar no 11,23 para os servidores que não obtiveram nenhum reajuste. Este seria o passo que esta Prefeitura deveria incluir no Orçamento.

Não basta, Sr. Secretário, só nos receber. Tem de atender as reivindicações.

- Aplausos na galeria.

O SR. VLAMIR – 38 bilhões é possível, sim, discutir. Os senhores aumentaram mais de 300% o salário do Prefeito, do Vice, dos Secretários, Subprefeitos e assim por diante.

Os servidores estão aqui hoje lotando esta Casa, reivindicando uma mudança na política salarial. Essa política salarial começa pagando, pelo menos, a inflação dos trabalhadores o ano que vem.

Os 11% são para discutir as perdas salariais. Não dá. Temos servidores operacionais ganhando 702 reais na Educação, enquanto o pessoal está sendo perseguido pela Portaria 960, da Funerária, começa com 440.

Que política é essa, Sr. Secretário, que esses podem ter essas diferenciações ou mesmo alguns receberem gratificação e outros que prestam serviços para a população não possam ter? É necessário mudar essa política.

Hoje, estamos aqui para apontar aos Vereadores que este ano de 2012 possa mudar e ser diferente para os trabalhadores que atendam a cidade de São Paulo e prestam serviço à população e que seja mudada essa política. Não dá para continuar vendo organizações sociais ganhando três vezes mais que trabalhadores da saúde, trabalhando na mesma unidade e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos. Fomos testemunhas de que neste um mês e meio estavam os Vereadores presentes aqui em todas as audiências e também o ex-Vereador

Odilon Guedes, que faz um grande trabalho, criticando esse Orçamento.

Ele não corresponde à realidade, ele excluiu o Pro-Jovem e agradecemos à comissão que descreveu as falhas do relatório do Prefeito Kassab e até diria assim exclusões não explicadas como o Pro-Jovem, Começar de Novo, (palavras inaudíveis), Orçamento Participativo, tudo isso voltou para o Orçamento, porque a população exigiu, a Câmara Municipal se sensibilizou e o Poder Executivo não queria fazer isso.

Também no sentido do projeto do aumento do segundo escalão, é uma vergonha para esta Casa, foi publicado dia 23 de novembro e aprovado em 23 de novembro, de forma inédita nesta Casa. No dia que publicou foi votado em primeira votação, as pessoas têm de justificar essa questão. Por que não usam isso para extinguir o 0,01%. Essa vergonha tem de ser extinta da legislação municipal! O projeto do segundo escalão tem de votar rápido para extinguir o 0,01%. Essa injúria, essa mentira que existe em São Paulo.

A questão da privatização. Falou-se aqui em OSs, em OSs no esporte, na saúde e na cultura. É a cara da gestão Serra/Kassab privatizar, mercantilizar. A denúncia está aqui na *Carta Capital* foi feito no Governo Federal, Governo Estadual e agora Governo Municipal. Exigimos o fim das privatizações, respeito aos funcionários públicos que passaram num concurso público, têm de ser respeitado pela gestão.

Finalmente, a OS na saúde, metade do dinheiro da saúde vai para empresas privadas, empresas de OSs, são dois bilhões de reais. Isso tem de acabar! Revogação até porque três OSs já foram condenadas no Tribunal de Contas do Município. Ou seja, a empresa condenada, com irregularidades e recebendo dinheiro da Prefeitura, empresas ligadas a ordens do exterior, Gessi World (?) Espanha, Via Pública, nada disso é respeitado.

Exigimos e o Orçamento Participativo voltará no ano que vem, já está no Orçamento transparência total da verba, fim dos malfeitos, fim das arbitrariedades, do autoritarismo. A nota do Prefeito Kassab é 3,9, ou seja, rejeição de 70% da população e revela os absurdos desse Orçamento e isso vai mudar com certeza.

No ano que vem, população participe e vote melhor nos Vereadores para mudar esse Orçamento.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Sandro.

O SR. SANDRO – Caros senhores da Mesa, venho aqui para ressaltar a fala do Oswaldo, pois enquanto se gastam milhões, talvez bilhões para erguer o estádio de Itaquera, a gestão pública atual propõe corte na cultura. Os trabalhadores da cultura repudiam veementemente esse projeto de cortes na cultura.

Precisamos de uma gestão pública que reconheça e conheça a cultura da cidade.

Muito obrigado.

(Palmas)

A SRA. CASTÁLIDE (?) – Bom dia a todos. Sou clínica e trabalho exclusivamente na Prefeitura, entrei, em 1990, atualmente tenho dois vínculos. Num deles estou com licença sem vencimentos. Agora, atendo à tarde na Bela Vista.

O que nós vemos, infelizmente, enquanto cidadã tenho o compromisso de trabalhar na saúde, ser médica e clínica. Dá vontade de desistir, é lógico. Mas olhamos a sociedade e vamos desistir da sociedade? Que raios de ser humano eu sou? Vou para onde? (Palmas)

Então, como que a gente consegue dar sustentabilidade a uma sociedade e justiça? Vamos ver o Rio de Janeiro, também, a ausência do Estado na saúde, na educação, a gente está transformando isso daqui também e entregando para o poder paralelo, em todos os níveis, porque enfraquecemos o Estado.

Que compromisso a gente tem, que seriedade a gente tem ao tratar dessa forma os trabalhadores? Como aceitar esse entreguismo de terceirização, sabendo que isso tudo vai destruir e corroer a sociedade em que todos nós participamos? Nós também vamos sofrer as consequências, em todos os níveis da sociedade, dessa violência que se comete com o cidadão. Essa indignidade que se entrega (Palmas), não podemos aceitar isso. Nós estamos destruindo tudo isso.

Hoje em dia temos a terceirização, a contratação sem critério de qualificação, temos entrega para pessoas que desconhecem o processo de trabalho, sem conseguir desenvolver programas e diretrizes, porque são pessoas que não conhecem nada. Segundo e primeiro

escalão, quem são eles? De onde vêm? Que história têm? Eles vão saber fazer algo para (Palmas) melhorar a nossa sociedade e o nosso trabalho?

Estamos sem estrutura de serviço, diga-se que falta espéculo vaginal há um mês, nas unidades de serviços da Prefeitura e o câncer de colo é um dos que mais grassam por aí. É uma vergonha a gente ainda ter câncer de colo e não ter a prevenção. (Palmas)

Por conta disso, quero compartilhar com todos a necessidade do grito de, em algum momento, repensar no que é o compromisso com a sociedade e essa nossa cumplicidade. Não podemos nos entregar.

É isso, por enquanto. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Concluídas as falas, considerando que as principais manifestações foram na área do funcionalismo, esta relatoria tem ene perguntas, mas fará uma, que interessa principalmente aos funcionários presentes.

Secretário, vários sindicalistas estiveram aqui, mas algo me preocupa, não só com a Peça do ano seguinte, mas daqui a 10 ou 20 anos. Trata-se do IPREM.

Temos um rombo hoje, calculado pela minha assessoria, de 1.466 bilhão, o que significa isso? Se olharmos com um aporte de 53,22 para 2011; 2021 57%. Nessa curva de crescimento, obviamente observando o aumento de aposentadorias, isso é muito grave para os funcionários. Hoje as pessoas brigam pelo presente, mas vamos olhar para um passinho à frente, que é a aposentadoria daqueles que quando mais necessitarão dos seus recursos estarão recebendo do IPREM.

Hoje custo do IPREM é de 3,765; para 2012 a sua receita é 3,772, sobra um buraco de 1,4 bilhão que a Prefeitura paga, fazendo frente a esse rombo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, não. Não tem mais essa dívida. É um equívoco. Não, não. Não vou debater. Estou aqui em defesa do IPREM.

Nós fizemos um estudo técnico e não há mais essa dívida. A Prefeitura não deve mais ao IPREM. Está hoje aportando, pondo dinheiro todos os anos da ordem de o rombo que estou falando é que a Prefeitura vai colocar, todo ano, 1,4 bilhões de reais para cobrir o déficit. Isso sim preocupa o funcionalismo. Os sindicalistas aqui presentes têm de abrir uma agenda nessa direção.

Nós estamos assistindo a Grécia reduzindo a contribuição dos funcionários, assim como a Itália. Vamos ver isso na França e em Portugal, porque em algum momento vamos ter que dar atenção a isso. Não adianta colocar venda nos olhos hoje. O buraco é enorme.

Esteve depondo em audiência pública o Presidente do Iprem. Faço minha as palavras dele. Uma das preocupações no aspecto salarial, não só presente, é com a questão do Iprem. Se nós, a Prefeitura e todos os funcionários, não fizermos um estudo, olharmos para essa questão do rombo não se reduzir e ele ser sustentável de uma ou outra maneira, hoje, a Prefeitura tem condições de dispor desse recurso.

Imaginemos que nessa curva de crescimento, venha uma crise que, – a meu ver – hoje, não atinge o Brasil, neste momento não. Mas, nós não sabemos daqui cinco ou dez anos o que vai acontecer. A perspectiva é boa, mas se a curva se inverter só um pouquinho com esse crescimento que estamos vendo, em 2041, teremos 66% de aporte, vai estourar e haver redução mais à frente. Nós fizemos uma progressão de 2001, 2021, 2031 até 2051; se caminarmos nessa perspectiva, 70. A capacidade de investimento da Prefeitura, hoje, é de apenas 7,5% de seu Orçamento. O resto são todas receitas comprometidas.

Temos de olhar com base no Orçamento do Iprem, que é dos senhores, não está se sustentando. Não adianta o sujeito gritar aqui hoje, se não parar com frieza e fizermos assembleias técnicas com a Prefeitura para olharmos para o futuro. Talvez, isso não seja suficiente hoje. É impossível discutirmos sobre o tempo hoje, mas se não concluirmos essa agenda, todos os aposentados, aqueles que hão de se aposentar, terão problemas graves no Iprem, muito graves. Nós temos de olhar para essa agenda.

Eu faço um apelo aos Srs. Secretário de Planejamento e de Finanças que abram uma agenda para discussão, que é a mais séria a meu ver, neste momento, sobre perspectiva de futuro, porque é a hora em que temos de ajustar e acertar esse rombo de 1,466 bilhão de reais.

Passo a palavra ao Sr. Secretário de Finanças para que possa responder as questões e, em seguida, ao Sr. Secretário de Planejamento.

Tem a palavra o Sr. Mauro Ricardo Machado Costa.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Primeiro, qual o prefeito que não quer dar aumento salarial aos seus funcionários?

- Manifestação na plateia.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Basta que se olhe o Orçamento da Prefeitura e, a todo ano, os senhores irão observar um crescimento de 12 ou 13% na despesa de pessoal. Como houve esse crescimento na despesa de pessoal?

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço a compreensão dos presentes. O Sr. Secretário ouviu as questões. Peço, respeitosamente.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O tempo de V.Exa. é curto como o dos senhores. Peço que os senhores permitam que V.Exa. concluisse o raciocínio ao todo, pois uma pergunta hoje que não ficou clara pode ter nexos com outra. O Sr. Secretário tem de responder o conjunto da sua manifestação para que os senhores possam concordar. Eu, não; mas é preciso que S.Exa. conclua o raciocínio. Foram várias perguntas interligadas entre si. Todas tratam da pasta do funcionalismo. Então, é preciso compreensão.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Como podemos observar, ao longo dos anos, desde 2005, tem havido crescimento significativo com despesas de pessoal. Os senhores podem observar, no orçamento, crescimento de 12%, 13% e, às vezes, 14% em relação à despesa do ano anterior. Isso significa que houve reajustes salariais em várias categorias.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos permitir que o orador conclua seu raciocínio.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Insisto novamente. Vamos permitir que o orador conclua seu raciocínio. O Sr. Secretário anotou todas as perguntas.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se o Sr. Secretário não concluir seu pronunciamento, não haverá respostas. Aqui ninguém veio brincar. Estamos aqui para trabalhar, e o assunto é sério. Peço, gentilmente, que permitam que o S.Exa. se pronuncie. Todos aqui ouviram. O Sr. Secretário anotou as respostas para cada um dos inscritos. Agora precisa responder.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Manifestações interrompem o raciocínio e a conclusão dos trabalhos.

Pode continuar, Sr. Secretário.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Tanto isso é verdade que esta Casa aprovou inúmeros projetos de lei concedendo vários aumentos salariais a diversas categorias de servidores.

- Manifestações na galeria.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Os senhores podem verificar isso, no *Diário Oficial da Cidade*, em diversas leis aprovadas. Não se aumenta o gasto do funcionalismo sem que sejam concedidos aumentos salariais. Isso ocorreu e tem a devida comprovação, não só pelos projetos de lei aprovados como pelo gasto do funcionalismo ao longo dos anos. Hoje o gasto de pessoal da Prefeitura consome 1/3 do orçamento. Dos 38 bilhões de reais, orçamento de 2012, proposta orçamentária para 2012, está consignado, como gasto de pessoal, algo em torno de 13 bilhões de reais.

- Manifestações na galeria.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Isso é o que se gastará, em 2012, com o funcionalismo. Logicamente, gostaríamos de gastar mais do que 13; talvez 14, 15, 16 ou até 20 bilhões de reais. Não há somente o gasto com o funcionalismo. Não podemos gastar 38 bilhões de reais com o funcionalismo da Prefeitura. Há diversos outros gastos de obrigação da Prefeitura, seja com Saúde, Educação, limpeza da cidade, asfaltamento, Assistência Social e Cultura.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se pessoas falam enquanto o Sr. Secretário fala, não

ouvimos. Estou com dificuldade de entender aqui ao lado.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Secretário está com a palavra.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – (fazendo soar a campainha) – Respeitosamente, fiz as inscrições de todos. Demos o tempo, democraticamente, para todos se pronunciarem. O Sr. Secretário deseja falar, e está falando. Ao lado, estou com dificuldade para ouvir. Gritos atrapalham e geram bagunça. Com gritos, não consigo ouvir ao lado.

Eu estou com a palavra!

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu vou ser muito claro: não dá para conduzir uma audiência pública em que se estabelece uma bagunça. Se o objetivo é esse...

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – (Fazendo soar a campainha.) Se o objetivo é esse, muito claramente: ambos os Srs. Secretários ouviram em silêncio, anotaram as questões, mas cada vez que alguém fala, atrapalha quem está ouvindo. Até eu, que estou aqui do lado, não estou conseguindo escutar. Fica difícil. Não é possível entendermos ou estabelecermos um diálogo, um debate se todos falam e gritam ao mesmo tempo. Não é possível isso, e eu não conheço outro mecanismo, num regime democrático, que não seja o de um falar e o outro escutar.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu estou na presidência dos trabalhos tentando conter os ânimos. Até entendo o porquê, mas é preciso se conter e ouvir o Sr. Secretário. Por favor.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Um dos grandes problemas que temos em relação ao Orçamento Público Municipal é a questão da dívida contratada com o Tesouro Nacional. O processo de refinanciamento da dívida foi de aproximadamente 11 bilhões de reais, e esta cidade, ao longo dos dez anos desde o momento em que foi contratada até 2010, já desembolsou em torno de 16 bilhões de reais e ainda deve 46 bilhões de reais. Isso tem consumido da Prefeitura recursos significativos que, eventualmente, poderiam estar sendo disponibilizados até para reajuste salarial. Isto que o Vereador falou é de extrema importância: por ano, estamos despendendo, e está previsto no Orçamento de 2012, 4,2 bilhões de reais para pagamento de dívida ao Governo Federal.

É necessário que haja um processo de negociação dessa dívida com o Governo Federal para que ela possa ser paga. Nós não estamos querendo dar calote na dívida com o Governo Federal, não, queremos pagá-las, mas sem prejudicar investimentos e aplicação de recursos importantes que precisam ser feitos no âmbito da Prefeitura. Se pudéssemos aplicar os 4,2 bilhões de reais em reajustes, poderíamos dar de aumento ao funcionalismo. Mas estamos pagando isso ao Tesouro. E vocês pensam que, ao pagarmos, a dívida está sendo abatida? Não. Pelo contrário, ela aumenta em torno de 6 bilhões de reais por ano. Pagamos 4,2 bilhões e o saldo devedor aumenta em torno de 6 bilhões de reais. Essa dívida de hoje, de 46 bilhões de reais, em 2030, estará em torno de 350 bilhões de reais, o que comprometerá 50% da receita própria da Prefeitura.

Esse é debate importante que precisa ser feito, e nós precisamos unir forças para conversar com o Governo Federal para que seja aberto um canal de negociação que, de fato, possa levar a Prefeitura a uma situação de solvência. Hoje, a situação econômica da Prefeitura é uma situação de insolvência, porque não podemos pagar 4,2 bilhões e ter o saldo devedor da nossa dívida aumentado em mais 6 bilhões de reais, deixando isso chegar a 355 bilhões em 2030. Então, é importante que possamos unir forças para, de fato, resolver problemas que são estruturais.

Outra questão importante abordada pelo Vereador Milton Leite é o Iprem, os gastos que aumentam de forma geométrica. É importante que possamos buscar alternativas para que, de fato, possamos garantir os recursos para pagamento das aposentadorias; do contrário, logo não teremos recursos para pagamento das aposentadorias.

Então, esses são problemas importantes que foram abordados pelo Vereador Odilon, pelo Vereador Milton Leite e pelos senhores em relação à questão da remuneração do funcionalismo. Queremos unir forças para encontrar soluções para essas questões. Queria agradecer a presença de todos e a oportunidade de podermos debater assuntos tão

importantes quanto esses.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, o Vereador Adilson Amadeu, único inscrito, pediu dez segundos antes das respostas do Secretário Rubens Chammas, pois tem compromisso e precisa sair.

Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente desta audiência pública, Milton Leite; Srs. Secretários Mauro Ricardo e Rubens Chammas, nobre Vereador Odilon Guedes, eu estou de passagem, estou Vereador e meu fígado está dolorido. Imaginem o dos senhores funcionários públicos.

O Sr. Prefeito que aí está para fazer o partido que fez todo o nosso oxigênio foi embora. E agora estamos aqui conversando e os senhores que são funcionários municipais, assim como boa parte da minha família, sofrem todos os dias.

Quando venho aqui e falo, pois não sou base, as pessoas acham que não estou bem das faculdades mentais. Estou bem, sim e falo a verdade. Realmente votei contra: o Itaquerão, a Água Espraiada, o aumento do salário do Comando da Polícia Militar. Os senhores nem precisam porque não precisa, esqueçam até de votar em mim, Adilson Amadeu, mas façam exatamente o que estão fazendo vindo aqui falar a verdade. É muito fácil vir aqui e empurrar mais um ano ou dois. O Sr. Prefeito das 212 metas não cumpriu seis.

- Aplausos no recinto.

O SR. ADILSON AMADEU – E não vai cumprir. Não vim atrapalhar a audiência, só vim falar a verdade e vou continuar nesta tribuna mostrando que esse Sr. Prefeito não diz a verdade e está deixando São Paulo pior do que todos os anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou liberar o Secretário Mauro Ricardo. Agradecemos sua presença.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero registrar a presença dos Srs. Vereadores Juscelino Gadelha, Carlos Apolinario e Atilio Francisco.

Tem a palavra o Secretário Rubens Chammas.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Primeiramente, agradeço as palavras do Vereador Odilon Guedes que tem sido um batalhador dessas questões econômicas e colega de profissão. Tem feito um trabalho muito forte no Corecon.

Como o Secretário Mauro Ricardo disse, a discussão dos macro números da Cidade são fundamentais para que possamos ter governabilidade. E o assunto da dívida é fundamental, pois é um dos componentes do orçamento. Não podemos achar que o orçamento é só investimento, é só custeio, é só pessoal. Dívida é um compromisso.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RUBENS CHAMMAS – A Prefeitura tem pago religiosamente as suas parcelas mensais, tanto da dívida quanto de precatórios. Então, essa é uma discussão que transcende o Executivo e o Legislativo. Temos de envolver, sim, a sociedade.

Desde janeiro de 2010, quando completamos dez anos da LRF, o Prefeito Kassab levou essa preocupação a Brasília. Abriu essa discussão junto com o Poder Público Federal. Não falo como Secretário, porque estou Secretário, mas como economista é fundamental que a gente abranja a comunidade, a sociedade organizada, os órgãos de classe para discutir 4,2 bilhões de reais que são pagos anualmente da dívida municipal.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Esse compromisso da dívida é um assunto que transcende essa discussão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Acho que o senhor está equivocado.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Secretário Rubens Chammas está tentando esclarecer, expondo a visão dele, até concordando com alguns presentes. O Sr. Odilon Guedes tem uma visão clara também com relação à dívida, que é o principal câncer da economia da cidade de São Paulo. Nós vamos quebrar...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A Cidade vai à falência se não resolvermos a questão dessa dívida. Sr. Odilon Guedes, quer fazer o uso da palavra?

- Conversa fora do microfone.

O SR. ODILON GUEDES – Pessoal, só peço um segundo. O Município, em 10 anos, pagou 16 bilhões. Pagou! Foi pago, saiu dos nossos impostos. Vejam: é um debate que precisamos fazer, inclusive poderia fazer um movimento sindical, um compromisso, o seguinte: o Prefeito renegociará a dívida e uma parte do que ele não pagar tem de ser apoio do funcionalismo. Essa é a lógica.

O Governo Estadual está na mesma situação. Este ano, o Governo Estadual pagará de juros da dívida 11 bilhões, que poderiam ser usados para fazer obras de Metrô e escolas.

E o Governo Federal, prestem atenção, pagará este ano 220 bilhões de juros, que vão para as mãos do Itaú e do Bradesco. E sai dos nossos salários! Esse é um debate interdito para a sociedade. Os meios de comunicação não divulgam isso.

Fui presidente do Sindicato dos Economistas, fui Vereador, e defendo os trabalhos a vida inteira. É fundamental essa discussão com o movimento sindical.

Não estou justificando, não estou discutindo o método do Governo Kassab. Eu tenho a minha posição em relação ao Governo. Sou crítico em relação ao Governo. Mas quero chamar atenção para o seguinte: Nós precisamos fazer um amplo debate e renegociar as dívidas do Município, do Estado e do Governo Federal, para que haja dinheiro para educação, saúde, para aumentar o funcionalismo.

Realmente não dá para o funcionalismo ganhar o que ganha hoje. Precisa melhorar muito. O Estado é um prestador de serviço. Tem de pagar bem educação, saúde e todo mundo, inclusive os trabalhadores que enterram as pessoas. Isso é inadmissível! (Palmas)

Só para encerrar, Sr. Secretário, proponho para o nobre Vereador Milton Leite um debate nesta Casa sobre essa dívida, que precisa ser renegociada.

E o compromisso é esse. Uma parte é para aumentar o funcionalismo, assim conseguimos acertar as coisas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado. Sempre Vereador Odilon Guedes, tenho de esclarecer o seguinte: Eu fui Relator da CPI da dívida. Qual a origem desse buraco?

Houve uma emissão de títulos ilegais no Governo Maluf. O Governo Municipal transferiu esse recurso para o Governo Federal. Essa dívida virou uma bola de neve. Mas a origem dessa dívida foi quando o Governo Maluf jogou a dívida para o Governo Federal: a comissão de títulos irregulares, comprovadamente. Isso foi apurado pela CPI, presidida pela ex-Vereadora Ana Martins, PC do B, eu fui o relator. Essa dívida, é ela que está quebrando a cidade, teve sua origem no Governo Paulo Maluf, com emissão de títulos irregulares para fazer aquele mundão de obras para eleger o Prefeito Pitta. Essa foi a origem da dívida, esse é o buraco, todos nós pagamos e talvez os funcionários não tenham salário justo, a cidade estaria muito bem sem essa dívida, Odilon. São 16 bilhões pagos nesse período histórico, principalmente nos últimos três anos, é um absurdo! Só para esclarecer.

O que fala dessa dívida? Não é de toda, mas o essencial, a sua origem é essa. Por que o Governo Federal tem isso? As razões são políticas para levar e cobrar juros de 13%, que nos mata! Por que pagam seis e cobram da cidade 13? São mais de duas vezes. Seria muito mais justo que não pagássemos juros, estancássemos, não só o Governo do Estado, mas o Governo Municipal para permitir que a cidade não desse o calote, mas ao longo de 50 anos pudesse pagar a dívida sem calote, ter os investimentos na questão dos recursos humanos.

Insisto em dois pontos. Eu já sou relator há muito, está claro, cristalino, o câncer no Orçamento da cidade de São Paulo se chama Iprem porque vai crescer, e se não resolvermos vai crescer e nos matar; e o mais grave, sem precedentes é a dívida que pagamos. Pagar o que pagamos hoje e não abater é uma vergonha. O Governo Federal está recebendo esse dinheiro.

Tem a palavra o Secretário Rubens Chammas, para a conclusão.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Para responder aos questionamentos do ex-Vereador Odilon Guedes faço dois comentários. Sou fã da estratégia de termos claro os gastos em investimento por distrito da cidade. Convido o ex-Vereador a se encontrar com a nossa equipe, que tem feito um trabalho ainda embrionário, mas avançamos. Temos mapeado hoje os gastos por distrito. Claro, quando olhamos a peça orçamentária verificamos, por exemplo, o que está destinado a

casa subprefeitura, o que está destinado às secretarias. Hoje, temos de ter um olhar para os programas. Muitos estão espalhados pelas secretarias. Estamos avançando no sentido da integração entre a Lei Orçamentária, a LDO e do Programa de Metas. Tivemos uma consultoria da FIPE, que terminou o seu trabalho, temos o resultado inicial. Convido o Vereador e os interessados para agendarmos e verificarmos e construirmos juntos.

Em relação aos Transportes, esse é o recurso indicado para o Fundo do Transporte, algumas ações foram iniciadas este ano. Claro, o Fundo de Transporte é Fonte Tesouro, mas é específica às ações no Transporte. Conforme o andamento da arrecadação do Fundo de Trânsito uma suplementação poderá ser feita.

Quanto aos dados do metrô ficou claro. Eu não acompanhei a fala do representante dos Transportes, mas a Prefeitura repassou até agora um bilhão de reais para o metrô, sendo alguns recursos do Tesouro, parte dos recursos da Operação Urbana Água Espreada e da Operação Urbana Faria Lima. O outro um bilhão provavelmente será lastreado com recursos da própria Operação Urbana Faria Lima, cuja lei de aumento de cepacs está sendo analisada e votada nesta Casa.

Agora alguns esclarecimentos sobre Pessoal. No ano de 2011, o gasto com Pessoal, o que o Secretário Mauro falou é com pessoal ativo e inativo, inclui a contribuição patronal e o Iprem, só com pessoal: 8,6 bilhão de reais. Estamos passando para 9,8 bilhão em 2012, um aumento de 14%. Numa das falas alguém comentou que não houve aumento, mas foram 14%.

- Manifestação entre os presentes.

O SR. RUBENS CHAMMAS – A própria Irene e o Leandro são testemunhas. Neste ano de 2011, e eu diria com muita satisfação fizemos mais de 25 reuniões com os sindicatos, entre reuniões gerais e setoriais.

Essas reuniões foram extremamente produtivas para a Administração ouvir e propor.

Resultado dessas reuniões: a GA aos servidores dos níveis básico e médio da Direta, extensível ao Iprem e ao Funerário, que era 50% e agora já passou para 70%; a GDA para atividade social; a GDA para atividade cultural desportiva; antecipação do PPD de 80 para 100%; a readequação de 2,14% no HSPM; aumento de 15% no piso salarial; todas as vantagens para a educação, de 33,79%; o abono complementar na educação; para a Guarda Civil Metropolitana, um reajuste de 20,74%; e todas as propostas da saúde.

Claro que os itens são extensos. Vou deixar os documentos para a Comissão, bem como dar toda a listagem das ações feitas neste ano.

Mais do que isso, a campanha salarial indicou quatro pontos para fechar este ano.

Primeiro: uma análise, que está sendo feita. Estamos convocando uma reunião para a primeira semana de janeiro sobre nível básico e nível médio. É uma análise quase completa da nossa equipe.

Segundo: análise dos agentes videntes. Além do reordenamento da categoria, um programa de gerenciamento e de fiscalização feita pela Secretaria de Subprefeituras. Então estamos também propondo uma reunião para a primeira semana de janeiro para dar a devolutiva dessa segunda análise.

A terceira análise – já respondemos também a questão do João Amaro – diz respeito à questão dos engenheiros.

Muitos assuntos já foram discutidos. Fizemos uma reunião há 15 dias. Então estamos prevendo para o mês de janeiro três reuniões setoriais, níveis básico e médio. Esse foi o compromisso que foi dado na negociação salarial. Ficamos muito contentes quando a própria Irene e o Leandro, recebidos pelo próprio Prefeito, deixou claro que a campanha nunca parou; a negociação estava sempre aberta. E a negociação é ouvir e estudar. E é claro que a negociação compreende várias etapas: ouvir, analisar, estudar, fazer o impacto e propor soluções.

Esclarecer que a proposta para o quadro da saúde não foi em razão da greve. A proposta já estava desenhada pelo Secretário da Saúde, foi ajustada pela nossa secretaria e está aqui nesta Casa para as análises.

Primeiro compromisso: níveis básico e médio; segundo: agentes videntes; terceiro: categoria dos engenheiros; e quarto compromisso: revisão da lei salarial.

Esse é um compromisso da negociação... Estamos agendando. Nós não paramos; as reuniões continuam. Em outubro tivemos reuniões, em novembro tivemos reuniões, e agora vamos para

o mês de janeiro com as reuniões devolutivas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Secretário está passando dados. Peço que respeitosamente permitam que o Secretário fale. Ele está dando dados, indicando a escala de prioridades das propostas encaminhadas, dando a posição, enfim, do Governo. É preciso que ele conclua. Eu não vejo outro meio democrático que não seja um ouvir e o outro falar. Não vejo uma maneira de construir aqui e mediar dessa forma. Cabe ao Relator mediar o debate. Mas cada vez que alguém grita, exaltado, atrapalha o raciocínio da exposição do Sr. Secretário. Ele está se dispondo, está dizendo que está aberto ao diálogo, está se expondo com clareza. Concordando ou não, é preciso que nós esperemos a conclusão da fala dele.

Por favor, Sr. Secretário.

O SR. RUBENS CHAMMAS – Queria destacar um número, que eu acho importante, até porque muitos não têm essa clareza sobre o número de funcionários.

A Prefeitura conta, hoje, no seu quadro de ativos, com 140.698 servidores; 3.680 admitidos; 3.603 contratados e 133.334 estatutários.

Desses estatutários, 127.059 são efetivos.

O aspecto econômico da negociação salarial é forte, claro. É natural e temos possibilidade de fazê-la, mesmo hoje com gasto de mais de um terço do Orçamento – pois quando se pega o gasto com o pessoal da ativa temos também de ver os inativos. Aliás, a questão levantada pelo Vereador Milton Leite, eu diria que, na verdade, são duas discussões – e não são dessa gestão ou do Poder Legislativo, mas da Cidade –: o gasto com a dívida e o gasto com os aposentados. Isso é fundamental para que possamos equacionar o futuro do Ipem. Para que tenhamos isso claro no sentido de que a Prefeitura não seja cerceada de outros investimentos, enquanto esses dois gastos não estiverem equacionados do ponto de vista macro.

Levanto ainda uma questão com relação ao orçamento da Cultura. Temos de tomar um pouco de cuidado quando vemos o Orçamento desse ano, vigente, pois temos de esperar o encerramento do ano para vê-lo executado.

Então comparar um Orçamento proposto para 2012, sem ter o número de 2011 fechado é precipitado. É importante, é um dado, mas é precipitado.

O Orçamento da Cultura que vem num crescente da ordem de 230 milhões em 2009, passou para 260, depois para 230 esse ano, mas o executado deve ficar um pouco baixo por questões de licitações, temos de ter o cuidado de olhar que as ações da Cultura não estão inseridas somente na Secretaria da Cultura. Temos uma ação da Cultura muito forte, por exemplo, no Fundo Municipal de Urbanização.

O fundo tem um orçamento que, esse ano, só para a área de Cultura, é mais de 50 milhões de reais. Por isso é importante – e num dos pronunciamentos foi colocado isso, de forma muito pertinente – que a leitura seja feita pelos programas e não pelas Secretarias.

Claro, o Orçamento é informado por Secretarias porque é o órgão gestor com autonomia e autoridade, mas os programas têm de ser olhados de forma transversal.

Essa leitura não é simples, mas como avançar nessa leitura fazendo uma grande integração: Orçamento, LDO e Programa de Metas, o Orçamento não está restrito aos 275 milhões indicados na Secretaria. Temos de olhar, no mínimo, a indicação do Fundup – onde há ações da Cultura muito importantes, repetindo, esse ano, mais de 50 milhões.

Estou escolhendo alguns itens pontuais e, depois, volto a questões que não foram indicadas.

Repetindo sobre o Ipem, que o Vereador Milton Leite levantou, essa discussão é fundamental e essa Casa pode ser o palco central onde possamos levantar essa bandeira e analisá-la dia a dia.

Hoje, além dos 11% do funcionalismo e dos 22% da contribuição patronal, temos um déficit financeiro de quase 1,5 bilhão que a Prefeitura repassa para o Ipem para fazer os gastos junto ao funcionalismo aposentado.

O Vereador Adilson Amadeu comentou sobre metas, mas houve só um equívoco: não são 6 cumpridas, mas cinquenta e seis. Pode ser que ele não tenha visto o 5 na frente.

O índice de eficácia do programa de metas no relatório – já disponível na internet – é de mais de 70%.

Em relação aos precatórios, outro item importante, através de um decreto municipal, e com o objetivo de cumprir em 15 anos – já passados dois anos desse objetivo da resolução do STM –

estamos repassando 2.55% da receita corrente líquida. Esses recursos são depositados fielmente todo último dia útil do mês, mas quem faz o pagamento não é a Prefeitura – os senhores sabem –, é uma tramitação, e o pagamento é feito pelo Tribunal de Justiça.

Então a Prefeitura repassa – e isso está, inclusive, no site – no último dia útil do mês, fielmente, o pagamento da dívida e o pagamento dos precatórios, lembrando que esse macro número, ao qual chamamos operações especiais, para o ano que vem é da ordem de 4,8 bilhões entre dívidas e precatórios.

Uma colocação que o Sérgio fez, sobre educação, foi a extração dos agentes de apoio do projeto de lei. Na verdade, a negociação salarial - e o documento está claro, assinado por mim e pelo Secretário Alexandre Schneider – não tinha o compromisso de introduzir o agente de apoio naquele projeto de lei. Está, sim, mantido o compromisso de estudar a introdução do agente de apoio para o projeto de lei, mas não para aquele. Aquele texto foi fechado entre as partes e encaminhado a esta Casa, o substitutivo previa isso, voltamos à ideia original; mas o compromisso do agente de apoio para ser referendado em outro PL está mantido, mas não naquele, como alguns indicaram.

Em relação aos gastos com a saúde e com as OSs, o Secretário de Saúde teve oportunidade de esclarecer aqui toda a estruturação dessa parceria. Eu queria lembrar um número, que é importante. Claro que o orçamento é de 38 bilhões, mas temos e ter claro quais são as fontes. Falei muito rapidamente em minha introdução, mas vou repetir. A Fonte Tesouro desses 38 bilhões é responsável por 25 bilhões. O que é a Fonte Tesouro? São os tributos arrecadados no Município e as nossas transferências constitucionais do Estado. Mas existem transferências para programas específicos. Transferência federal: da ordem de 3 bilhões para o ano que vem. Transferência estadual: da ordem de 1,2 bilhão. Fundeb – que é para pagamento de pessoal da educação -: da ordem 3 bilhões. Operações urbanas: da ordem de 950 milhões. Fundos: da ordem de 1,7 bilhão. O Secretário de Finanças já teve oportunidade de explicar, mas temos de ter claro que o que temos hoje na Prefeitura: o que são Recursos Tesouros, sobre os quais há liberdade para se gastar nos programas da Prefeitura, e o que são recursos vinculados. Uma transferência federal ou um recurso de operação urbana só pode ser gasto nos programas de operação urbana. Temos de ter essa clareza.

Tenho certeza de que os senhores têm acesso a essas informações, que estão todas disponíveis no site. O orçamento proposto é de 38 bilhões, sendo 25 bilhões, Tesouro. Esse Tesouro é responsável por toda a manutenção da Cidade, todo o custeio dos equipamentos, toda a contratação de convênios, de parcerias. É responsável também pelo pagamento de pessoal - exceto o da educação, que tem o componente do Fundeb -, e pelo pagamento dos investimentos, hoje da ordem de 1,3 bilhão. Então, precisamos ter claro que o orçamento de 38 bilhões é forte, robusto, mas, na hora em que nós o separamos, ele se mostra insuficiente para as demandas da Cidade. Poderíamos ter mais gasto com pessoal? Claro. Poderíamos ter mais gasto com investimento. Só que, quando começamos com 13 bilhões entre ativos e inativos e mais 5 bilhões com dívidas de precatórios, estamos falando em 18 bilhões de reais, tirando operação urbana e fundos, que têm destinos específicos. Então, do orçamento, de pouco menos de 30 bilhões, 18 bilhões já estão comprometidos com pessoal, inativos e dívidas de precatórios. Quatro itens comprometem quase 60% do orçamento, tirando a parte dos vinculados.

Então, Vereador Milton Leite, respondi de uma forma genérica as questões colocadas. Reitero o compromisso. A Irene e o Leandro participaram de várias reuniões comigo, de muitas reuniões com a nossa equipe de apoio. As portas estão abertas para continuarmos montando estratégias. Na primeira quinzena de janeiro, estaremos voltando com a devolutiva da nossa Secretaria para questões como nível médio e nível básico, agente vistor, engenheiros e revisão da lei salarial. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Registro a presença do nobre Vereador Claudinho de Souza.

Secretário, o Vereador Paulo Frange tem uma questão a fazer.

O SR. PAULO FRANGE – Secretário, quero cumprimentá-lo. V.Exa., como sempre, muito preparado e com todos os números em mãos, traz-nos uma segurança muito grande.

Duas perguntas secretário: a primeira, o Fundo Municipal de Desenvolvimento Trânsito e Transporte, é uma lei de minha autoria que demorou anos tramitando nesta Casa, para que

podéssemos consolidar todo o seu curso de multa de trânsito, para especificamente utilizá-lo para aquilo que o artigo 320 do Código Nacional de Trânsito exige: fiscalização, sinalização e educação de trânsito e policiamento. Passa de 700 milhões por ano, eu tenho cuidado, porque estamos no segundo que estamos cumprindo, para quem não entende o porque do fundo. É que antigamente por levantamento feito pelo próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, 35, a 45% desse recurso, indo para o Tesouro e não chegava especificamente para a CET, para que fosse tratado pela Secretaria de Transporte nesse sentido. hoje temos essa segurança, é importante para o Sr. Prefeito porque não tem proibidade administrativa, de não cumprir a lei, segundo, que temos a maior velocidade na aplicação desses recursos porque o trânsito melhora, está vendo aí a situação das faixas de pedestres. Estamos sentindo uma diferença, um tempo muito demorado na liberação dos recursos para execução das obras ou das atividades específicas do fundo, mesmo tendo o fundo agora uma conta vinculada, tenho ido a Secretaria, cobrar o Secretário, o porque que o dinheiro está lá, e demora muitas vezes a liberar? Há um conselho nesse processo. É lógico que o conselho tem de se reunir, etc... Não há nenhum outro mecanismo mais rápido, porque quando criamos o fundo, foram vetadas algumas situações da lei, que facilitava isso, e mudado a configuração do conselho, gostaríamos que fosse especificamente tratado pela Secretaria de Trânsito para que podéssemos utilizar esses recursos mais rápido. Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: Em se tratando de dividir sinalização estamos exigindo hoje dos taxis, a utilização de uma faixa, para identificá-los de uma forma diferente dos carros que são de cor branca na Cidade de São Paulo. Essas faixas vão custar mais de 100 reais para cada taxista. Não deixa de ser um peso a mais no orçamento. Porque não fazemos uma licitação e nós repassamos essas faixas para todos os taxistas já esses serviços, são serviços em concessão. Hoje, utilizei quatro de vezes, taxi. Todos reclamam. Já que é uma concessão de serviço público e essa identificação é importante para os serviços público, para a segurança pública para a segurança do usuário, porque não podemos patrocinar esse tipo de identificação uma vez que esse recurso tem essa mesma finalidade?

Segundo assunto. Em relação a operação urbana, esses recursos que estão no orçamento, eles têm o condicionamento daqueles 500 mil Cepacs, se aprovássemos na Câmara Municipal de São Paulo ele compõe o orçamento do ano que vem, porque há aqui um consenso no sentido de redução de 500 mil para 300 mil. se isso acontece temos uma redução do recurso condicionado ao orçamento do ano seguinte. nesse mesmo sentido, como está a situação da operação urbana Água Branca, quando vamos ter aquela operação dentro do sistema de Cepacs, não mais nas avaliações, como são feitas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário com relação a operação Faria Lima, apenas uma questão....

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Secretário com relação a operação Faria Lima, quero saber o cronograma em função da lei, remetida a esta Casa, qual o cronograma de liberação para o mercado das operações urbanas Faria Lima? Se os valores que estamos colocando serão agora ou qual o período previsto de colocação. O cronograma é: aprovação ao Basen, comissão de valores imobiliários – CVM. Qual é o cronograma de retorno dessa operação urbana, em aprovado a nova lei.

O SR. MAURO RICARDO – Agradeço as colocações do nobre Vereador Paulo Frange, o fundo de trânsito é um dos fundos importantes da cidade e a regulamentação, e a legislação vieram a deixar claro que os recursos arrecadados com essa finalidade sejam aplicados especificamente nas ações daquela área.

Em relação ao fundo de trânsito: temos a despesa do ano de 2009 fazendo um retrospecto é de 570 milhões; no ano de 2010, passou para 622 milhões; neste ano, uma despesa orçamentária fixada em 660 milhões, e já tivemos uma suplementação porque a arrecadação prevista para este ano foi superada, então, podemos fazer um suplemento orçamentário, para fazer frente às despesas.

Previsto para o ano que vem, estão indicados na peça orçamentária 832 milhões de reais.

Em relação a esse trâmite, é claro que, às vezes, na Administração, temos a informação de que a arrecadação é de tanto. Temos de ter claro: uma coisa são os recursos do Tesouro que entram automaticamente numa conta única; outra, são os recursos vinculados, tais como o

fundo de trânsito, das multas; o fundo de urbanização, da outorga onerosa; fundo de iluminação pública, da Cosip. Esses têm um trâmite de processamento.

Então, a Secretaria de Transporte demanda à área de Planejamento uma liberação de “x” milhões de reais. Temos de anexar a isso, comprovantes financeiros, bancários, porque, como fundo específico, só são liberados os recursos quando eles, efetivamente, estão depositados em conta, então, a área financeira os libera. Estamos trabalhando com o Secretário Mauro Ricardo para melhorar o fluxo.

Tenho a certeza de que, no ano que vem, teremos o componente de melhora na tramitação entre as Secretarias de Finanças, de Planejamento e da Secretaria interessada.

Em relação às faixas de táxis, temos de fazer um estudo na legislação, para vermos se isso é possível, para ser pago por meio de um processo licitatório.

Quanto às operações urbanas, vou falar primeiro da Operação Urbana Consorciada Faria Lima: os recursos que estão indicados na proposta orçamentária são exatamente os que estão previstos para serem arrecadados neste ano. Portanto, não estão previstos recursos que já estão em conta, bem como os que também poderão vir a ser arrecadados com a aprovação dos novos CEPACs da Faria Lima, porque não seria lógico encaminharmos uma proposta orçamentária com uma receita sem embasamento legal.

Na operação urbana, como todos sabem, há estoques disponíveis de metros quadrados em que o empreendedor pode construir adicionalmente. Mas, para construir, ele precisa adquirir do mercado ou da Prefeitura um título chamado CEPAC.

Como essa operação urbana foi oriunda de uma antiga operação urbana Faria Lima, houve um pequeno descompasso na relação metros quadrados/CEPAC. Desde final de 2010, há estoque disponível em vários setores de metros quadrados, mas os títulos disponíveis se encerraram. O número de títulos é aprovado por lei. Então, remetemos a esta Casa, no começo do semestre, a proposta de emissão de 500 mil títulos adicionais, o que está sendo estudado, sem aumentar os estoques da operação urbana, ou seja, ela continua com a mesma estratégia: o que estoque residencial é residencial; o que é comercial é comercial.

Depois das discussões, esta Casa pode achar conveniente votar favorável à nossa proposta, assim, poderemos colocar no mercado mais 500 mil títulos CEPACs.

Os próximos trâmites, respondendo a pergunta do Vereador Milton Leite, serão a regulamentação junto à CVM. Esse é um título público. Então, a Comissão de Valores Mobiliários vai recepcionar o nosso estudo, o qual é, a princípio, muito simples, porque não há aumento de estoque. Só estamos colocando no mercado um instrumento para que o interessado adquira os metros quadrados.

Seria leviano se apresentasse uma data, mas tenho a certeza de que, ao longo do ano que vem, teremos condições de ver isso aprovado, encaminhado e daremos início ao processo de colocação dos títulos no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, uma estimativa básica para o ano que vem: desses 500 mil títulos quantos seriam comercializados, feita a regulamentação na CVM, no ano de 2012? Qual é a sua perspectiva? Em função dessa demanda reprimida, qual o número que o senhor tem em mente para 2012 da operação urbana Faria Lima?

O SR. PAULO FRANGE – Na mesma pergunta do Milton, temos 170 mil que foram vendidos, na faixa de 4 mil reais cada e não foram utilizados.

Essa oferta maior, no mercado, não baixará o valor?

O SR. SECRETÁRIO - As colocações foram extremamente importantes. O que estamos buscando é uma autorização desta Casa e, depois, da CVM, para colocarmos título no mercado. É claro que há uma estratégia. Podíamos colocar 500 mil títulos de uma só vez. Que vantagem teria isso? Vamos lembrar: o título é colocado; os recursos são arrecadados e são destinados para um fundo específico com obras pré-determinadas. Então, se vou arrecadar e essa obra ainda está no esboço, na análise inicial, não seria tão lógico fazer essa arrecadação de imediato. Por que arrecadar para o dinheiro ficar parado, sem a efetiva implantação imediata?

Então, a estratégia é fazer essa análise do mercado. Como o Vereador Paulo Frange disse, já existem títulos que foram adquiridos em algum momento e que o interessado ou comprou e não tinha ainda o terreno, ou comprou e já tem o dinheiro, mas ainda não apresentou seu projeto. Portanto, não protocolou na Secretaria da Habitação.

Não seria lógico pegar a autorização, colocar todos os títulos de uma vez. Então, temos de fazer uma análise do mercado, mas - mais que isso - uma análise do cronograma de implantação desses recursos. Como há uma previsão de passarmos um bilhão de reais para o Metrô e uma linha de Metrô que a Companhia Metropolitana está analisando ao longo da Faria Lima, aí o cronograma muda. Poderia se passar à medida que o Metrô tivesse os estudos avançados e tivesse um cronograma de implantação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, mas o Metrô da Faria Lima está em fase embrionária ainda. Não há estudo avançado que consuma esse recurso só por parte da Prefeitura. Não entendi, Secretário, com clareza. Estamos para aprovar esse projeto, nesta Casa. Há uma cobrança, dos Srs. Parlamentares, muito clara, em saber o cronograma.

Acho que ficou em aberto, por parte de V.Exa., só o que o senhor estima para o ano de 2012. V.Exa. está colocando, pedindo que a Casa autorize mais 500 mil títulos. Ótimo. Dos 500 mil títulos, V.Exa. tem estudo, tem um planejamento, obviamente, para esses 500 mil títulos, senão não haveria a solicitação de votação do projeto de lei que permita a colocação desses títulos. O cronograma do senhor prevê 2012, 2013, 2014 ou é 2012? E em que data teríamos? Meados de 2012? Em que trimestre? Gostaria de ter a clareza do andamento trimestral, em 2012. A partir de 2013 já fica difícil porque teria uma nova gestão.

Então, Secretário, por favor.

O SR. SECRETÁRIO – Só para esclarecer, darei o exemplo do convênio que fizemos com o Metrô em relação à Linha 17-Ouro, no âmbito da Operação Urbana Água Espreiada. Agora, o Metrô está ultimando o projeto executivo, iniciando as obras, mas já repassamos esse recurso há mais de um ano. Por que essa garantia? Para o Metrô é importante já ter o compromisso da Prefeitura finalizado, porque ele consegue levantar algum empréstimo para complementar isso ou fazer outras tratativas.

Então, avançamos estudos preliminares do Metrô ao longo da Faria Lima. A Prefeitura, com autorização, poderia colocar 30, 40% dos títulos em um primeiro momento e ir balizando. Balizando, repito, com as obras em andamento e, aí, basicamente com o Metrô, versus o que o mercado necessita. Porque o mercado, hoje, já tem 170 mil metros quadrados, milhares de Cepacs disponíveis ainda não utilizados. Então, essa análise com o mercado é fundamental porque não é lógico colocarmos mais 200 mil títulos, provavelmente se a demanda não for equiparada a isso, o preço cairá e não conseguiremos fazer o repasse, por exemplo, para o Metrô ou para alguma outra obra.

Só para finalizar. Em relação à questão colocada da Operação Urbana Água Branca, o Vereador Paulo Frange é um defensor, um entendido da situação. A Operação Urbana Água Branca é um dos locais mais privilegiados da Cidade; um local em que se têm fortes equipamentos municipais e estaduais; transporte público servindo Metrô e trem de forma muito integrada. Claro, é uma operação que foi desenhada no modelo antigo – de outorga onerosa.

Só para os senhores terem uma ideia, essas discussões já têm mais de cinco anos, mas creio que avançamos muito. Hoje, já temos estudos prontos. Havia a necessidade de um Estudo de Impacto Ambiental, e já está pronto. Havia estudos de impacto de demanda. Havia necessidade de estudos sobre a formatação de quais obras.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através do Secretário Miguel Bucalem, tem desenvolvido um estudo da operação urbana Água Branca, mais do que isso, um estudo ampliado da região da Lapa e Brás, que é o coração da Cidade, toda linha férrea que segmenta São Paulo em duas áreas. Já no primeiro trimestre do ano que vem teremos um avanço significativo. E algumas obras estão sendo licitadas neste momento, já estaremos iniciando obras na primeira quinzena de janeiro, uma delas importantíssima, do sistema de drenagem da operação urbana compondo dois córregos, o Água Preta e o Sumaré, que deságuam no Rio Tietê.

Então acho que é fundamental analisar que as operações urbanas têm recursos garantidos para obras específicas daquela região. É um instrumento urbanístico de muita valia e os resultados ao longo do tempo – Água Espreiada, Água Branca e Faria Lima – têm mostrado a importância desses instrumentos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, não consegui ter o cronograma claro de desembolso da Faria Lima, e quanto se pretende arrecadar em 2012. Dou-me por vencido, não

consegui entender quanto vamos arrecadar em 2012 e quanto vamos repassar para o Metrô, se é um bilhão ou mais, ou vamos utilizar o atual recurso da operação urbana, ou dependerá da entrada de novos recursos.

Então esta Casa continua em dúvida. Isso torna difícil a votação do projeto de lei, porque os Srs. Vereadores querem saber com clareza o que estão votando, e qual a entrada de receitas. Tenho certeza, a não reposta implica numa dificuldade enorme para saber qual é o efetivo cronograma de entrada de recursos para 2012.

Insisto, pela última vez, que o senhor dê uma resposta clara sobre a entrada de recurso com a emissão desses novos títulos da operação urbana Faria Lima, porque senão isso vai se transformar numa novela interminável.

Esclareço ainda que terminada a fase de perguntas, aqueles que ainda tiverem dúvidas, se dirijam à Comissão e façam suas perguntas por escrito, para que a Mesa repasse as perguntas.

Então, Sr. Secretário, tenho aqui o direito de repergunta, o senhor pode ler e responder ao interessado.

O SR. SECRETÁRIO – Complementando a observação sobre o CEPAC da Faria Lima, o que está previsto no projeto de lei são 500 mil títulos e se tomarmos como base o último valor - quatro mil reais - estamos falando num montante de 2 bilhões de reais.

É claro que colocar 500 mil títulos de uma vez para arrecadar dois bilhões, pode não se verificar, porque o mercado é uma questão de oferta e demanda e ele não absorve 500 mil títulos. Então dificilmente pagariam quatro mil reais. E mais do que isso, temos de olhar os estoques que, hoje, os que estão disponíveis da operação urbana são estoques quase que totalmente residenciais. Os estoques comerciais dos vários setores, hoje têm pouca dimensão. Para um empreendimento residencial, esse título a quatro mil reais pode dificultar a implantação desse empreendimento. Então o potencial máximo que entendemos é algo em torno de dois bilhões. Em um ou dois anos isso é provável, não colocaremos 500 mil títulos em uma, duas emissões ou num período curto, então temos de trabalhar com um levantamento de mercado e, mais do que isso, um levantamento do preço do título, para não queimar um título valioso da operação urbana Faria Lima.

Em relação à primeira questão feita pelo André Luz e pela Ação Cidadania, "vimos solicitar esclarecimentos sobre o que será feito com os resultados desta audiência. De que maneira será impactado no substitutivo? Por fim, de tudo o que analisamos, como serão encaminhados os pleitos e quais serão incorporados ao texto?"

É uma questão de ordem interna desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, a pergunta, no seu entender, seria mais para mim, mas é para V.Exa. O que V.Exa. permitirá que modifiquemos em relação à política salarial? Foi isso o que entendi. Não posso modificar o Orçamento sem que o Executivo diga incrementalmente mais ou menos. Eu li a pergunta rapidamente. Não posso modificar o salário, a Pasta, de maneira irresponsável. V.Exa. tem de dizer: aumenta ou não. Não sou eu quem faz a política salarial.

- Aplausos na galeria.

O SR. SECRETÁRIO - O gasto com pessoal indicado na proposta orçamentária é com todos os eventos aprovados nesta Casa e todos os eventos já comprometidos nas negociações salariais.

Claro, existem eventos que poderão ou não ocorrer. Por exemplo, há vários concursos em andamento. O número de concursados aprovados e nomeados poderá ocorrer ou não dependendo da tramitação do concurso. Então, o gasto com pessoal indicado é consistente – 9,8 bilhões de reais – com todas as previsões de gastos com pessoal para o ano de 2012.

Outra questão, da Sra. Irene, "quero esclarecer que o Sindsep se reuniu com o Governo por várias vezes durante as campanhas salariais. Todas as reuniões houve pouca ou nada de resolutividade. Mas continuamos a defender este espaço como direito dos trabalhadores. A não solução e atendimento das nossas reivindicações nos levaram à greve. As propostas do Governo foram unilaterais, não foram atendidas as propostas do Sindisep."

A Irene tem participado de várias reuniões conosco. A Irene e sua equipe estiveram conosco em mais de 25 reuniões ao longo deste ano, reuniões setoriais, com a Educação, com a Saúde. Essa frase: "nada de resolutividade", é uma frase um pouco pesada. O projeto da

Saúde está nesta Casa, as GDAs foram aprovadas, existe um compromisso – que vou reiterar – assinado, falado olho no olho, de quatro grandes itens de estudos: nível básico e médio, tivemos vários avanços internamente e vamos apresentar no início de janeiro; o item agente vistoristas; item engenheiros; e o item revisão da lei salarial.

Essa é uma campanha salarial com “c” maiúsculo e que as portas estiveram e estão abertas. A Irene teve a oportunidade de falar isso diretamente ao Sr. Prefeito. Estamos ainda com a agenda em dia para que na primeira semana ou primeira quinzena de janeiro possamos dar as primeiras devolutivas e no primeiro trimestre do ano que vem conseguir avançar nessas ações.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Antes de encerrar esta Pasta, há perguntas a serem processadas?

Informo aos Srs. e Sras. presentes: o Secretário Marcos Cintra, em 14 minutos, estará presente. Aqueles que, após o encerramento da audiência com o Sr. Secretário Rubens Chammas, desejarem formular questões ao Secretário Marcos Cintra, deverão permanecer no recinto.

Há mais uma pergunta e encerraremos a audiência da Pasta de Planejamento. A audiência pública prosseguirá com o Secretário Marcos Cintra para que possamos concluir a oitiva.

Complementando a resposta, a relatoria do Orçamento, principalmente na parte de pessoal, não pode mexer quando há uma interlocução clara entre os sindicatos e o Secretário de Planejamento. Não há essa interlocução e nem foi proposta à relatoria nada por escrito e fundamentada para que o relator do Orçamento pudesse alterar a proposta nessa direção. Nenhuma proposta, por escrito, foi encaminhada, a não ser a dos engenheiros – que estamos considerando e o Secretário respondeu que está pautada para ser considerada.

Não há nenhuma proposta de nenhum dos sindicatos encaminhados ao Sr. Relator, nenhuma foi encaminhada e até entendo as razões. Como foi dito ao Sr. Secretário, mantiveram mais de 20 reuniões, inclusive, com as categorias, então, cabe a ele encaminhar à Peça Orçamentária e ele sim modificar.

Seria irresponsável de minha parte me intrometer, colocar isso ou aquilo para aquele ou aquela parte do funcionalismo, que pertence aos reajustes. Seria uma intromissão da parte bilateral dos funcionários com a pasta de Planejamento que se faça isso. A pergunta foi direcionada a mim e ao Secretário. O diálogo está sendo mantido com ele. Eu não posso colocar uma proposta no Orçamento, até poderia, mas não seria responsável, a irresponsabilidade não passará por mim de maneira alguma.

A parte de pessoal está sendo tratada de maneira clara, com os sindicatos, com o Secretário de Planejamento e até com o Sr. Prefeito, então, entendo que quando o Sr. encaminhar ou assim tenho feito, por meio de projetos de lei que esta Casa tem votado as propostas que o Governo tem encaminhado de majoração dos diversos setores, aqui nesta Casa. Respeitosamente, não estamos alterando essa proposta pelas razões por mim colocadas, então, Secretário há uma última questão por escrito.

O SR. SECRETÁRIO – Esta última questão, quero deixar claro que em nenhum momento disse que os problemas estão resolvidos. Quero fazer um parêntese bem rápido sobre as ações da cultura. As ações da cultura tenho certeza de que são muito emblemáticas nesta gestão. Houve reforma de todos os equipamentos culturais, reformamos o Theatro Municipal, todos os teatros de bairro ou em reforma, ou em processo licitatório, reformas de todas as bibliotecas, as casas de cultura e os espaços históricos aqui no Centro.

Temos de lembrar que o Orçamento deve ser visto transversalmente. Na Secretaria de Cultura temos recursos para cultura, sim, além disso, os recursos do Fundurb só neste ano foram mais de 50 milhões para um dos empreendimentos mais importantes hoje na área cultural que é a Praça das Artes.

Além disso, temos recursos da Cultura extremamente expressivos no contrato de empréstimo com o BID. A reforma da biblioteca Mário de Andrade, a reforma do Theatro Municipal, fachada e palco, a reforma das casas históricas, Solar da Marquesa e Casa Nº 1, inauguradas recentemente foram feitas com recursos do BID.

Ainda há recursos do BID que estão sendo executados para reforma do anexo da biblioteca Mário de Andrade na Rua Bráulio Gomes. Ou seja, se isto tudo faz parte de um grande programa e se a fonte de recursos, por isso que disse que é muito importante olhar o Orçamento e saber quem pode pagar, se a fonte de recursos do BID, que é uma fonte de

empréstimos, nós vamos devolver este dinheiro, não é um dinheiro a custo perdido. Se esse dinheiro do BID não tivesse existido, teríamos de comprometer Orçamento para fazer esses equipamentos.

Então, os recursos do BID, do Fundurb, junto com os recursos da Secretaria, fazem com que a Secretaria tenha algo em torno de 350 milhões, além da fonte do Tesouro, para que possa ter a sua dimensão. Falar em Orçamento integral é claro que temos de comparar o Orçamento proposto para o ano que vem com o Orçamento que vai ser executado este ano, que não é necessariamente o Orçamento disponível.

A gente sabe que algumas licitações e projetos, no final do ano, não conseguimos fazer as medições, então temos de fazer. Me comprometo a depois ter essa análise, fechado o ano de 2011, e ver a análise com o Orçamento de 2012, versos o ano de 2011 fechado. Não o ano de 2011 com o Orçamento disponível.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, agradeço a sua presença e encerrar a audiência pública da pasta de Planejamento, permanecendo em aberto, e neste momento será suspensão até às 13h00 para que o Secretário Marcos Cintra chegue a esta Casa e possamos prosseguir com a conclusão dos trabalhos da audiência pública da Peça Orçamentária de 2012.

Qual a questão de ordem, Vereador Claudio Prado?

O SR. CLAUDIO PRADO – Ouvi manifestações quanto ao investimento da Prefeitura na periferia, na área da Cultura. Temos feito gestões junto à Secretaria, pela nossa insistência, tivemos na Vila Brasilândia a construção da Casa da Cultura; a ampliação da Casa da Cultura da Freguesia do Ó, com o anfiteatro para 115 lugares e a implantação da Casa de Cultura de Pirituba, que está sendo reformada junto com a biblioteca local.

Então, continuar insistindo para que a periferia seja prestigiada também com equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Sr. Secretário está suspensa a sessão até às 13h.

Pausa.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença do Sr. Secretário Marcos Cintra, em cumprimento à convocação da Comissão de Finanças. O Secretário teve uma dificuldade de comparecer na parte da manhã, mas, enfim, já está aqui para responder a todas as questões formuladas.

Nesta audiência pública, vamos tratar também da gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, para a qual já há uma série de questionamentos. Eu gostaria que o Secretário falasse não tanto da gestão e sim do desenvolvimento, que pesa muito para a Cidade. Tem a palavra V.Exa. Secretário, boa tarde e obrigado por ter vindo.

O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Cumprimento o Sr. Presidente, Vereador Milton Leite, em nome de quem cumprimento os nobres Vereadores Paulo Frange, Gilson Barreto e os demais presentes. Quero começar a minha participação nesta audiência pública me desculpendo perante o Presidente por não estar estado presente na sessão da manhã, porque julguei que o convite fosse mais protocolar, uma vez que o assunto tratado seria o fechamento do Orçamento geral da Prefeitura, coisa que, evidentemente, com a diminuta dimensão do orçamento da minha Secretaria, julguei que não fosse ser de extrema relevância.

De fato, a Secretaria tem hoje suas funções orientadas para a questão do Trabalho, para a questão do encaminhamento, da intermediação de mão de obra e capacitação de mão de obra, assunto esse que o próprio Presidente já pediu que não fosse discutido, a não ser que um dos senhores tivessem alguma questão específica. Então, vamos falar brevemente sobre a área de desenvolvimento econômico, que, de fato, ainda que o Orçamento da Secretaria na questão relativa ao desenvolvimento econômico seja muito pequeno, acredito que as funções que no momento estamos desempenhando são muito relevantes.

A Secretaria tem como meta orientar, encaminhar e acompanhar o desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. Curiosamente, uma cidade como São Paulo, que é locomotiva do País, nunca teve uma secretaria orientada especificamente para essa função. Como propiciar, estimular e atrair investimentos para a nossa Cidade? Como fazer para que investidores que hoje procuram intensamente o Brasil, com o advento da crise econômica mundial, sejam

recebidos de forma a fazer com que esses investimentos sejam concretizados na nossa cidade?

Nós nunca tivemos isso, e o Prefeito Gilberto Kassab nos deu essa missão. Nessa função, foi criada também uma empresa chamada SPP – São Paulo Parcerias, que tem como função primordial a de ser um braço técnico do Conselho Gestor das PPP's na nossa cidade.

Como é sabido, hoje, os grandes investimentos, tanto em nível municipal como estadual e federal, e, na realidade, internacionalmente, são sempre efetuados de forma conjunta entre a iniciativa privada e o Poder Público. Apesar da nossa elevadíssima carga tributária que se aproxima de 40% do PIB, as demandas em termos de investimentos públicos ainda são muito intensas, de forma praticamente a exaurir o Orçamento público no sentido de inviabilizar investimentos de monta. Daí a necessidade de parcerias com o setor privado.

A SPP tem este papel: articular, estruturar e fazer a modelagem de empreendimentos parceiros entre setor público e setor privado. E aí imagino que o Vereador Milton Leite possa ter maior interesse na nossa Secretaria.

Estamos no momento desenvolvendo junto à SPP – São Paulo Parceria alguns projetos importantes. O primeiro deles é a PPP da Saúde, que é um projeto importante para a Cidade cuja estruturação financeira esta sendo feita por solicitação do órgão gestor, do Conselho Gestor da Prefeitura pela SPP.

Alguns outros projetos também estão sendo desenvolvidos e estou à disposição para poder esclarecer qualquer dúvida que o Relator do orçamento eventualmente tenha com relação, por exemplo, a um projeto de Pirituba. É um projeto também de extrema importância e que tem a sua significação vinculada não apenas à Copa de 2014, uma vez que se pretende fazer com que o Congresso da Fifa, evento que reúne mais de cinco mil dirigentes do futebol do mundo inteiro com antecedência de 30 dias ao primeiro jogo da Copa, a nossa intenção é que esse Congresso da Fifa seja realizado no Parque de Pirituba.

Além disso, esse Parque de Pirituba terá duas outras funções, primeiro, a de expandir o nosso parque de exposições e convenções hoje muito restrito e mal servido a partir do Anhembi que é um equipamento que já tem mais de 30 anos e está tecnologicamente defasado, mas também servir de sede para a exposição mundial de 2020 que a cidade de São Paulo está pleiteando. Agora, recentemente, o Prefeito acabou de formalizar essa candidatura juntamente com o Governo Federal; na realidade, é o Governo Federal que pleiteia para a cidade de São Paulo. A carta de candidatura nossa foi assinada pela Presidente Dilma, mas ela seria realizada aqui em São Paulo. Esse é um outro projeto importante, o Projeto de Pirituba que a SPP diretamente e indiretamente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Trabalho está também desempenhando.

Além disso, temos outros projetos importantes. Um dos projetos tem sido alvo de debate muito intenso, inclusive nesta Casa, que é o circuito de compras do Pátio do Pari, da chamada Feirinha da Madrugada, projeto cuja estruturação financeira também está sob nossa responsabilidade.

No momento, estamos em fase final de transferência da área do Governo Federal da posse e do domínio da área para a Prefeitura e a partir daí estaremos estruturando uma concessão que vai permitir a requalificação urbana de toda aquela região, a construção de um grande *shopping* popular que centralizaria as atividades comerciais para mais de 4.000 comerciantes que hoje estão dispersos na região e internamente à Feirinha, mas também nas ruas. Ao mesmo tempo irá fornecer toda uma logística de prestação de serviços e de transportes que vai dar sustentação ao chamado comércio popular abrangendo a região do Brás, a região da 25 de Março, do Bom Retiro e da Santa Ifigênia. É um comércio extremamente importante para São Paulo, movimenta centenas de milhares de compradores não só do Brasil como até de outros países e dá margem e sustentação a uma atividade manufatureira de média e pequena escala muito importante para o emprego na cidade de São Paulo.

Outro projeto importante que a SPP também está estruturando é o Terminal Logístico Fernão Dias, terminal esse que foi inaugurado também há mais de 30 anos pela Prefeitura parcialmente. A segunda fase não foi executada, não foi concretizada e se acha no momento em fase de finalização do licenciamento ambiental. A partir daí, estaremos criando naquela região onde hoje está o Terminal Fernão Dias o maior e mais moderno terminal logístico da América do Sul, senão um dos mais modernos do mundo. É um terminal que na realidade será

mais do que meramente um conjunto de galpões. Será um verdadeiro supermercado de serviços logísticos e serviços de transporte na região da Fernão Dias, que é no entroncamento de um dos mais importantes da Cidade e provavelmente um dos últimos investimentos que a Cidade ainda poderá fazer numa região razoavelmente central como é aquela. Imagino que daqui para frente terminais logísticos como esse deverão ser feitos mais na periferia da Cidade para não implicar em grandes deslocamentos de carga com implicações no transporte e no trânsito.

Estamos também desenvolvendo alguns outros projetos que, certamente, com a colaboração da Câmara Municipal de São Paulo, serão muito importantes para a Cidade.

E destaco aqui a construção do estádio do Corinthians, que servirá de abertura para a Copa de 2014; enfatizando que não se trata apenas de um estádio, mas sim de um componente muito importante para um projeto de desenvolvimento econômico, também a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é o polo de desenvolvimento da zona Leste da cidade de São Paulo.

É um dos projetos que mais nos empolgam, um projeto antigo, que tem mais de 20 anos de estudos, pesquisas, investimentos, feitos na região da zona Leste. E o estádio em si é apenas um dos elementos.

Os demais elementos desse projeto de desenvolvimento são: o edital, que será em breve publicado para atrair investimentos privados em outras atividades, como indústria, comércio e prestação de serviços para aquela região; a construção do polo institucional de Itaquera, onde serão instalados um novo Senai e a Fatec, que já está sendo construída e que será a maior Fatec do Estado; a sede do parque tecnológico de São Paulo – Leste. Enfim, todo esse arco de atividades compõe um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento da zona Leste.

Uma das prioridades que o Sr. Prefeito nos solicitou, inclusive até já mencionei ao nobre Vereador Milton Leite, foi a elaboração de projetos de desenvolvimento para a zona Sul da cidade de São Paulo: com outras características, outro potencial, outra vocação, para que haja um novo polo de desenvolvimento da nossa Cidade, utilizando os equipamentos já instalados na região, do autódromo, que faz parte de todo um projeto de requalificação urbana, e também os próprios mananciais como um atrativo turístico. Sem falar da parte de produção, que poderia também ser aprimorada na zona Sul, que já é uma região com grande concentração de atividade industrial, comercial e de prestação de serviço.

Isso também poderia se coadunar com a região de Parelheiros, uma das regiões menos desenvolvidas da cidade de São Paulo, porém, que tem um potencial de turismo ecológico, pois, normalmente, o turista chega a São Paulo e imagina São Paulo como uma selva de pedras. No entanto, naquela região, existem matas, rios, aldeias indígenas, uma vegetação exuberante, e até a vista do mar na região de Engenheiro Marsilac.

Todas essas atividades poderão ser transformadas num enorme potencial de atração de investimentos na prestação de serviços para a nossa cidade. Esse é o nosso projeto que está sendo iniciado. Temos grande expectativa de que poderá ser um marco importante para a cidade de São Paulo.

Portanto, nobre Vereador, são essas algumas das atividades mais importantes que estamos executando na área de desenvolvimento econômico.

A nossa preocupação não é apenas com esses grandes projetos, essas parcerias, essas PPPs, mas também de potencializar o desenvolvimento econômico nas várias regiões da Cidade.

Estamos dividindo a Cidade em cinco regiões: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste; e, a partir daí, criando núcleos de desenvolvimento, com a participação das principais entidades de lideranças patronais, trabalhistas e empresariais, para podermos identificar quais são os problemas no desenvolvimento de atividades produtivas nessas regiões.

Dessa forma, verificar e identificar as vocações e os potenciais que essas regiões têm para, a partir daí, juntamente com a equipe da Secretaria poder atrair investimentos privados para as regiões, aproveitando ao máximo o potencial.

De modo que era isso que imagino poderia compor o núcleo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, é uma secretaria muito jovem, a atividade dentro da é recente, ela existe há um ano e meio, mas com cabedal de atividades, de projetos bastante significativo e importante para a cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, o senhor não tocou na PPP da Saúde, mas deixo para o Vereador Paulo Frange fazer as perguntas a respeito. Vou começar pelo Piritubão. É um nome que me agrada muito, cada vez que o senhor fala do Corinthians, eu acho essencial a ação nessa região da cidade, o Timão realmente merece não porque eu seja corintiano, não tem nada a ver uma coisa com a outra, pode ficar tranquilo. (Risos) Acho que é uma atividade muito importante para a cidade.

Quanto à proposta do Piritubão, eu quero falar sobre a alteração no zoneamento. Ela causa impacto ambiental na região muito significativo. Pessoalmente, tenho dificuldade – e aproveito para dizer nesta Casa publicamente – de votar quanto mexemos em área de preservação. Se não tiver alternativa, melhor seria não mexer na área, tudo bem. Mas eu não vejo porque o senhor mencionou por que não melhorar o Anhembi, desenvolver mais o Anhembi. Quando se fala em estudo no Anhembi estamos falando de estudo ambiental. No Anhembi temos duas avenidas, uma delas é a Olavo Fontoura. O senhor poderia enterrar as avenidas com túneis, ganharia na superfície e seria um terreno de fora a fora. Os estacionamentos poderiam ser verticalizados, o senhor teria com o investimento feito o setor do estacionamento, considerando que seriam derrubadas poucas árvores. Essa é uma sugestão técnica, um debate técnico de desenvolvimento com V.Exa. O senhor é Vereador, é um homem que vai permanecer a discutir os problemas da cidade. Não sei se foi considerado um túnel debaixo da Olavo Fontoura e teríamos toda a superfície. A recuperação do terreno que nós temos em discussão com o Campo de Marte. Aquela avenida de fora a fora são três quilômetros. Seria um túnel simples ou entrincheirava as áreas necessárias, verticalizaria o estacionamento ou converteria o subsolo em estacionamento, até utilizando a parceria. O senhor fala muito em parceria, então o estacionamento do Anhembi poderia ter parceria para ser tratado como subsolo investimento, enterrando como as garagens subterrâneas aqui. Poderíamos fazer isso no Anhembi, sem problema. Não há problema nessa construção. Teríamos um platô livre e sem despesa para o Município de São Paulo, com a receita do estacionamento que se autopagaria. O senhor teria toda essa área livre sem impacto.

O senhor fala que o Piritubão está para ser feito, mas acho que a região de Pirituba precisa de desenvolvimento, não tenho dúvida. Mas uso as palavras do senhor, a região do Anhembi está subaproveitada, é uma monstruosa, grande. Não podemos olhar só para cima, podemos olhar para baixo do nível do terreno, ainda que haja lençol freático, é permitido. Claramente, podemos rebaixar o lençol freático sem impacto, sem problema. Tudo que será feito lá não causaria impacto ambiental e sem tanto custo à municipalidade. Hoje, até agora, não temos com clareza quanto ao custo só do terreno para o Município. Eu não tenho isso claro. Então, a minha pergunta, a primeira pergunta é para o senhor que está cuidando da pasta, da parceria. Não entendemos, em nível de Executivo, por que veio desapropriação na pasta do Bucalem. Ela é uma secretaria (Ininteligível) preocupado com esta Câmara, que não vai fazer, mas faz fez: removeu o recurso, na íntegra, a rubrica, para a pasta do senhor. Os 90 milhões já foram removidos; já foram transferidos para a pasta do Trabalho. É uma desapropriação.

Se a Câmara aprovar, eu tenho muita dificuldade no voto pelas razão que estou expondo, Vereador Paulo Frange. Porque vejo um aproveitamento no Anhembi com menor custo, com o menor impacto em todos os sentidos nas áreas disponíveis que temos. Então até avenida: fazer um subterrâneo na avenida. Ao custo que eu vou pagar por aquele terreno naquela região, e ainda mexer em Zepam. Aliás, tenho dificuldade extrema em mexer em Zepam – e vamos mexer em parte dela, verticalizar. Ainda que sejam respeitados todos os (Ininteligível). O que não podemos largar é um equipamento como esse do Anhembi parado. É um ativo enorme. É um polo enorme, conhecido. E o senhor é um homem que conhece desenvolvimento até melhor que nós.

Então eu gostaria de saber se o senhor, em algum momento, fez estudo nessa perspectiva: embutir um túnel debaixo da Lopes Fontoura (?), garagens subterrâneas e verticalizar toda aquela região.

Qual o custo do terreno do Piritubão estimado pelo senhor?

Quais foram as empresas que manifestaram interesse formal pelo Piritubão? Quem se habilitou, *a priori*, a elaborar estudos e projetos ao Piritubão? Porque eu não sei quantas e quais, se em conjunto ou em separado, se habilitaram formalmente. Eu não vou dizer que li o Diário Oficial. Eu acho que deveria ser publicado. Ou se está internamente essa manifestação

da habilitação das empresas com relação ao Piritubão. Muito se diz que “a”, “b” ou “c”. Mas aqui, formalmente, faço ao senhor essa pergunta: quais as empresas que se habilitaram? Também a mesma pergunta para todos os projetos que o senhor está desenvolvendo.

O senhor falou no Centro de Compras no Pari, na Feirinha da Madrugada.

O senhor está fazendo uma transição de terreno da União para o Município? O senhor deve ter empresas habilitadas que propuseram o projeto. O senhor disse que vai fazer uma parceria. Quem é que fez? Quais são as empresas que manifestaram interesse na elaboração do projeto para a Feirinha da Madrugada? Quem está efetivamente interessado nesse projeto? E se já existe algum estudo preliminar de parte dessas empresas, que o senhor o remeta a esta Casa, para que a Câmara, antes que vote ou autorize essas modificações, saiba aquilo em que está mexendo e a respectiva monta.

Da Fernão Dias – quais os estudos conclusivos que o senhor tem em nível de parceria?

Por exemplo, monotrilho da zona Sul da Cidade: quais as empresas que manifestaram interesse, qual o anteprojeto que propuseram a fazer em nível de PPP com a cidade de São Paulo, e quais os custos estimados para cada um desses projetos?

Secretário, também a mesma coisa para a zona Leste, para o seu entorno: quanto vai custar ao Município? Aquilo que custará ao Tesouro – ou seja, Fonte 00 – ou às parcerias que o senhor pretende buscar. Quais são as fontes dos recursos e quais os prazos dessas obras?

Desses projetos todos mencionados pelo senhor, quais os projetos que o senhor vai entregar conclusos no seu governo? Ou seja, no Governo do Prefeito Gilberto Kassab. Nós vamos iniciar e vamos concluir uma fase dele. O senhor mencionou que esta pasta é nova, mas tem diversos projetos. É uma preocupação desta Casa a questão da produtividade. Aqui na Câmara Municipal se cobra muito a produtividade, enfim, aquilo que o secretário efetivamente inicia e conclui na sua gestão. É preciso que haja um planejamento estratégico conclusivo das matérias de que se trata.

Eu cobrei muito claramente do Secretário – e me disseram que eu fui duro com ele, com o Secretário Bucalem, mas a cobrança é o que o senhor vai iniciar e o que vai entregar na gestão, com muita clareza.

Pediria que o senhor desse, na inicial, as respostas para que possamos prosseguir nesse debate. Todas essas perguntas estão sintetizadas, de bastidores, junto com os Srs. Vereadores.

Registre-se a presença do Vereador Adilson Amadeu, que já manifestou interesse de formular suas questões ao senhor.

Lembro ao senhor, Secretário, que é possível outros Vereadores voltarem, agora, após o almoço, para formularem mais algumas questões.

Em primeiro lugar, agradeço a resposta à minha questão e, em seguida, ao Vereador Paulo Frange que já se inscreveu e tem, principalmente, esclarecimentos na área hospitalar.

O SR. MARCOS CINTRA - Foram várias perguntas formuladas pelo Vereador Milton Leite e tentarei abordá-las da melhor maneira possível.

Por favor, Vereador, em qualquer momento que considerar necessário, pode interromper para que eu possa esclarecer.

Começamos com Pirituba e Anhembi. Sua pergunta é se foi analisada a possibilidade de se investir no próprio Anhembi, no recinto do Anhembi, ao invés de se mudar ou construir-se uma nova estrutura em Pirituba. Malgrado, ou em que pese os interesses que a região tem de receber um grande investimento como mecanismo de desenvolvimento econômico naquela região, fica realmente a pergunta: não seria mais econômico, mais viável, fazer-se uma espécie de *retrofit* de toda aquela região do Anhembi, mormente quando se imagina a possibilidade de incorporação à área do Anhembi de toda aquela região da força aérea, do Campo de Marte, que, de acordo com todas as decisões judiciais que temos tido conhecimento, deverão, de fato, ser transferidas para a Cidade de São Paulo.

Diria o seguinte: primeiro, antes da minha chegada à essa gestão, e mesmo antes dessa gestão, estudos referentes ao aprimoramento, ao melhoramento, à expansão do Anhembi vêm sendo feitos. Esses estudos indicam algumas dificuldades, mas também algumas vantagens nessa região.

A primeira vantagem é essa de que é uma região já existente, já tem uma certa tradição nas atividades de exposição e convenções, alguns investimentos já feitos, mas ela conta também

com vários e enormes inconvenientes. Em primeiro lugar, a região do Anhembi, não tenho exatamente a certeza, mas tenho a impressão dela ter uma área total de algo próximo a 200 ou 220 mil metros. Se incorporarmos a região do Campo de Marte, isto será significativamente ampliado, mas é uma decisão que poderá demorar ainda, malgrado algumas decisões importantes já tomadas há muitos anos, quem sabe até, há décadas.

O que está sendo negociado, o que já existe, - informações essas que quem sabe com muito mais propriedade deveriam ser feitas ao Secretário Rubens Chammas, a ele que está subordinada a Secretaria responsável pelo patrimônio mobiliário da Cidade de São Paulo, não sou eu, mas ele quem gere todos os terrenos e patrimônios -, mas, segundo essas informações, apesar de haver o reconhecimento de que aquela área, de fato, pertence à Prefeitura, existe uma ocupação que vem de décadas e precisa se considerar como se realocar vários investimentos significativos para o Município, para o País e para outras regiões e quem paga por eles.

Em primeiro lugar, o próprio campo. Existe - sei por parte do Estado de São Paulo, recentemente até o Vice-Governador Guilherme Afif Domingos divulgou algo sobre isso - a intenção de construção de um aeroporto executivo e de um heliporto na Cidade de São Paulo, e o Campo de Marte é considerado como uma dessas alternativas.

Em segundo lugar, lá tem uma pista que hoje tem uma grande utilização e nós não poderíamos, simplesmente, fechá-la sem alguma alternativa a esses usos.

Além disso, existe lá um hospital militar e várias residências de militares que moram naquela região, mais um número enorme de equipamentos, prédios e depósitos...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Secretário, permita-me só um aparte. No Piritubão, qual é a estimativa de área construída que há para receber o evento? Sendo objetivo: em Pirituba, serão construídos quantos metros quadrados que permitirão recebermos a Expo-2020?

O SR. MARCOS CINTRA - O Anhembi tem hoje 70 mil metros de área à disposição mais um centro de convenções para 1,5 mil pessoas, se não me engano. Algo próximo a isso. O objetivo de Pirituba é um centro de exposições com 450 mil metros quadrados, ou seja, 7 vezes a área do Anhembi, na sua terceira fase. A primeira fase - essa que deverá estar pronta já para 2014 prevê a construção de um galpão de 160 mil metros quadrados de área de exposição, chegando até a 450 mil metros. Será um dos maiores centros de exposições do mundo.

Além disso,...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) - Só um esclarecimento. Se estimarmos a área só do estacionamento que atualmente existe no Anhembi e a verticalizarmos em duas, três, quatro, cinco, lajes, não há necessidade do centro de exposições, uma vez que ninguém consegue visualizar tudo ao mesmo tempo. Isso pode ser feito em lajes e com garagens subterrâneas. Resolveria o nosso problema, Secretário. Nessa área, teríamos muito mais impacto. Além da área dos 70 mil existentes, temos uma área em que poderíamos fazer, como o senhor diz, um retrofit, um novo planejamento; fariamos garagens subterrâneas e verticalizaríamos cinco, seis lajes - da ordem de 70 mil quadrados -, o que resolveria o problema. O senhor está dizendo 160 mil metros quadrados: isso seria duas vezes o piso que nós teríamos no Anhembi hoje, ou deslocado para o estacionamento, que comportaria essa mesma demanda, sem prejuízo da atual área existente.

São essas as dúvidas que permanecem na nossa mente. Será que há necessidade de se fazer a obra lá? Ou pode ser feita aqui? Isso é o que o senhor precisa esclarecer. Nós vamos votar o Piritubão com diversas dúvidas em relação a uma alternativa. A alternativa que estamos propondo é recuperar. Teríamos a área da avenida totalmente liberada. Com os recursos que o senhor está mencionando, com um túnel de 2 quilômetros não se gastariam, tranquilamente, 800 milhões. Ou seja, o senhor teria toda a avenida liberada, estruturada para se trabalhar sobre ela. A Olavo Fontoura permaneceria subterrânea, e o senhor teria tudo em cima ou para estacionamento, ou

se deslocaria o estacionamento e se verticalizaria o atual estacionamento. Seria uma mera realocação de áreas e seu reaproveitamento.

Então, não estou vendo, *a priori*, essa demanda que justificaria a obra ser lá. Daí a pergunta: o senhor mencionou, na inicial, 160 mil metros quadrados. Tranquilamente, o Anhembi comporta, não precisa ser em uma laje. E duvido que no próprio Piritubão seja num só piso.

O SR. MARCOS CINTRA – É um piso só.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Um platô único? Há dificuldade de ser feito em dois, três, quatro?

O SR. MARCOS CINTRA – Pode-se fazer até dois. Veja... Esse trabalho, Vereador, está sendo feito por uma empresa internacional, alemã, que está trazendo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a empresa, Secretário?

O SR. MARCOS CINTRA – Eu nem sei o nome dela. É a empresa que vai...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – (ininteligível) pela Prefeitura para fazer estudo?

O SR. MARCOS CINTRA – Não, não, não. O estudo é da PMI. A empresa que foi cadastrada e autorizada para efetuar os estudos é que contrata... Quem sabe eu deva lhe explicar, já que foi uma pergunta que vale para todas as outras, como é que são feitas as contratações. Mas, antes de entrar nessa questão, Vereador, quero dizer o seguinte: o que está sendo feito ali é um equipamento muito moderno, que vai chegar a 450 mil metros de área de exposições para a cidade de São Paulo. Além disso, para exposição de 2020, o organizador exige mais 1 milhão de metros para que os países possam construir os seus pavilhões, a serem colocados à disposição dos países do mundo que queiram participar da exposição, a construção de seus respectivos equipamentos, coisa que aí já não caberia, provavelmente, no Anhembi.

Além disso, um dos inconvenientes do Anhembi é que a obra seria um polo gerador de tráfego muito mais intenso do que já. Em termos de acessibilidade, a região de Pirituba foi considerada mais adequada, uma vez que ela está muito próxima do Rodoanel e de duas das maiores rodovias –Anhanguera e, diretamente, a Bandeirantes.

Lá existe uma estação de CPTM, e uma estação de Metrô que está sendo chamada, exatamente para aquele recinto. Pirituba tem algumas mensagens, essas que mencionei de disponibilidade de áreas. Algumas desvantagens, sem dúvida alguma. Uma delas é essa. A questão ambiental. Ainda hoje o Secretário Miguel Bucalém me ligou, solicitando informações com relação a porcentagem da área que será mantida permeável. Quanto será a taxa de impermeabilidade, devo estar informando, pedi ainda hoje aos engenheiros que me dessem esses dados para informar esse número. Mas a nossa sensação é de que não é só a área disposição. Além dessa área, vamos supor, nessa primeira fase de 160 mil metros, haverá necessidade também de pelo menos em uma área equivalente que são as áreas de depósito, de estacionamentos de ônibus, estacionamentos de automóveis, áreas funcionais para abrigar todo o equipamento que será demonstrado, porque? O que acontece hoje no Anhembi e essa é uma das razões pelas quais o Anhembi tem uma baixa taxa de utilização é que se uma exposição demora quinze dias de vida, ela demora outros quinze dias para ser montado e desmontado. O potencial de uso de uso do Anhembi é minimizado em função dessa necessidade de você não usar o equipamento enquanto você faz a montagem e desmontagem das disposições. Daí à necessidade de áreas de serviço ao lado das áreas de exposição necessidade de áreas de serviço ao lado das áreas de exposição propriamente ditas, além desses 160 mil metros para você minimizar o tempo necessário para montagem e desmontagem com isso ter maior rentabilidade. Essas considerações foram feitas. O que eu diria para o senhor é o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então foi feito um estudo em cima da área existente deslocando, considerando a possibilidade do aproveitamento da Av. Olavo Fontoura, como alternativa e agregando a ela a área do Anhembi existente, com eventuais desapropriações que pudessem compensar esse impacto que teríamos na região...Isso foi feito. Há um básico existente.

O SR. MARCOS CINTRA – Existe esse estudo. Não foi feito por mim. Foi feito anteriormente a minha chegada ao Governo, foi feito pelo próprio SPTuris. Inclusive isso foi feito junto com aquele grupo da feira Milano, e eles estiveram aqui no Brasil, fui informado alguns anos atrás se interessaram, eventualmente, fazer uma parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo e estudaram a ampliação daquele espaço, mas sem qualquer previsão de construção de um equipamento que possamos dizer que será adequado a Cidade de São Paulo para daqui há dez anos. Seria um equipamento que poderia ser adequado, quem sabe para agora e para daqui cinco e no máximo dez anos, pensando em 20, 30, 40 anos não seria o equipamento adequado aqui no Anhembi, daí a razão pela busca de uma coisa maior, principalmente, em função da expansão de 2020. Claramente, se optássemos pelo Anhembi, o projeto da exposição 2020 teria de ser descartado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O senhor é economista, apenas para concluir, essa fase que o senhor não respondeu, as empresas que foram habilitadas a priori o a Anhembi, do procedimento, da lei de concessões conheço bem, quero que o senhor externar, publicamente para os vereadores tomarem ciência do cumprimento da legislação que permite a habilitação. Quando se trata de parcerias que elas têm de se habilitar e manifestar o interesse com relação a isso. O estudo técnico de viabilidade econômica financeira, com relação ao retorno para Piritubão, isso foi feito, está elaborado. Quando vai fazer um investimento, a cidade pretende fazer algo desta monta, é preciso que ele faça o estudo e a viabilidade econômica, quanto tempo isso vai pagar se isso vai impactar ao longo do período que o senhor está falando o retorno que nos trás, o colocado na balança, de um lado impacto ambiental, impacto econômico financeiro, o retorno que isso trará e qual o resultante pelos próximos 30, a 40 anos, para termos o resultado em cima desse Piritubão. É algo um pouco mais, de longo prazo. Se não, não é possível fazermos investimento agora. Saindo desapropriando aqui com essa pressa sem ter esses estudos de que falo, claramente.

A viabilidade econômica primeiro; o ambiental como um todo e a alternativa do Anhembi aqui proposta com clareza.

Concedo aparte ao Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Secretário, estava ouvindo V.Exa. atentamente. A respeito do Piritubão: o senhor colocou 1 milhão de metros quadrados para a construção dos pavilhões. Em torno de 450 mil metros quadrados para a área de exposição. Deve ter alguma coisa de estacionamento e tudo o mais.

Hoje, segundo o Plano Diretor do Município de São Paulo, naquela área, sem usar as áreas ZEPAM e ZEIS, temos a possibilidade de construção de 2,3 milhões de metros quadrados. Isso é possível, devido ao coeficiente existente hoje.

Os números que o senhor apresentou até agora em resultam 1.450.000 metros quadrados. No entanto, o projeto de lei encaminhado a esta Casa, com a mudança do coeficiente das áreas ZEPAM, alteraria a possibilidade de construção para 3,8 milhões de metros quadrados. Quer dizer, parece-me um número enorme.

Toda vez em que perguntamos ao Secretário Miguel Bucalem, que esteve nesta Casa, ou, inclusive, no pedido de informações para o Executivo, nos dizem que não existe um plano de massas, um plano de ocupação da área, que seria fundamental para sabermos, inclusive – essa a pergunta que fiz ao Secretário, a qual ele encaminhou para a vossa Secretaria –, qual a taxa de impermeabilidade da área. Se não há um plano de massa, não tem como saber a taxa de impermeabilidade e, se tem um plano de massa, que não é enviado a esta Casa, não temos flexibilidade para trabalharmos alternativas de preservação da área de proteção ambiental.

Então, a pergunta é: tem ou não tem um plano de ocupação da área, um plano de massa? Não digo um projeto, mas quero saber exatamente: nesse território, ocuparemos tantos metros quadrados, portanto, precisamos avançar, nas ZEPAMs, se é só melhoramento ou não é.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Chico, fiz essa pergunta pelo seguinte: qual o planejamento básico para implantação da área. Essa é a pergunta.

O SR. CHICO MACENA – É. Porque outra coisa: temos um ADUP para 4,8 milhões de metros quadrados. Aparentemente, é uma área muito maior do que a que o próprio Secretário está dizendo que será utilizado. Além disso, o projeto do Executivo aumenta essa área para 5,2 milhões de metros quadrados. Queremos entender um pouco, e isso tem a ver com a pergunta do Relator Milton Leite sobre qual o valor da desapropriação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço que o senhor seja sintético: quais as empresas habilitadas para a Feirinha da Madrugada, o Piritubão.

O SR. MARCOS CINTRA – O projeto Pirituba envolve não só a minha Secretaria. Mas, também, a Secretaria do Verde, que tem um envolvimento grande, uma vez que aquela região, como todos sabemos, tem uma topografia bastante acidentada.

Temos um pré-projeto de ocupação de massa – que posso colocar à sua disposição e faço questão disso. Se quiser, marque uma reunião para que eu traga.

O SR. CHICO MACENA – Pela ordem, Presidente.

Solicito ao Sr. Secretário, porque isso é um dos pontos cruciais para a votação nesta Casa, que encaminhasse, oficialmente, ao Presidente da Casa esse projeto de ocupação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E que fosse apensado ao projeto de lei.

O SR. MARCOS CINTRA – Estou à disposição.

Não é projeto, Vereador. É apenas um pré-projeto.

- Tumulto na reunião.

O SR. MARCOS CINTRA – Deixem que eu esclareça: todo o licenciamento verde ainda não está finalizado. Inclusive, os senhores devem ter visto pela imprensa, foi obstaculizado por conta de uma liminar.

Dependendo desses estudos, do EIA/RIMA, que ainda serão feitos para aquela região, é possível que haja algumas alterações em termos de ocupação.

Então, é um pré-projeto, mas já está bem definido. Já dá para ver exatamente o que será feito, aonde serão os parques lineares. Existem uma ou duas pedreiras que, absolutamente, não poderão ser utilizadas porque serão áreas e parques de lazer. Existe um grande parque linear. Portanto, esses cinco milhões de metros que, na realidade, compõem a gleba, parece que são cinco milhões de metros construíveis, mas não são. São cinco milhões de metros, no total.

Então, esse projeto tem o envolvimento muito grande da Secretaria do Verde e Meio Ambiente; da Secretaria de Urbanismo, que é quem está fazendo todo esse projeto para coeficientes de utilização, enfim, de alterações – eventualmente, um esclarecimento do zoneamento – e tem a Secretaria do Planejamento, que é quem mexe com a parte patrimonial, dos investimentos.

Se o senhor perguntar para mim, por exemplo, qual o valor previsto para desapropriações, não tenho esse dado ainda. Isso não me foi passado. Por quê? Porque é o Desap que está fazendo a avaliação, que precisa, depois,...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas, Sr. Secretário, permita-me interromper. Se não temos o custo da desapropriação, qual o estudo da viabilidade? Como vou nortear o estudo de viabilidade econômica do retorno desse investimento? É um fator primordial, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Utilizo um exame, uma técnica de sensibilidade. Trabalho com o patamar mínimo de 200 milhões e trabalho com o patamar máximo de 450 a 500 milhões. Então, estou trabalhando com intervalos para poder fazer esse cálculo.

Agora, se o senhor perguntar: "Já está pronto?" Respondo que não, porque quem definirá, inclusive o valor e a negociação, é o Poder Judiciário que dará, se houver litígio, o valor da área. Mas estou trabalhando com intervalos e posso até adiantar alguns dados importantes para o senhor avaliar a taxa de rentabilidade do projeto. É uma PPP; vai durar 30 anos; é uma PPP que tem algumas premissas básicas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual o VGP dela, Secretário?

O SR. MARCOS CINTRA – Um bilhão e seiscentos milhões na primeira parte, é o custo de investimento. Então, o custo de investimento, na primeira parte, é de um bilhão e seiscentos milhões.

Desses um bilhão e seiscentos milhões de investimento, estão fora, não estão incluídos ainda um bilhão e meio, que são investimentos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Públicos, Sr. Secretário?

O SR. MARCOS CINTRA – Públicos no seguinte sentido, por exemplo, a Estação da Vila Clarice, do Metrô, será deslocada para atender ao empreendimento. É um investimento que está para a população como um todo. Ela, simplesmente, será ajustada.

Existe uma previsão de extensão do Metrô para aquela região. Existe a necessidade de se fazer uma bacia de decantação para a questão de enchentes na região, que terá de ser feita pela Sabesp e Cetesb. Ao mesmo tempo, existe a necessidade de deslocamento da Polícia Militar que hoje está instalada em uma das partes daquele terreno, e que passará a ser

obrigação da Prefeitura a aquisição de um novo terreno e a construção de outro equipamento. E, mediante convênio com o Governo do Estado, haverá cessão da área que hoje está na Polícia Militar. E, inclusive, a própria desapropriação.

Esses valores chegam a um bilhão e meio, incluindo a desapropriação. E o entendimento é que esse custo será partilhado entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal. Haverá uma divisão desses valores.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E a parte do Município, o senhor tem ideia?

O SR. MARCOS CINTRA – Meio a meio. Basicamente meio a meio. Esse um bilhão e meio será dividido entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal. Aproximadamente, 750 milhões. A desapropriação deve ficar em 200, 300, 400 milhões, ainda não sei exatamente esse valor.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas entre 200, 300, são 100 milhões, Secretário.

O SR. MARCOS CINTRA - Estou trabalhando com intervalos. Gostaríamos de fazer a desapropriação pelo menor valor possível. Então, trabalho com a hipótese, vamos supor, e se conseguir uma boa negociação. Agora, é o imponderável, que ainda não podemos ter esse número em definitivo.

Além disso, Vereador, a PPP vai durar 35 anos. Uma vez feito esse investimento, pela iniciativa privada, terminados os 35 anos, ele reverte inteiramente para o Poder Público, todos os equipamentos voltam e passarão a ser propriedade da Prefeitura. E essa PPP está prevendo um desembolso, uma contra prestação anual, por parte da Prefeitura, de 50 milhões por ano.

Quer dizer, além das receitas que o empreendimento vai gerar, além das receitas acessórias que o empreendimento vai trazer para remunerar o concessionário vencedor da licitação, a Prefeitura terá, segundo os meus cálculos iniciais, ainda a necessidade de fazer um aporte de 50 milhões por ano, para a sustentação desse parque. Hoje nós gastamos alguma coisa próxima de 70, 80 milhões com o Anhembi. Então está mais ou menos nesse mesmo patamar de gastos, com uma cláusula resolutiva que estou colocando no contrato, que diz o seguinte: "Se o empreendimento passar a ter uma taxa de retorno positiva, ela será partilhada com o Poder Público".

Assim, esses 50 milhões que a Prefeitura dá todos os anos, vão ser diminuídos e eventualmente, se o empreendimento for um sucesso, como poderá ser daqui dez, quinze ou vinte anos, espero que seja, a Prefeitura poderá ter até um retorno, uma entrada de recursos com o empreendimento.

Posso dar um último esclarecimento, Sr. Presidente, que acho importante?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, haverá abertura de sessão às 14h. Às 14h20 vamos suspender a sessão e concluir esta audiência, que é fundamental para a votação de um dos principais projetos que estão na pauta.

Por isso, neste momento, vamos suspender esta audiência.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O Sr. Secretário estava respondendo as questões em relação ao Piritubão.

Sr. Secretário, V.Exa. pode retomar. Temos diversas perguntas, mas V.Exa. estava concluindo a parte do Piritubão, restando algumas questões que eu havia feito a V.Exa.

Uma das questões que ficou pendente é: das demais PPPs, quais serão conclusas neste mandato? O que V.Exa. entregará efetivamente? Quais os resultados? Quais as empresas que se habilitaram em cada um dos projetos que V.Exa. está conduzindo?

O SR. MARCOS CINTRA – Essa é a pergunta que queria esclarecer ao Sr. Vereador.

Todos os projetos da Secretaria – na realidade, nem temos orçamento para isso – são executados mediante um procedimento que se chama Programa de Manifestação de Interesse. É uma legislação federal que foi adaptada à legislação municipal e também estadual e que basicamente dispõe o seguinte: qualquer empresa pode manifestar interesse em desenvolver um determinado projeto.

Se ela obtiver a autorização, não é contratação, Secretário, ela não recebe nada por isso, não custa nada aos cofres públicos, mas se ela receber a autorização para elaborar o projeto, elaborar estudos preliminares de viabilidade econômico-financeiro, físico, daí pode executá-los sem ônus para a Prefeitura. Então, isso foi ajustado e adaptado para a legislação municipal e o que acontece é que uma empresa pode manifestar interesse em desenvolver um projeto como está sendo feito em várias Secretarias, não é só na minha. Por exemplo, na área de habitação

popular, uma empresa pode dizer que tem interesse em construir uma habitação popular neste terreno, com estas características, terreno da Prefeitura e quero elaborar um projeto e apresentar para a Prefeitura.

A empresa é autorizada a iniciar os estudos e o ato que dá autorização a essa empresa para iniciar os estudos é publicado no Diário Oficial e abre-se um prazo para que qualquer outra empresa que queira também efetuar o mesmo estudo também se apresente e passe à Fazenda.

Esses estudos não custam nada para a Prefeitura, eles podem não serem utilizados por ela se por acaso o Poder Público julgar que o estudo não é adequado, que não é condizente com a expectativa da Prefeitura, ele poderá ser simplesmente arquivado, poderá ser até inutilizado, contudo, se o projeto for licitado, daí o vencedor da licitação paga o custo do projeto. Ele mesmo se autoressarci, pela legislação federal no caso de concessões.

O SR. CHICO MACENA - Como é calculado o valor dos estudos? Por que senão vira uma consultoria a priori, aí vai ser remunerada? Com é que vamos estimar quanto realmente custam aqueles estudos com valores de mercado e tudo o mais.

O SR. MARCOS CINTRA – Isso tudo está regulamentado num decreto do Prefeito, todos esses dados são apresentados, cria-se uma comissão, que analisa primeiro o interesse público no projeto. Em seguida, ela analisa os custos que são apresentados pela empresa, se estão dentro dos parâmetros, inclusive, tradicionalmente utilizados pelo BNDES, na avaliação de projetos, e a partir disso é que lhes é dada a autorização.

No caso específico do projeto de Pirituba essa autorização foi dada, se não me engano, há três anos pela Siurb, não foi nem dado pela minha Secretaria, para a empresa Odebrecht, que manifestou interesse e foi autorizada pela Siurb para elaborar os projetos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ela manifestou interesse único, ou...isso está publicado?

O SR. MARCOS CINTRA – Está.

P – Ela manifestou em consórcio ou individualmente?

R – Não foi feito pela minha Secretaria, não saberia dizer.

P – O senhor é que está conduzindo agora. O senhor tem tido contato com a Odebrecht para a condução desse processo?

R – Hoje ela tem outros parceiros que estão trabalhando com ela.

P – Então é consórcio?

R – Imagino que sim, mas não sei se isso está... se foi formalizado lá atrás ou se houve alguma formalização...

P – (palavras ininteligíveis)

R – A Camargo Correia.

P – A Camargo Correia e a Odebrecht são os únicos interessados no Piritubão?

R – São os dois que estão...

P – A manifestação na inicial lá atrás é única?

R – Eu acho que era só a Odebrecht e depois deve ter sido feito algum aditivo, alguma coisa.

P – Em nível de proposta, é única?

R – É uma proposta só.

O SR. PAULO FRANGE – Pode estar havendo um trabalho em parceria, mas não tem o consórcio formalizado. É isso Sr. Secretário?

O SR. MARCOS CINTRA – Não sei, Vereador, não foi feito pela minha é uma coisa que posso perfeitamente verificar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas, Secretário, um negócio de bilhões num grupo só?

R – Mas, esse é só um estudo, Vereador. Depois isso vai para a licitação.

P – Eu conheço a lei, Sr. Secretário, mas eu digo que na manifestação, na inicial, quando o negócio é bom há de se imaginar que pelo menos três ou quatro grupos, alguns grupos internacionais, manifestar interesse no assunto. Quando a manifestação fica na inicial só num grupo... se o senhor disser que vai abrir a PPP para o Metrô, vem gente do mundo inteiro. (palavras ininteligíveis)

Se for aberta uma licitação internacional ou uma livre manifestação internacional, aparecem muitas pessoas também.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – É diferente, Sr. Presidente. Quando se abre uma licitação...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Aí há possibilidade de manifestação de interesse.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Aí não se abre. A própria empresa... Por isso que se chama de Programa de Manifestação de Interesse. Não é um chamamento, não é uma licitação. Quando se faz uma licitação, há a remuneração, paga... Nesse caso, ela não é paga.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Apareceu uma manifestação e o município embarca em bilhões nesse negócio. Há uma manifestação de três anos de um negócio que o município já está colocando... V.Exa. está falando de bilhões na primeira proposta? Sem os estudos, se estão há três anos, deveriam estar apensados, nesse processo, todos os estudos, até porque já estamos mudando o zoneamento, em cima de uma única proposta, de manifestação de interesse.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Sr. Presidente, a empresa manifesta interesse em elaborar os estudos econômico-financeiros para o desenvolvimento de um determinado projeto. Ato contínuo da Secretaria...

O SR. CHICO MACENA – Só um aparte, Sr. Secretário. O objeto da manifestação há três anos é o mesmo que está sendo desenvolvido agora?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É o mesmo que foi publicado?

O SR. CHICO MACENA – É o mesmo que foi publicado? É o Centro de Exposições 2020?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Centro de Exposições Anhembi, Expo São Paulo.

O SR. CHICO MACENA – É o mesmo?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – É o mesmo.

O SR. CHICO MACENA – O que está publicado é o mesmo objeto. Vamos verificar isso no *Diário Oficial da Cidade*.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Aí a Secretaria autoriza ou não. O decreto do Sr. Prefeito, de 2009 ou comecinho de 2010, diz que antes de a Secretaria... Qualquer Secretaria ou empresa pública pode autorizar. Antes de essa autorização ser concedida, cria-se uma comissão, que analisa o escopo do projeto, o objeto do contrato e o preço proposto para o custo da realização desses estudos. Aí ela pode autorizar, modificar ou não autorizar. No momento em que autoriza essa empresa, automaticamente, abre um prazo, para que qualquer outra empresa que queira também apresentar projetos, no mesmo escopo, para o mesmo objetivo, possa também apresentar suas propostas. Aí, novamente, autoriza ou não, em função da viabilidade do interesse público nesses projetos. Finalizados os estudos que a empresa faz, a quatro mãos, com a Prefeitura, esse trabalho final é entregue, e é dado o encerramento dessa autorização. A partir desse momento, todo o escopo, o acervo do trabalho passa a ser propriedade da Prefeitura, que analisa, vê se está bom, muda, altera ou joga no lixo, se não quiser utilizar. Mas, se quiser utilizar aquele trabalho, faz o edital de licitação, e aí o vencedor reembolsa o executor do projeto naquele preço previsto na autorização concedida.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quer dizer, fica um projeto contratado, sem licitação, num pano de fundo. Se a empresa não ganhar, o projeto milionário para execução fica(?) sem licitação. A Odebrecht, na pior das hipóteses, sai com um projeto, e não perde nada. Só tende a ganhar. Duvido que, na perspectiva, haja outro que não ela, vencedora nesse pleito licitatório. Estou falando de uma licitação futura. Ninguém vai entrar num projeto, com todo respeito, com uma empresa desse porte, aportando recursos num mercado disputado, mesmo com detalhamento de projetos. As informações não vêm todas... Ela que as detém... É como se fosse uma patente. Dificilmente, assistimos a isso em PPPs, aquele que não propor(?) o projeto seja vencedor da licitação. É claro que há uma vantagem técnica monstruosa. Não é tudo(?) que foi explicitado em projetos.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Sr. Presidente, a legislação federal é muito clara. Projeto executivo essa empresa autoriza não pode fazer. Só pode fazer antiprojetos, que são entregues ao poder público. Aí, esse poder... (ininteligível)

O SR. CHICO MACENA – E qual o valor estimado desse projeto?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – É uma manifestação de interesse.

O SR. CHICO MACENA – Mas qual é o valor estimado desse projeto?

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Desse de Pirituba?

O SR. CHICO MACENA – De Pirituba, desse antiprojeto.

O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA – Não sei, porque, como eu falei, não foi feito

pela minha Secretaria, mas está publicado. Basta ser analisado.

O SR. CHICO MACENA – Agora, outra dúvida. Sendo um centro de exposições, porque Siurb?

O SR. MARCOS CINTRA – Porque, naquele momento, quando foi feito esse projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico não existia, era uma obra importante e foi a Siurb que executou esse trabalho. Foi anteriormente a essa estruturação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sr. Secretário, eu duvido que uma empresa como a Odebrecht entre numa aventura com um projeto básico. Quando eu digo da vantagem técnica, é porque eu tenho uma empresa que faz projetos e obras, então, pense o senhor que está debatendo com alguém que conhece um pouquinho esse mercado, para não dizer muito. Sr. Secretário, alguém que tenha apenas informação básica não vai implementar estudos com riqueza de detalhamento e não vai disponibilizá-la. Nenhum grupo vai fazer uma aposta dessa natureza com segredos de projetos do autor. Não nesse porte. Por isso, Secretário, que eu estou dizendo que quem fez a proposta inicial do básico ou do antiprojeto, seguramente, não vai entregar todas as informações, só as mínimas que permitam que os concorrentes que queiram se habilitar fiquem perdidos, o que é natural, porque é uma defesa comercial, não sei se legítima ou não.

O SR. MARCOS CINTRA – Permita-me fazer um esclarecimento. Na fase licitatória, todo esse acervo de informações será tornado público. A fase de consulta pública vai tornar transparentes esses dados, mas nem sempre é a maneira como todas as obras do Governo Federal e do Governo Estadual, regidas por uma legislação federais, são feitas. Nem sempre também o Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não estou dizendo que não é, Secretário. Mas, como eu conheço um pouco de mercado, digo que, se a Odebrecht sair do negócio, é porque ela compôs com outro, fez outra PPP de interesse ou já faz parte outro. Mas eu digo que quem sai já é vencedor. Não tenho nenhuma dúvida disso. Eu não tenho nada contrário, porque o mundo dos negócios é assim regido. Eu só acho temerário o Município entrar como sócio num negócio dessa monta diante dos riscos expostos.

Então, continuo insistindo que o Anhembi não tem um estudo. Isso porque à empresa interessa aquela área especificamente, e à empresa proponente não interessa desenvolver estudos para a área do Anhembi. Não há interesse.

O SR. MARCOS CINTRA – Pelo contrário, Vereador, os estudos, numa determinada fase, inclusive a partir do momento em que eu comecei a acompanhar, incluíram, sim, o Anhembi.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Conduzidos pela Odebrecht?

O SR. MARCOS CINTRA – Conduzidos pela Odebrecht.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, está explicado.

O SR. MARCOS CINTRA – Não, mas foram eles que queriam fazer. A Prefeitura, o Poder Público Municipal que optou por fazer um equipamento que pudesse receber uma exposição em 2020, algo que não seria possível ser feito na região do Anhembi. Inclusive, eles propuseram a incorporação do Anhembi dentro desse projeto, mas acabou caminhando numa linha diferente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E a Feirinha da Madrugada?

O SR. MARCOS CINTRA – Quem está fazendo o projeto da Feira da Madrugada é a EBP – Estruturadora Brasileira de Projetos, que é uma empresa que pertence em 51% ao BNDES e em 49% pertence a bancos, ou seja, só de setor financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, a Feirinha da Madrugada vai para o mercado financeiro?

O SR. MARCOS CINTRA – Não, eles elaboram o projeto, mas não participam. Pelo seu estatuto, inclusive, a EBP não participa de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ela, então, vai vender o projeto?

O SR. MARCOS CINTRA – A tese é a de que não vai vender o projeto. Eu desconfio de uma coisa que quero dividir com o senhor: para a EBP é uma forma de o sistema bancário conhecer os projetos que eles vão ter que financiar.

Então, eles querem eles mesmos conhecer bem os projetos, saber quais são os custos e a viabilidade do projeto, o trabalho que eles teriam de fazer depois, caso o vencedor da licitação fosse pedir financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O valor estimado do projeto?

O SR. MARCOS CINTRA – Como?

P - O valor estimado, esse o senhor não fez?

R - Não, Pirituba também está sendo feito.

P - Não, mas do projeto. Esse era o valor estimado do projeto, já remontava lá atrás e este não. Este é o da Feira da Madrugada.

R - Não vim preparado para esse. Tenho a impressão de que deve ser algum valor na faixa de... Não sei, eu posso lhe mandar essa informação. São 3 ou 4 milhões, algum valor assim, eu não sei, não vou chutar, não.

P - Não, não, aí a gente levanta pelo Diário Oficial.

R - Está tudo publicado.

P - Eu mando levantar.

Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE - Secretário, boa tarde.

O assunto Parceria Pública na Saúde é novo no Brasil, inclusive na América Latina, e essa é uma ferramenta que temos sonhado em ver aplicada e não conseguimos ainda ver nascer essa criança.

A Parceria Pública da Saúde aqui em São Paulo é uma expectativa muito grande nossa, desde quando aprovamos aqui na Casa, e a minha grande preocupação é que, se der certo, vai ser modelo para o Brasil; se não conseguirmos, pelo menos, licitar e contratar nada, vai ser uma frustração muito grande para a América do Sul, porque o Chile está vivendo a mesma situação que nós. Lá temos feito um trabalho, inclusive, acompanhando o que está acontecendo em Santiago. A situação é praticamente a mesma que a nossa.

O que gostaríamos de entender é que, na Parceria Público-Privada na Saúde, estamos adiando o processo licitatório a cada vez e o mercado vem se sentindo não sei se inseguro ou não, mas, a cada vez que adiamos o processo licitatório, ouço ecos da Saúde. Por que ecos da Saúde? Porque, como vamos trabalhar com uma empresa de propósito específico que praticamente vai ser constituída utilizando uma organização social - e eu participo da Federação Brasileira dos Administradores Hospitalares, temos reuniões mensais - e o assunto chega a ser preocupante, porque, primeiro, uma discussão com relação a como é que vai ser tratado o tempo, a taxa de retorno. É um assunto que, no início, quando vi as primeiras manifestações, achei que não teríamos parceiro, se mantivéssemos daquele jeito o processo. E o outro aspecto é quanto ao garantidor, como garantir isso. No início, imaginei que a PPI, por si só, poderia garantir. Depois, consegui entender que não seria possível.

Não conseguimos colocar aqui a figura do seguro garantidor, que encarece muito o processo, mas seria uma facilidade enorme de agora termos um parceiro, com o seguro garantidor. A discussão agora é que tipo de garantias estamos oferecendo, recebíveis e fluxo de caixa. O que estamos dando em garantia? E, dando em garantia esse tipo de situação, ela depende da anuência de Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDES? Esse é um questionamento que gostaria que, depois, o senhor pudesse nos esclarecer, que ainda não consegui enxergar e entender todo esse processo no mecanismo dessa garantia que vamos oferecer ao mercado e como é que ficaram as situações desses cálculos.

Para chegar a isso, não tive oportunidade de encontrar em lugar nenhum como foi feito, como se chegou aos números, ou seja, contratamos uma consultoria externa, alguém apresentou isso à Secretaria? Porque a Secretaria não tinha experiência nisso.

É muito difícil fazer, acho que é muito difícil fazer isso sozinho.

Temos memórias de cálculos disso para que possamos discutir isso nesta Casa? É no sentido de sermos pedagógicos. Acho que, no Parlamento, estamos vivendo um momento fantástico de ter a oportunidade de aprender a lidar com isso aqui, até para poder explicar lá fora.

Como é que trabalhamos esse assunto? Na mesma ordem de perguntas, quando tratamos de Saúde, tratamos de um contrato de 20 ou 30 anos, mas temos aqui uma curva de envelhecimento. Da mesma forma que fazemos cálculo atuarial para seguradoras, que temos também de embutir essa discussão aqui, numa situação de PPP com a Saúde. Como é que fica discussão disso com relação a, por exemplo, aquecimento ou não desaquecimento da economia num prazo de 20 anos? Como é que colocamos tudo isso?

A outra situação é: as Organizações Sociais, em parceria com o Município, vêm sendo questionadas nas suas prestações de contas sistematicamente pelo Tribunal de Contas, ou

seja, essa é uma situação que temos de resolver.

Auditoria externa independente, acho que é a única saída que hoje temos para poder agregar à OS em parceria com o Município para que possamos resolver esse imbróglio que vem com o Tribunal de Contas.

Nesse caso da Parceria Público-Privada, o senhor previu alguma situação onde a gente possa ter uma auditoria externa independente porque imaginem, hoje, temos uma dificuldade de prestação de contas do Executivo na Comissão de Saúde. O Vereador Jamil Murad participa muito. Quando o Secretário vem prestar contas há sempre um monte de discussão que não chegamos a canalizar onde poderíamos ter uma planilha que pudesse ser comparada de um trimestre para outro daquilo que estamos fazendo. Chega no final tem instituições que receberam como organização social pelo cumprimento de contrato, que é uma expectativa de cumprir, não teve a oportunidade de cumprir até porque não conseguiu médico e aí termina o ano com dinheiro em caixa daquilo que recebeu da Prefeitura para executar o serviço, dinheiro aplicado no mercado financeiro. Como ficaria esta situação?

A outra é: a situação que envolve o mercado da Saúde hoje tem um gargalo: o médico. Temos 317 mil médicos no Brasil. 5% estão no Norte; 10% estão no Nordeste; 15% no Centro-Oeste; 20% no Sul e 50% no Sudeste, onde estamos. Hoje, com 50% dos médicos do País aqui no Sudeste já falta médico. Não conseguimos contratar. As OS não conseguem contratar. Na PPP da Saúde como vamos avaliar e aferir o trabalho se hoje temos dificuldade para contratar médicos que precisamos formar em seis anos e mais dois ou três anos de residência. É um processo de longo prazo. Não conseguimos avaliar ainda como poderíamos resolver uma situação dessas contratualizada em processo de tão longo prazo.

A discussão que envolve esta PPP de Saúde e remuneração dos serviços. Vamos ter a fonte apenas o SUS ou os serviços prestados, atividade-meio da atividade saúde ou vamos utilizar também aquilo que o SUS recebe pela prestação de serviço nesses hospitais. Por fim, o Tesouro vai acrescentar algum recurso? Pergunto, Sr. Secretário o seguinte: na situação de Pirituba, também de Saúde, falamos ao Secretário de Planejamento da importância que seria nesse polo da inclusão de um espaço para recepcionar um hospital privado. Por que um hospital privado? Por que hoje vivemos um estelionato com a população de São Paulo que é vender o plano de saúde, o convênio de saúde, o seguro de saúde para São Paulo onde não há leitos. A região Oeste de São Paulo tem um milhão de habitantes e não tem uma cama da rede privada. Não tem onde internar lá. Tem de cruzar o rio e vir para cá. O primeiro hospital do lado de cá do rio é o São Camilo ou o Samaritano. Depois tem de ir para o outro lado, pegar o Morumbi. Pirituba não tem uma cama privada para que possamos fazer uma apendicite em paciente que tenha Amil ou Unimed, por exemplo. Conversamos e ele entendeu que era uma boa ideia de abrir a oportunidade, além de *shopping center* e centro de convenções, que se abrisse espaço para que pudéssemos. Quando coloquei este assunto conversei com a Federação Brasileira dos Hospitais. Eles viram com muitos bons olhos a oportunidade de implantar um hospital privado naquela região. Por quê? Se 40% da população tem, nós temos 1 milhão de pessoas que, na verdade, migram muito. O fato de não ter hospital privado acaba sobrecarregando o SUS e não temos ressarcimento disso. Até hoje a Agência Nacional de Saúde ainda não conseguiu fazer ressarcir tudo isso. Qualquer tipo de acidente, qualquer urgência ou emergência cai no hospital público e o hospital público atente e, depois de tudo resolvido, o paciente vai bonitinho para o seu hospital depois de todo o serviço ter sido prestado no hospital público. É uma lesão à nossa atividade pública. Poderíamos estar atendendo alguém que não tinha convênio. Então, nesse projeto de Pirituba, se efetivamente vamos colocar, gostaria que o senhor tivesse bons olhos para essa visão do espaço para a iniciativa privada nesse sentido.

São essas as considerações, Sr. Secretário. Gostaria que o senhor passe um pouco do assunto e, se tivéssemos oportunidade de receber algum tipo de informação de como foi feita essa composição, este estudo, essa memória desses números no sentido de um aprendizado nosso. Ainda não conseguimos entender tudo isso. Esse é o assunto que fizemos aqui em São Paulo. O I Congresso Internacional de Parceria Público Privada da Saúde. Foi montado comigo, junto às instituições que trabalhamos. Fui o palestrante dizendo que São Paulo teria um dia. Isso foi exatamente há quatro anos. Até hoje não conseguimos mostrar para eles como funciona.

Encerrando: quando o senhor acha que teremos esta licitação colocada no mercado?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, antes de passar a palavra, é um compromisso do Prefeito colocar as três, desses todos produtos que o senhor está tratando, o que o senhor entrega concluso no Governo? Qual desses o senhor inicia e termina a proposta e o projeto na sua gestão, Secretário? Eu queria que o senhor fosse bem sintético e breve, e o mais rápido possível, por conta de outras agendas que temos, Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Começarei pela última pergunta. Lamento informar que acredito que nenhum processo estará concluído nos próximos 12 meses, que é quando termina essa gestão. São investimentos longos, alguns de décadas, como no caso de Pirituba. Esse da Saúde, só a fase de construção vai de dois a quatro anos, dependendo do tipo de equipamento. As licitações, pretendemos fazer todas elas, ainda nesta gestão, e como o senhor conhece contratos tanto quanto qualquer um de nós, ou mais, sabe que é imprevisível saber se assinamos o contrato em dois, três ou...

- Comentários simultâneos.

O SR. SECRETÁRIO – Vamos colocar todas as licitações na rua: Fernão Dias, os estacionamentos, o PPP da Saúde, a Feirinha da madrugada – só estamos dependendo agora de receber a cessão do terreno. Enfim, todas elas.

Com relação à PPP da Saúde, especificamente, é uma PPP de 15 anos. Ela é uma PPP mais curta, uma vez que houve um consenso no grupo que elabora esse estudo de que as modificações tecnológicas na área de Saúde são muito extensas, o que dificulta fazer um contrato de muito tempo, de longos anos. Mesmo assim, estamos prevendo que, ao longo desses quinze anos, haverá duas fases de renovação de equipamentos. Dependendo do equipamento até três. Necessidades de revisão, reequipagem e reinvestimentos para renovar os equipamentos. Por essa razão, é apenas 15 anos.

Qual vai ser a contrapartida da Prefeitura? É uma contrapartida que está estimada em 246 milhões de reais por ano para os 16 equipamentos.

Qual é a modalidade dessa PPP? É uma modalidade que vem sendo muito na Espanha, modelo no qual nos espelhamos, e que, basicamente, diz o seguinte: o concessionário constrói o hospital, o equipamento, equipa com todas as exigências constantes no edital. A concessionária opera todos os serviços não clínicos, como limpeza, segurança, hotelaria, lavagem, esterilização, enfim, toda essa parte não médica, mas tudo que diz respeito a avental branco fica por conta da Prefeitura, que vai seguir estritamente suas modalidades operacionais. Portanto, a pergunta de se lá vai ter OS ou não, ou se vai ser a Prefeitura que vai gerir com seu próprio corpo médico, é uma decisão que será tomada...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A logística é por conta da concessionária?

O SR. SECRETÁRIO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O equipamento, logística e manutenção.

O SR. SECRETÁRIO – A clínica, toda ela, vai seguir a mesma modalidade que nós seguimos hoje para qualquer equipamento. Ou com pessoal próprio, servidores da Prefeitura, ou mediante convênios com OSs.

Existe, sim, a previsão, neste contrato, de uma auditoria independente, interna, para aferir a qualidade dos serviços prestados pela concessionária, porque existe uma escala de avaliação que, dependendo da avaliação da qualidade dos serviços prestados, poderá significar uma redução na contrapartida que a Prefeitura vai dar à concessionária.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual o nível de hotelaria implementada, constante da proposta inicial dos três hospitais, Secretário?

O SR. SECRETÁRIO – São 16 equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Sei, mas dos três grandes hospitais? São três novos.

O SR. SECRETÁRIO – Os três novos não são hospitais grandes. Se não me engano, um é médio, outro é pequeno. São dois médios e um pequeno. Como assim nível da hotelaria?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem uns que são simples, tipo unidade básica de saúde. Outros, têm o nível do hospital do M'Boi Mirim como o Alberto Einstein, que é o melhor que nós temos. Sabemos que há padrões diferentes. Queremos ver como está sendo tratada a situação.

O SR. SECRETÁRIO – É o mesmo nível de acreditação que temos hoje nos outros hospitais da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nós temos hoje no M'Boi Mirim e Tiradentes. Os outros

O SR. SECRETÁRIO – O mesmo que estão hoje nos melhores equipamentos da Prefeitura. Essa foi inclusive uma das discussões que nós tivemos, muito acirrada, para saber se deveríamos exigir o mesmo nível de qualidade dos melhores equipamentos da Prefeitura.

- Falas sobrepostas ininteligíveis.

O SR. PAULO FRANGE – Agora vamos falar como administrador hospitalar. Tem uma categoria de hospital que é viável e administrável, com muita qualidade, entre 150 e 250 leitos. Quando cai de 150 leitos ele não é útil, não tem viabilidade econômica e não traz segurança. A população tem dificuldade de aceitar um hospital pequeno, porque quando tem um procedimento um pouquinho maior, precisa ter e não tem tomógrafo, não tem ressonância, não tem litotripsia, começa a não ter tudo. Patos de Minas tem o melhor exemplo disso. Na entrada da cidade tem uma placa enorme escrito "Mini-hospital da Prefeitura". Eu não iria lá nem por gripe.

Uma consulta feita hoje à Sociedade Brasileira de Administração Hospitalar e a Federação Brasileira, ela não aconselharia um hospital com menos de 150 leitos em hipótese nenhuma, até pela inviabilidade econômica. Se fosse uma gestão feita pelo próprio SUS, como Santa Casa, Santa Casa com menos de 150 leitos não anda. Acima de 250 leitos a complexidade fica na dependência do tamanho da UTI. Se a UTI for muito grande quebra o hospital.

Então aqui é uma situação muito delicada. Quando eu vi... Esse é um argumento assim: não há ninguém no mundo que me tira da cabeça, porque trabalho com hospital há 30 anos e os hospitais com menos de 150 leitos nós não encontramos ainda na... sendo Sistema Único de Saúde, para poder trabalhar esse processo. Ou seja, eu acho que... eu não sei qual é o tamanho dos hospitais que está se colocando isso, mas é uma situação bastante difícil se a gente vir um hospital de pequeno porte. Por exemplo, a Brasilândia, com 400 mil habitantes, não teria condições de ter um hospital com 50 leitos, 100 leitos para atender a região.

A pergunta da taxa de retorno do BNDES é muito importante. Só essa para a gente poder... Secretário, se puder...

O SR. SECRETÁRIO – Queria apenas dizer que há um outro assunto que o Vereador perguntou, sobre a questão das garantias. A garantia que está sendo oferecida e que foi articulada pela Secretaria de Finanças implica basicamente o fluxo, uma garantia que vai equivaler até 180 milhões de reais, o que vai dar mais ou menos 70% do valor de uma contraprestação anual. Será criado um fundo de investimento e esse fundo de investimento será alimentado pelas receitas financeiras do Tesouro da Prefeitura. Então não estamos vinculando receitas tributárias, mas sim um fluxo de retorno dos saldos bancários da Prefeitura que serão canalizados para esse fundo. Ou seja, esse fundo deverá ter sempre 180 milhões de reais. Toda vez que houver alguma inadimplência e esse fundo tiver parte dele executada e o saldo cair, esses recursos financeiros da Prefeitura... é como uma caia d'água que, se perde um pouco, tem um ladrão, uma bomba que abre e automaticamente preenche.

O SR. PAULO FRANGE – Eu não sabia disso. Esse modelo é só nosso?

O SR. SECRETÁRIO – Esse modelo está sendo basicamente feito por nós agora, não é comum e não constava. Nós estaríamos publicando agora essa inovação que acho que vai melhorar muito a competitividade desse "coisa". O senhor pergunta quando é que isso será publicado. Estamos trabalhando eventualmente para uma publicação antes do Natal, do edital de licitação da (ininteligível).

Com relação à taxa de retorno, isso vai depender muito da eficiência e da eficácia de cada operador. Nós trabalhamos com os custos da Prefeitura. Nós damos a contraprestação máxima que a Prefeitura vai pagar. A licitação vai ocorrer no menor valor. A taxa de retorno, cada concorrente é que vai ter que calcular a sua. Nós não temos uma base nem vamos indicar qual é a TIR que nós estamos propondo. Aliás...

O SR. PAULO FRANGE - Não vai indicar na licitação uma base mínima? Não tem um mínimo para entrar?

O SR. SECRETÁRIO – Não. Nós estamos dando só... Sim, o valor mínimo, que é bem baixo, e o valor máximo que é 246 milhões.

O SR. PAULO FRANGE – Esse bem baixo o que seria, 8%?

O SR. SECRETÁRIO – Eu não me lembro, precisaria ver. Eu não trouxe esses dados,

Vereador, mas é basicamente está tudo...

- Falas sobrepostas ininteligíveis.

O SR. PAULO FRANGE – Eu vou visitá-lo depois para que a gente possa discutir, ter mais informação. Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO – Perfeitamente. O valor máximo é 246 milhões.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Só uma informação em relação à Feira da Madrugada, o senhor irá abrir licitação? Escutei lá de cima, qual é a ideia?

O SR. MARCOS CINTRA - A Feira da Madrugada ainda, a propriedade da área ainda não foi passada para a Prefeitura. Estamos agora finalizando esses entendimentos. Provavelmente uma concessão real de uso uma vez transferida, com o domínio da área para a Prefeitura abríamos uma licitação para buscar um concessionário para aquela operação, a construção do *shopping* e a operação do espaço.

P – E qual é o valor da construção do *shopping*?

R – O investimento global está estimado em torno de 400 milhões de reais. Isso implica o *shopping*, os estacionamento; dois prédios comerciais; um hotel; um circuito de compras propriamente dito; equipamentos sociais; escolas; creches e 700 unidades habitacionais populares, uma das exigências feitas pelo Governo Federal.

P – Quantas habitações?

R – 700 unidades.

P – Mas viria recurso federal ou recurso municipal?

R – Não, onerando o empreendimento, onerando o concessionário.

P – E por que estamos terceirizando isso se hoje temos a SP Empresa Municipal que poderia controlar tudo, construir com dinheiro municipal? Afinal de contas, abrimos 470 milhões para construir um estádio privado, por que não construímos nós mesmos esse *shopping*? Quantos metros quadrados vai ter o Shopping Feira da Madrugada?

R – Oitenta mil metros o total.

P – Oitenta mil metros. Na pior das possibilidades, dois mil reais o metro, 160 milhões, na pior das possibilidades. Na melhor, uns 1.500, 1.300 reais o m² porque é popular. Por que o Município não investe nisso, ele mesmo através da sua empresa? O recurso que vai prover esse investimento, aproximadamente só de locação vai dar uns quatro milhões de reais/mês mais as locações dos restaurantes, quer dizer, daria um dinheiro alto. Por que a Prefeitura não administra isso que daria aproximadamente 50 milhões de reais/ano; se pagaria em dois, três anos e ela reinvestiria esse dinheiro em relação ao comércio informal na cidade de São Paulo, no Largo 13, região do Vereador Milton Leite; na Lapa que também temos um comércio informal; do lado da Casa Verde também temos um comércio informal? Por que a Prefeitura em vez de passar para a iniciativa privada não faz um pequeno investimento e retorna isso para si mesma investir na própria Cidade?

R – Vereador, a experiência da gestão de equipamentos desse tipo pelo próprio Poder Público em geral não tem sido muito positiva. São empreendimentos que exigem um modelo de gestão muito avançado. É uma gestão complexa e na realidade foge, digamos, dos padrões que deveríamos alocar os recursos públicos. Na minha avaliação pessoal acredito que iniciativa privada possa fazer isso melhor do que o Poder Público. Queria chamar a atenção para o fato de que a Feirinha da Madrugada era gerida pelo Poder Público Federal e deu no que deu, quer dizer, uma confusão muito grande. É uma área muito pouco eficiente, totalmente conflituosa, com altos índices de criminalidade de modo que me parece que o interesse da Prefeitura não é exatamente o de gerir um empreendimento comercial, mas possibilitar um espaço para os ambulantes que hoje estão irregularmente instalados nas ruas possam ser atendidos. E o modelo da Prefeitura prevê que se tivermos sucesso nesse empreendimento isso seria reproduzido em outras regiões da Cidade também onde existe uma grande concentração de comércio de ambulante. É meramente uma opção. Eu não descarto essa possibilidade. Poderia ter sido uma possibilidade. A Prefeitura tem, por exemplo, mercados municipais. Poderia perfeitamente ter também isso, mas eu pessoalmente acredito que o setor privado seria mais eficiente na gestão desses equipamentos e não implicaria investimentos do setor público com a mesma eficácia quem sabe ou até melhor.

P – Mas, para investir recurso no Itaquerá que é privado pôde, pôde abrir concessão. Agora, para benefício da Cidade...

- Conversa fora do microfone.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Aquilo não é benefício para a Cidade, é um benefício para um clube de futebol e para uma construtora chamada Odebrecht.

Entendo que, se houvesse uma gestão empresarial, o nosso orçamento não seria de 38 bilhões, seria de 50 bilhões. Se passar para iniciativa privada, quem fica com o recurso é a iniciativa privada, e não o Estado. Em qualquer outro país, o Estado é muito forte, porque sabe administrar bem.

Nobre Vereador Paulo Frange, V.Exa. que é um entendedor de saúde, uma vez o senhor me confidenciava sobre a questão desses hospitais, da forma como estão sendo programados pela Prefeitura. V.Exa. me dizia que o difícil não é construir hospital, mas sim mantê-lo funcionando, pois o custo anual de manutenção é o mesmo para se construir.

O senhor falou que a construção será pelo modelo espanhol. A pessoa constrói e oferece a logística, equipamentos, e a Prefeitura paga por esse serviço.

Qual é o benefício disso para a Prefeitura? Porque isso custará muito. O custo do hospital é o de menos, não é mesmo nobre Vereador Paulo Frange?

O SR. PAULO FRANGE – Isso. O dono desse investimento virá na contraprestação de serviço de toda atividade que não seja atividade médica, ou seja, tudo o que não for prestação de serviço da saúde: serviço de limpeza, higiene, lavanderia, enfim; teria de pagar para terceiros.

A empresa que ganhar esse processo será a prestadora. Por 15 anos, ela se remunera. O problema é: se faltar dinheiro nesse processo, teria de vir recurso de outro lugar, então, a equação de 15 anos estaria equivocada. É isso, Sr. Secretário?

Então, essa saída que foi encontrada aqui, talvez, seja a mais atraente no momento, porque assim não precisamos aportar recursos.

Entretanto, o que eu ainda não conhecia e que São Paulo está inovando é a situação desse fundo, constituído por recursos do próprio Tesouro, que garantirá ao parceiro, a cada vez que ele baixar, que seja reabastecido. Ou seja, estabelece-se o valor de 180 milhões, que fica rendendo; e, à medida que o parceiro precisa, ele sabe que há um dinheiro garantido nesse fundo para remunerá-lo.

Na verdade, não estamos pagando um seguro. Pelo contrário, é um recurso do Tesouro, que está sendo remunerado pelo mercado sem ter que pagar o seguro. É isso, Sr. Secretário? Porque não tenho experiência nisso.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – E por que está sendo adiada a abertura de concorrência? Já houve vários adiamentos, inclusive uma foi programada agora para o dia 22 de dezembro.

O SR. MARCOS CINTRA – A principal razão do adiamento é exatamente o ponto abordado pelo nobre Vereador Paulo Frange, que é a questão das garantias. O modelo que havia sido previsto não atendeu às expectativas de serem garantias sólidas, ou seja, o Tesouro iria garantir a inadimplência do próprio Tesouro. Isso não é garantia.

Então, seria constituído um fundo com 150 milhões de reais. Toda vez que a Prefeitura deixasse de pagar, a própria Prefeitura teria de reconstituir esse valor no fundo. Se ela tivesse o dinheiro para reconstituir o fundo, ela pagaria. Portanto, na realidade, a única garantia seria o fundo inicial de 150 milhões, mas não a reposição desse fluxo.

Resolvemos então ampliar um pouco isso. Na fase de consultas públicas, isso foi levantado como um ponto muito crítico. É uma grande inovação, a maior PPP da América do Sul está sendo feita. O momento foi julgado muito difícil do ponto de vista econômico, porque a incerteza é muito grande hoje. Queremos fazer uma licitação internacional, atraindo empresas de outros países que possam prestar serviço.

Então, a ideia foi refazer o modelo das garantias dentro do encaminhamento proposto pelo Paulo Frange. Ou seja, cria-se um fundo de 180 milhões com reposição pelo fluxo de receitas do Tesouro. Foi por isso demorou a ser feito.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Com relação ao Pirituba, o senhor é que está cuidando dele?

O SR. MARCOS CINTRA – Estou coordenando.

P – Mas o processo inicial não?

R – Não.

P – Porque lá, pelo que eu vi no projeto, são várias as intervenções. A Rodovia dos Bandeirantes é classe zero, não pode ter acesso. No projeto que veio à Casa está dizendo que vai ter acesso. Eu estou achando que esse projeto está à toque de caixa. Para algo que só vai

acontecer em 2020, se acontecer, eu sou favorável ao crescimento da nossa cidade naquela região, mas de uma forma pensada, debatida, planejada, estruturada. O senhor não acha que da forma que está ainda não tem bem estabelecido o que lá se pretende? Tem área de proteção ambiental, tem área contaminada, têm várias pessoas proprietárias de áreas, quer dizer, não podemos desvalorizar e desapropriar, seria um desrespeito ao dinheiro público porque o que vale dez depois da legislação valerá mil. Temos de tomar certos cuidados e não vejo preocupação da Prefeitura nesse sentido.

R – Com relação à classe zero, de fato, a Rodovia dos Bandeirantes é classe zero, mas a caracterização se aplica apenas às aberturas privadas. Quando há aberturas mesmo de uma rodovia classe zero para o próprio poder público, de interesse público é permitido. Tanto é que existem vários acessos dessa rodovia mesmo na classe zero. Além do que existe outra categoria que são os acessos fechados. Ou seja, quando na rodovia há acesso a um posto de gasolina, tem saída, só que do posto de gasolina você não pode se comunicar com o sistema viário, é o que vai acontecer no local. Há saída, mas o próprio Centro de Exposição não terá ruas urbanas ligadas ao acesso da rodovia. É um bolsão segregado, como chamam. Tem saída e é permitido pela legislação nesse caso específico.

P – E em relação à área de proteção ambiental?

R – Já estão todas mapeadas, devidamente identificadas. Elas serão transformadas em um grande parque público, tanto que boa parte – e essa é uma das perguntas que informarei ao Secretário Miguel Bucalem que me solicitou os dados, qual a porcentagem da área que será mantida como parque por serem áreas de preservação. Por isso, estamos precisamos de uma área de cinco milhões de metros para provavelmente construir algo que ocupará em área dois ou três milhões, em projeção, mas será um grande parque nas áreas de preservação e nas áreas que pelas limitações topográficas não permitem construções.

P – Pela nossa conta dá cinco milhões de possibilidade de adensamento no local.

R – Adensamento, mas falando da área de projeção...

P – Projeção? Então, está bem.

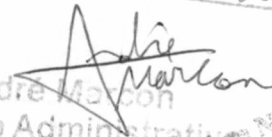
O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou encerrar a presente audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento. Agradeço a presença do Secretário Marcos Cintra, Vereador e Secretário. Mesmo com dificuldade, nos atendeu comparecendo nesta Edilidade. Agradeço também ao Secretário Rubens Chammas e o Secretário Mauro Ricardo.

As notas taquigráficas correspondentes à audiência pública serão apensadas ao projeto de lei orçamentário.

Tenham todos uma boa tarde.

Está encerrada a audiência pública.

Segue _____ juntado _____ data _____
Documento _____ e papel de informação
_____ sob folha _____ nº 182 4 318
Em 16/12/2011

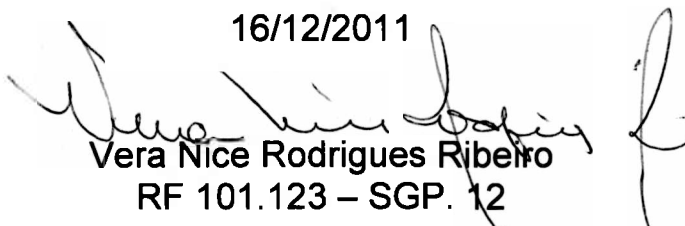

André Maxson
Técnico Administrativo
RF 11.264

Vitor Nogueira
Assistente Administrativo
RF 11.264

TERMO DE ENCERRAMENTO DO VOLUME DE PROCESSO

Este é o volume 01 do processo nº 01-479/2011, que se encerra à
folha nº 181.

16/12/2011



Vera Nice Rodrigues Ribeiro
RF 101.123 – SGP. 12